SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 06 de Setembro de 2019 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO X | Nº 2099

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS Nº 001/2018
PROCESSO: 007/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADO: Francisco Alves da Costa Sobrinho
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços certos e eventuais com a finalidade de convencionar o **CONTRATADO** para assessorar a **CONTRATANTE** na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSBs de municípios selecionados, para cumprimento da Lei nº 11.445/2010
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.1005 – Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico Municipal.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: doze (12) meses a contar de 02 de janeiro de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Francisco Alves da Costa Sobrinho – Assessor Técnico
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:9D090F52

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS Nº 021/2018
PROCESSO: 085/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADO: Petrus Campos e Silva
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços temporário certos e eventuais de apoio ao Setor Administrativo e Financeiro atendendo as necessidades do COPIRN em manter suas atividades essenciais à manutenção da Sede.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: nove (09) meses a contar de 04 de abril de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Petrus Campos e Silva – Técnico
DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:A04D1468

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CERTO E EVENTUAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS Nº 020/2018
PROCESSO: 084/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: Maria de Fátima Dantas de Melo
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços certos e eventuais de apoio ao Setor Administrativo nas ações e atividades de Secretaria do COPIRN organizando todos os Processos inerentes ao Setor.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: nove (09) meses a contar de 04 de abril de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Maria de Fátima Dantas de Melo – Técnica
DATA DA ASSINATURA: 04 de abril de 2018.

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva

3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes

4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes

5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior

1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante

2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior

1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho

CONSELHO FISCAL

1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza

2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto

3 - Prefeito José Arnor da Silva

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 - Prefeito José Marques Fernandes

2 - Deusdete Gomes de Barros

3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:18B7FB5B

DIRETORIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº012/2017

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2017
PROCESSO: 086/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADO: Otacílio Dantas da Silva Neto
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: doze (12) meses a contar de 02 de janeiro de 2018
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Otacílio Dantas da Silva Neto – Técnico
DATA DO TERMO ADITIVO: 29 de dezembro de 2017.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:8C38A093

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CERTO E EVENTUAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS Nº 029/2018
PROCESSO: 094/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADO: Marcelo Lucas da Silva.
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços certos e eventuais na organização, operacionalização e acompanhamento de um processo licitatório na modalidade pregão, tipo presencial

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: sete (07) meses a contar de 02 de maio de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Marcelo Lucas da Silva – Membro da CEL
DATA DA ASSINATURA: 02 de maio de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:9F799505

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CERTO E EVENTUAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS Nº 030/2018
PROCESSO: 095/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADO: Luiz Eduardo Ferreira da Silva
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços certos e eventuais na organização, operacionalização e acompanhamento de um processo licitatório na modalidade pregão, tipo presencial.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: sete (07) meses a contar de 02 de maio de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Luiz Eduardo Ferreira da Silva – Membro da CEL
DATA DA ASSINATURA: 02 de maio de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:6918AED3

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CERTO E EVENTUAIS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CERTOS E EVENTUAIS Nº 017/2018
PROCESSO: 073/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: Domingos Sávio Batista Guará
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto prestar assessoria técnica à **CONTRATANTE** com a finalidade de acompanhar no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, do Governo Federal, o Convênio nº 117/2012 – FUNASA/COPIRN.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: dez (10) meses a contar de 02 de março de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Domingos Sávio Batista Guará – Técnico
DATA DA ASSINATURA: 02 de março de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:BC48A730

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 031/2018
PROCESSO: 096/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: Gaspar Sociedade de Advogados
OBJETO: O presente contrato tem como objeto a Elaboração de peças para defesa e acompanhamento de todos os atos processuais no âmbito do Processo de nº 8504/2014 em trâmite no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, o que perdurará até que se dê o trânsito em julgado da demanda.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.

VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual será valido durante toda tramitação do processo de nº 8504/2014, até que se dê o seu transito em julgado.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Manuel Neto Gaspar Júnior sócio da Gaspar Sociedade de Advogados
DATA DA ASSINATURA: 29 de maio de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:CEB1CC46

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2018
PROCESSO: 053/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: SGM - Copiadoras Comercio e Serviços LTDA
OBJETO: O presente contrato tem como objeto a locação de copiadora Multifuncional Color HP8610, para atender as necessidades do COPIRN**,** na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGÊNCIA: doze (12) meses a contar de 03 de janeiro de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Sérgio Gustavo Medeiros de Oliveira – Diretor da SGM - Copiadoras Comercio e Serviços LTDA
DATA DA ASSINATURA: 03 de janeiro de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:73061683

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2018
PROCESSO: 063/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: 3A LOCAÇÕES LTDA.
OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para a locação de veículo de passeio, 04 (quatro) portas, completo, potência 1.6, flex, km livre, sem motorista, para atender as necessidades do **COPIRN.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGENCIA: doze (12) meses a contar de 02 de janeiro de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Werneck Lima de Carvalho – Diretor da 3A LOCAÇÕES LTDA
DATA DA ASSINATURA: 02 de janeiro de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:37C5BAF3

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 018/2018
PROCESSO: 074/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: Athenas Viagens e Turismo LTDA
OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Agendamentos de Viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreo nacional e internacional, para atender as necessidades do **COPIRN.**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.
0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – O.S.T - Pessoa Jurídica.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGÊNCIA: dez (10) meses a contar de 05 de março 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Ohana Costa Fernandes – Sócia da Athenas Viagens e Turismo LTDA
DATA DA ASSINATURA: 05 de março de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:88742A8C

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2018
PROCESSO: 107/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: INCIBRA - Inovação Civil Brasileira - Projetos e Serviços Técnicos LTDA
OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para elaboração da Política e de Planos Municipais de Saneamento Básico - PMSBs dos municípios selecionados no Convênio Nº 117/2012 – FUNASA**.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONVÊNIO Nº 117/2012 - FUNASA
PTRES: 46262
Elemento de Despesa: 3390-39
Fonte: 0151000000
VIGENCIA: seis (06) meses a contar de 10 de setembro de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Djalma Mariz Medeiros Responsável Técnico da INCIBRA - Inovação Civil Brasileira - Projetos e Serviços Técnicos LTDA
DATA DA ASSINATURA: 10 de setembro de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:C47063D3

DIRETORIA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2018
PROCESSO: 117/2018
CONTRATANTE: Consórcio Público Intermunicipal do RN - COPIRN
CONTRATADA: Cleber Demétrio Oliveira da Silva Advogados Associados
OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica Especializada para Consorcio Públicos, nas áreas de Direito Consorcial, Administrativo, Tributário e Trabalhista.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.10.122.2001 – Manutenção e Funcionamento do COPIRN.

0001 – Rio Grande do Norte.
Elemento de Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
Fonte: 140 – Transferência de recursos dos municípios.
VIGÊNCIA: doze (12) meses a contar de 12 de novembro de 2018.
ASSINATURAS: José Arnor da Silva- Presidente do COPIRN e Cleber Demétrio Oliveira da Silva – Sócio Administrador de Cleber Demétrio Oliveira da Silva Advogados Associados
DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2018.

Publicado por:
Luiz Augusto Galvão Souza
Código Identificador:CC6F35DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 045-2019 - UNIDADES TERAPÊUTICAS - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N.° 045/2019

PROCESSO Nº 1901174440/2019
CREDENCIAMENTO Nº 003/2019

Contrato de Credenciamento de entidades tipo Comunidades Terapêuticas (CT) para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com dependência de substância psicoativa, independentemente de credo, etnia ou orientação sexual, após o processo de desintoxicação, quando requerido pela natureza da dependência, respeitada a tipificação do serviço na entidade, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Acari/RN, ora representada pela Secretária Municipal de Saúde, senhora **MARIA JOSÉ ALVES DANTAS**, brasileira, solteira, assistente social, portadora do CPF nº 897.751.634-04, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **CONTRATADA: INSTITUTO TERAPÊUTICO NOVA ALIANÇA DO RN**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **07.153.983/0001-45**, estabelecido na Estrada da Colônia, nº 14, RN 313, Colônia de Pium, Nísia Floresta/RN, representado pela senhora **MARIA DO SOCORRO NERI LIGER DE MELLO**, portadora da Cédula de Identidade nº 894.997 ITEP/RN, CPF nº 565.891.664-04, e de acordo com as formalidades constantes do Processo nº 1901174440/2019, referente ao Credenciamento nº 003/2019, com fundamento legal na Lei nº 4.320, de 17.03.1964, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato de Credenciamento, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O objeto do presente Edital é o **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES TIPO COMUNIDADES TERAPÊUTICAS (CT) LOCALIZADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, COM VISTAS À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA, INDEPENDENTEMENTE DE CREDO, ETNIA OU ORIENTAÇÃO SEXUAL, APÓS O PROCESSO DE DESINTOXICAÇÃO, QUANDO REQUERIDO PELA NATUREZA DA DEPENDÊNCIA, RESPEITADA A TIPIFICAÇÃO DO SERVIÇO NA ENTIDADE.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1. O presente Contrato fundamenta-se:
2.1.1. Considerando que as Entidades Filantrópicas tem preferência para complementar a oferta de serviços de saúde, com base no art. 199, § 1° da Constituição Federal/88;
2.1.2. Considerando a necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde (artigo 24, da Lei nº 8.080/90);
2.1.3. Considerando a Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2.1.4. Considerando a PT nº. 2.567/GM, de 25 de novembro de 2016, que prevê a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde;
2.1.5. Considerando, o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;
2.1.6 Considerando a Resolução – RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, que dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
2.1.7. Considerando a Resolução CONAD nº 01, de 06 de maio de 2015, que Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO
3.1. Este Contrato tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada:
a) As despesas para a aquisição dos produtos objeto do presente certame são provenientes do Orçamento Geral para o exercício de 2019 do Município de Acari/RN, Elementos de Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros (PJ) - Fonte: 1001 e 1211, na seguinte dotação orçamentária: 02.04.122.0002.0008.2104, 06.10.301.0008.0177.2009 e 06.10.302.0008.0052.2152.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DO PAGAMENTO
5.1. O valor global estimado disponibilizado para cobertura das despesas da prestação dos serviços de que este Edital é de **R$ 23.952,00 (Vinte e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais)**.
5.2. O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado mediante transferência, em favor do(a) Credenciado(a), no Banco, na Agência e na conta corrente por ele(a) indicados.
5.3. O referido pagamento será realizado mediante apresentação de Recibo de Pagamento ou de Nota Fiscal (no caso dos credenciados sujeitos à sua emissão) e após a Credenciante atestar que os seus prestados se acham corretos.
5.4. Os aludidos Recibos e Notas Fiscais, que conterão indicação do período e a descrição dos serviços prestados, deverão ser emitidos em nome do Município de Acari/RN.
5.5. Desde que atendidas as condições prescritas, o pagamento do valor devido caberá ocorrer observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.
5.6. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do(a) Credenciado(a).
5.7. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento será imediatamente informada
5.8. O(a) Credenciado(a) regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
5.9. O Microempreendedor Individual - MEI, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte farão jus ao tratamento tributário diferenciado prescrito na mencionada Lei Complementar nº 123/2006.

5.10. A Credenciante deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes a multas e/ou indenizações devidas por parte do (a) Credenciado(a), se houver.
5.11. Ocorrência da espécie será precedida de abertura de processo administrativo em que ao (à) Credenciado(a) será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, com os recursos e meios a ele inerentes.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO
6.1. A prestação dos serviços será realizada com a disponibilização de equipe mínima necessária para o atendimento no serviço móvel de urgência, observando as regras editadas pelo Ministério da Saúde.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
7.1. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará o(a) Credenciado(a) a pagamento de multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia, a incidir sobre o valor daquele, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.
7.1.1. Contar-se-á o termo inicial de incidência da multa da data estipulada na ordem de serviço emitida pela Credenciante ou, quando for o caso, após prazo concedido através de notificação.
7.2. A inexecução total ou parcial do Contrato ou o descumprimento de qualquer das obrigações contratuais ou condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento sujeitará o(a) Credenciado(a), nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:
7.2.1. Advertência;
7.2.1.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do Contrato ou da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;
7.2.1.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total desse;
7.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Acari/RN, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
7.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
7.3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, às empresas e aos profissionais que, em razão de contrato regido pela Lei n° 8.666/1993:
7.3.1. Hajam sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
7.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;
7.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
7.4. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao(à) Credenciado(a) o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes.
7.5. As sanções de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e a de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no correspondente processo administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
7.6. Na aplicação da penalidade, a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
7.7. O recolhimento da multa deverá ocorrer no prazo máximo de 10(dez) dias, contado da data do recebimento da correspondente comunicação da autoridade competente.
7.8. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.
7.9. A cominação de penalidade administrativa ao(à) Credenciado(a) não impede ocorrência de rescisão do seu contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
8.1. São obrigações do **CREDENCIANTE/CONTRATANTE**:
8.1.1. Permitir aos Credenciados possibilidade de denúncia do ajuste a qualquer tempo pelo credenciado, bastando notificar a Administração com a antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.
8.1.2. Possibilidade de denúncia de irregularidades pelos usuários, verificadas na prestação dos serviços ou faturamento;
8.1.2.1. Para as cláusulas 8.1.1.e 8.1.2 poderá ser utilizado o endereço eletrônico funcional sempac@acari.rn.gov.br e telefone (84) 3433-3980, ou ainda à Rua Professora Porfíria Pires, nº 64, Ary de Pinho, Acari/RN – CEP: 59370-000.
8.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação dos serviços, na conformidade do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993;
8.1.4. Pagar ao(à) CREDENCIADO(A) pelos serviços que venha a prestar, nas condições e pela forma indicadas no Edital e neste Contrato.
8.2. São obrigações do(a) **CREDENCIADO(A):**
8.2.1. A prestação dos serviços será realizada com a disponibilização de equipe mínima necessária para o atendimento no serviço móvel de urgência, observando as regras editadas pelo Ministério da Saúde
8.2.2. Prestar os serviços na conformidade das regras editalícias e contratuais estabelecidas, mantendo a regularidade da prestação daqueles, de acordo com as demandas existentes.
8.2.3. Aceitar ocorrência de alterações contratuais, inclusive com referência a acréscimos e supressões do objeto do contrato, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/1993;
8.2.4. Prestar informações, fornecer dados e apoiar as ações necessárias ao pleno desempenho da fiscalização a cargo da Credenciante;
8.2.5. Informar, imediatamente, à Credenciante, eventual impossibilidade de realizar o atendimento móvel de urgência, bem como a ocorrência de qualquer outra anormalidade relacionada à execução dos serviços;
8.2.6. Arcar com os custos e com todas as despesas para prestação dos serviços;
8.2.7. Manter, durante a execução do Contrato, as condições que possibilitaram a ocorrência de sua habilitação ao credenciamento;
8.2.7.1. A **CREDENCIANTE** poderá conceder prazo para que o(a) CREDENCIADO(A) regularize suas condições de habilitação – sob pena de rescisão contratual – quando não identificar má-fé ou incapacidade sua de corrigir a situação.
8.3. Responsabilizar-se:
8.3.1. Pelos salários, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução dos serviços;
8.3.2. Pela reparação ou correção do serviço quando se verificar vício, defeito ou erro na sua execução;
8.3.3. Por quaisquer outros danos que venha a causar à Administração ou a terceiros, na execução do contrato;
8.3.4. São vedadas ao Credenciados as ações seguintes:
8.3.4.1. Subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do Contrato ou transferir a terceiros os direitos ou créditos dele decorrentes;
8.3.5. A inadimplência do(a) Credenciado(a) com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais ou por danos causados a terceiros não transfere à Credenciante a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização do serviço.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação.
9.2. É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.
9.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e no Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
9.4. Os referidos prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.
9.5. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n° 8.666/1993 e nas demais Leis a que este instrumento de convocação se encontra subordinado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
10.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Acari/RN, 02 de setembro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACARI/RN
Contratante

INSTITUTO TERAPÊUTICO NOVA ALIANÇA DO RN
CNPJ nº 07.153.983/0001-45
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:955E8B81

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO Nº 003/2019 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PROCESSO Nº 1901174440/2019
CREDENCIAMENTO Nº 003/2019
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES TIPO COMUNIDADES TERAPÊUTICAS (CT) LOCALIZADAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, COM VISTAS À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA, INDEPENDENTEMENTE DE CREDO, ETNIA OU ORIENTAÇÃO SEXUAL, APÓS O PROCESSO DE DESINTOXICAÇÃO, QUANDO REQUERIDO PELA NATUREZA DA DEPENDÊNCIA, RESPEITADA A TIPIFICAÇÃO DO SERVIÇO NA ENTIDADE.**

O Prefeito do Município de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o Artigo 25 da Lei n° 8.666/93 com ênfase no processo de **CREDENCIAMENTO nº 003/2019** que teve como objeto credenciar entidades tipo Comunidades Terapêuticas (CT) localizadas no estado do Rio Grande do Norte, com vistas à celebração de contrato para prestação de serviços de acolhimento de pessoas com dependência de substância psicoativa, independentemente de credo, etnia ou orientação sexual, após o processo de desintoxicação, quando requerido pela natureza da dependência, respeitada a tipificação do serviço na entidade, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do **Processo n° 1901174440/2019** (Modalidade: Credenciamento n° 003/2019),**HOMOLOGO**por seus próprios fundamentos o presente certame e**ADJUDICO**o seu objeto, em favor do **INSTITUTO TERAPÊUTICO NOVA ALIANÇA DO RN**, inscrita no **CNPJ** sob o nº **07.153.983/0001-45**, pelo valor estimado global de **R$ 23.952,00 (Vinte e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais)**.
Fica a credenciada intimada para no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer a sede da Municipalidade para a assinatura do Contrato sob pena de decadência do seu direito

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se ciência.

Acari/RN, 02 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:D1335B21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 576, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA Nº 576, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALEXANDRIA/RN, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 7º, inciso I e 45, inciso IV, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c o Capítulo III do Processo Disciplinar, da Lei nº 819, de 1º de julho de 2003, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais e Institui o Respectivo Estatuto;

CONSIDERANDO que a Administração rege-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, incertos no art. 37, caput, da Constituição Federal;
CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração;
CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Educação.
CONSIDERANDO por último a necessidade de apuração por meio de Processo Administrativo.

R E S O L V E:

Art. 1o – Nomear para comporem a **Comissão de Processo Administrativo** a Sra SORAIA ALVES DE SOUSA FERREIRA**, a** qual funcionará como Presidente, a Sra MARIA DE JESUS PEREIRA ALMEIDA **,** que funcionará como relatora e o Sr.REGINALDO FERREIRA DE LIMA **,** que funcionará como membro.

Art. 2o – Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO NOÉ ARNAUD, sede da Prefeitura Municipal de Alexandria/RN, em 04 de setembro de 2019.
.

JEANE CARLINA SARAIVA E FERREIRA DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:CCF982EA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 06/2019

EDITAL Nº 06/2019
Publica o local de votação e a lista dos candidatos aptos a concorre ao pleito Eleitoral, do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2020-2024.

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Alexandria-RN convoca os eleitores para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ALEXANDRIA - RN.
1– A eleição ocorrerá no dia **06 de outubro de 2019**, no horário de 8 às 16 horas, nos locais abaixo relacionados:

Local de VotaçãoSeção Eleitoral	Urnas Receptoras
Escola Municipal Coronel Benedito de Paiva	01,02,03,04,05,06,07

2 – Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município até o **dia 30 de agosto de 2019**.
2.1. O voto é facultativo para todos;

2.2. Para o exercício do voto, o cidadão deve apresentar-se ao local de votação munido dos seguintes documentos:
a) via digital do título de eleitor (e-Título), desde que haja cadastro com fotografia;
b) carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, desde que possível a comprovar a identidade do eleitor;
c) carteira de reservista;
d) carteira de trabalho;
e) carteira nacional de habilitação.
2.3. Não poderão votar os eleitores cujos dados não constem do Caderno de Votação fornecido pela Justiça Eleitoral.

3. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	NUMERO DA CHAPA ELEITORAL
01	Marciana Alacok Diniz Ferreira	Nº: 57
02	Francisco Lucas Duarte de Andrade	Nº: 60
03	Maria Priscila da Silva	Nº: 38
04	Jailma de Sena Fabricio	Nº 75
05	Maria Zenilda de Oliveira Duarte	Nº: 63
06	Maria de Fatima da Silva	Nº: 37
07	Massilene Guedes Fernandes	Nº: 61
08	Debora Lopes Batista	Nº: 34
09	Carla Camila Gama Soares	Nº: 74
10	Maria Moreira de Almeida	Nº: 67
11	Kelly Cristina Vieira Paulino	Nº: 84
12	Andreza Teles Fernandes	Nº: 56
13	Jose Alves de Oliveira	Nº: 39
14	Maria Janaina Torres	Nº: 24
15	Maria Raquel da Silva Neta	Nº: 86

Alexandria,04 de setembro de 2019.

MAYARA SOUSA SARMENTO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Marcos Alberto da Silveira Mesquita
Código Identificador:CE539941

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00011/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00011/2019, que objetiva: Fornecimento de Link de Internet via Fibra óptica nos prédios públicos deste Município de Almino Afonso; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: Jocivan Pimenta Targino - R$ 15.600,00.

Almino Afonso - RN, 30 de Agosto de 2019

WALDENIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:490B1FD5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00011/2019. OBJETO: Fornecimento de Link de Internet via Fibra óptica nos prédios públicos deste Município de Almino Afonso. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 30/08/2019.

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:F06E4269

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 - SRP

O Pregoeiro do Município de Angicos/RN devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Torna Público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº 029/2019,** tipo menor preço por item, no dia **18/09/2019,** às **09H00MIN,** na sede prefeitura Municipal, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMACIA BÁSICA, MUNICIPAL DE ANGICOS COMO TAMBÉM PARA ATENDER MEDICAMENTOS DE DEMANDA JUDICIAL.** A quem interessar encontra-se à disposição, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min o Edital e seus Anexos na integra. Maiores informações pelo telefone (84) 3531-3950 ou (84) 3531-3951, ou ainda pelo e-mail: angicoslicitacao@gmail.com

Angicos/RN em 05 de setembro de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:35AB84A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019 - SRP

O Pregoeiro do Município de Angicos/RN devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Torna Público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº 030/2019,** tipo menor preço por item, no dia **19/09/2019,** às **09H00MIN,** na sede prefeitura Municipal, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÕES/RECARGAS DE TONERS E AQUISIÇÕES DE REFIS DE TINTAS DE IMPRESSÃO PARA AS DIVERSAS IMPRESSORAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS.** A quem interessar encontra-se à disposição, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min o Edital e seus Anexos na integra. Maiores informações pelo telefone (84) 3531-3950 ou (84) 3531-3951, ou ainda pelo e-mail: angicoslicitacao@gmail.com

Angicos/RN em 05 de setembro de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:2B08DC01

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019 - SRP

O Pregoeiro do Município de Angicos/RN devidamente autorizado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Torna Público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **Nº 031/2019,** tipo menor preço por item, no dia **19/09/2019,** às **14H00MIN,** na sede prefeitura Municipal, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para **AQUISIÇÃO GRADATIVA DE GÁS GLP COM 45 KG.** A quem interessar encontra-se à disposição, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min o Edital e seus Anexos na integra. Maiores informações pelo telefone (84) 3531-3950

ou (84) 3531-3951, ou ainda pelo e-mail: angicoslicitacao@gmail.com

Angicos/RN em 05 de setembro de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:E84EB2B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

Após cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e vencidos os prazos para recursos administrativos, como preceitua disposições constantes da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento proferido pela Egregia Comissão Permanente de Licitação e Deliberação desta Administração Superior, ADJUDICO o objeto da presente licitação e os vencedores do Pregão Presencial nº 024/2019, realizada em 28/08/2019, a saber:

Objeto: **Aquisição de água mineral natural sem gás acondicionada em garrafão de 20 litros, mediante reposição, e em garrafas de 500 ml; pacotes de 5 kg de gelo; gás liquefeito de petróleo (GLP), em botijão de 13 kg, mediante sistema de troca de botijão; vasilhames para 20 litros de água e botijões para 13 kg de carga de gás, pela Prefeitura Municipal de Angicos.**

GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI- CNPJ: 31.373.978/0001-22, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6 ; totalizando o valor de **R$ 93.402,00 (noventa e três mil, quatrocentos e dois reais)**.

Angicos/RN, em 28 de agosto de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:F6940F7A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 24/2019 com início 15 de agosto de 2019, realizada em 28 de agosto de 2019 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI- CNPJ: 31.373.978/0001-22, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6 ; totalizando o valor de **R$ 93.402,00 (noventa e três mil, quatrocentos e dois reais)**.

Angicos/RN, 28 de agosto de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:B8680193

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

Após cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e vencidos os prazos para recursos administrativos, como preceitua disposições constantes da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento proferido pela Egregia Comissão Permanente de Licitação e Deliberação desta Administração Superior, ADJUDICO o objeto da presente licitação e os vencedores do Pregão Presencial nº 026/2019, realizada em 02/09/2019, a saber:

Objeto: **SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM POUSADA LOCALIZADA NA CIDADE DE ANGICOS/RN**

JALISSON BRENO BEZERRA ROCHA BATISTA-ME- CNPJ: 27.348.324/0001-71, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1; totalizando o valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.

Angicos/RN, em 04 de setembro de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:407500B9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 26/2019 com início 20 de agosto de 2019, realizada em 02 de setembro de 2019 (segunda-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

JALISSON BRENO BEZERRA ROCHA BATISTA-ME- CNPJ: 27.348.324/0001-71 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**.

Angicos/RN, 04 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:AAC9AD37

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

Após cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e vencidos os prazos para recursos administrativos, como preceitua disposições constantes da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento proferido pela Egregia Comissão Permanente de Licitação e Deliberação desta Administração Superior, ADJUDICO o objeto da presente licitação e os vencedores do Pregão Presencial nº 027/2019, realizada em 02/09/2019, a saber:

Objeto: **AQUISIÇÃO GRADATIVA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS TAMANHO GRANDE DA MARCA NATURAL MASTER, PARA ATENDER A DEMANDA JUDICIAL.**

GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI- CNPJ: 31.373.978/0001-22 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 9.550,00 (nove mil, quinhentos e cinquenta reais)**.

Angicos/RN, em 05 de setembro de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:62794BBF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 27/2019 com início 20 de agosto de 2019, realizada em 02 de setembro de 2019 (segunda-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

GDS COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI- CNPJ: 31.373.978/0001-22 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 9.550,00 (nove mil, quinhentos e cinquenta reais)**.

Angicos/RN, 05 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:A6C630F5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N ° 079/2019

A comissão de licitação, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS, consoante autorização do Sr. Deusdete Gomes de Barros, Prefeito Municipal, vem abrir o presente processo administrativo para O **PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL ESPECIFICADOS NA TABELA DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO COPIRN.**

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no Art. 24, XXVI, da Lei federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 9.648, de 27 de maio de 1998.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A CONTRATAÇÃO PRETENDIDA JUSTIFICA-SE PELO FATO DE QUE O MUNICÍPIO NÃO DISPÕE DE DOS SERVIÇOS DE MÉDICOS ESPECIFICADOS NA TABELA ANEXA E ESTE TERMO, PORTANTO, A CONTRATAÇÃO DOS REFERIDOS SERVIÇÕS, AMPLIARÁ O LEQUE DE SERVIÇOS OFERTADOSPOR ESTA SECRETARIA, MELHORANDO ASSIM O ATENDIMENTO Á POPULAÇÃO DE NOSSO MUNICÍPIO.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A escolha das propostas mais vantajosas, foram decorrentes de uma previa pesquisa de mercado, o que nos permite inferir que os preços encontram-se compatível com a realidade mercadológica.

Face exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa **CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE**inscrito no**CNPJ: 12.120.272/0001-04** cujo valor será de**R$ 120.000,00**(cento e vinte mil reais) conforme documentos acostados aos autos deste processo.

Angicos/RN, em 05 de setembro de 2019.

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:2D85DB63

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 44/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede diária a servidora que especifica e dá outras providências.

A Prefeitura Municipal de Angicos, por meio da Secretaria de Administração e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto Executivo Municipal nº 13/2017, de 30 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à **SRA. LANAILDE FONSECA BATISTA**, Mat. 5525, Supervisora do Programa Criança Feliz, Contratada, 4 1/2 (quatro diárias e meia) fim de custear despesas de transporte, alimentação e hospedagem, com o objetivo de "Capacitação de Membros dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente", do dia 09 ao dia 13 de setembro de 2019, em Assú/RN.
Art. 2º A saída está programada para 7h do dia 09 de setembro de 2019 e retorno previsto para 17h do dia 13 de setembro de 2019.
Art. 3º O valor unitário de uma diária para dentro do estado é de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) e o valor de meia diária é de R$ 80,00 (oitenta reais), para esse cargo. Assim, o valor a ser concedido é de **R$ 720,00** (setecentos e vinte reais).
Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

JESSYKA CUNHA DA COSTA
Secretária Municipal de Administração
Mat. 3344

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:8E760E97

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 01070001/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 01070001/2019

CONTRATO Nº: 01070001/2019
CONTRATANTE:Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93
CONTRATADA: Poty Serviços De Saúde Ltda, CNPJ/MF N.º 33.152.350/0001-22
OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de 30.08.2019 a 31.10.2019
AMPARO LEGAL: Cláusula Quinta do Contrato e artigo 57, da Lei nº 8.666/93
DATA DA ASSINATURA: 30.08.2019

Publicado por:
Maria Stela Pereira
Código Identificador:1A9778B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1328/2019 DE 04 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 02/2009, de 02 de janeiro de 2009 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina à Secretaria de Finanças desta município, depois observar as exigências legais, e que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 05 (duas) diária (s) no valor do montante de R$: 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) ao (a) senhor (a), **Juliana Mirella de Carvalho** para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de Assu/RN, no(s) dia(s), 09 a 13 de setembro de 2019, para participar capacitação de Supervisores do Programa Criança Feliz

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 04 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:71E7A297

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 01070003/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 01070003/2019

CONTRATO Nº: 01070003/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE APODI/RN
CNPJ/MF Nº: 14.773.920/0001-57
CONTRATADA: POTY SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, CNPJ N.º 33.152.350/0001-22
OBJETO; PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 30/08/2019 a 31/10/2019.
AMPARO LEGAL: CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO E ART. 57 DA LEI 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 30/08/ 2019

Publicado por:
Maria Stela Pereira
Código Identificador:9347BEC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 01070002/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 01070002/2019

CONTRATO Nº: 01070002/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APODI/RN
CNPJ/MF Nº: 11.424.658.0001/47
CONTRATADA: POTY SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, CNPJ N.º 33.152.350/0001-22
OBJETO; PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA: 30/08/2019 a 31/10/2019.
AMPARO LEGAL: CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO E ART. 57 DA LEI 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 30/08/ 2019

Publicado por:
Maria Stela Pereira
Código Identificador:A1389746

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N º 185/2019 – GP

Dispõe sobre a concessão de Licença não remunerada a Servidora Bruna de Paiva Maia e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREZ,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, V da Lei Orgânica do Município – LOM.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença não Remunerada por 02 (dois) anos a Servidora **BRUNA DE PAIVA MAIA**, servidora pública municipal, titular do cargo público de provimento efetivo de "Digitadora", inscrita na matrícula 09.583, vinculada à Secretaria Municipal do Educação, com base nos Arts. 79, VI, e 85, caput, amos da Lei Complementar Municipal nº 003, de 04 de dezembro de 1997 (Regime Jurídico dos Servidores do Município).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Em Arez/RN, Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
CPF (MF) Nº 026.464.044-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:8C94754D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº DO ATO: 02.011.3458/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA
N.º 3458/2019

Favorecido: G. H. CONSTRUTORA E SERVICO LTDA
Documento: 10.560.650/0001-45
Endereço: Praça Vereador Luiz Paulino Cabral, 318A - Centro - Assu/RN - CEP.: 59.650-000
Secretária: 02.011 - SEC. MUN. DE INFRA ESTR. TRANSP. E SERV. PUBLICOS

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.001/2019	01/08/2019	216/2019	28/08/2019	000.124	28/08/2019

Valor R$ 92.451,63 (noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos)
Especificação: Contratação especializda em prestação de servico terceirizados - mão de obras, a fim de atender as necessidades das Unidades Administrativas pertencentes a Prefeitura Municipal de Baraúna
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 05/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:C6721B47

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº DO ATO: 02.006.3454/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA
N.º 3454/2019

Favorecido: G. H. CONSTRUTORA E SERVICO LTDA
Documento: 10.560.650/0001-45
Endereço: Praça Vereador Luiz Paulino Cabral, 318A - Centro - Assu/RN - CEP.: 59.650-000
Secretária: 02.006 - SEC. MUN. DE GESTÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.001/2019	01/08/2019	744/2019	28/08/2019	000.119	28/08/2019

Valor R$ 3.137,29 (três mil, cento e trinta e sete reais e vinte e nove centavos)
Especificação: Contratação especializda em prestação de servico terceirizados - mão de obras, a fim de atender as necessidades das Unidades Administrativas pertencentes a Prefeitura Municipal de Baraúna
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 05/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:F7999223

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº DO ATO: 02.005.3457/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA
N.º 3457/2019

Favorecido: G. H. CONSTRUTORA E SERVICO LTDA
Documento: 10.560.650/0001-45
Endereço: Praça Vereador Luiz Paulino Cabral, 318A - Centro - Assu/RN - CEP.: 59.650-000
Secretária: 02.005 - SEC. MUN. DE GESTÃO ADMINIST. E REC. HUMANOS

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.004/2019	01/08/2019	421/2019	28/08/2019	000.120	28/08/2019

Valor R$ 13.427,99 (treze mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos)
Especificação: Contratação especializda em prestação de servico terceirizados - mão de obras, a fim de atender as necessidades das Unidades Administrativas pertencentes a Prefeitura Municipal de Baraúna
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 05/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:E96ED55C

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº DO ATO: 02.008.3455/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA
N.º 3455/2019

Favorecido: G. H. CONSTRUTORA E SERVICO LTDA
Documento: 10.560.650/0001-45
Endereço: Praça Vereador Luiz Paulino Cabral, 318A - Centro - Assu/RN - CEP.: 59.650-000
Secretária: 02.008 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCACAO

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.005/2019	01/08/2019	862/2019	28/08/2019	000.122	28/08/2019

Valor R$ 24.632,21 (vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos)
Especificação: Contratação especializda em prestação de servico terceirizados - mão de obras, a fim de atender as necessidades das Unidades Administrativa pertencentes a Prefeitura Municipal de Baraúna
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 05/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:9DA78C76

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
Nº DO ATO: 02.013.3453/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA
N.º 3453/2019

Favorecido: G. H. CONSTRUTORA E SERVICO LTDA
Documento: 10.560.650/0001-45
Endereço: Praça Vereador Luiz Paulino Cabral, 318A - Centro - Assu/RN - CEP.: 59.650-000
Secretária: 02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.021/2019	01/08/2019	1304/2019	28/08/2019	000.121	28/08/2019

Valor R$ 29.989,53 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos)
Especificação: Contratação especializda em prestação de servico terceirizados - mão de obras, a fim de atender as necessidades das Unidades Administrativa pertencentes a Prefeitura Municipal de Baraúna
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 05/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:405E1D78

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADOS A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BARAÚNA/RN. As especificações técnicas do objeto deste Pregão estão contidas no Termo de Referência do edital

Considerandoo que dispõe a Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores.

Considerandoainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Presencial SRP nº 027/2019 – Processo Administrativo nº 158/2019, encaminhado pelo Pregoeiro Municipal.

Considerandoo parecer jurídico expedido pela procuradoria geral do município relativo ao processo epigrafado.

Considerandoque não fora demonstrado intenção de recurso quanto aos atos praticados pelo Pregoeiro Municipal quando da publicação do resultado final.

Considerando,finalmente que preconizado no inciso XXI, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

Com base nas informações supra, **HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresentam as empresas:**MM AVIAMENTOS E MATERIAL SERIGRÁFICO LTDA ME, CNPJ: 12.018.070/0001-56**, vencedora do item nº 01, perfazendo o valor global de R$ 12.440,00 (doze mil, quatrocentos e quarenta reais), e a empresa:**RUBENS CASTILHO DINIZ JÚNIOR - MEI, CNPJ: 27.545.583/0001-92**, vencedora do item nº 02, perfazendo o valor global de R$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais)

Dê-se ciência e

Cumpra-se

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:33B2AD28

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADOS A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BARAÚNA/RN. As especificações técnicas do objeto deste Pregão estão contidas no Termo de Referência do edital

Na qualidade de Pregoeiro do Município de Baraúna/RN, Portaria nº 005/2019, de 02 de janeiro de 2019, e, no uso de minhas atribuições legais com espeque na Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93.

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

Considerando, que do resultado final após diversas negociações e análise de amostras não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando, finalmente que preconizado no inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002;

Considerando o parecer jurídico expedido pela procuradoria geral do município relativo ao processo epigrafado; e,

Considerandotodo o exposto,**ADJUDICO**o presente procedimento de licitação, que apresentou a empresa:**MM AVIAMENTOS E MATERIAL SERIGRÁFICO LTDA ME, CNPJ: 12.018.070/0001-56**, vencedora do item nº 01, perfazendo o valor global de R$ 12.440,00 (doze mil, quatrocentos e quarenta reais), e a empresa:**RUBENS CASTILHO DINIZ JÚNIOR - MEI, CNPJ: 27.545.583/0001-92**, vencedora do item nº 02, perfazendo o valor global de R$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais).

Dê-se ciência e

Cumpra-se

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro da Prefeitura de Baraúna/RN

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:268881FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 177/2019, 30 DE AGOSTO DE 2019

Exonera a Coordenadora de Comunicação Social do município de Baraúna e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Baraúna, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a senhora **Ervili Caroline dos Santos Medeiros** do cargo de **Coordenadora de Comunicação Social do município de Baraúna**, nível **CC3** com lotação na **Chefia de Gabinete do Município de Baraúna.**

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua assinatura.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Centro Administrativo Francisco Bezerra Sobrinho
Gabinete da Prefeita
Baraúna- RN, 30 de agosto de 2019.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:4F771286

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 116/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2019

A Secretaria de Administração do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Srª. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 152/2019 relativo à Dispensa de Licitação nº 108/2019, contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviço em **CURSO ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS E DESPESA PÚBLICA**, sendo este realizado no dia 06 de setembro de 2019, no Hotel Sabino Palace localizado na Av Presidente Dutra, 1744- Alto de São Manuel- Mossoró/RN. De acordo com as eventuais solicitações desse Município, junto à Pessoa Jurídica: **CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICICPAL E EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ: 27.073.834/0001-83**, com sede a Av. Alberto Maranhão,1505-1º andar, Centro, Mossoró/RN, *com fulcro do Art 25 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O processo de Dispensa de Licitação encontra-se fundamentado no inciso II do Art 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24- É dispensável a licitação:
I(...)
II–para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em Conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento.

Dessa forma, partido do viés da ordem cronológica como pressuposto essencial para os conhecimentos dos servidores desse município, essa dispensa visa oportunizar a capacitação desses para adquirir conhecimento de alta capacidade profissional e assim atender os requisitos da administração no tocante ordem cronológica de pagamentos e despesa pública, pois o mesmo trará excelência na execução dos trabalhos realizados.

Justifica-se a contratação da Pessoa Jurídica: **CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICICPAL E EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ: 27.073.834/0001-83**, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Baraúna e demais unidades administrativas, sendo de extrema necessidade por se tratar de evento de capacitação promovido para atualização e aperfeiçoamento de servidor, na execução das atividades licitatória.

Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSA DE LICITAÇÃO, com** fundamento no **Art. 24, da Lei n° 8666/93,** e Parecer Jurídico de lavra da Srº. Gustavo Mendes de Almeida, Procurador do Município de Baraúna/RN, que em seu bojo foi favorável à contratação junto à Pessoa Jurídica: **CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICICPAL E EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ: 27.073.834/0001-83**, no **valor global estimado de R$ 1.120,00 (um mil, cento e vinte reais),** conforme os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 30 de julho de 2019.

ANDERCIO FABRÍZIO BARBOZA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:FC7AC52F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 116/2018 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2018

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação da Pessoa Jurídica: **CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICICPAL E EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ: 27.073.834/0001-83, no valor global estimado de R$ 1.120,00 (um mil, cento e vinte reais)**, referente ao **SERVIÇO** pleiteado pela Secretaria Municipal de Administração de Baraúna/RN destinado à contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de capacitação, de acordo com as eventuais solicitações desse Município. RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação do Ilmo. Sr. **Adércio Fabrizio Barboza**, Secretário Municipal de Administração de Baraúna/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 31 de julho de 2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:95B5E6FD

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 182/2019.

O Pregoeiro do Município de Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que está aberta ***licitação exclusiva ME/EPP*** na modalidade Pregão Presencial SRP nº 031/2019 - Processo Administrativo n° 182/2019, "MENOR PREÇO POR ITEM" para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À EVENTUAL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**. A sessão pública dar-se-á às 11h30 do dia 23 de setembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN. O Edital estará à disposição dos interessados na sede do Executivo Municipal no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site: http://licitafacil.tce.rn.gov.br ou pelo e-mail: licitabarauna@gmail.com.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:0481F19A

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 029/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 174/2019.

O Pregoeiro do Município de Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que está aberta ***licitação híbrida (item exclusivo ME/EPP e item ampla concorrência)*** na modalidade Pregão Presencial SRP nº 029/2019 - Processo Administrativo n° 174/2019, "MENOR PREÇO POR ITEM" para o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESSALINIZADORES, MEMBRANAS, FILTROS E SOLUÇÃO ANTI-INCRUSTANTE EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE DE BARAÚNA/RN**. A sessão pública dar-se-á no dia 23 de setembro de 2019, às 15h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN. O Edital estará à disposição dos interessados na sede do Executivo Municipal no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site: http://licitafacil.tce.rn.gov.br ou pelo e-mail: licitabarauna@gmail.com.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:2B221613

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 032/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 183/2019.

O Pregoeiro do Município de Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que está aberta ***licitação exclusiva ME/EPP*** na modalidade Pregão Presencial SRP nº 032/2019 - Processo Administrativo n° 183/2019, "MENOR PREÇO POR ITEM" para o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN**. A sessão pública dar-se-á às 9h do dia 24 de setembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN. O Edital estará à disposição dos interessados na sede do Executivo Municipal no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site: http://licitafacil.tce.rn.gov.br ou pelo e-mail: licitabarauna@gmail.com.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:8DDC23AF

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 030/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 180/2019.

O Pregoeiro do Município de Baraúna/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que está aberta ***licitação exclusiva ME/EPP*** na modalidade Pregão Presencial SRP nº 030/2019 - Processo Administrativo n° 180/2019, "MENOR PREÇO POR ITEM" para o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À AQUISIÇÃO DE "KIT BEBÊ" (BANHEIRA, FRALDA INFANTIL, TOALHA, SABONETE, SHAMPOO, COLÔNIA E ITENS CORRELATOS) POR MEIO DO PROJETO MÃE FELIZ EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE BARAÚNA/RN**. A sessão pública dar-se-á às 09h do dia 23 de setembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN. O Edital estará à disposição dos interessados na sede do Executivo Municipal no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site: http://licitafacil.tce.rn.gov.br ou pelo e-mail: licitabarauna@gmail.com.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:C624C187

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 027/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Eletrônico SRP nº 027/2019, realizada em 24/07/2019, a saber:
Objeto: **Registro de preços para futura aquisição de bens permanentes (materiais de informática e mobiliários) para atender as necessidades dos programas da Assistência Social do Município de Boa Saúde: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Programa Bolsa Família / Cadúnico e Criança Feliz, e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, de acordo com as especificações constantes dos termos de referência, do edital e demais anexos.**
BETA SOLUTION COMERCIO ELETRO ELETRONICOS LTDA- CNPJ: 11.028.345/0001-70, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 4, 5, 6 ; totalizando o valor de **R$ 7.008,00 (sete mil e oito reais)**.
G H P S BARRETO- CNPJ: 27.103.616/0001-44, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 7, 8 ; totalizando o valor de **R$ 3.029,10 (três mil e vinte e nove reais e dez centavos)**.
LM MALHEIRO- CNPJ: 40.761.843/0001-25, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 16 ; totalizando o valor de **R$ 119,32 (cento e dezenove reais e trinta e dois centavos)**.
M.K. DE AZEVEDO ARAÚJO DUTRA DANTAS- CNPJ: 21.062.777/0001-50, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 10, 14, 15, 17, 18 ; totalizando o valor de **R$ 3.249,00 (três mil, duzentos e quarenta e nove reais)**.
PREVIEW INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETR- CNPJ: 02.544.606/0001-13, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 9 ; totalizando o valor de **R$ 4.470,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta reais)**.

SENTINELA DO VALE COMERCIAL EIRELI- CNPJ: 29.843.035/0001-74, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 13 ; totalizando o valor de **R$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)**.
TIC MAKER COMERCIO E SERVIÇOS DE TI EIRELI- CNPJ: 28.622.432/0001-53, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 11, 12 ; totalizando o valor de **R$ 3.848,50 (três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)**.

Boa Saúde/RN, em 05 de setembro de 2019

GIRLANDIO DOS SANTOS NASCIMENTO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:2C788A00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Torna sem efeito a publicação do Termo de Homologação publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 14/06/2017, edição nº 1536. Tendo em vista a impossibilidade de aquisição do referido imóvel dado a expiração da vigência.

HOMOLOGO todos os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria nº 124/2017-GP, no procedimento Chamada Pública n° 002/2017, em favor da pessoa jurídica W D TEOTONIO DA SILVA ME inscrito no CNPJ sob n° 07.248.468/0001-49, com proposta no valor global de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), nos termos do julgamento da ata da sessão de análise das propostas.

Boa Saúde/RN, 05 de junho de 2017.

MARIA EDICE FRANCISCO E FÉLIX
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:41219C29

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 17050001 - **PREGÃO PRESENCIAL:** 20/2018 - **CONTRATO** Nº 106
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: PEDRA CONSTRUÇÃO LTDA; CNPJ: 40.777.690/0001-04
OBJETO: Contratação do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº 16/2018 do PP nº 20/2018 referente a aquisição de material de consumo diversificado (material para construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico e sanitário), destinados à manutenção, de forma corretiva e preventiva, dos prédios da Administração Pública do Município de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 133.750,25 (cento e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos)
DATA DE ASSINATURA: 05/09/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05/09/2019 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Jeffson Galvão Rodrigues; CPF n° 065.328.664-31
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:AA0791AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 107

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 17050001 - - **PREGÃO PRESENCIAL:** 20/2018 **-CONTRATO** Nº 107
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: W D TEOTONIO DA SILVA ME; CNPJ: 07.248.468/0001-49
OBJETO: Contratação do saldo remanescente da Ata de Registro de Preços nº 16/2018 do PP nº 20/2018 referente a aquisição de material de consumo diversificado (material para construção, pintura, ferramentas e acessórios, elétrico, eletrônico, hidráulico e sanitário), destinados à manutenção, de forma corretiva e preventiva, dos prédios da Administração Pública do Município de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 225.050,96 (duzentos e vinte e cinco mil e cinquenta reais e noventa e seis centavos)
DATA DE ASSINATURA: 05/09/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05/09/2019 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Waltemberg Diniz Teotonio da Silva; CPF n° 036.102.064-38
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:04045BBD

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO Nº 56/2019

Reconheço a Dispensa de Licitação, parte integrante do Processo nº 3643/19 fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) STENIO DA SILVA SOUSA - EIRELI , CNPJ: 32.137.769/0001-42 referente à Contratação de empresa para serviços de locação de trator D4 ou similar para manutenção de limpeza do aterro controlado do Município de Boa Saúde/RN, pelo valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilma. Sr.ª Ana Carolina dos Santos Costa, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Boa Saúde/RN, 05 de setembro de 2019

MARIA EDICE FRANCISCO E FÉLIX
Prefeita

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:17040F0B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO DE N° 127 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 127 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.
CONTRATANTE: Município de Bodó/RN, inscrito no CNPJ sob n°. 01.612.374/0001-20. **CONTRATADO(A) DAMIÃO JOAQUIM DA SILVA NETO**, inscrito(a) no CPF sob n°.071.678.384-38, **OBJETO: ADVOGADO-CREAS**, **VIGÊNCIA**: 05 de setembro a 05 de novembro de 2019. Podendo ser prorrogável por mais 06(seis) meses. Amparado pelo Processo Seletivo Simplificado 001/2019. **VALOR MENSAL:** R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mais adicionais previstos por lei. **ORIGEM DOS RECURSOS:** Secretaria Municipal de Assistência Social, **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei Municipal n°. 251/2018.

Bodó/RN, 05 de setembro de 2019. MUNICÍPIO DE BODÓ –

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:B6666C6B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE Nº. 063 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019 - GP

PORTARIA DE Nº. 063 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019 - GP

O Prefeito Municipal de Bodó/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, inciso V e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o(a) Sr(a). JULIANO RAPOSO SILVA, inscrito(a) no CPF/MF sob nº. 836.999.294-34, do cargo em provimento de comissão PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO Símbolo CC-1, integrante do Quadro de Pessoal deste Município, lotado(a) na Procuradoria Geral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições ao contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Bodó RN, 05 de setembro de 2019.

MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:817112C3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO DE N° 147 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.

EXTRATO DO CONTRATO DE N° 147 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BODÓ/RN, INSCRITO NO CNPJ SOB N°. 01.612.374/0001-20. **CONTRATADO: MUSICAL LTDA-EPP.** CNPJ: 08.363.806/0001-56 **OBJETO: AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS. VALOR GLOBAL:** R$ 2.362,00 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais) **ORIGEM DOS RECURSOS: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:** art. 24, II, da Lei Federal n°.8.666/93.

Bodó/RN, 03 de setembro de 2019.

Município de Bodó
MARCELO MARIO PORTO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Isabele Souza Luiz
Código Identificador:25288233

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019 CONVOCAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019
CONVOCAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN, vem CONVOCAR a empresa **ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME**, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.657.875/0001-99**, vencedora na Licitação – **TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019**, para comparecer à sede da Prefeitura Municipal, à Rua São Pedro, S/N, Centro, Caiçara do Norte/RN, para fins de assinatura do Contrato de Prestação de Serviços oriundo do certame em referência, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. O não atendimento a presente ensejará na desclassificação do licitante infrator.

Caiçara do Norte/RN, em 05 de setembro de 2019.

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amarildo Elias de Morais Filho
Código Identificador:EE296BEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 055/2019-PMCN/GP

Exonera servidor que exerce o cargo comissionado de Coordenador de Esporte do Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *EXONERAR* o servidor que exerce o cargo comissionado de Coordenador de Esporte do Município de Caiçara do Norte/RN, o senhor ALEXANDRE SILVESTRE DE LIMA, matricula nº 983-1, residente no município de Caiçara do Norte/RN, e portador do CPF (MF): 023.266.614-86.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 03 de Setembro de 2019.

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:4892A552

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 056/2019-PMCN/GP

Exonera servidora que exerce o cargo comissionado de Secretária de Saúde do Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *EXONERAR* a servidor que exerce o cargo comissionado de Secretária de Saúde do Município de Caiçara do Norte/RN, a senhora MANUELLA KELLY DOS SANTOS GUALBERTO, matricula nº 0238-1, residente no município de Caiçara do Norte/RN, e portador do CPF (MF): 096.654.034-43.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 03 de Setembro de 2019.

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:71E920FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 057/2019-PMCN/GP

Nomeia para exercer Cargo em Comissão de Secretária de Saúde Pública do Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *NOMEAR* para exercer o Cargo em Comissão de Secretária de Saúde Pública do Município de Caiçara do Norte/RN, a senhora JAQUELINE GUALBERTO SILVA DE ANDRADE, residente no município de Caiçara do Norte/RN, portadora do CPF (MF): 444.594.674-53.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 03 de Setembro de 2019..

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:AC1D9114

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 058/2019-PMCN/GP

Nomeia para exercer Cargo em Comissão de Secretário de Turismo do Município de Caiçara do Norte/RN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal do dia 07 de Novembro de 1997 e com fulcro no Lei Complementar Municipal nº 131/2010:

Resolve,

Art. 1º. *NOMEAR* para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Turismo do Município de Caiçara do Norte/RN, o senhor ALEXANDRE SILVESTRE DE LIMA, residente no município de Caiçara do Norte/RN, e portador do CPF (MF): 23.266.614-86.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor imediatamente, independentemente de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN, em 03 de Setembro de 2019..

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito Municipal de Caiçara do Norte/RN

Publicado por:
Diego Maradona de Almeida Rodrigues
Código Identificador:D56596C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2019

Município de Caicó/ RN – Secretaria Municipal de Saúde
PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2019– PROC. LIC. SMSC/ RN N° 190731560

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Caicó – RN; PROMITENTE CONTRATADA: VIDAFARMA – FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.524.849/0001-03, OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS II**; VALOR GLOBAL R$ 268.259,00 (Duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais)VALIDADE: termo inicial em 23 de agosto de 2019 e termo final em 23 de agosto de 2020; MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial; SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Promitente Contratante e VIDAFARMA – FARMÁCIAS DE MANIPULAÇÃO EIRELI - pelo Promitente Contratada.

Caicó / RN, 23 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:AA75E2FB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2019

Município de Caicó/ RN – Secretaria Municipal de Saúde
PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2019– PROC. LIC. SMSC/ RN N° 190731560

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2019

PROMITENTE CONTRATANTE: Município de Caicó – RN; PROMITENTE CONTRATADA: empresa ESTRATTI VEGETALI FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 04.162.170/0001-23, OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS II**; VALOR GLOBAL R$ 2.160,00 (Dois mil, cento e sessenta reais),VALIDADE: termo inicial em 23 de agosto de 2019 e termo final em 23 de agosto de 2020; MODALIDADE LICITATÓRIA: Pregão Presencial; SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Promitente Contratante e ESTRATTI VEGETALI FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO EIRELI EPP - pelo Promitente Contratada.

Caicó / RN, 23 de agosto de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:472F8684

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO N° 098/2019

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO N° 098/2019
DISPENSA N° 066/2019– PROC. ADMINIST. MC/ RN N° 2019.07.31.0033

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**; CONTRATADA; **LATICÍNIO SANTA TEREZINHA LTDA,** inscrito no CNPJ 02.294.233/0001-70; OBJETO: **Locação de imóvel para compor a sede da Secretaria Municipal do Infraestrutura e Serviços Urbanos e da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como, servir de local edificado para depósito de materiais e garagem da frota de automóveis e maquinário desta municipalidade**; VALOR GLOBAL: R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Código de Atividade: 2.11000.11011.20.122.7.2.30; Elemento da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (PJ); Fonte : 1001; VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2019 a 04 de setembro de 2024.

Caicó/RN, 04 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:EDEB1A23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2019

Ref. Processo Licitatório SMSC/RN nº 190808563
O Município de Caicó/RN, através do Pregoeiro Oficial da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente instituído pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria Municipal nº 231/2019, comunica aos interessados que o certame licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2019**, tipo Menor Preço, adjudicação por item, destinado ao **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE MATERIAL HOSPITALAR PERIGOSOS POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS CINZAS DESSES MATERIAIS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL (LIXO HOSPITALAR),** será ADIADO, em virtude da apreciação do pedido de impugnação apresentado pelas empresas: **BRASCOM GESTÃO AMBIENTAL LTDA (CNPJ 11.863.530/0001-80)** e **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA (CNPJ 01.568.077/0002-06)**, que possivelmente poderá gerar alterações no Edital. Após serem realizadas as possíveis alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo e-mail: licitacaosms@hotmail.com.

Caicó/ RN, 05 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro da SMSC

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:DCD69F3F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO REF. TOMADA DE PREÇOS N° 006/2019 – PROC. LICITATÓRIO N° 190731562

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/RN, através da CPL, devidamente instituída pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através de Portaria Municipal nº 231/2019, no uso das suas atribuições legais, vem tornar pública a abertura do **Processo Licitatório SMSC/RN nº 190731562**, na modalidade **Tomada de Preços nº 006/2019**, do tipo **menor preço**, adjudicação por **item**, visando a **Contratação dos serviços de empresa especializada para elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, com indicação de áreas/setores insalubres, e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCSMO, junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme preceitua as Normas Regulamentadoras n°. 07, 09 e 32, do Ministério do Trabalho e Emprego. No dia 23 de setembro de 2019, às 08:00 horas**, será realizado o credenciamento dos representantes dos licitantes e recebimento do Certificado de Registro Cadastral, e recebimento e abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA.O Edital contendo maiores informações será disponibilizado no dia 09 de setembro de 2019, na Sala das Licitações, situada na Rua Homero Alves, S/N – Conjunto Vila do Príncipe, Caicó/RN, e no sítio virtual www.caico.rn.gov.br.

Caicó/RN, 02 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Presidente da CPL SMSC

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:B22DC71C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO DESERTO Nº 076/2019

Processo Licitatório MC/RN nº **2019.06.19.0003**

O Município de Caicó/RN, através do seu Presidente Oficial, devidamente instituído pelo Sr. Prefeito Municipal através da Portaria Municipal nº 559/2019, torna público que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados, o certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 076/2019, tipo MENOR PREÇO por ITEM: **OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro Automotivo para AMAROK placa QGQ – 4A97.** E nada mais havendo a ser dito ou questionado, o pregoeiro deu por encerrado os presentes trabalhos.

Caicó/RN, 05 de setembro de 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:B3EE19A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 005

CONTRATANTE: Município de Caicó/RN; CONTRATADA: R & R SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME; OBJETO: O presente aditamento tem por objetivo proceder à alteração da Cláusula Décima Quinta – Da Vigência e Prorrogação, tendo por termo inicial em 01 de agosto de 2019 e termo final em 29 de setembro de 2019. SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Contratante e Renan de Aquino Meireles – pela Contratada.

Caicó/ RN, 05 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe de Medeiros Pereira Costa
Código Identificador:8ADA4A4D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 002

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 010/2017 – PROC. ADMINIST. Nº 1705250015

CONTRATANTE: Município de Caicó/RN; CONTRATADA: CONSTRUTORA BEIJA FLOR LTDA; OBJETO: Execução dos

Serviços de Construção da Praça no Bairro Soledade.; **ONDE SE LÊ:** DA FORMA DE PAGAMENTO: Pela execução dos serviços, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância global de **R$ 87.127,56** (oitenta e sete mil cento e vinte sete reais e cinquenta e seis centavos), a ser desembolsada de acordo com a medição apresentada pela empresa contratada e aceita pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos; VIGÊNCIA: a partir da data de sua subscrição; SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Contratante e Francisco Antônio Bezerra do Vale – pela Contratada. **LEIA-SE:** O presente aditamento tem por objetivo proceder à alteração da Cláusula Décima Quinta – Da Vigência e Prorrogação, tendo por termo inicial em 17 de julho de 2019 e termo final em 13 de novembro de 2019. SUBSCRITORES: Robson de Araújo – pelo Contratante e Francisco Antônio Bezerra do Vale – pela Contratada.

Caicó/ RN, 05 de setembro 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe de Medeiros Pereira Costa
Código Identificador:E76031E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 893 / 2019

PORTARIA Nº. 893 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.08.29.0035**.

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária **ANTONIA REJANE PEREIRA DA SILVA,** Merendeira, matrícula nº 1.5482, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:2892FC1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 894 / 2019

PORTARIA Nº 894 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V e pela Lei n° 5.166 de 12 de abril, Art. 1°, parágrafo 1° e Art. 3º e de acordo conformidade com o Processo nº 2019.09.05.0001,

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - GTIDE, a servidora **MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS**, matrícula nº 1.1646, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cedida para prestar serviços na Secretaria Municipal de Administração, conforme Portaria nº 617/2019, de 07 de junho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:3067D3AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 895 / 2019

PORTARIA Nº 895 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V,

R E S O L V E:

Art. 1º - **REVOGA** a Portaria nº 839/2019, de 13 de agosto de 2019, que **concedera,** Adicional de Titulação, pela conclusão do Curso de Pós-graduação em Fundamentos Epistemológicos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a funcionária **VANUSIA MARIA DE FARIAS** – Professora PEM-LP/I, matrícula n° 1.5693, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, a contar 13 de agosto de 2019, de revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:439018E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1373/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1373/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**HELIO LEONARDO VALE**
CARGO:	**Motorista**
MATRÍCULA:	11228431
DOCUMENTOS:	CPF: 075.682.914-30
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde
HORÁRIO DE SAÍDA:	02:40 Horas
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SPIN QGQ - 8204
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Conduzir o (a) paciente Ana Sirlaynne de M. Soares, para realizar Ressonância Magnética no Hospital Harmony Medical Center, em Natal/RN, no dia 02.09.2019.	

CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7679105E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1374/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1374/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**PAULO DO NASCIMENTO MOURA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	05.09.9668			
DOCUMENTOS:	CPF: 455.180.254-91	RG: 785.052–SSP/RN		
LOTADO (A):	FUNASA-Cedido a Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:30 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo GOL QGI - 9684**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Marcia Alvares Mariz, para realizar consulta medica no Hospital Onofre Lopes, em Natal/RN, no dia 02.09.2019.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:E7F7B07F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1375/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1375/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**JEAN FONSECA DE AZEVEDO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.122.800			
DOCUMENTOS:	CPF: 043.538.424-47	RG: 1.912.913–SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde – Central de Ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Ambulância QGS - 3160**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Antônio Lopes dos Santos, para realizar radioterapia no Hospital da Liga CECAN, em Natal/RN, no dia 02.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4B48E321

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1376/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1376/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01(uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ABDÊNEGO FELIPE SILVA ANDRADE**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.5357			
DOCUMENTOS:	CPF: 011.945.144-13	RG: 1.825.227–SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**VEICULO Ambulância QGS - 6720**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Raimundo Antônio da Rocha, para realizar consulta no Hospital Ruy Pereira, em Natal/RN. Dia 02.09.2019.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:41CF9B48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1377/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1377/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**EDVANIA RODRIGUES DOS SANTOS**			
CARGO:	Técnica em Enfermagem			
MATRÍCULA:	15605			
DOCUMENTOS:	CPF: 014.205.784-30	RG: 2.459.818		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Ambulância QGS - 6720			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Raimundo Antônio da Rocha, para realizar consulta no Hospital Ruy Pereira, em Natal/RN. Dia 02.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:1E83A000

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1378/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1378/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**RONEY COSTA DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.5499			
DOCUMENTOS:	CPF: 829.035.654-49	RG: 2.455.638-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	22:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Ambulância QGS - 3160			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Sinval Elpidio de Medeiros, que se encontra internado no PA da Unimed em Caicó, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 02.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2F2B537A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1379/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1379/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**SÉRGIO ALEXANDRE DA SILVA**			
CARGO:	**TEC. ENFERMAGEM**			
MATRÍCULA:	6072			
DOCUMENTOS:	CPF: 041.813.354-96	RG: 001.678.350/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	22:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Ambulância QGS - 3160**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Sinval Elpidio de Medeiros, que se encontra internado no PA da Unimed em Caicó, para o Hospital Rio Grande, em Natal/RN, no dia 02.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**02/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 02 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:4EDC94A2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1380/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1380/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ADELCIR AGOSTINHO DOS SANTOS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	10002 – 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 539.687.436-87			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	08:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo SPIN QGQ - 8204**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Nelson Soares de Medeiros, para realizar exame no CECAN, e Davi Alves Nogueira para realizar consulta no hospital Luiz Antônio, em Natal/RN. No dia 03.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**03/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 03 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:AD5B8389

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1381/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1381/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**EZEQUIEL MANUEL S. DE MEDEIROS**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	15243 - 1			
DOCUMENTOS:	CPF: 057.990.554-38			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo GOL QGI - 9684**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Maria Zita Dantas, para realizar exame no Hospital Walter Cantidio, em Fortaleza/CE, no dia 03.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Fortaleza/CE**	**03/09/2019**	**R$ 110,00**	**R$ 110,00**

Importa a quantia de R$ 110,00 (Cento e Dez Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 03 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:7F94AD78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1382/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1382/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ORIONNE KLEBER DOS SANTOS VALE**			
CARGO:	**Motorista**			
MATRÍCULA:	1118978-3			
DOCUMENTOS:	CPF: 082.834.164-80			
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo GOL QGI - 9704			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Ana Cristina Amaro, para realizar consulta medica no Hospital HUOL, em Natal/RN. No dia 03.09.2019				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**03/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 03 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:0087E4AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1383/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1383/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.1027			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.073.588-33	RG: 1.290.499-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	03:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Ambulância QGS - 6720			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Dagley Vanesca Cabral, para realizar consulta medica no Hospital Luiz Antônio, em Natal/RN, no dia 03.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**03/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 03 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:731422C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1384/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1384/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**JOSÉ ELDES DA SILVA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.4713			
DOCUMENTOS:	CPF: 897.750.904-15	RG: 1.349.853-SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	14:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Ambulância QGS - 2150**			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Necilia Lucia dos Santos, para realizar consulta medica na Clínica CEMED, em Currais Novos/RN. No dia 03.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**03/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 03 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:8BFE0879

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1385/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1385/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARCIENE CRISTIANE MEDEIROS DE SILVA**			
CARGO:	TEC. EM ENFERMAGEM			
MATRÍCULA:	15710-3			
DOCUMENTOS:	CPF: 039.706.314-83	RG: 373683-0		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde – Central Ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	14:30 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Ambulância QGS - 2150			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Acompanhar o (a) paciente Necilia Lucia dos Santos, para realizar consulta medica na Clínica CEMED, em Currais Novos/RN. No dia 03.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**03/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 03 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:DD00AC61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1386/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1386/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):		**JOSÉ ELDES DA SILVA**		
CARGO:		MOTORISTA		
MATRÍCULA:		1.4713		
DOCUMENTOS:		CPF: 897.750.904-15	RG: 1.349.853-SSP/RN	
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		03:00 Horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo Ambulância QGS - 2150**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Randson Gabriel Lima da Silva, para realizar consulta medica no CRI, em Natal/RN. No dia 04.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 04 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:74358D88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1387/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1387/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 1(uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):		**FRANCISCO CANINDÉ BEZERRA**		
CARGO:		MOTORISTA		
MATRÍCULA:		11659		
DOCUMENTOS:		CPF: 637.393.054-87	RG: 980.520-SSP/RN	
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		03:00 Horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		Veículo SPIN QGQ - 8204		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar o (a) paciente Dalison dos Santos Galvão Freire, por ter recebido alta do Hospital João Machado, em Natal/RN. No dia 04.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 04 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:2C287D92

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1388/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1388/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):		**AILTON BEZERRA QUEIROZ**		
CARGO:		MOTORISTA		
MATRÍCULA:		0509635		
DOCUMENTOS:		CPF: 468.112.737-04	RG: 1.684.392-SSP/RN	
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		04:00 horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo GOL QGI - 9704**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Clara Valentina Araújo Ferreira, para realizar procedimento médico de endocrinologia no CECAN, em Natal/RN, no dia 04.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 04 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:473CD3D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1389/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1389/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):		**JUSCIELHO BRITO**		
CARGO:		MOTORISTA		
MATRÍCULA:		15244		
DOCUMENTOS:		CPF: 050.490.804-95	RG: 2.281.010 -SSP/RN	
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		10:50 Horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo Ambulância QGS - 3160**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Conduzir o (a) paciente Josineide Alves de Medeiros, da Unimed em Caicó, para realizar cirurgia de vesícula no Hospital da Unimed, em Natal/RN. No dia 04.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 04 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:D484A5D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1390/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1390/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária (s) sem pernoite, ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARCIO GOMES CAMARA**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	8459-3			
DOCUMENTOS:	CPF: 598.019.724-91		RG: 1.444.174	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
Horário de Saída:	12:50 horas			
Tipo do Transporte:	Veículo SIENA QGK - 9656			
Objetivo da viagem				
Conduzir o (a) paciente Ivanete Maria de Medeiros, para realizar consulta medica na Clínica Humanitare, em Currais Novos/RN, no dia 04.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Currais Novos/RN**	**04/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 (Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 04 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:9C0F6E76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1391/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1391/2019
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 01 (uma) diária(s), sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**PEDRO PEREIRA DE ARAÚJO**			
CARGO:	MOTORISTA			
MATRÍCULA:	1.1027			
DOCUMENTOS:	CPF: 007.073.588-33		RG: 1.290.499-SSP/RN	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde- central de ambulância			
HORÁRIO DE SAÍDA:	12:00 Horas			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo SPIN QGQ - 8204			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Buscar paciente Lauanny Ellen Costa de Araújo, por ter recebido alta hospitalar, aguardava na Casa de Apoio, em Natal/RN, no dia 04.09.2019.				
CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA: SAÚDE				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
01	**Natal/RN**	**04/09/2019**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 80,00 Oitenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 04 de setembro de 2019.

LEILIANE DE ALBUQUERQUE DANTAS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:3A4FAE4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 731, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Lei nº 731, de 06 de setembro de 2019.

Institui no calendário oficial do Município "o Dia Municipal do Ciclista", no âmbito do Município de Canguaretama, a ser comemorado no dia 15 de fevereiro e dá outras Providências.

Eu, **Maria de Fátima Borges Marinho, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA-RN, FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1° - Fica instituído o Dia do Ciclista no Município de Canguaretama, a ser celebrado no dia 15 de fevereiro de cada ano.
Art. 2° - São os objetivos deste dia:
I — Difundir o uso da bicicleta, tanto na forma de exercício físico, quanto como meio de transporte;
II — Promover a conscientização da importância do ciclismo e da prática de esportes como instrumentos de qualidade de vida;
Ill — Desenvolver o mútuo respeito entre ciclistas, motoristas e pedestres.
Art. 3° - O Poder Executivo poderá promover a divulgação do "Dia Municipal do Ciclista", realizando torneios e provas, palestras, seminários, painéis e quaisquer outros eventos que tenham por objetivo ressaltar a figura do homenageado e mobilizar e sensibilizar a sociedade civil acerca dos benefícios do uso da bicicleta para a saúde, meio ambiente e para o trânsito
Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Octavio Lima, Canguaretama-RN, 06 de setembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita

*Projeto de Lei de Autoria do Vereador **Márcio de Vasconcelos.**

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:CB1F0508

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº 732, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

Lei nº 732, de 06 de setembro de 2019.

Institui o PROGRAMA BOLSA ATLETA MUNICIPAL no Município de Canguaretama/RN e dá outras providências.

Eu, **Maria de Fátima Borges Marinho, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA-RN, FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1° - Fica instituído no Município de Canguaretama o Programa Bolsa Atleta Municipal com o objetivo de:
I - Valorizar e apoiar atletas e para-atletas participantes do desporto educacional e, em casos específicos, do desporto de alto rendimento;
II - Incentivar Jovens valores;
III - Desenvolver a prática do esporte como meio de promoção social, mediante a concessão de balsas remuneradas, incentivo técnico e materiais.
§ 1º - O desporto não profissional é prioritário, podendo, através de autorização legislativa, o Município, cooperar para o desporto profissional.
§ 2° - O programa Bolsa-Atleta Municipal atenderá às modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas constantes dos programas da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com prioridade àquelas em que o Município vem representando em eventos oficiais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.
Art. 2° - O programa de que trata essa lei consistirá em apoio financeiro, técnico e material a atletas, para-atletas não profissionais e atleta-guia, por meio da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Art. 3° - A Bolsa-Atleta Municipal será concedida por um prazo máximo de 12 (doze) meses.
Art. 4° - Caberá a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer a decisão pela concessão e renovação da Bolsa-Atleta para cada um dos beneficiários do Programa.

Art. 5º - Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta Municipal, o interessado deverá preencher cumulativamente os seguintes requisitos:
I - Estar vinculado a alguma entidade de administração desportiva e paradesportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;
II - Ter participado de competições esportivas e paradesportiva oficiais em âmbitos municipais, estaduais, nacionais e internacionais no ano imediatamente anterior àquela em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;
III — Não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas físicas e jurídicas sem prévia anuência da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
IV — Apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito municipal, estadual, nacional e/ou internacional;
V - Apresentar autorização dos pais ou responsável legal e comprovante de matricula em instituição de ensino pública ou privada, no caso de atleta com menos de 18 (dezoito) anos de idade.
§ 1º - Com o deferimento concessão da Bolsa-Atleta Municipal, o requerente compromete-se a representar o Município ou entidades municipais, em competições promovidas ou consideradas de interesse da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer ou de interesse desportivo estadual, nacional ou internacional.
§ 2° - O Atleta beneficiado com o bolsa-Atleta oferecerá como contrapartida, autorização para uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município de Canguaretama e da Secretaria de Esporte e Lazer em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e Marketing.
§ 3º - Poderá a qualquer tempo ser dispensado o requisito do inciso II por decisão do Conselho Municipal de Esportes ou em caso da ocorrência de situação excepcional, como a de atleta, para-atleta ou atleta-guia com desempenho excepcional, fixação de domicílio neste Município em razão de emprego ou estudo ou contra questão extraordinária, ficando neste caso facultada apresentação de plano de participação de que trata o inciso IV com periodicidade inferior a 01 (um) ano.
§ 4ªº - A concessão da Bolsa-Atleta Municipal fica limitada a uma por atleta, para-atleta não profissionais e atleta-guia.
§ 5º - O Atleta-guia, para pleitear a concessão da bolsa, deverá atender aos dispostos previstos nos incisos I a V deste artigo e ainda apresentar documento fornecido por pessoa ou órgão competente, que o para-atleta com quem compete necessita de atleta-pessoa ou órgão competente, que o para-atleta com quem compete necessita de atleta-guia.
Art. 6° - Os valores da Bolsa-Atleta Municipal que será concedida ao atleta, para-atletas serão subdivididas em categorias:
§ 1° - A Bolsa-Atleta Municipal a ser concedida aos atletas, para-atletas e atletas-guias será definida pelo Conselho Municipal de Esportes, nas categorias estabelecidas no artigo 60 da presente Lei, considerando o histórico do atleta, modalidade, conquistas históricas, competições, medalhas, troféus, categoria na qual se encontra inscrito e a importância do atleta e da modalidade na programação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
§ 2º - Os critérios para a definição do enquadramento dos beneficiários nas Bolsas Atletas Municipais serão definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo.
Art. 7° - A concessão de Bolsa-Atleta Municipal não gera vinculo laborai ou de qualquer natureza com a Administração Pública do Município de Canguaretama/RN, nem com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.
Art. 8º - Será automaticamente desligado do Programa Bolsa-Atleta Municipal o atleta, para-atleta ou atleta-guia que:
1 — Não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário da Secretaria de Esportes e Lazer;
II — Quando convocado, deixar de participar das competições sem motivo, previamente justificado e aceito pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
III — Deixar de atender ao disposto nos §§ 1° e 2°, dos artigos 5° e 10º desta Lei;
IV — For transferido para representação de outro município, estado ou pais sem anuência da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
V — Sofrer punição disciplinar aplicada por qualquer órgão de Justiça Desportiva da respectiva modalidade, por período superior a 90 (noventa) dias;
VI — O atleta-guia que abandonar o para-atleta com quem competia ao pleitear o beneficio perderá o direito à Bolsa-Atleta.
§ 1º - A concessão da Bolsa-Atleta é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender às condições estabelecidas nos critérios de avaliação.
§ 2° - O Conselho Municipal de Esportes tem autonomia para imotivadamente determinar o cancelamento do benefício da concessão da Bolsa-Atleta municipal ao seu beneficiário.
Art. 9º — Para implantação do Programa Bolsa Atleta Municipal, o Poder Executivo poderá firmar convênios com empresas, universidades, organizações não-governamentais (ONG's) e outras esferas governamentais para obter suporte técnico, financeiro e logístico.
Art. 10º — Os beneficiários prestarão contas relativas ao plano de trabalho através de relatório das atividades desenvolvidas na forma e nos prazos fixados em regulamento.
Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Octavio Lima, Canguaretama (RN), 06 de setembro de 2019.

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita

*Projeto de Lei de Autoria da Vereadora **Adriana Carla Carvalho de Albuquerque Teixeira.**

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:7B721339

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SEC. MUNIC. DE INFRA-ESTRUT. E SERV. PÚBLICO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 827009/2019

A Secretaria de Infraestrutura e Serviço Público do Município de Caraúbas/RN, consoante autorização do Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA** Prefeito Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 827009/2019 relativo à Dispensa de Licitação nº 033/2019 para a contratação de Pessoa Jurídica para serviço de reposição de telhado, telha metaliza ou zincada para a quadra José Ricardo do Bairro Leandro Bezerra, do Município de Caraúbas/RN, junto à Pessoa Jurídica: **ANTONIO FRANCISCO DE PUNA 08562718459, CNPJ: 27.370.290/0001-11**, com sede a Rua Bento Neco, nº 22, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000 na cidade de Caraúbas/RN, *com fulcro no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.

Art. 24- É dispensável a licitação:
II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Foi verificada a necessidade urgente de realizar-se a contratação de Pessoa Jurídica para serviço de reposição de telhado, telha metálica ou zincada para a quadra José Ricardo do bairro Leandro Bezerra, do Município de Caraúbas/RN, junto à Pessoa Jurídica: **ANTONIO FRANCISCO DE PUNA 08562718459, CNPJ: 27.370.290/0001-11** com base no inciso II do Art. 24 *da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*.

A contratação deverá recair junto à empresa acima nominada haja vista ter sido a proposta mais vantajosa, de acordo com as pesquisas de mercado e Projeto Básico apresentado.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO, com** fundamento no **Art. 24, inciso II, da Lei n° 8666/93, e** Parecer Jurídico de lavra do Dr. GILSON MONTEIRO DA COSTA Procurador Geral do Município de Caraúbas/RN, que em seu bojo foi favorável à contratação junto à Pessoa Jurídica: **ANTONIO FRANCISCO DE PUNA 08562718459, CNPJ: 27.370.290/0001-11**, no **valor total de R$7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais),** tudo de acordo com os autos acostados a este processo.

Caraúbas/RN, 05 de setembro de 2019.

JOÃO MIGUEL CAMARA ARARUNA
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:8AACCAEE

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 823003/2019

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30 no valor total de R$4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais),** referente ao SERVIÇO pleiteado pela Secretaria de Saúde do município de Caraúbas/RN destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando a realização de procedimento cirúrgico do tipo Gastrotomia sendo pacote cirúrgico incluindo material (sonda), honorários médicos e anestesista.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação da Ilma. Sra. **WILLIANA SAMARA PRAXEDES**, Secretária de Saúde do Município de Caraúbas/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Caraúbas/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:CBCB83D9

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°033/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 827009/2019

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação da Pessoa Jurídica: **ANTONIO FRANCISCO DE PUNA 08562718459, CNPJ: 27.370.290/0001-11, no valor total de R$7.280,00 (sete mil duzentos e oitenta reais)**, referente à **Serviço** pleiteada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Caraúbas/RN destinado à contratação de Pessoa Jurídica para serviço de reposição de telhado, telha metálica ou zincada para a quadra José Ricardo do bairro Leandro Bezerra, do município de Caraúbas/RN.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação do Ilmo. Sr. JOAO MIGUEL CAMARA ARARUNA, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Caraúbas/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Caraúbas/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito do Município de Caraúbas/RN

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:1F195096

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA SEG Nº 132/2019-GP

SÚMULA: *Dispõe sobre concessão de diária a Servidora Municipal e dá outras providências*.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARAÚBAS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 27 da Lei Orgânica do Município - LOM, e com base no Decreto Municipal nº 21/2017, de 03 de agosto de 2017, e no Decreto Municipal nº 09/2018, de 15 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E:
Art. 1º Conceder **01 (uma) diária** no valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, a Sra. **MARIA ISABEL MOTA OLIVEIRA, Assistente Social lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social**, inscrita no CPF/MF sob o nº 968.348.384-49 e portadora da Cédula de Identidade nº 001.456.034 - SSP/RN, para custear suas despesas com locomoção, hospedagem e alimentação face ao seu deslocamento à cidade de **NATAL-RN**, onde irá participar de **OFICINA DE ALINHAMENTO PARA O PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO**, que será realizada no auditório da Escola de Governo, localizado na BR 101, KM 0, Centro Administrativo, no dia **06 de setembro de 2019**.
Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Finanças, incumbida de proceder ao empenho e pagamento da importância requisitada no valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)** para assim atender às despesas mencionadas no ***caput*** do art. 1º desta Portaria.
Parágrafo único. Para efeito de controle e comprovação da execução da despesa, após retorno do citado evento, **no prazo de cinco dias**, o **beneficiário da concessão da diária** deverá **apresentar** relatório de atividades, juntada de certificado ou diploma de participação.
Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Jonas Gurgel, Gabinete do Prefeito de Caraúbas, em 05 de setembro de 2019; 151 Anos da Emancipação Política.

Registre-se, Publique-se e Comunique-se.

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:F13B8BF2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 823003/2019

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caraúbas/RN, consoante autorização do Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA** Prefeito Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 823003/2019 relativo à Dispensa de Licitação n° 032/2019 referente à contratação de Pessoa Jurídica visando a realização de procedimento cirúrgico do tipo gastrotomia sendo pacote cirúrgico incluindo material (sonda), honorários médicos e anestesistas, junto às Pessoas Jurídica: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30** com sede à Av. Mota Neto, nº 26, Aeroporto, Mossoró/RN, CEP 59.607-310 *com fulcro no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.
Art. 24- É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II, do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
Foi verificada a necessidade urgente de realizar-se a contratação de Pessoa Jurídica visando a realização de procedimento cirúrgico do tipo Gastrotomia sendo pacote cirúrgico incluindo material (sonda), honorários médicos e anestesista, junto às Pessoas Jurídica: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30** *com base no inciso II do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.*
Justifica-se a contratação acima mencionada pela necessidade de oferecer este atendimento a um cidadão de família de baixa renda, visto que o mesmo não dispõe de recursos financeiros para esse fim, bem como o seu estado de saúde requer urgentemente este procedimento, pois seu quadro clínico se agrava a cada dia, o que torna necessário e emergente a realização dessa cirurgia. A contratação deverá recair junto às empresas acima nominadas haja vista terem sido as propostas mais vantajosas, de acordo com as pesquisas de mercado e Projeto Básico apresentados.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO, com** fundamento no **Art. 24, inciso II, da Lei n° 8666/93, e** Parecer Jurídico de lavra do Dr. Gilson Monteiro da Costa, Procurador Geral do Município de Caraúbas/RN, que em seu bojo foi favorável à contratação com as empresas: **HOSPITAL SÃO LUIZ - LTDA, inscrita no CNPJ: 16.579.954/0001-30 no valor total de R$4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais)** tendo em vista ser o menor valor dentre as pesquisas de mercado e Projeto Básico apresentadas, tudo de acordo com os autos acostados a este processo.

Caraúbas/RN, 05 de setembro de 2019

WILLIANA SAMARA PRAXEDES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:D72BFF96

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO N. º 021/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA **contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de lavagem de veículos**, sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito e demais secretarias
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
Considerando, o resultado do procedimento de licitação em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente, o que preconiza o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da licitante:
ERIVANALDO MANOEL DA SILVA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.576.606/0001-66**, saiu vencedora no item: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10; com valor total de R$ 27.066,00 (vinte e sete mil, sessenta e seis reais).**

Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DA PAZ DANTAS
Pregoeira

Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DA PAZ DANTAS
Pregoeira

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:2E110EA3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO N. º 023/2019
OBJETO: registro de preço para **locação de veículo tipo Mini Van com condutor**, sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.
Considerando, o resultado do procedimento de licitação em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.
Considerando, que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.
Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.
Considerando, finalmente, o que preconiza o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº. 10.520/2002.

ADJUDICO o presente procedimento em favor da licitante:
PLINIO D DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.291.067/0001-90**, saiu vencedora no item: 01; com valor total de R$ 88.200,00 (oitenta e oito mil, duzentos reais).**

Encaminhe o processo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para deliberação superior.

Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DA PAZ DANTAS
Pregoeira

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:F8571125

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO N. º 023/2019
OBJETO: registro de preço para **locação de veículo tipo Mini Van com condutor**, sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito e da Secretaria Municipal de Saúde.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

Considerando, os atos praticados pela Pregoeira do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.
Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
HOMOLOGO o procedimento em favor da licitante:
PLINIO D DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.291.067/0001-90**, saiu vencedora no item: 01; com valor total de R$ 88.200,00 (oitenta e oito mil, duzentos reais).**

CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da ARP.

Carnaúba dos Dantas/RN, 04 de setembro de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:489CA272

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO N. º 021/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA **contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de lavagem de veículos**, sob a responsabilidade do Gabinete do Prefeito e demais secretarias
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.

Considerando, os atos praticados pela Pregoeira do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do ato adjudicatório.
Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
HOMOLOGO o procedimento em favor da licitante:
ERIVANALDO MANOEL DA SILVA DANTAS, inscrita no CNPJ sob o nº. 32.576.606/0001-66**, saiu vencedora no item: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10; com valor total de R$ 27.066,00 (vinte e sete mil, sessenta e seis reais).**

CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para a assinatura da ARP.

Carnaúba dos Dantas/RN, 05 de setembro de 2019.

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:A9A7BED8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 021/2019

Órgão Gerenciador: Município de Carnaúba dos Dantas/RN – Prefeitura Municipal, CNPJ Nº 08.088.254/0001-15, Fornecedores:
ELENUSCA ELIZANGELA AZEVEDO DANTAS, INSCRITO PELO CNPJ nº 02.191.632/0001-05, saiu vencedora nos itens: 05, 07, 08, 12, 17, 18, 19, 20, 24, 30, 33, 34, 38, 39, 40, 43, 45, 48, 52, 54, 56, 57, 59, 62, 63, 69, 71, 72, 73, 75, 77, 79, 80, 83, 85, 90, 98, 102, 105, 106, 108, 109, 114, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 137, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 153, 156, 157, 169, 173, 175, 178, 181, 183, 187, 189, 194, 195 e 196; com valor total de R$ 194.831,85 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais, oitenta e cinco centavos).
L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA, INSCRITO PELO CNPJ: 19.210.207/0001-19 saiu vencedora nos itens**: 01, 02, 03, 04, 06, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 35, 36, 37, 41, 42, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 76, 78, 81, 82, 84, 86, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 107, 112, 113, 115, 116, 117, 119, 121, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 158, 159, 168, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 179, 180, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193 e 200;** com valor total de R$ 103.273,00 (cento e três mil, duzentos e setenta e três reais).

OBJETO: Registro de preços para Contratação de Empresa de Material Expediente, destinados a atender as necessidades das unidades administrativas descritas a seguir por um período de 12 (doze) meses.**Carnaúba dos Dantas/RN, 30 de agosto de 2019**

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA p/ Órgão Gerenciador e as empresas ELENUSCA ELIZANGELA AZEVEDO DANTAS ME E **L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA p/ Fornecedores.**

Da vigência: A presente ARP terá sua vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

Carnaúba dos Dantas/RN, 30 de agosto de 2019

GILSON DANTAS DE OLIVEIRA
P/ Órgão Gerenciador

E as Empresas

ELENUSCA ELIZANGELA AZEVEDO DANTAS ME E

L MARIA DE ARAUJO PAPELARIA E LIVRARIA
P/ Fornecedores.

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:969B66B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA
BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN, Decreto Municipal 2.423/17 e Decreto Municipal 2.457/18
Marconi Antonio Praxedes Barretto, Prefeito do Município de Ceará-Mirim/RN, no uso de suas atribuições legais, juntamente com o Secretário Municipal de Tributação, o Sr. José Antonio de Souza, e com a Srª Marília da Silva Oliveira, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, vem a público informar, a quem possa interessar, a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento,
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Tributação, para desempenho de suas atividades básicas e essenciais operacionaliza por seus servidores através de inspeções *in locu*, visitas, diligências e demais atividades de campo em veículo automotor locado pelo Município e a disposição desta Secretaria;

CONSIDERANDO sobretudo que o uso contínuo do citado veículo é indispensável ao desenvolvimento regular das atividades da Secretaria Municipal de Tributação e possuem vinculação direta com várias atividades do Poder Executivo Municipal, que não podem sofrer soluções de descontinuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a própria continuidade da atividade fazendária do Município;
CONSIDERANDO o que reza do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; Decreto Municipal Decreto Municipal 2.423/17 e Decreto Municipal 2.457/18 no tocante à ordem cronológica de pagamento;
CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;
CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralização de serviços essenciais aos munícipes, como por exemplo, a paralisação de atividades da Secretaria Municipal de Tributação que dependam do uso do veículo, sobretudo em inspeções *in locu*, visitas, diligências e demais atividades de campo;

CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, ou seja, da própria arrecadação do Município que depende da plena operacionalização de atividades que dependem do uso de sua frota de veículos, assim como que os contribuintes para

regular pagamento de seus tributos necessitam das atividades operacionalizadas através do mesmo (inspeções *in locu*, visitas, diligências e demais atividades de campo) , de modo que a paralisação de tais atividades findaria por causar completa paralisação de atividades essenciais da Secretaria de Tributação;
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais e prestação de serviços essenciais aos munícipes, que atuam direta e indiretamente na segurança na incolumidade e no bem-estar das pessoas e da arrecadação do Município;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa referente a serviços de Locação e manutenção do SIAT – Sistema Integrado de Administração Tributarias, para subsidiar as atividades de arrecadação dos imposto e taxas dessa Secretaria Municipal de Tributação, para o fornecedor: TINUS INFORMATICA LTDA, CNPJ: 35.408.525/0001-45, referente ao empenho nº 502002/2019, Nota 2163, datada de 03/06/2019, do seguinte período: de a 01 a 31/05/2019 – Maio/2019, valor de R$ 7.250,00 Processo: 4297/2019.

Ceará-Mirim/RN, 05 de SETEMBRO de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito do Município de Ceará-Mirim/RN

JOSÉ ANTONIO DE SOUZA
Secretário Municipal de Tributação

MARÍLIA DA SILVA OLIVEIRA
Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:3BFEDF70

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Decreto Municipal nº 2.423/2017
Marconi Antônio Praxedes Barretto, Prefeito do Município de Ceará-Mirim/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com a Secretária Municipal de Educação Básica, a Sra. Letícia Andrade Santos e a Secretária Adjunta de Planejamento e Finanças, a Sra. Marília da Silva Oliveira, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento,
CONSIDERANDO pena de colocar em situação de descontinuidade os trabalhos executados nesta secretaria, no transporte de servidores para a Zona Rural/ Urbano, no desenvolvimento das ações pedagógicas e equipe de manutenção das escolas.
CONSIDERANDO o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada Unidade Gestora, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
CONSIDERANDO o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Decreto Municipal nº 2.437/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;
CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de situação extraordinária;
CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralização das atividades da Secretaria de Educação, haja vista que, não existem em sua frota veículos para executar o referido transporte.
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais previstas nos artigos 205 e 208 da Constituição Federal de 1988, que garantem aos Servidores que necessitam desse transporte para o seu deslocamento para garantir a execução de suas atividades.
Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de despesas referentes a serviços essenciais de locação de veículos utilizados nas locomoções de servidores, para exercer suas funções e seus devidos deslocamentos, do fornecedor: COSTEIRA RENT A CAR EIRELI ME, CNPJ : 08.228.979/0001-61 conforme abaixo:

Empenho/ Ano	Data	N° da NL	Data	N° proc.	Valor
102065/2019	02/01/2019	5586	02/05/2019	6.690	R$ 2.520,00
502022/2019	02/05/2019	5629	03/06/2019	5157/2019	R$ 1.260,00

Ceará-Mirim (RN), 05 de Setembro de 2019

MARCONI ANTÔNIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito do Município de Ceará-Mirim/RN

LETÍCIA ANDRADE SANTOS
Secretária Municipal de Educação Básica

MARÍLIA DA SILVA OLIVEIRA
Secretária Adjunta de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:C1543763

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2019.

O MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26 através do FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CERRO CORÁ/RN, CNPJ nº 10.267.386/0001-56, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que, no próximo dia 18 de setembro de 2019, às 08h00min (horário local), fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, objetivando selecionar propostas de empresas especializadas no fornecimento de Medicamentos visando atender as necessidades das Unidades de Saúde do município de Cerro Corá/RN, de acordo com o Termo de Referência previsto, que fica como parte integrante do processo administrativo. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações e esclarecimentos: (84) 3488-2478 ou pelo E-mail: cpl.pmcerrocora@gmail.com.

Cerro Corá/RN, 05 de setembro de 2019.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Pregoeiro

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:F55ED2B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 069/2019-GP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019.

*** REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

Dispõe sobre a designação de Secretário Municipal interino e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ, Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica deste Município, resolve:
Art. 1º. Designar a Sra. **MARIA LUCIANE BATISTA**, inscrito no CPF sob o nº **049.764.374-00,** para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo de Cerro Corá/RN, em virtude das férias do Secretário Titular o Sr.

ADEVALDO DA SILVA OLIVEIRA, pelo período de 27 de agosto a 27 de setembro de 2019.
Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Administração e Gabinete – SEMAG promova as providencias necessárias, para o devido cumprimento dos efeitos legais.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PALÁCIO MUNICIPAL SÉRVULO PEREIRA, EM CERRO CORÁ/RN, 66 anos de Emancipação Política, em 02 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE M. OLIVEIRA
Prefeita
CPF: 813.357.764-00

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:EE434BCE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075/2019-GP, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Conceder **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA,** a servidora **FRANCISCA LUCIMAR COSTA DE OLIVEIRA** – **Matricula nº 496** – Professora – NP-1E, lotada na Escola municipal Sebastiana Alves Nôga, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, conforme dispõe o Artigo 72° da Lei nº 477/2003-GP que "dispõe sobre o Estatuto dos Servidores municipais da Prefeitura Municipal de Cerro Corá, e dá outras providências".

Art. 2° - A licença de que se trata o Art. 1º, terá vigência a partir de 05/09/2019 e termino em 03/12/2019, conforme dispõe o Inciso 2º do Artigo 73 da Lei 477/2003, conforme solicitação do Servidor, ou da Administração Municipal.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PALÁCIO MUNICIPAL SÉRVULO PEREIRA, EM CERRO CORÁ/RN, 66 anos de Emancipação Política, em 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE M. OLIVEIRA
Prefeita
CPF: 813.357.764-00

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:61DAE79D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem dispor sobre a ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, a obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: "relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".
Com efeito, o fornecimento de Gás GLP destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social for suspenso, ocasionara graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos. Ademais, existe uma ordem de credores a receber até que, após liquidados os débitos seja suprida a demanda ora em análise. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada.
Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 08.700.130/0001-49, com endereço na Travessa Francisco Antônio – Centro – São Tomé(RN). Trata-se do Empenho nº 16080002/2019, com nota fiscal de número 005.810, no valor de R$ 70,00 (Setenta reais), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Publique-se.

Cerro Cora/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:B517DD61

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem dispor sobre a ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, a obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: "relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".
Com efeito, o fornecimento de Gás GLP destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social for suspenso, ocasionara graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos. Ademais, existe uma ordem de credores a receber até que, após liquidados os débitos seja suprida a demanda ora em análise. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada.
Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 08.700.130/0001-49, com endereço na Travessa Francisco Antônio – Centro – São Tomé(RN). Trata-se do Empenho nº 16080003/2019, com nota fiscal de número 005.805, no valor de R$ 140,00 (Cento e quarenta reais), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Publique-se.

Cerro Cora/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:E15A72EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem dispor sobre a ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, a obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: "relevante interesse

público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".
Com efeito, o fornecimento de Gás GLP destinado a Secretaria Municipal de Assistência Social for suspenso, ocasionara graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos. Ademais, existe uma ordem de credores a receber até que, após liquidados os débitos seja suprida a demanda ora em análise. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada.
Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 08.700.130/0001-49, com endereço na Travessa Francisco Antônio – Centro – São Tomé(RN). Trata-se do Empenho nº 16080004/2019, com nota fiscal de número 005.811, no valor de R$ 70,00 (Setenta reais), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Publique-se.

Cerro Cora/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:CCDCC976

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem dispor sobre a ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, a obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: "relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".
Com efeito, o fornecimento de Gás GLP destinado as Escolas da Rede Municipal de Ensino for suspenso, ocasionara graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos. Ademais, existe uma ordem de credores a receber até que, após liquidados os débitos seja suprida a demanda ora em análise. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada.
Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor IVO NILSON LOPES DE MEDEIROS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 08.700.130/0001-49, com endereço na Travessa Francisco Antônio – Centro – São Tomé(RN). Trata-se do Empenho nº 19080011/2019, com nota fiscal de número 005.807, no valor de R$ 1.330,00 (Um mil trezentos e trinta reais), para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Publique-se.

Cerro Cora/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:2A9B55C4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

COMISSÃO DE PREGÃO
AVISO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL - 16/2019

AVISO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL - 16/2019

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Pregão Presencial N° 16/2019

OBJETO: Registro de preço, para futura contratação de veículos do tipo VAN com destinos de Coronel João Pessoa/RN a Natal/RN e Coronel João Pessoa a Pau dos Ferros/RN/, Coronel João Pessoa a Alexandria, Coronel João Pessoa a Mossoró/RN.
O Pregoeiro do Município de Coronel João Pessoa/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessar que está convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado, as empresas**;**
CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME CNPJ: 19.904.459/0001-48
ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO CNPJ: 23.749.956/0001-96
Para assinar a ATA de SRP, na sala de Licitação na Prefeitura municipal de Coronel João Pessoa/RN. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s), observada a ordem de classificação, para assinarem a ata de SRP, sendo este(s) o(s) novo(s) detentor(es).

Coronel João Pessoa/RN, 05 de setembro de 2019.

SANDRO PESSOA DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:34A998DB

COMISSÃO DE PREGÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO Nº 16/2019

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 16/2019

A Fundo Municipal de Saúde, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão **Nº** 16/2019, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Fornecedor vencedor	Menor valor (R$)	Valor negociado (R$)
1	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME	12.000,00	-
2	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME	5.500,00	-
3	ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO	50,00	-

Coronel João Pessoa/RN, 27/08/2019

SANDRO PESSOA DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:5F7E274B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 089/2019

DISPÕE SOBRE A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE

PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família da servidora **RAIMUNDA ALMEIDA DE LIMA CARVALHO**, sem alteração remuneratória devendo haver retorno as atividades funcionais até o dia 20/08/2019.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 20 de maio de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:4C821055

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 028/2019

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Carimbos e Peças de Reposição

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, AUTORIZO o procedimento de que se cogita em favor da empresa CLAUDEILSON DANTAS DE SOUZA - ME (10.885.576/0001-37), objetivando Contratação de empresa para o fornecimento de Carimbos e Peças de Reposição, com o valor total julgado de R$ 10.610,00 (dez mil e seiscentos e dez reais)

Ordeno que se proceda a realização do respectivo empenho e a publicação do objeto supramencionado, com a condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Coronel João Pessoa/RN, 05/09/2019

ANTONIO LOPES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regilanio da Silva
Código Identificador:B38110B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 028/2019

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da CLAUDEILSON DANTAS DE SOUZA - ME (10.885.576/0001-37), referente à Contratação de empresa para o fornecimento de Carimbos e Peças de Reposição.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	1956 - Carimbo Printy Cinza P02 4911 TEXTO 38X14 MM CINZA	UND	30	27,00	810,00
2	1957 - Carimbo Printy Rosa P02 4911 TEXTO 38X14 MM ROSA	UND	30	27,00	810,00
3	1959 - Carimbo Printy Preto P02 4911 TEXTO 38X14 MM PRETO	UND	30	27,00	810,00
4	1961 - Carimbo New Printy Preto 4928 60X33 MM TRODAT - PRETO	UND	30	73,00	2.190,00
5	1962 - Carimbo Printy Redondo Preto 4630 TEXTO 30 MM PRETO	UND	30	59,00	1.770,00
6	1968 - Carimbo Printy P02 4912 47X18 MM Trodat - Preto	UND	20	34,00	680,00
7	1973 - Borracha Para Carimbo 60x40/60x33/50x30	UND	30	30,00	900,00
8	1974 - Borracha Para Carimbo 47x18/38x14/26x09/50x10	UND	30	18,00	540,00
9	1960 - Carimbo New Printy 45 MM PRETO	UND	30	70,00	2.100,00
Total Geral					**10.610,00**

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

Coronel João Pessoa/RN, 05/09/2019

ANTONIO LOPES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regilanio da Silva
Código Identificador:CE59BB66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO(GLP) BOTIJÃO DE GÁS 13 KG, conforme solicitação oriunda das Secretarias Municipais e em conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Edital (Termo de Referência) e demais informações integrantes deste Edital.
OESTE GÁS DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE LTDA. - CNPJ: 24.755.562/0001-03, saiu vencedor (a) no (s) item (ns):
Item 1 – pelo valor unitário de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 26/08/2019 ATÉ 25/08/2020.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:B0BC2BB9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RESPOSTA RECURSOS ADMINISTRATIVOS E MARCAÇÃO DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo: **CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2019 – PROCESSO Nº 2.253/2019**
Assunto: **RESPOSTA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
Recorrentes: Plenno Serviços Médicos e Diagnóstico Eireli, CNPJ 27.251.502/0001-41; Renata Jesuino Barbosa de Azevedo, CPF 618.755.033-15; Clínica Dayse Oliveira Neves Eireli, CNPJ 12.553.583/0001-67 e SAMA – Serviços de Assistência Médica e Ambulatorial LTDA, CNPJ 14.775.280/0001-14.

A Comissão Permanente de Licitação do Municípiode Currais Novos/RN, formalmente designada pela Portaria nº 565 de 30 de abril de 2019, julga e responde aos Recursos Administrativos interpostos pelas licitantes Plenno Serviços Médicos e Diagnóstico Eireli recebido no dia 12 de agosto de 2019, Renata Jesuino Barbosa de Azevedo e Clínica Dayse Oliveira Neves Eireli recebidos no dia 13 de agosto e SAMA – Serviços de Assistência Médica e Ambulatorial LTDA recebido no dia 14 de agosto de 2019 com fulcro na Lei 8.666/93, e demais dispositivos aplicáveis a matéria, nos termos a seguir aduzidos:

I – DO RECURSO
Trata-se de recurso administrativo em face ao julgamento da habilitação da Chamada Pública nº 03/2019 referente ao credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de assistência especializada hospitalar e ambulatorial, com a finalidade de atuação nos plantões do Hospital Regional Dr. Mariano Coelho.

II- DAS ALEGAÇÕES

A empresa Plenno Serviços Médicos e Diagnóstico Eireli entrou com um recurso de impugnação contra a inabilitação de empresa em virtude do não atendimento da letra "a" do subitem 5.4.1 do edital quando foi apresentada uma Declaração de Capacidade Técnica que não condizia com o objeto da Chamada em questão e devido a apresentação do Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica sem autenticação conforme o subitem 5.1 do edital.

A recorrente em sua exposição contra argumenta que a empresa já presta serviços no próprio município, que fica localizado o Hospital Regional, com o objeto condizente com a Chamada Pública conforme Declaração de capacidade Técnica apresentada em anexo ao recurso.

A pessoa de Renata Jesuino Barbosa de Azevedo entrou com um recurso de impugnação contra a inabilitação de empresa em virtude do não atendimento da letra "c" do subitem 5.4.2 do edital quando apresentou o Certificado de Regularidade de Pessoa Física no CRM desatualizada.

A recorrente apresentou o Certificado de Regularidade de Pessoa Física no CRM atualizada e por essa razão requer a habilitação da empresa pela Comissão Permanente de Licitação.

A empresa Clínica Dayse Oliveira Neves Eireli entrou com um recurso de impugnação contra a inabilitação de empresa em virtude do não atendimento da letra "d" do subitem 5.4.1 do edital quando apresentou o Registro no Conselho Regional de Medicina vencida, devido também à letra "a" do subitem 5.3.1 do edital quando não foi apresentada a Certidão de falência e alguns documentos não se encontravam autenticados.
A recorrente apresentou toda a documentação autenticada, a Certidão Estadual de Falência e/ou Recuperação Judicial, o protocolo de entrada para a Renovação do Certificado de Regularidade de Inscrição de Pessoa Jurídica com data anterior ao mês do certame e o Alvará de Licença Sanitária válido motivando assim, o pedido para que esta empresa seja habilitada.

A empresa SAMA – Serviços de Assistência Médica e Ambulatorial LTDA entrou com um recurso de impugnação contra a inabilitação de empresa em razão do não atendimento das letras "f" e "g" do subitem 5.4.1 do edital quando não foi apresentado o diploma do médico Leonardo da Vince Lima Nogueira e não foram apresentados os vínculos dos médicos Weberth Lima de Farias e Leandro Magno Costa Freire com a empresa.
A recorrente em sua exposição apresentou documentações fartamente comprobatórias de suas capacidades técnicas para a execução dos serviços conforme o objeto da Chamada Pública e que por essa razão pede a habilitação da empresa e de todos os médicos.

III – DO JULGAMENTO DO RECURSO

Considerando todas as alegações das recorrentes bem como o parecer jurídico emitido pela Procuradoria do Município que descreve para a empresa Plenno Serviços Médicos e Diagnóstico Eireli:

"O "chamamento público" não é uma modalidade de licitação, como aquelas estabelecidas na lei 8.666/1993, ou na lei 10.520/2002, o pregão, mas sim outro procedimento de seleção da melhor proposta a ser adotada pela administração pública, quando o objetivo for firmar parcerias e for hipótese de licitação dispensada, já que se trata de serviços profissionais específicos de saúde."

"Analisando verifico que a Comissão de licitação agiu contra os ditames da Lei 13.726/2018 ao exigir documentos autenticados..."

Ainda descreve para a empresa Plenno Serviços Médicos e Diagnóstico Eireli:

"Verifico ainda que em sede recursal a Recorrente apresentou inscrição no CNES e declaração que já presta o mesmo serviço no Hospital Regional. Observo neste momento que os serviços serão prestados na URGÊNCIA/EMERGÊNCIAS localizada no Hospital Regional o que não demanda exigir maiores burocracias à Recorrente".

Considerando todas as alegações das recorrentes bem como o parecer jurídico emitido pela Procuradoria do Município que também descreve para a pessoa de Renata Jesuino Barbosa de Azevedo e para a empresa Clínica Dayse Oliveira Neves Eireli utilizando o mesmo entendimento sobre o "chamamento público" e das prestações dos serviços serem no Hospital Regional e que por essa razão não demanda exigir maiores burocracias às recorrentes.
A comissão por fim, diante das explanações **DECIDE** habilitar todas as empresas participantes da Chamada Pública por entender que todas as pendências foram sanadas nos recursos e diante da argumentação se baseando na lei 13.726/2018, habilita-se também a empresa Centro de Anestesia do Seridó Sociedade Simples LTDA ME, CNPJ 11.160.185/0001-18. Porém somente os médicos Leonardo da Vince Lima Nogueira, médicos Weberth Lima de Farias e Leandro Magno Costa Freire da empresa SAMA – Serviços de Assistência Médica e Ambulatorial LTDA não foram habilitados pelas razões acima. Mas a empresa se encontra habilitada juntamente com as outras.
A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas habilitadas que a data para abertura dos envelopes das Propostas de Preços será no dia 12 de setembro de 2019 às 09:00h na sede da Comissão Permanente de Licitação localizada na Rua Abílio Chacon, 346, Andar Superior do SESI, Sala I – JK – Currais Novos/RN.

Currais Novos/RN, 05 de setembro de 2019

ANDREA TITO DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:C3B9CF7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DA PREFEITA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00029/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00029/2019, que objetiva: Aquisição de instrumentos musicais e peças de reposição para as fanfarras das escolas municipais do Município de Equador/RN; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: METAL ZONE COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - R$ 2.564,00.

Equador - RN, 03 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:923F22EA

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00029/2019

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00029/2019.
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais e peças de reposição para as fanfarras das escolas municipais do Município de Equador/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Educação. RATIFICAÇÃO: Prefeita, em 03/09/2019.

Equador - RN, 03 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:CD86A5DB

GABINETE DA PREFEITA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DV00029/2019

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Aquisição de instrumentos musicais e peças de reposição para as fanfarras das escolas municipais do Município de Equador/RN; DESIGNO os servidores Helisson Souza dos Santos, Secretário de Educação, como Gestor; e Ismerina do Nascimento, Coordenadora Geral da Secretaria de Educação, Finanças, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00029/2019, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Equador - RN, 03 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:20BA89FD

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO AO CT Nº 29DV1/2019

OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais e peças de reposição para as fanfarras das escolas municipais do Município de Equador/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00029/2019.
DOTAÇÃO: 02030 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 02030.12.361.0004.1012 - AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E ELETRONICOS 44.90.52.00.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FONTE - 111 44.90.52.00.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FONTE - 125 02030.12.361.0004.2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL QSE 33.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO - FONTE - 120 44.90.52.00.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FONTE - 120 02030.12.361.0004.2008 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 25% 33.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO - FONTE - 111 02030.12.361.0004.2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL 40% 33.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO - FONTE - 113 44.90.52.00.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FONTE - 113 02030.12.122.0004.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO - FONTE - 111 44.90.52.00.00 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FONTE - 111
VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2019.
PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e:
CT Nº 29DV1/2019 - 04.09.19 - METAL ZONE COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA - R$ 2.564,00

Equador - RN, 04 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:A841FFCF

GABINETE DA PREFEITA
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00030/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00030/2019, que objetiva: Contratação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas em âmbito nacional e internacional destinados a atender as necessidades das secretarias pertencentes ao município de Equador/RN; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME - R$ 17.000,00.

Equador - RN, 04 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:9EE587A8

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DV00030/2019.

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00030/2019.
OBJETO: Contratação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas em âmbito nacional e internacional destinados a atender as necessidades das secretarias pertencentes ao município de Equador/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças.
RATIFICAÇÃO: Prefeita, em 04/09/2019.

Equador - RN, 04 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:91AE60E1

GABINETE DA PREFEITA
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DV00030/2019

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas em âmbito nacional e internacional destinados a atender as necessidades das secretarias pertencentes ao município de Equador/RN; DESIGNO os servidores Joab Natanael Rodrigues da Costa, Secretário de Administração, como Gestor; e Junior Alves da Silva, Secretário Executivo do Gabinete da Prefeita, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00030/2019, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Equador - RN, 04 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:ACF94E9B

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO AO CT Nº 1DV30/2019

OBJETO: Contratação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas em âmbito nacional e internacional destinados a atender as necessidades das secretarias pertencentes ao município de Equador/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00030/2019.
DOTAÇÃO: 02010 - GABINETE DO PREFEITO 02010.04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO 33.90.33.00.00 -PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV.

DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 001 02020 - SEC. DE ADMINISTRAÇÃO ORÇ. E FINANÇAS 02020.04.122.0003.2003 - MANUTEÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 001 02030 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 02030.12.122.004.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 111 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE -111 02030.12.361.004.2008 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL 25% 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 111 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 111 02030.12.361.0004.2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 40% 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 113 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 113 02040 - SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 02040.13.392.0005.2022 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 001 02050 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PÚBLICOS 02050.04.122.0008.2027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 001 02060 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 02060.20.122.0009.2030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 001 02070 - SECRETARIA DE SAÚDE / FMS 02070.10.122.0006.2031 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 211 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 211 02070.10.302.0006.2036 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UMIIE 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO – FONTE
- 211 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE -211 02080 - SECRETARIA DE TRAB. HAB. E ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS 02080.08.122.0007.2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE -001 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 311 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 311 02100 - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO 02100.04.122.0003.2090 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO 33.90.33.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE - 001 33.90.39.00.00 - OUTROS SERV. DE TERC. PESSOA JURIDICA - FONTE - 001
VIGÊNCIA: até 04/09/2020.
PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e:
CT Nº 1DV30/2019 - 04.09.19 - EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA - ME - R$ 17.000,0

Equador - RN, 04 de Setembro de 2019

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:D02FA1F9

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE ADITIVO AO CT Nº 6PP39/2019

OBJETO: Contratação de serviço para realização de transporte por demanda de encomendas e passageiros em veículo do futuro contratado para diversas localidades para atender às necessidades das Secretarias do Município de Equador/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00039/2019. ADITAMENTO: Nos termos das disposições contidas no respectivo instrumento contratual e na legislação pertinente. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 6PP39/2019 - Leandro Matias da Silva - CPF: 073.432.424-31 - 1º Aditivo - Substituição do veículo Chevrolet/Classic L5, Ano/Modelo 2010/2011, Placa MGO3771/PB, por outro veiculo mais novo com características iguais ao modelo anterior, I/CHEV CLASSIC 1.0LS ADV, Ano/Modelo 2014/2015, Placa OGA4F33, de cor Branca, para que o serviço seja realizado com esmero e perfeição. ASSINATURA: 28.08.19

Equador - RN, 28 de Agosto de 2019.

NOEIDE CLEMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:C19E3705

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000007/2019 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000007/2019
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Circunstanciada pela Ata da Sessão de Abertura dos Envelopes apresentada pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN, venho **HOMOLOGAR** o resultado da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 000007/2019** à empresa **H & M CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ: 01.233.506/0001-03)**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN,** no valor global de R$ 214.821,45 (duzentos e quatorze mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos), tendo em vista que foi a proposta mais vantajosa para o Poder Público, e estando de acordo com os preços praticados no mercado e as especificações do Edital.

Espírito Santo/RN, 03 de setembro de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito do Município

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:D56D824E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000007/2019 TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000007/2019
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Depois de cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e vencidos os prazos para recursos administrativos, como preceitua as disposições constantes da Lei nº. 8.666/93 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento emitido pela Comissão Permanente de Licitação, **ADJUDICO** o objeto do presente certame à empresa **H & M CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ: 01.233.506/0001-03),** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN**, tudo dentro das normas definidas no referido Edital.

Espírito Santo/RN, 03 de setembro de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito do Município

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:7F20455E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 000007/2019 EXTRATO DO CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS N° 000007/2019
EXTRATO DO CONTRATO

TOMADA DE PREÇOS N° 000007/2019 – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Espírito Santo/RN –**CONTRATADO (A)**: H & M CONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ: 01.233.506/0001-03) – **OBJETO**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DE RUAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO/RN -**VIGÊNCIA**: 90 (noventa) dias – **VALOR**: R$ 214.821,45 (duzentos e quatorze mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos) –**ORIGEM DOS RECURSOS**: Secretaria Municipal de Infra Estrutura - **FUNDAMENTO LEGAL**: Art. 23, inciso I, "b", da Lei Federal n.º 8.666/93.

Espírito Santo/RN, 05 de setembro de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito.

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:62FC42B0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
ERRATA DA LEI 441/2019-GP DE 03/09/2019

ERRATA da Lei Ordinária nº 441/2019 - GP de 03 de setembro de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios do estado do Rio Grande do Norte do dia 04 de setembro de 2019. Edição 2097, que altera dispositivo de Lei Municipal que especifica e da outras providências.
.

RETIFICA:
Onde se lê: Lei ordinária nº 441/2019-GP. Leia-se: Lei Ordinária 443/2019-GP.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra/RN, 05 de setembro de 2019

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:55D453E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 291/2019-SMARH EM, 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Concede o terço de férias a servidora SRA. ADELICE LEITE DE SOUZA no cargo de ASG e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações s legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1990.

RESOLVE:
Art. 1º Resolve conceder o terço de férias a servidora **SRA. ADELICE LEITE DE SOUZA** do cargo de **ASG,** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Felipe Guerra – RN, 05 de Setembro de 2019

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:EFF03D93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 192/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23070001/19 - **CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA/RN, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: nº 27.771.327/0001-13. **CONTRATADA:** SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.721.826/0001-91. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a construção de um **POLO DO PROGRAMA ACADEMIA DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, MODALIDADE INTERMEDIÁRIA,** a ser construído na Praça Francisco Pascoal da Costa – Zona Urbana – Felipe Guerra/RN, por meio do fundo municipal de saúde, do município de Felipe Guerra/RN, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico. LEGALIDADE: Lei Federal n°. 8.666/93, atualizada. VALOR GLOBAL: R$ 117.726,22 (cento e dezessete mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), para o corrente exercício. DOTAÇÃO: Unidade Adm.: **1301 – Fundo Municipal de Saúde** - Projeto de Atividade: 10.301.0009.1.026 – Construção/aquisição de Academia pública - Despesas de Capital: 4.0.00.00.00 - Investimentos: 4.4.00.00.00 Aplicações Diretas: 4.4.90.00.00 - Elemento de Despesas: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações. PRAZO DE EXECUÇÃO: O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação terá prazo de execução de 04 (quatro) meses/ou 120 (cento e vinte) dias consecutivos/ o prazo de vigência do contrato será até 03 de janeiro de 2020, contados do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva Ordem de Serviços correspondente, nos termos do cronograma físico-financeiro, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, convindo as partes contratantes, nos termos do Art. 57, da Lei Federal n° 8.666/93. LOCAL E DATA: Felipe Guerra-RN, 05 de setembro de 2019.

JOSEFA GIRLENE FERREIRA DE MORAIS
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Antonio Heronildo Leite
Código Identificador:E5FB6DBF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL 016/2019-SRP

Fica o representante da empresa licitante: **LABORATORIO DENTAL JUNIOR LTDA - ME** inscrita no **CNPJ: 02.062.801/0001-07,** Convocado a assinar a ata de registro de preços referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019-SRP**, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no art., 81 da Lei 8.666/93, na sede da Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN, no horário de 08h00min ás 13h00min.

Fernando Pedroza/RN, 05 de Setembro de 2019

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Wilk Jackson Assuncao
Código Identificador:90C2F575

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019-SRP

Circunstanciado pelo Parecer de Julgamento apresentado pelo pregoeiro e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação – Pregão Presencial nº 016/2019-SRP, que tem como **OBJETO:** relativo ao registro de preços para futura e eventual Contratação de laboratório regional de prótese dentaria (LRPD), para prestação de serviços especializados de confecção de prótese dentaria para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Fernando Pedroza/RN, a Empresa **LABORATORIO DENTAL JUNIOR LTDA - ME** inscrita no **CNPJ: 02.062.801/0001-07**, com o valor por prótese dentaria de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o valor global de **R$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, haja visto que foi a melhor proposta apresentada ao Município.

Fernando Pedroza/RN, 05 de Setembro de 2019

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Wilk Jackson Assuncao
Código Identificador:21ABF7EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108066/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108066/2019
Objeto:. Aquisição de Material de consumo destinado a Vigilância Epidemiológica
Contratado: COMERCIAL APOLO LTDA- ME (02.440.676/0001-21)
Valor Total Julgado: R$ 760,00
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:6F3713F1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108067/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108067/2019
Objeto:. Serviço de Pintor para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Contratado: Cesario Leite de Medeiros (876.201.624-53)
Valor Total Julgado: R$ 1.547,36
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:1F0A4452

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108068/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108068/2019
Objeto:. Serviço de Pedreiro para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Contratado: José Moura da Silva (553.573.504-34)
Valor Total Julgado: R$ 1.621,05
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:81F90369

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108069/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108069/2019
Objeto:. Serviço de Pintor para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Contratado: IRANEUTO BARBOSA MAIA (877.598.374-53)
Valor Total Julgado: R$ 1.473,68
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:CEE58D37

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108070/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108070/2019
Objeto:. Serviços de fornecimento de urnas funerárias para pessoas carentes , neste município de Frutuoso Gomes.
Contratado: MARIA NEUZA DO NASCIMENTO (970.686.754-68)
Valor Total Julgado: R$ 2.578,94
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:06234F4F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108061/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108061/2019
Objeto:. Serviço de Ajudante de Pedreiro pra a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Contratado: SEZANILDO NONATO DA SILVA (119.940.824-70)
Valor Total Julgado: R$ 884,21
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:D99374DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 015/2019 - PREGÃO PRESENCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL..
Circunstanciado na ata da sessão, venho **HOMOLOGAR** o processo licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019**, o qual teve como vencedor a licitante: **ANGELO MARCOS DA S. GURGEL, inscrita no CNPJ n° 26.798.936/0001-01,** com o valor total de R$ 92.100,00 (Noventa e Dois Mil e Cem Reais).
haja visto que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com os preços e especificações estipulados no Edital.

Publique-se!

Galinhos/RN, 05 de Setembro de 2019.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:775CEB57

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 016/2019 - PREGÃO PRESENCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

OBJETO: FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.
Circunstanciado na ata da sessão, venho **HOMOLOGAR** o processo licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019**, o qual teve como vencedor a licitante: **ANGELO MARCOS DA S. GURGEL, inscrita no CNPJ n° 26.798.936/0001-01,** com o registro do percentual de desconto de 14% para o item 01, desconto de 37% para o item 02 e 14% para o item 03.
haja visto que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com os preços e especificações estipulados no Edital.

Publique-se!

Galinhos/RN, 05 de Setembro de 2019.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:CBC873F0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 017/2019 - PREGÃO PRESENCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.
Circunstanciado na ata da sessão, venho **HOMOLOGAR** o processo licitatório **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019**, o qual teve como vencedor as licitantes: **DENTAL MED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n° 16.826.043/0001-60,** com o valor total de R$ 7.828,00 (sete mil oitocentos e vinte e oito reais), **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ: 18.588.224/0001-21,** com valor total de R$ 231.012,75 (duzentos e trinta e um mil doze reais e setenta e cinco centavos) e **RN HOSPITALAR ATACADISTA LTDA, inscrita no CNPJ: 27.320.140/0001-01,** com valor total de R$ 166.224,40 (cento e sessenta e seis mil duzentos e vinte e quadro reais e quarenta centavos)
haja visto que foi a proposta mais vantajosa apresentada ao Poder Público Municipal, estando de acordo com os preços e especificações estipulados no Edital.

Publique-se!

Galinhos/RN, 05 de Setembro de 2019.

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:11480BAC

SECRETARIA
MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E NÚMEROS DA CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 001/2019

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GALINHOS, RIO GRANDE DO NORTE BIÊNIO – 2018 – 2020 E-mail: cmdca.galinhos@gmail.com

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E NÚMEROS DA CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - EDITAL Nº 001/2019 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GALINHOS/RN - Lei Municipal nº 383/2015 de 28 de Outubro de 2015.
DIVULGA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E NÚMEROS DA CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.
A presidente da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Eleição do Conselho Tutelar de Galinhos/RN, no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 001 de 09 de Maio de 2019, e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 383/2015 de 28 de Outubro de 2015 e suas alterações, **TORNA PÚBLICO A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS E NÚMEROS DA CAMPANHA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUADRIÊNIO 2020 – 2024.**

CANDIDATO	NÚMERO SORTEADO
Adriana Lourenço da Costa Nascimento	01
Alan Kleberson Lima de Oliveira	37
Andreza Maciel da Silva	26
Dinara de Souza Silva	34
Giovane Wallace da Cruz dos Santos	09
Israele de Lima Santos Ferreira	08
Kadja Caroline de Aquino	03
Kaline Siqueira da Costa	24
Lizandra Alves Correia	07
Lucenir Caetano de Almeida	02
Luciclaudia Souza de Moura Bezerra	05

Natália Ferreira Gomes	04
Suely Raimundo da Silva Simão	06

Galinhos/RN, 04 de Setembro de 2019.

ANA GUILHERMINA GALVÃO DE ASSUNÇÃO
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Ana Guilhermina Galvão de Assunção
Código Identificador:D0EBA769

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE GOIANINHA-RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 042/2019

O Município de Goianinha, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público que às **09h00min do dia 18 de Setembro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, sob o número 042/2019, tipo menor preço por item, objetivando a futura e eventual contratação dos serviços de agenciamento de viagens, para aquisição de passagens aéreas nacionais e operacionalização de reservas, emissão, marcação e remarcação de bilhetes e cancelamento de passagens. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000 Fone: (84) 3243-3926, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h:00min às 14h:00min, exceto feriados e ponto facultativo ou pelo email: pregoeiro.pmg@hotmail.com ou ainda pelo Site do Município: www.goianinha.rn.gov.br.

Goianinha/RN, 05 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:61AFB91F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE GOIANINHA RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

O Município de Goianinha, através de sua Comissão Permanente de Licitação, comunica o julgamento da documentação de habilitação referente à Tomada de Preços 002/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA A AMPLIAÇÃO DA UBS TIPO I, NO BAIRRO DA SAPUCAIA, NO MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN. Após a análise da documentação de habilitação e embasada pelo Parecer Técnico da Engenharia Municipal, a Comissão de Licitação julga HABILITADAS as seguintes empresas por terem atendido a todas as exigências do edital: FRANCISCO A CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; CNPJ: 24.839.909/0001-04; PLANO A SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ: 23.249.596/0001-63 e INABILITADAS as seguintes empresas: TEC COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI- EPP, CNPJ: 30.198.524/0001-08, pelo descumprimento do item 5, subitem 5.1.2, alíneas "b", "b2" e "c", "c2" , subitem 5.1.3, alíneas "b" e "e", subitem 5.1.4, alínea "c" (certidão vencida – benefícios da Lei 123/2006, art. 43 § 1º e 2º e Lei 147/2014, art. 43 § 1º); NORMA ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA, CNPJ: 20.757.012/0001-72 pelo descumprimento do item 5, subitem 5.1.2, alínea "a", subitem 5.1.3, alínea "e"; ARTHUR NUNES DE FREITAS – ME, CNPJ: 28.432.179/0001-75 pelo descumprimento do item 5, subitem 5.1.2, alíneas "b". "b2" e "c", "c2" e subitem 5.1.3, alínea "a"; e "e"; ÍCONE ENGENHARIA EIRELI, CNPJ: 27.374.520/0001-10, pelo descumprimento do item 5, subitem 5.1.2, alíneas "b", "b2" e "c", "c2" e "c4; ANJOS ENGENHARIA EIRELI - EPP, CNPJ: 19.678.703/0001-00 pelo descumprimento do item 5, 5.1. 5.1.1.1, alínea b.1; H.S. BESERRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ: 15.033.936/0001-96, pelo descumprimento do item 5, 5.1. 5.1.1.1, alínea b. subitem 5.1.2, alíneas "c", "c1" ,"c2", "c4", "c5" e "e", "d 1" e "d2"; H&M CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, CNPJ: 01.233.506/0001-03, pelo descumprimento do item 5, subitem 5.1.2, alíneas "b", "b2" e "c" e "c2". Ficam as empresas intimadas, caso queiram, para apresentarem recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000, Fone: (84) 3243-3926, no horário de expediente.

Goianinha/RN, 05 de setembro de 2019.

A COMISSÃO.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:9BB42C33

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE GOIANINHA-RN AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 039/2019

O Município de Goianinha, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público que às 14**h00min do dia 18 de Setembro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, sob o número 039/2019, tipo menor preço por item, objetivando a futura e eventual aquisição de Colchão Hospitalar em atendimento ao Hospital Municipal, UBS, e Setor de Fisioterapia do Município. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000 Fone: (84) 3243-3926, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h:00min às 14h:00min, exceto feriados e ponto facultativo ou pelo email: pregoeiro.pmg@hotmail.com ou ainda pelo Site do Município: www.goianinha.rn.gov.br.

Goianinha/RN, 05 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR.
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:9B3F94D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA DECRETO Nº 950/2019, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispões sobre a convalidação de Gratificação por Titulação para servidor do Magistério Público Municipal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica do Município:
Considerando o que descreve a Lei Complementar nº672/2014, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
Considerando que o servidor do Magistério deve atender aos requisitos do Artigo 23, § 3º, da citada Lei, para a obtenção da vantagem;
Considerando os documentos probatórios constantes na ficha funcional do(a) servidor(a); e
Considerando a necessidade de atender às diligências do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;

DECRETA:

Art. 1° - Fica convalidada a gratificação por titulação concedida a(o) servidor(a) MARIA LILIANE LIMA DE FREITAS, matrícula nº 131943-4, no percentual de 15% (quinze por cento) do salário básico do servidor, por ter participado do **Curso de Especialização em**

Ensino/Aprendizagem de Língua Portuguesa: Aspectos Teóricos e Práticos, carga horária de 420h (quatrocentos e vinte horas), no período de 01/10/2005 a 30/04/2007, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, conforme Art. 23, I da Lei Municipal nº 860/2005.

Art. 2° – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de fevereiro de 2008.

Goianinha, 04 de setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:DC8059CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
DECRETO Nº 949/2019, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispões sobre a convalidação de Gratificação por Titulação para servidor do Magistério Público Municipal.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN**, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica do Município:
Considerando o que descreve a Lei Complementar nº 672/2014, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal;
Considerando que o servidor do Magistério deve atender aos requisitos do Artigo 23, § 3º, da citada Lei, para a obtenção da vantagem;
Considerando os documentos probatórios constantes na ficha funcional do(a) servidor(a); e
Considerando a necessidade de atender às diligências do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;

DECRETA:

Art. 1° - Fica convalidada a gratificação por titulação concedida a(o) servidor(a) **MARIA LILIANE LIMA DE FREITAS**, matrícula nº **131943-4**, no percentual de 10% (dez por cento) do salário básico do servidor, por ter participado do **Curso para Formação de Gestores (FORMAGESTE),** carga horária de 180h, no período de maio de 2002 a dezembro de 2002 promovido pela SECD/CODESE, em parceria com o jornal Tribuna do Norte: Tribuna Escola, e coordenado pela 2ª DIRED/Parnamirim; e do **Programa de Formação Continuada - PARÂMETROS EM AÇÃO**, carga horária de 180h, no período de 26/04/2002 a 06/02/2004, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria Pedagógica, conforme Art. 23, I da Lei Municipal nº 860/2005.

Art. 2° – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de fevereiro de 2006.

Goianinha, 04 de setembro de 2019.

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:03AEFD2C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 19/2019

O Pregoeiro, no uso das atribuições legais, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 81/2019, na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 19/2019, cujo objeto é Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos para atender as necessidades das Secretarias Municipal de Grossos/RN., com abertura marcada para o dia 19 de setembro de 2019 (quinta-feira) às 13:30 h na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Grossos, com sede na Travessa João de Souza Machado, 146, Centro. Maiores informações de 08:00 às 13:00h pelo Fone: (84) 3327-2418.

Grossos 04 de setembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO MARQUES REBOUÇAS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas de Oliveira Silva
Código Identificador:345F4D53

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 18/2019

O Pregoeiro, no uso das atribuições legais, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 75/2019, na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 18/2019, cujo objeto é Regsitro de Preços para futura aquisição de combustível na cidade do Natal/RN, para atender as necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Grossos/RN., com abertura marcada para o dia 19 de setembro de 2019 (quinta-feira) às 11:30 h na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Grossos, com sede na Travessa João de Souza Machado, 146, Centro. Maiores informações de 08:00 às 13:00h pelo Fone: (84) 3327-2418.

Grossos 04 de setembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO MARQUES REBOUÇAS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas de Oliveira Silva
Código Identificador:0BB2499C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 17/2019

O Pregoeiro, no uso das atribuições legais, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 74/2019, na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 17/2019, cujo objeto é Registro de Preços para futura aquisição de água mineral para atender as necessidades das Secretarias Municipal de Grossos/RN., com abertura marcada para o dia 19 de setembro de 2019 (quinta-feira) às 08:30 h na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Grossos, com sede na Travessa João de Souza Machado, 146, Centro. Maiores informações de 08:00 às 13:00h pelo Fone: (84) 3327-2418.

Grossos 04 de setembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO MARQUES REBOUÇAS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas de Oliveira Silva
Código Identificador:D8435253

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 16/2019

O Pregoeiro, no uso das atribuições legais, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 73/2019, na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 16/2019, cujo objeto é Registro de preços para futura aquisição de gás GLP para atender as necessidades das Secretarias Municipal de Grossos/RN., com abertura marcada para o dia 19 de setembro de 2019 (quinta-feira) às 10:00 h na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Grossos, com sede na Travessa João de Souza Machado, 146, Centro. Maiores informações de 08:00 às 13:00h pelo Fone: (84) 3327-2418.

Grossos 04 de setembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO MARQUES REBOUÇAS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas de Oliveira Silva
Código Identificador:829883F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 175/2019,

DE 05 DE SEEMBRO DE 2019

Dispõe Sobre a Concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá Outras Providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002/2017, de 31 de maio de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a pessoa de LUZIA GHIORGIA AZEVEDO C. SOUZA, CPF Nº 010.947.404-03, Secretária de Assistência Social e Habitação, do Município de Grossos/RN, meia diária, no valor de 150,00 R$ (cento e cinquenta reais), para custear despesas com fins de participação na Oficina de Alinhamento para o Programa Acessuas Trabalho, no dia 06/09/2019, na Escola de Governo, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:3206F51B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 176/2019,

DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe Sobre a Concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá Outras Providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002/2017, de 31 de maio de 2017,

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder a pessoa de LOURENÇO ELANO COSTA SILVA, CPF Nº 094.545.504-62, Secretário Executivo do Gabinete, meia diária, no valor de 140,00 R$ (cento e quarenta reais), para custear despesas com fins de atividade na Procuradoria Geral da Justiça, no dia 06/09/2019, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Grossos/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ MAURÍCIO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Fátima da Silva
Código Identificador:9CE25DD5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS NO 004/2019

A **Comissão Permanente de Licitação DA prefeitura municipal de guamaré/rn – cpl/pmg**, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a ver:

- TOMADA DE PREÇOS no 004/2019 - Processo Administrativo nº 7354/2019, originado pelo **Memorando nº 375/2019 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO**, que objetiva a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO PERTINENTE PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE REFORMA DO CLUBE MUNICIPAL DE GUAMARÉ-VICENTE DE BRITO MIRANDA, PARA ATENDER AS NECESSSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE GUAMARÉ/RN**, cuja sessão inicial está marcada para o **DIA 23 DE SETEMBRO DE 2019, PELAS 08H30MIN (OITO HORAS E TRINTA MINUTOS) (Horário Local)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) em: Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima indicado, de segunda a quinta das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e sextas 08:00h às 12:00h, em dias de expediente. O(s) Edital(is) poderão ser requeridos por meio do portal da transparência http://guamareserver.easygestaopublica.com.br/base/baixar_editais/ e-mail cpl.guamare@gmail.com, através de solicitação contendo o timbrado da requerente e assinado por representante habilitado.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966 e **99982-3647**

Guamaré (RN), 05 de Setembro de 2019.

A COMISSÃO

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:B4D0668F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 062/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

- Pregão Eletrônico N° 062/2019 - Processo Administrativo nº 5421/2019 - Originado pelo Memorando n° 741/2019 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Locação de Veículos para Transporte Escolar, sem Motorista e sem Combustível, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, cuja sessão inicial está marcada para o **DIA 10 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 08:30:00 (OITO HORAS E TRINTA MINUTOS) - (HORÁRIO DE BRASILIA)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) em: Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de

Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima indicado, segunda a quinta das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e sextas 08:00h às 12:00h, em dias de expediente. O(s) Edital(is) e anexo(s) estão disponíveis no site do comprasnet (https://www.comprasnet.gov.br/), no Portal da Transparência do Município http://guamareserver.easygestaopublica.com.br/base/baixar_editais/) e ainda pode ser solicitados pelo e-mail – cpl.guamare@gmail.com.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966- 99982-3647.

REPUBLICAÇÃO.

GUAMARE / RN, 05 de Setembro de 2019.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:2C363551

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO E AGENDAMENTO DE SESSÃO DE CONTINUAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019

A **Comissão Permanente de Licitação DA prefeitura municipal de guamaré/rn – cpl/pmg**, torna público aos interessados e participantes do certame acima identificado que **DECIDIU**, à unanimidade de seus membros, em conhecer dos recursos interpostos pelas licitantes **R V V CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** - 04.895.340/0001-89 e **APIAN ENGENHARIA EIRELI - 21.969.421/0001-03** por preencherem os requisitos de admissibilidade, para no mérito DAR-LHES provimento, com fundamento no fato de que as recorrentes demonstraram esquematicamente estar habilitadas em razão da execução de serviços de características semelhantes, bem como que seus quantitativos atendem à parcela de maior relevância, conforme atestou parecer técnico, reformando a decisão de habilitação outrora proferida nos seguintes termos:
- Que as empresas **ARKO CONSTRUCOES LTDA - 10.715.077/0001-00, CONSTRUTORA DANTAS LTDA** - 97.519.353/0001-34, **APIAN ENGENHARIA EIRELI - 21.969.421/0001-03** e **R V V CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - 04.895.340/0001-89** encontram-se **HABILITADAS**, face o atendimento das condições editalícias pertinentes; e
- Que as empresas, **A & C CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI - 04.693.484/0001-52,** face o não cumprimento do disposto no Subitem 5.3.2 - Qualificação Técnica – "5.3.2.4.1", do Edital, conforme verificação do acervo técnico acima citado pelo setor de engenharia; **CLN LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - EPP - 18.715.796/0001-24,** face o não cumprimento do disposto no Subitem 5.3.2 - Qualificação Técnica – "5.3.2.4.1", do Edital, conforme verificação do acervo técnico acima citado pelo setor de engenharia e 5.3.2.3 – Letra " a" (Comprovação do vinculo do responsável Técnico)**; CONSTRUTORA NOVA GERAÇÃO LTDA - 10.522.228/0001-03,** face o não cumprimento do disposto no Subitem 5.3.2 - Qualificação Técnica – "5.3.2.4.1", do Edital, conforme verificação do acervo técnico acima citado pelo setor de engenharia**;** e **TERRA BRASIL CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA - ME - 03.681.329/0001-53,** face o não cumprimento do disposto no Subitem 5.3.2 - Qualificação Técnica – "5.3.2.4.1", do Edital, conforme verificação do acervo técnico acima citado pelo setor de engenharia e 5.3.3 – Qualificação Econômica Financeira - Letra " c" (Garantia de Participação), encontram-se **INABILITADAS.**
Considerando não haver mais possibilidade de recurso no tocante à fase de habilitação, a sessão para abertura das PROPOSTAS DE PREÇOS (ENVELOPE NO 02) das empresas HABILITADAS ocorrerá no dia 11 DE SETEMBRO DE 2019, PELAS 08H00MIN, na Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, no endereço indicado alhures, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e sextas 08:00h às 12:00h, em dias de expediente.
Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através do telefone: (84) 9 9982-3647 e pelo *e-mail* cpl.guamare@gmail.com.

Guamaré (RN), 05 de setembro de 2019.

A COMISSÃO

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:1221D116

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – REPUBLICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 027/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

- Pregão Eletrônico N° 027/2019 - Processo Administrativo nº 2449/2019 - Originado pelo Memorando n° 194/2019 – Secretaria Municipal de Administração, que o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de: Auxiliar de serviços gerais; Arquivistas, Supervisores; Almoxarifes; Recpcionistas, Contínuos e Auxiliares administrativos, nas dependências da Prefeitura Municipal de Guamaré sob a forma de execução indireta, mediante o preenchimento de postos de trabalho, para atender às demandas institucionais, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, cuja sessão inicial está marcada para o **DIA 18 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 08:30:00 (OITO HORAS E TRINTA MINUTOS) - (HORÁRIO DE BRASILIA)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) em: Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima indicado, segunda a quinta das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e sextas 08:00h às 12:00h, em dias de expediente. O(s) Edital(is) e anexo(s) estão disponíveis no site do comprasnet (https://www.comprasnet.gov.br/), no Portal da Transparência do Município http://guamareserver.easygestaopublica.com.br/base/baixar_editais/) e ainda pode ser solicitados pelo e-mail – cpl.guamare@gmail.com.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966/**99982-3647.**

REPUBLICAÇÃO

GUAMARE / RN, 05 de Setembro de 2019.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:CC04CA29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.642/2019

Torna sem efeito a portaria 1.564/2019, servidor (a) VANJANEIDE SILVEIRA DOS SANTOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a portaria 1.564/2019 concedendo férias a Sra. **VANJANEIDE SILVEIRA DOS SANTOS, TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 04 de setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:7ABEA36F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 085/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN
CONTRATADA: SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E AMBULATORIAL LTDA - **CNPJ:** 14.775.280/0001-14;
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAR DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE CLÍNICA MÉDICA, CLÍNICA PEDIÁTRICA E DIREÇÃO TÉCNICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DESCRITAS NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA (SRP) Nº 006/2018, E NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N° 048/2018 – PMG/RN, PARTES INTEGRANTES DESTE CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER TRANSCRIÇÃO.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/93 E LEI COMPLEMENTAR 123/2006;
PROCESSO: 6447/2019;
VIGÊNCIA: DE 01 DE AGOSTO DE 2019 A 31 DE OUTUBRO DE 2019.
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTÁ CONSIGNADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, CONCERNENTE AO ORÇAMENTO GERAL 2019 DO MUNICÍPIO.
VALOR: R$ 689.113,76 (SEISCENTOS E OITENTA E NOVE MIL, CENTO E TREZE REAIS E SETENTA E SEIS).

FIRMADO EM: 01/08/2019

SIGNATÁRIOS:
CONTRATANTE: FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES /PREFEITO- **CPF Nº.** 032.313.434-37

CONTRATADA: FRANCISCO DIEGO COSTA DANTAS - **CPF Nº.** 010.536.154-26

Publicado por:
Angelus Vinicius de Araújo Mendes
Código Identificador:F56C83E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.643/2019

Exonerar a pedido, THIAGO BASTOS QUEIROZ do Cargo de Assessor Técnico Nível IV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, **THIAGO BASTOS QUEIROZ,** das atribuições inerentes ao cargo Comissionado de Assessor Técnico Nível IV, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:49FF56DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.644/2019

Exonerar a pedido, MARILISI ALVES DOS SANTOS do Cargo de Assessora Técnica Nível IV.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, **MARILISI ALVES DOS SANTOS,** das atribuições inerentes ao cargo Comissionado de Assessora Técnica Nível IV, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:F4A60903

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.645/2019

Instauração de sindicância – Maria das Vitorias Silva do Nascimento,

O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instaurada sindicância destinada a apurar possível irregularidade de acúmulo de cargos, citado no memorando nº 105/2019, oriundo da Procuradoria Geral do Município, no qual solicita abertura de sindicância em desfavor da servidora **Sra. Maria das Vitorias Silva do Nascimento**, Matricula 2769.

Art. 2º - Fica nomeado o servidor Edilson Oliveira de Lima – Matrícula nº 880, lotado na Secretaria Municipal de Saúde para conduzir a presente sindicância.

Art. 3º - o Servidor citado no artigo anterior terá o prazo de 30 (trinta) dias para correta apuração dos fatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Luiz Virgílio de Brito
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de Setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Elenildo Felix
Código Identificador:6A378F4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.646/2019

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, EM VIRTUDE DE FALECIMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 33, IX da Lei 501/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo comissionado de Diretora de Departamento, provido pela servidora **NEUSA SILVA DOS SANTOS SOUSA**, através da Portaria nº 745/2019, em virtude do falecimento de seu titular.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:C5B0E1B2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1.647/2019

Nomear, VANESSA CAMARA DE SOUZA no cargo de Diretora de Departamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Francisco Adriano Holanda Diógenes, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo Art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, **VANESSA CAMARA DE SOUZA,** nas atribuições inerentes ao cargo de Diretora de Departamento, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 05 de setembro de 2019.

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:E742222A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 366/2019

De 05 de Setembro de 2019.

Concede Licença Maternidade a servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, conferias pela Lei Orgânica do Município e o art. 112 da Lei Complementar n. 002/2010, 15 de Abril de 2008;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder, a servidora KARLA KARENINE DE OLIVEIRA VITAL DA SILVA ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença gestante pelo período de 120 (Cento e vinte dias) a partir de 29 de agosto de 2019 a 26 de dezembro 2019.

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrário.

CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:254CFCFC

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 052/2019

Contrato firmado, que entre si celebram a empresa **CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA** e o Município de Ielmo Marinho.

CONTRATANTE: Município de Ielmo Marinho/RN.
CONTRATADA: **CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº**: 02.800.122/0001-98**, estabelecida na RUA SAO JOSE, 1523, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59063-150, sendo representada pela Senhora CHRISTIANY LOPES QUEIROGA CÂMARA, RG: 943.113 ITEP RN, cuja proposta foi classificada no certame, Processo Administrativo nº 1.302/2018 – **Pregão Presencial SRP nº. 034/2018.**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PRODUTOS FORMULADOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL – ALIMENTAÇÃO ESPECIALIZADA para suprir as necessidades de diversos pacientes deste município com finalidades especiais, como ingestão controlada de nutrientes, isoladamente ou em associação, de composição definida ou estimada, exclusivamente elaborada e formulada para ser administrada por meio de sondas ou via oral, industrializado ou não, utilizada exclusiva ou parcialmente, visando substituir ou complementar a alimentação oral em pacientes desnutridos ou não, de acordo com as suas necessidades nutricionais, em ambiente hospitalar, domiciliar ou ambulatorial, objetivando a produção ou manutenção dos tecidos, órgãos ou sistemas do organismo. Algumas indicações para uso desses complementos, são: Doenças desmielinizantes; Acidente vascular cerebral (AVC); Anorexia nervosa; Câncer; Coma ou estado confuncional; Perfuração traumática do esôfago; Doenças inflamatórias intestinais; Síndrome do intestino curto; Fístulas**

digestivas; Aumento do requerimento nutricional devido a graves queimaduras; Broncoaspiração recorrente em pacientes com problemas de deglutição; Náuseas e vômitos em pacientes com gastroparesia ou obstrução do estômago ou do intestino delgado proximal; Desordens que requerem administrações especiais, como quilotórax, pancreatite aguda, insuficiência hepática, insuficiência renal, doença de Crohn em atividade, dentre outras.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 034/2018 vinculado ao Processo administrativo nº 1.302/2018 da Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN, estando subordinado à disciplina da Lei nº 8.666/93, Decreto nº 160/2018. Relativo a Ata de Registro de Preço nº 030/2018, relativa ao Pregão Presencial SRP Nº 034/2018, realizado na Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global é de R$ 115.824,69 (cento e quinze mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e nove centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: A partir da data de sua assinatura, de **27 de agosto de 2019 até 26 de Agosto de 2020.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 8.666/93.

Ielmo Marinho/RN, 27 de agosto de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal
Contratante

ELIEGE DA SILVA OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

CIRURGICA BEZERRA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ: 02.800.122/0001-98
Contratada

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:C9FA6BDF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADESÃO Nº. 007/2019 – PMIM

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018 RELATIVA AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2018 REALIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL PASSA E FICA/RN em conformidade do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013, da Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 160 de 11 de Janeiro de 2018.

Processo Administrativo nº 2.183/2019
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ielmo Marinho/RN.
CONTRATADA: **LEONARDO COSTA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 11.183.984/0001-00,** estabelecida na Avenida Coronel Estevam, 1598, Alecrim – Natal/RN – CEP; 59.037-000, sendo representada pelo(a) Senhor(a) Leonardo Costa dos Santos, inscrito no CPF sob nº 070.802.104-29 e RG 001.859.153 SSP/RN.
OBJETO: **AQUISIÇÃO PARCIAL DE MATERIAL DE CONSUMO PARA KIT ENXOVAL (KITS GESTANTES) PARA RECÉM-NASCIDO, DESTINADO A DOAÇÃO AS GESTANTES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL VISANDO O ACESSO DA GESTANTE QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AOS SERVIÇOS DE PRÉ-NATAL, OFERECENDO MECANISMOS E PROPORCIONANDO QUALIDADE DE VIDA AO BINÔMIO MÃE E FILHO.**
MODALIDADE: ADESÃO/CARONA Nº 007/2019 - Pregão Presencial/SRP nº. 021/2019 da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.
VALOR: **O valor total é de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).**
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: De 05 de Setembro de 2019 a 24 de Setembro de 2019.
VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO: Os produtos serão contratados na data da assinatura contratual, estendendo-se por 12 (doze) meses, **de 05 de Setembro de 2019 até 04 de Setembro de 2020.**

Ielmo Marinho/RN, 05 de Setembro de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

LEONARDO COSTA DOS SANTOS
CNPJ: 11.183.984/0001-00

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:7E30AD62

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 053/2019

Contrato firmado, que entre si celebram a empresa **LEONARDO COSTA DOS SANTOS** e o Município de Ielmo Marinho.

CONTRATANTE: Município de Ielmo Marinho/RN.
CONTRATADA: **LEONARDO COSTA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ sob nº 11.183.984/0001-00,** estabelecida na Avenida Coronel Estevam, 1598, Alecrim – Natal/RN – CEP; 59.037-000, sendo representada pelo(a) Senhor(a) Leonardo Costa dos Santos, inscrito no CPF sob nº 070.802.104-29 e RG 001.859.153 SSP/RN.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA KIT ENXOVAL (KITS GESTANTES) PARA RECÉM-NASCIDO, DESTINADO A DOAÇÃO AS GESTANTES ATENDIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E BEM ESTAR SOCIAL VISANDO O ACESSO DA GESTANTE QUE SE ENCONTRA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AOS SERVIÇOS DE PRÉ-NATAL, OFERECENDO MECANISMOS E PROPORCIONANDO QUALIDADE DE VIDA AO BINÔMIO MÃE E FILHO.**
MODALIDADE: ADESÃO/CARONA Nº 007/2019 - Pregão Presencial/SRP nº. 021/2019 da Prefeitura Municipal de Passa e Fica/RN.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total é de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Os produtos serão contratados na data da assinatura contratual, estendendo-se por 12 (doze) meses, **de 05 de Setembro de 2019 até 04 de Setembro de 2020.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 8.666/93.

Ielmo Marinho/RN, 05 de Setembro de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal
Contratante

MARIA DO LIVRAMENTO FIDELIS
Secretária Municipal de Promoção e Bem Estar Social

LEONARDO COSTA DOS SANTOS
CNPJ: 11.183.984/0001-00

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:C30E5FFB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO/MI/RN Nº 2446/2019
TOMADA DE PREÇOS N° 001/2019

ASSUNTO: Constitui objeto da presente licitação, a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de serviços de apoio administrativo visando serviços técnicos especializados na Capacitação e Treinamento à Comissão Permanente de Licitação e Equipe de Pregão (pregoeiro e equipe de apoio) da Prefeitura Municipal de Ipueira/RN.

Considerando, os atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações do Município.

HOMOLOGO o presente procedimento objeto desta licitação de acordo com o artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação, em favor da empresa relacionada a seguir: WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS05828648446, Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 23.102.881/0001-57, no Valor Total de R$ 12.000,00 (doze mil reais), estando este valor de acordo com o valor estimado para a contratação.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Pela Contratante e

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Pela Contratada.

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:0DDE204E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019
CONTRATO Nº 003/2019/TP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ
Contratado: JOÃO ITALO DOS SANTOS SOUZA 06859075465
CNPJ: 27.303.596/0001-55
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA NO ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS E SISTEMA DA SAÚDE NO MUNICIPIO DE JAÇANÃ-RN - EXCLUSIVO PARA ME/EPP
Valor Global: R$ 55.200,00
Data da Assinatura: 13/08/2019
Vigência: 12 (DOZE) meses.

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:36015EE0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019
CONTRATO Nº 004/2019/TP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ
Contratado: ÍCARO DE FRANÇA ALBUQUERQUE
CPF: 095.550.104-04
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EDUCADOR E CONSULTOR AMBIENTAL COM FORMAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO OU AMBIENTAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NESTA PREFEITURA
Valor Global: R$ 65.520,00
Data da Assinatura: 13/08/2019
Vigência: 18 (DEZOITO) meses.

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:5AD3B53A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019
CONTRATO Nº 005/2019/TP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ
Contratado: PABLO RAFAEL FERREIRA RAMOS
CPF: 088.474.644-55
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EDUCADOR E CONSULTOR AMBIENTAL COM FORMAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO OU AMBIENTAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NESTA PREFEITURA
Valor Global: R$ 65.520,00
Data da Assinatura: 13/08/2019
Vigência: 18 (DEZOITO) meses.

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:8C0C503C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019
CONTRATO Nº 006/2019/TP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ
Contratado: RAFAEL CARNEIRO DE SOUZA BARROS
CPF: 090.000.234-40
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EDUCADOR E CONSULTOR AMBIENTAL COM FORMAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO OU AMBIENTAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NESTA PREFEITURA
Valor Global: R$ 92.840,00
Data da Assinatura: 13/08/2019
Vigência: 18 (DEZOITO) meses.

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:46888A7F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019
CONTRATO Nº 007/2019/TP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ
Contratado: TALLES CHATEAUBRIAND DE MACÊDO
CPF: 081.336.814-64
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EDUCADOR E CONSULTOR AMBIENTAL COM FORMAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRÓNOMO OU AMBIENTAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NESTA PREFEITURA
Valor Global: R$ 92.840,00
Data da Assinatura: 13/08/2019
Vigência: 18 (DEZOITO) meses.

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:33F2A09D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 449/2019/GP, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

O prefeito Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 048/1997 de 20 de julho de 1997, no seu Artigo 102;
RESOLVE
Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 90 (noventa) dias, ao Sr. EMANUEL PAULO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula n° 85, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme requerimento em anexo, com início no dia 05 de setembro de 2019 e término no dia 03 de dezembro de 2019;
Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se e Cumpra-se

Jaçanã - RN, 03 de setembro de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:B0C7891B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS N°. 000004/2019 RESULTADO DA LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N°. 000004/2019
RESULTADO DA LICITAÇÃO
A Comissão Permanente de Licitação do Município de Jandaíra/RN torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da análise dos documentos de habilitação da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 000004/2019**, concernente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA DESCOBERTA NA COMUNIDADE DE GUARAPES**, para declarar as empresas **CARVALHO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI** (CNPJ: 22.318.474/0001-19), **FRANCISCO A CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI** (CNPJ: 24.839.909/0001-04) e **JFF EMPREENDIMENTO EIRELI ME** (CNPJ: 09.195.778/0001-78) habilitadas para o presente certame e a empresa **GIVAGNO PATRESE DA SILVA BEZERRA EIRELI** (CNPJ: 23.723.911/0001-42) inabilitada, por ter deixado de cumprir a exigência contida na letra "c" do Item 5.1.3 do Edital.

Jandaíra/RN, 04 desetembrode 2019.

ALCINDA UBERACYRA DE MESQUITA CAVALCANTE
Presidente da CPL

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:9FA74052

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000003/2019 – PMJ/RN AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº. 000003/2019 – PMJ/RN
AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS
O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará a sessão pública às **11:00h** do dia **13 DE SETEMBRO DE 2019**, para abertura dos envelopes de propostas de preços apresentados na **TOMADA DE PREÇOS Nº. 000003/2019 – PMJ/RN**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR OBRA DE REFORMA E COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE TUBIBAL.** Qualquer informação poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Jandaíra/RN, situada na Av. Aristófanes Fernandes, s/n, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, no horário de 07:00h às 13:00h (de segunda à sexta-feira).

Jandaíra/RN, 04 de setembro de 2019.

ALCINDA UBERACYRA DE MESQUITA CAVALCANTE
Presidente da CPL

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:268080F4

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000023/2019 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000023/2019
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
A Prefeita Municipal de Jandaíra/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,**RESOLVE**, com fundamento no inciso XXII do art. 4°. da Lei n°. 10.520/2002,**HOMOLOGAR**todo o procedimento licitatório, incluindo o ato de**ADJUDICAÇÃO**, relativo à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AR CONDICIONADO**, conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência), sendo a empresa **EQUIPAMIX UTILIDADES E EQUIPAMENTOS LTDA** (CNPJ: 23.446.094/0001-22), vencedora do Item 2, com valor total de **R$ 49.300,00 (quarenta e nove mil, trezentos reais)**, a empresa **LOURDETE V. BEZERRA – ME** (CNPJ: 20.934.278/0001-43), vencedora do Item 3, com valor total de **R$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais)** e a empresa **ZIB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** (CNPJ: 32.932.000/0001-16), vencedora do Item 1, com valor total de **R$ 42.400,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos reais)**.

Jandaíra/RN, 05 de setembro de 2019.

MARINA DIAS MARINHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:BA61BED3

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000019/2019 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000019/2019
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
A Prefeita Municipal de Jandaíra/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,**RESOLVE**, com fundamento no inciso XXII do art. 4°. da Lei n°. 10.520/2002,**HOMOLOGAR**todo o procedimento licitatório, incluindo o ato de**ADJUDICAÇÃO**, relativo à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**, conforme Anexo I do Edital (Termo de Referência), sendo a empresa **JR SILVA DE LIMA - ME** (CNPJ: 23.024.332/0001-01), vencedora do LOTE 2 no valor total de 50.099,00, do LOTE 5 no valor total de 152.376,00 e do LOTE 6 no valor total de 198.999,00 e a empresa **C J DE ARAÚJO PESSOA - ME** (CNPJ: 29.303.584/0001-56), vencedora do LOTE 4 no valor total de 44.340,00, do LOTE 1 no valor total de 289.999,00 e do LOTE 3 no valor total de 392.970,00.

Jandaíra/RN, 05 de setembro de 2019.

MARINA DIAS MARINHO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:C3AF0D30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO RESULTADO TP Nº 002/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019
Após esgotado o prazo recursal a CPL-Prefeitura de Janduís - RN, torna público o resultado da Tomada de preço nº 002/2019, realizada em 03/09/2019, as 09:00 horas, objeto: Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços na manutenção de prédios públicos. Tendo como Pessoa Jurídica vencedora em Primeiro Lugar: SERRA LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 13.721.826/0001-9; com o valor de R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) segundo colocado empresa: JM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME - CNPJ: 31.890.755/0001-32, com o valor de R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil) e Terceiro colocado empresa NUNES CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOSE OBRAS URBANÍSTICA- CNPJ: 09.181.832/0001-26. Com valor de R$ 398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil)

.
Janduís, 03 DE setembro DE 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Prefeitura de Janduís
WILLI KESLE FERREIRA
CPL

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:297B8B5B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO CONVOCAÇÃO SEGUNDOS COLOCADOS PP SRP N° 10/2019

A Prefeitura Municipal de Janduis, torna público que, considerando a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 042601/2019, celerado junto à empresa **W. S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME**- CNPJ: 10.212.250/0001-49, e em face do parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, em conformidade com o art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/93, CONVOCA os licitantes remanescentes, na ordem de classificação: **F WILTON CAVALCANTE MONTEIRO**- CNPJ: 07.055.280/0001-84 e **MIRELLY PINHEIRO FERREIRA**- CNPJ: 27.029.083/0001-06, classificadas em 2º lugar no certame, para a assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, atualizados de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2º, da Lei de Licitações e Contratos. Caso não haja aceitação, expressa ou tacitamente, será convocado o quarto classificado e assim sucessivamente, até que seja efetivada a contratação.

Janduís, 05 de setembro de 2019

DANIEL J. ROBERTO
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:02D28870

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 372/2019 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAPI/RN.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidos, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I – as prioridades da administração pública municipal;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V - as alterações da Lei orçamentária; e

V - as disposições finais.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Constituem prioridades da administração pública municipal:

I – educação, saúde e serviços urbanos, com ênfase para:

melhoria dos atendimentos de saúde e ações preventivas;

saneamento básico;

proteção à criança e ao adolescente;

ensino infantil;

ensino fundamental;

limpeza urbana

II – planejamento, urbanismo e infra-estrutura;

III – preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, rural e urbano;

IV – incentivo à produção agropecuária e apoio ao homem do campo;

V – programas voltados para a área de assistência e promoção social;

VI – ações de convivência com a seca.

Art. 3º As prioridades definidas no artigo anterior terão precedências na alocação de recursos nos orçamentos de 2020, orientadas nas iniciativas previstas no Plano Plurianual do período de 2018 a 2021.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – *programa*, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – *atividade*, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – *projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – *operação especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resultam um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – *unidade orçamentária*, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VI – concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros;

VII – convenente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta de outras esferas de governos e as entidades privadas, com as quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária que o executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva lei será constituído de:

I – texto da lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

III – anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesas na forma definida nesta Lei;

IV – discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
Parágrafo Único – Integrarão os anexos a que se refere este artigo, além dos componentes referidos no art. 2º, § 1º, I a II e no art. 22, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os seguintes demonstrativos:

I – da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto, contribuição e transferências de que trata a Lei Orgânica do Município;

II – da evolução das despesas do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

III – o resumo das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV – do resumo da despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V – da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme Anexo I da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;

VI – das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com o Anexo III, da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações;

VII – das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e Órgão, por grupo de despesa;

VIII – das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo função, sub-função, programa e grupo de despesa;

IX – da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212, da Constituição Federal, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município e seus fundos.

Art. 7º Para efeito do disposto no art. 4º desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação.

Parágrafo Único – A execução do orçamento previsto neste artigo fica sujeita ao cumprimento das técnicas e normas pertinentes às áreas de orçamento, contabilidade e finanças públicas.
Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal ou seguridade social.

§ 2º Os grupos de despesas de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesas de mesmas características quanto ao objeto de gastos, conforme a seguir discriminados:

I – Pessoal e Encargos Sociais - 1;

II – Juros e Encargos da Dívida - 2;

III – Outras Despesas Correntes - 3;

VI – Investimentos - 4;

V – Inversões Financeiras - 5; e

VI – Amortização da Dívida - 6.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
I – mediante transferência financeira:

a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidades no âmbito do mesmo nível de Governo.
§ 6º è vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

Art. 9º A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondente, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Art. 10 - A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo a 6,83% (seis vírgula oitenta e três por cento) da receita corrente líquida**.**

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 11 No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de junho de 2019, projetadas para o exercício de 2020 com correção de 4,5% (quatro e meio por cento) correspondente aos mesmos índices de variações oficiais do Governo Federal estipulado no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo Federal.

Parágrafo Único – No caso de ser atribuídos incrementos real das transferências constitucionais, decorrente da ampliação da participação dos Governos Municipais nos impostos federais, com a conseqüente ampliação da base das receitas tributárias, as variações decorrentes serão considerados na estimativa para 2020.

Art. 12 As instituições de caráter assistencial, cultural ou desportiva sem finalidade lucrativa, reconhecidas de utilidade pública, podem firmar convênio com o Poder Público Municipal, apresentando os seguintes documentos:

I – cópia da Lei de reconhecimento de utilidade pública;

II – cópia autenticada da ata da eleição da Diretoria;

III – prova de que não estar inadimplente com o Tribunal de Contas do Estado, de recursos recebidos;

IV – plano de aplicação físico-financeiro, em nível de item da despesa dos recursos a serem recebidos.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 13 Os Poderes Legislativo e Executivo terão como limites na elaboração de suas proposta orçamentária, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo a situação vigente em junho de 2019, projetada para o exercício de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos devidamente autorizados, observadas às disposições contidas no art. 18 e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

CAPÍTULO V
DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 14 - As classificações das dotações previstas no art. 8º, as fontes de financiamento do Orçamento do Município e os códigos das ações poderão ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total do título e observadas as demais condições de que trata este artigo, de conformidade com os parágrafos dispostos abaixo:

§ 1º As alterações de que trata o **caput** poderão ser realizadas, justificadamente se autorizadas por meio de:

I – ato dos Poderes Executivos e Legislativo para abertura de créditos autorizados na lei orçamentária:

Grupos de Natureza de Despesas "3 – Outras Despesas Correntes", "4 – Investimentos" e "5 – inversões Financeiras", no âmbito do mesmo título; e

Grupos de Natureza de Despesas "2 – Juros e Encargos da Dívida e "6 – Amortização da Dívida", no âmbito do mesmo título;

para a fontes de financiamento e as esfera orçamentárias;

para os títulos das ações, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal;

para as fontes de recursos, observadas as vinculações prevista na legislação.

§ 2º As alterações a que se refere esse artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei orçamentária 2020.

§ 3º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no sistema de contabilidade da Prefeitura pela unidade orçamentária.

§ 4º Ajustes na codificação orçamentária, decorrente da necessidade de adequação à classificação vigente, serão processadas diretamente no sistema execução e controle orçamentária do Município, desde que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivo grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e modalidade de aplicação, especificando o elemento de despesa.

Art. 16 - São vedadas quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e contabilidade, que viabilizem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 17 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 18 Para efeito do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art, 38 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição; e
II – entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 19 Se o Projeto de Lei Orçamentária 2020 não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2019, a programação dela constante poderá ser executada para atendimento de:

I – despesas que configurem obrigações legais do Município, relacionadas no anexo I desta Lei;

II – bolsas concedidas a estudantes carentes sobre as mais diversas formas;

III – pagamento de estagiários e de contratações temporárias por excepcional interesse público;

IV – outras despesas correntes de caráter inadiável; e

V – despesas de capital.

§ 1º As despesas de que trata o caput deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária 2020, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva Lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o Inciso IV do Caput, o ordenador da despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 para fins de cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 20 Se necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará ao Poder Legislativo, observada legislação pertinente.

Art. 21 Integra a presente Lei os Anexos de Metais Fiscais de que trata o § 1º, art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Japí/RN, 16 de agosto de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josefa Jeilza Soares Medeiros da Paz
Código Identificador:5DE2551E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE

REF PROCESSO ADMINISTRATIVO PMJP/RN N° 190606038/2019
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
ASSUNTO: **Contratação direta de serviços artísticos de apresentação da Banda João Neto Pegadão nas festividades alusivas a Padroeira Nossa Senhora dos Aflitos**.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019

De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, DETERMINO que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a Contratação direta de serviços artísticos de apresentação musical nas festividades alusivas a Padroeira Nossa Senhora dos Aflitos, junto à empresa MRP10 PROMOÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI (CNPJ nº 30.692.154/0001-52) representante legal e exclusivo da Banda João Neto Pegadão, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de Jardim de Piranhas/RN – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, perfazendo a importância global de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).
Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 25, III da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.
Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, como de costume.

Jardim de Piranhas/RN, 19 de agosto de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:222AE47E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE

REF PROCESSO ADMINISTRATIVO PMJP/RN N° 190606039/2019

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
ASSUNTO: **Contratação direta de serviços artísticos de apresentação da cantora Walkyria Santos nas festividades alusivas a Padroeira Nossa Senhora dos Aflitos**.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2019

De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, DETERMINO que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a Contratação direta de serviços artísticos de apresentação musical nas festividades alusivas a Padroeira Nossa Senhora dos Aflitos, junto à empresa Walkyria Bezerra Santos 03081641489 (CNPJ nº 27.388.469/0001-04) representante legal e exclusivo da artista Walkyria Bezerra Santos, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de Jardim de Piranhas/RN – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, perfazendo a importância global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 25, III da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.
Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, como de costume.

Jardim de Piranhas/RN, 19 de agosto de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:16D782FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE

REF PROCESSO ADMINISTRATIVO PMJP/RN N° 190606040/2019

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.
ASSUNTO: **Contratação direta de serviços artísticos de apresentação do cantor Rodolfo Lopes nas festividades alusivas a Padroeira Nossa Senhora dos Aflitos**.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2019

De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Procuradoria Geral deste Município, DETERMINO que se proceda, com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, a Contratação direta de serviços artísticos de apresentação musical nas festividades alusivas a Padroeira Nossa Senhora dos Aflitos, junto à empresa RODOLFO LOPES DA SILVA – PRODUÇÃO MUSICAL ME (CNPJ nº 20.659.771/0001-00) representante legal e exclusivo do artista RODOLFO LOPES, a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de Jardim de Piranhas/RN – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, perfazendo a importância global de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, realizada com fundamento no art. 25, III da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Finanças e Tributação que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos das propostas constantes destes autos.
Providencie-se, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho e de seu contrato, por extrato, como de costume.

Jardim de Piranhas/RN, 19 de agosto de 2018.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:322B40FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2019

TOMADA DE PREÇOS N° 004/2019 – PROC. LIC. PMJP/RN N° 086/2019

CONTRATANTE: Município de Jardim de Piranhas/RN; **CONTRATADA:** SERRA DO LIMA EMPRENDIMENTOS LTDA ME; **OBJETO**: Contratação de empresa para execução dos serviços de reforma e adequação da sala de raio-x do Hospital Francisca Pereira Mariz; **VIGÊNCIA**: 01 a 30 de agosto de 2019; **VALOR GLOBAL**: R$ 31.101,61 (trinta e um mil, cento e um reais e sessenta e um centavos); **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**: art. 23, I, b, da Lei N° 8.666/93; SUBSCRITORES: Elídio Araújo de Queiroz – pelo Contratante e Thacio Queiroga Solano Vale – pela Contratada.

Jardim de Piranhas/ RN, 29 de julho de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tarso de Araújo Fernandes
Código Identificador:4B706075

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 642/2019 - GP

Dispõe sobre a lotação de servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, Capítulo III, da Lei Orgânica Municipal, e;
Considerando o interesse público e a conveniência administrativa;
Considerando a efetiva necessidade as unidades administrativas municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - LOTAR e mandar servir, **Maria Margarida Guedes**, Agente Comunitária de Saúde, na Estratégia Saúde da Família IV da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jardim de Piranhas/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02.09.2019, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 04 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:513AAC74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2019 – CONTRATO ADMINISTRATIVO 054/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 604.577/2018

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA**: MK VEX LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.338.904/0001-57; **OBJETO:** Renovação contratual, por mais 7 (sete) meses, do Contrato Administrativo de nº 054/2018, cujo objeto se refere a contratação dos serviços de comunicação multimídia acesso banda larga 24 (vinte e quatro) horas, para atender as Secretarias do Município de Jardim do Seridó/RN**; DATA DA ASSINATURA:** 30 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 02 de Setembro de 2019 e termo final 02 de Abril de 2020; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Presencial; **VALOR DO TERMO ADITIVO**: R$ 18.328,20 (Dezoito mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos); **SUBSCRITORES:** Ana Maria Medeiros Vilar dos Santos, inscrita no CPF/MF sob o nº 368.196.464-53 – pelo Contratante e Markson Oliveira da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.497.184-34 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 30 de Agosto de 2019.

ANA MARIA MEDEIROS VILAR DOS SANTOS
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:0EA3FDA1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2019 – CONTRATO ADMINISTRATIVO 021/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN Nº 312.006/2019

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA**: M. A. EMPREENDIMENTO E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.917.544/0001-88; **OBJETO:** Prorrogação do período vigencial do Contrato Administrativo nº 021/2019, para a contratação de empresa especializada para construção de calçadas**; DATA DA ASSINATURA:** 12 de Agosto de 2019; **VIGÊNCIA**: 12 de Agosto de 2019 e termo final em 11 de Outubro de 2019 (sessenta dias); **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Tomada de Preço; **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Contratante e Cláudio Damião Pereira da Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 033.980.024-04 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 12 de Agosto de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:34BFE5A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 007, DE 30 DE AGOSTO 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder a **CLEDJANE LIRA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Função Gratificada – Responsável pelo RH da Secretaria de Administração, ½ diária parcial de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à Natal/RN, no dia 04 de setembro de 2019, para comparecer à Audiência Técnica sobre mudanças no SIAI para o exercício de 2020, realizada pelo TCE/RN, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 690, Petrópolis, Natal/RN.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua subscrição, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019, 129º da República.

REJANE MARIA DE AZEVEDO DE MEDEIROS
Secretária de Administração

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:97BB5E0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 008, DE 30 DE AGOSTO 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder a **ALANI PEREIRA DIAS,** ocupante do cargo de Subcoordenador da Secretaria de Administração, ½ diária parcial de R$ 70,00 (setenta reais), ficando a mesma autorizada a se deslocar à Natal/RN, no dia 04 de setembro de 2019, para comparecer à Audiência Técnica sobre mudanças no SIAI para o exercício de 2020, realizada pelo TCE/RN, no Auditório do Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 690, Petrópolis, Natal/RN.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 30 de agosto de 2019, 129º da República.

REJANE MARIA DE AZEVEDO DE MEDEIROS
Secretária de Administração.

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:043EF4EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIBILIDADE

PROCESSO Nº 4342/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN NO CURSO DE FISCALIZAÇÃO DO ISS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.
CONTRATANTE: **PREFEITURA DE JOÃO CÂMARA**, com sede Praça Baixa Verde, 169, Centro, João Câmara/RN, CEP:59550000**,** CNPJ/MF: **08.309.536/0001-03**.
CONTRATADA: **COTEF - CENTRO DE ORIENTAÇÃO EM TRIBUTOS E ESTUDOS FAZENDÁRIOSLTDA**, com sede ESTRADA DO RIO GRANDE, 1465, TAQUARA, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP:22720010, CNPJ/MF: **02.520.698/0001-00**
VALOR: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
BASE LEGAL: Art. 25, II, da Lei federal 8.666/93

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:C021CBB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIBILIDADE

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Processo Administrativo nº 4342/2019

O Prefeito do Municípiode JOÃO CÂMARA/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancorada na norma inscrita no Art. 26, "caput", da Lei Regente, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, **HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO,** junto a **COTEF - CENTRO DE ORIENTAÇÃO EM TRIBUTOS E ESTUDOS FAZENDÁRIOSLTDA,** inscrito no CNPJ/CPF**: 02.520.698/0001-00,** para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN NO CURSO DE FISCALIZAÇÃO DO ISS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, no valor global de **R$ 2.400,00,(dois mil e quatrocentos reais),**ancorado no Art. 25, inc. II, da Lei federal 8.666/93.

João Câmara/RN, 05 de Agosto de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:C3B17A5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de João Câmara, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa **IEGESP-INSTITUTO DE ESTUDOS EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, **inscrita no CNPJ/CPF Nº 13.110.864/0001-08,** referente a **referente a** CAPACITAÇÃO DE 03 (TRÊS) SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA, NO CURSO PRÁTICO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE NA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS, no valor de **R$ 3.999,99, (três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos),** vem **RATIFICAR E RECONHECER A INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO** para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

João Câmara/RN, 05 de Setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:66293827

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIBILIDADE

PROCESSO Nº 4513/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAÇÃO DE 03 (TRÊS) SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA, NO CURSO PRÁTICO DE GESTÃO E

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM ÊNFASE NA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS.
CONTRATANTE: **PREFEITURA DE JOÃO CÂMARA**, com sede Praça Baixa Verde, 169, Centro, João Câmara/RN, CEP:59550000**,** CNPJ: **08.309.536/0001-03**.
CONTRATADA: **IEGESP-INSTITUTO DE ESTUDOS EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede RUA DESEMBARGADOR ANTÔNIO SOARES, 1245, TIROL, NATAL/RN, CEP:59022170, CNPJ: **13.110.864/0001-08**
VALOR: R$ 3.999,99 (três mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
BASE LEGAL: Art. 25, II, da Lei federal 8.666/93

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:8DAA7B9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIBILIDADE

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de João Câmara/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa **BIOPLENNA DIAGNOSTICA**, **inscrito no CNPJ/CPF Nº 13.160.859/0001-00,** referente a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA MÁQUINA DO LABORATÓRIO DA LABTEST, TENDO EM VISTA SER A ÚNICA EMPRESA NO RIO GRANDE DO NORTE APTA A REALIZAR ESSE SERVIÇO, no valor de **R$ 8.400,00, (oito mil e quatrocentos reais),** vem **RATIFICAR E RECONHECER A INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO** para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

João Câmara/RN, 05 de Setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:6E781E78

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIBILIDADE

PROCESSO Nº 3942/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA MÁQUINA DO LABORATÓRIO DA LABTEST, TENDO EM VISTA SER A ÚNICA EMPRESA NO RIO GRANDE DO NORTE APTA A REALIZAR ESSE SERVIÇO, SEGUE DECLARAÇÃO EM ANEXO.
CONTRATANTE: **PREFEITURA DE JOÃO CÂMARA**, com sede Praça Baixa Verde, 169, Centro, João Câmara/RN, CEP:59550000**,** CNPJ: **08.309.536/0001-03**.
CONTRATADA: **BIOPLENNA DIAGNOSTICA**, com sede RUA, 0, CENTRO, JOÃO CÂMARA/RN, CEP:00000000, CNPJ: **13.160.859/0001-00**
VALOR: R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).
BASE LEGAL: Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:8079BFF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 080/2019-GAB

PORTARIA Nº 080/2019-GAB
A**Prefeita do Município de João Dias**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder o(a) Sr(a).**PALOMA LIANE RODRIGUES DE ARAÚJO**, inscrito(a) na Matricula nº**130224-8** e no Cadastro de Pessoa Física nº**084.554.004-12**, servidor(a) público(a) municipal efetivo ocupante do cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de FÉRIAS EM GOZO, referente ao período aquisitivo de 2018, a partir de 09/09 a 23/09 do corrente exercício.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
LEIA-SE E
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de João Dias-RN Em, 05 de Setembro de 2019.

NADJA TÁSSIA VERÍSSIMO
Prefeita

Publicado por:
Maria de Fatima Duarte de Brito
Código Identificador:22053552

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 412/2019 - DIÁRIA

Portaria nº412 /2019 – Gabinete do Prefeito Em, 05 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. – Conceder a Srª. **EMANUELA CATARINA FERNANDES**, Nutricionista deste Município, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, portadora de Cédula de Identidade n°2694297 – SSP-/RN, inscrito no CPF n° 072.744.934-69, residente na Rua Primo Cajé, n° 272, Zona Urbana de Riacho de Santana, a importância de R$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais), a concessão de 01 (Uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), destinadas às despesas decorrentes da viagem para participar do **Encontro Regional do PSE da 6° Região de Saúde**, que acontecerá no Auditório da VI Regional de Saúde em Pau dos Ferros, nos dias 10 e 11 de setembro de 2019, no primeiro dia acontecerá das 8h às 16h e no segundo dia das 08h às 12h.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D5AC1B40

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.PROCESSO:27080001/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 27080001/2019

Objeto: Serviços de confecção de bonequinhas preta na versão 50 cm, do clássico literário Alaíde Lisboa, destinado ao desenvolvimento do projeto infância sem racismo, com o tema "NOSSAS DIFERENÇAS NOS COMPLETAM" que será trabalhado nas escolas da zona rural deste município.

Contratado: MARIA MICILENE DA SILVA BESSA (048.260.904-47), com Valor Total Julgado: R$ 390,00

Base legal: artigo 24, da Lei 8.666/93.

José da Penha/RN, 27/08/2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:99D3342C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.PROCESSO:30080001/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 30080001/2019

Objeto: Aquisição de fardamentos (conjunto calça/camisa e toucas em brim verde bandeira com impressão de logomarca), destinado aos funcionários da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de José da Penha/RN.

Contratado: LILIANE M DA SILVA (34.505.574/0001-33), com Valor Total Julgado: R$ 11.520,00

Base legal: artigo 24, da Lei 8.666/93.

José da Penha/RN, 30/08/2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:32B92C76

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 422/2019 - DIÁRIA

Portaria nº422/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. GLEIDOSN DE CASTRO FEITOSA, CPF: 034.759.094-21, 02 (duas) diárias no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 300,00 (trezentos reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, nos dias 28 a 30 de Agosto de 2019, a fim de transportar pacientes que se encontram em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:0C8878DD

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 413/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 413/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 2 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. GLEIDOSN DE CASTRO FEITOSA, CPF: 034.759.094-21, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 2 de Setembro de 2019, a fim de transportar acompanhante de paciente do município que se encontrava em transferência para tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:121D2A6A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 414/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 414/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 4 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. GLEIDOSN DE CASTRO FEITOSA, CPF: 034.759.094-21, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 4 de Setembro de 2019, a fim de transportar paciente do município que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:6D06268B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 415/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 415/2019– Gabinete do Prefeito Em, 2 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARCELO LEITE FONTES, CPF: 023.743.984-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 2 de Setembro de 2019 a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:58F2ED7A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 416/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 416/2019– Gabinete do Prefeito Em, 3 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARCELO LEITE FONTES, CPF: 023.743.984-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 3 de Setembro de 2019 a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:02858544

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 417/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 417/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 9 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. EDGAR SOARES LEITE, CPF:107.296.824-04, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 9 de Agosto de 2019, a fim de transportar pacientes que se encontram em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1C9BCE1E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 418/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 418/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 30 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. EDGAR SOARES LEITE, CPF:107.296.824-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 30 de Agosto de 2019, a fim de transportar paciente que se encontrava em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:841D14C5

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 419/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 419/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 2 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. EDGAR SOARES LEITE, CPF:107.296.824-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 2 de Setembro de 2019, a fim de transportar paciente que se encontrava em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:53FFF833

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 420/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 420/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 2 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. FRANCISCO NERGIO LEITE, CPF: 499.461.884-49, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 2 de Setembro de 2019, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:5819D134

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 086 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA N° 086 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

A PRESENTE PORTARIA NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO O (A) SR (A). THACIANE MARIA FERREIRA DE SOUZA NO CARGO DE ENFERMEIRA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E LEI N° 354/2017;
CONSIDERANDO, O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2017 PARA PROVIMENTO DE CARGOS;
CONSIDERANDO, APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS CANDIDATOS CONSIDERADOS APTOS POR PORTARIA N° 085/2019, RESOLVIDOS TODOS OS TRÂMITES LEGAIS E CONFERIDA A RESPECTIVA ASSINATURA DE TERMO DE POSSE DO CANDIDATO;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear em **caráter efetivo**, o (a) Sr. (a) **Thaciane Maria Ferreira de Souza** no cargo de **Enfermeira** na Prefeitura Municipal de José da Penha – RN.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:076EBAD8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN Nº 29070001/2019

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN Nº 29070001/2019
OBJETO: Contratação de serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos hospitalares.

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** protocolado pela empresa licitante **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA** (CNPJ nº 01.568.077/0002-06), contra a decisão do Pregoeiro que inabilitou a empresa recorrente pelo descumprimento das exigências editalícias: **7.1.4.1.** Prova de Regularidade de seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) – a certidão apresentada do responsável técnico da empresa **JOSÉ ALBERTO ROXO** apresenta como endereço a Rua Viriato Correia, nº 83, Boa Viagem, Recife/ PE, cujos dados cadastrais constam de 2017; Já o contrato social consolidado da empresa licitante, cláusula 16, ii, informa que o endereço do referido profissional é Rua Rodney José Ferreira, 153, Colinas da Mantiqueira, São João da Boa Vista/ SP. Desta forma, conforme disciplinamento constante da Certidão de Registro e Quitação – CREA/ PE, a alteração posterior de elementos cadastrais nela contidos gera a invalidade da certidão; **7.1.4.3**. Prova da **capacitação técnico-profissional – 7.1.4.3.1** - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame uma das seguintes condições: **b)** o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; A empresa licitante não apresentou o registro do Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

A empresa licitante **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA (**CNPJ nº 01.568.077/0002-06) protocolou suas razões recursais, em complementação a sua manifestação oral do interesse em recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro dentro do prazo regulamentar.

Assim, o presente RECURSO INTERPOSTO se apresenta TEMPESTIVO e ADMISSÍVEL.

Alega a empresa recorrente **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA** (CNPJ nº 01.568.077/0002-06) que dita decisão foi contrária ao Princípio Administrativo da Vinculação do Instrumento Convocatório e os Princípios Constitucionais do Interesse Público e da Eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal).

Num primeiro momento, alega a empresa recorrente que o ato constitutivo da Recorrente, no qual consta o endereço do Sr. José Alberto Roxo, **indicado e reconhecidamente um dos seus responsáveis técnicos**, foi assinado em 18 de janeiro de 2018, **não sendo**, **portanto**, **posterior à Certidão**, **na qual consta o endereço profissional atualizado do Sr**. **José Alberto Roxo**, **eis que a Certidão data de 15 de fevereiro de 2019**, sendo um equívoco a inabilitação pela referida motivação.

Analisando detidamente a argumentação, constatou-se que os dados cadastrais do profissional constantes da referida certidão foram registrados no CREA-PE **a título de VISTO PROFISSIONAL** em 21 de agosto de 2017.

Em pesquisa ao site do CREA PE, na janela especifica para o VISTO PROFISSIONAL (http://www.creape.org.br/visto-profissional/), encontramos o presente disciplinamento:

Assim, para o exercício das atividades no âmbito do CREA PE, através do seu registro por VISTO PROFISSIONAL, o engenheiro **José Alberto Roxo** fixou residência no endereço Rua Viriato Correia, nº 83, Boa Viagem, Recife/ PE, cumprindo assim integralmente o item editalício **7.1.4.1**.

Num segundo momento, alega a empresa recorrente que a inabilitação baseada no suposto não cumprimento do subitem 7.1.4.3.1 do edital, também é equivocada, pois o vínculo empregatício restou **sim** comprovado, através da ficha de empregado, o Sr. José Alberto Roxo é funcionário (empregado) da Recorrente desde 01 de outubro de 2014 e assim permanece até o presente momento, abalizada pela disposição no contrato social, o qual se refere à última atualização ocorrida, e nele consta, expressamente, a indicação e reconhecimento do Sr. José Alberto Roxo com um dos responsáveis técnicos da Recorrente.

Analisando detidamente a argumentação e em pesquisa à Legislação Trabalhista – Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, verificamos que a obrigatoriedade das empresas empregadoras perante seus empregados é de registrar o contrato de trabalho no LIVRO DE

REGISTRO DE EMPREGADOS, conforme o art. 41, restando a anotação na CTPS como prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade, conforme previsão do art. 40.

Vejamos:

DO VALOR DAS ANOTAÇÕES
*Art. 40 - **As Carteiras de Trabalho e Previdência Social regularmente emitidas e anotadas servirão de prova nos atos em que sejam exigidas carteiras de identidade e especialmente**:*

I - Nos casos de dissídio na Justiça do Trabalho entre a emprêsa e o empregado por motivo de salário, férias ou tempo de serviço;

II - Perante a Previdência Social, para o efeito de declaração de dependentes;

III - Para cálculo de indenização por acidente do trabalho ou moléstia profissional.

DOS LIVROS DE REGISTRO DE EMPREGADOS
*Art. 41 - Em todas as atividades será **obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros**, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.*

Parágrafo único - Além da qualificação civil ou profissional de cada trabalhador, deverão ser anotados todos os dados relativos à sua admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, a férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador
(...)

Não foram apresentadas IMPUGNAÇÕES às razões recursais apresentadas pela empresa recorrente **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA** (CNPJ nº 01.568.077/0002-06).

Assim, há sustentação legal, normativa e editalícia para o provimento do RECURSO ADMINISTRATIVO apresentado pela empresa recorrente **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA** (CNPJ nº 01.568.077/0002-06).

Frente ao todo o exposto, **RETIFICAMOS** a decisão proferida nos autos deste processo, para declarar **HABILITADA** a empresa licitante **STERICYCLE GESTÃO AMBIENTAL LTDA** (CNPJ nº 01.568.077/0002-06), no certame do **Pregão Presencial nº 044/2019** destinado a **Contratação de serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos hospitalares** por cumprir integralmente às exigências editalícias.

Jucurutu/ RN, 05 de setembro de 2019.

JUCIMAR PEREIRA DANTAS
Pregoeiro

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:B70393B8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 27080001/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/ 2019
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/ 2002

A Comissão Permanente de Licitação do **Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no dia **06 de setembro de 2019, no site oficial do município: www.jucurutu.rn.gov.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **Registro de Preços para possível aquisição gradativa de cestas básicas para concessão de benefícios eventuais.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 23 de setembro de 2019, às 09:00 horas (horário local)**, na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: cpljucurutu@outlook.com.

Jucurutu/ RN, 05 de setembro de 2019.

GEISA DA SILVA FELICIANO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:1E402B17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 02090002/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/ 2002

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Jucurutu/ RN vem a público comunicar que no dia **06 de setembro de 2019**, no site oficial do Município **www.jucurutu.rn.gov.br**, será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado a **Contratação de pessoa jurídica para cessão de direito de uso de Software.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 23 de setembro de 2019, às 14:00 horas**, na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – situada na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, centro, Jucurutu/ RN - Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: cpljucurutu@outlook.com.

Jucurutu/ RN, 05 de setembro de 2019.

GEÍSA DA SILVA FELICIANO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:D2373E31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 250/2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 250/2019

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas pelo artigo 49, V da Lei Orgânica do Município; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, bem como no Decreto Municipal nº 1.210/2019; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito, RESOLVE:

Art. 1º Conceder diária(s) ao(à) servidor(a) a seguir discriminado:
NOME: **AÉCIO NOGUEIRA MORAIS ROCHA**
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: **Secretario Municipal de Compras**
CPF: **053.637.894-00**
MATRÍCULA: **08472-7**
DESTINO: **Natal-RN**
JUSTIFICATIVA: **Protocolar documentos na Caixa Econômica Federal referentes à obras que estão sendo executadas no Município de Jucurutu-RN.**
PERÍODO DE AFASTAMENTO: **06 de setembro de 2019.**
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: **01 (uma) diária**
VALOR DA DIÁRIA PARA O CARGO: **R$ 200,00 (Duzentos reais)**
VALOR TOTAL A SER PAGO: **R$ 200,00 (Duzentos reais)**
Art. 2º O(A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu-RN, 05 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helimário Moreira Pereira
Código Identificador:83852A43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 021/2019

DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Estabelece o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá, RN, 19 de agosto de 2019.

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
DECRETO Nº 021/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecido o Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval, regida pela Lei Municipal nº 330, de 3 de junho de 2019, localizada na Rua Anita Alves Barros, S/N no Distrito de Santa Fé – Jundiá/RN.
Art. 2º A Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval tem como finalidade disponibilizar o acesso à informação e conhecimento, com diversidade de recursos e uso de tecnologias, com base na pluralidade, favorecendo, sobretudo, a valorização do hábito da leitura, contribuindo na interação intelectual e multicultural da era em que vivemos.
Parágrafo único. A biblioteca pública é destinada ao uso dos alunos, acadêmicos, professores, pesquisadores e da comunidade em geral.

CAPÍTULO II
FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA

SEÇÃO I
DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS PRESTADOS

Art. 3º A biblioteca pública tem como expediente, os seguintes horários:
I - diurno: de segunda a sexta-feira, das 7:00 às 11:20 e das 13:00 às 17:20.
II - noturno: nas quartas-feiras, das 18:00 às 21:00.
§ 1º No mês de janeiro, excepcionalmente, a biblioteca oferece horário especial, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 17:00.
§ 2º O horário da biblioteca pode ser justificadamente modificado, mediante necessidade, com autorização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos.
Art. 4º A Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval dispõe dos seguintes serviços:
I - empréstimo domiciliar de livros, DVDs, CDs, revistas e gibis;
II - levantamento bibliográfico;
III - atendimento para pesquisa local;
IV - disponibilidade de internet;
V - serviços on-line.

SEÇÃO II
DO CADASTRO DO USUÁRIO

Art. 5º Para usufruir do serviço de empréstimo a domicílio, o usuário deve cadastrar-se na biblioteca, durante o horário de expediente, mediante apresentação dos documentos a seguir relacionados:
I - apresentação do comprovante de residência, ou seja, conta de telefone fixo, água ou luz do mês corrente;
II - apresentação da Cédula de Identidade e/ou CPF (Cadastro de Pessoa Física), ou na falta de um destes documentos poderá ser apresentada a Certidão de Nascimento;
III - 1 (uma) foto 3x4 recente;
IV - preenchimento de formulário;
V - criação de uma senha de usuário.
Art. 6º O usuário apenas poderá efetuar o cadastro, na Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa, se comprovar uma das seguintes situações:
a) residência no Município de Jundiá/RN;
b) residir na região, mas apresentar comprovante de trabalho no Município;
c) comprovar através de atestado de frequência ou matrícula que estuda em instituição de ensino do Município de Jundiá;
d) comprovar residência do responsável legal no Município;
Parágrafo único. Os usuários que não se encaixam nas alíneas "a" a "d" serão enquadrados no art. 21 deste regulamento.
Art. 7º Ao concluir a efetivação do cadastro, o usuário receberá a 1ª (primeira) via da "Carteira de Usuário", gratuitamente, com validade prevista no § 4º deste artigo.
§ 1º Em caso de extravio da 1ª (primeira) via da carteira, o usuário deverá preencher formulário de solicitação da 2ª (segunda) via, no balcão de atendimento, desde que cumpridos os seguintes requisitos:
I - apresentar 1 (uma) foto 3 x 4 recente;
II – Preencher uma ficha de pedido da 2ª via.
§ 2º O pedida da 2ª via da carteira que está no inciso II, do §1º, será gratuitamente.
§ 3º A biblioteca terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para emitir a 2ª (segunda) via da carteira de usuário, desde que cumprido o disposto no §1º deste artigo.
§ 4º O cadastro dos usuários deverá ser renovado a cada ano, atualizando todos os seus dados, bem como, a quitação de pendências do ano anterior, se for o caso.
§ 5º No ato da atualização do cadastro, o usuário deverá apresentar:
I - comprovante de residência atual;
II - 1 (uma) foto 3x4 recente.
§ 6º Efetuado o cadastro ou sua atualização, o usuário deverá ler e assinar um regulamento condensado, estando no ato da assinatura, consciente de seus direitos e deveres.

SECÃO III
DO ACESSO E PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DA BIBLIOTECA

Art. 8º Serão considerados usuários especiais as pessoas fisicamente impossibilitadas de acessar o espaço da biblioteca.

Parágrafo único. A biblioteca terá a função de fomentar a utilização das tecnologias de informação e comunicação, especialmente providenciando acesso e informação à pessoas com necessidades especiais e exclusão digital, criando novas oportunidades e experiências em um ambiente físico e tecnológico amigável e aplausível.
Art. 9º O acesso à biblioteca encontra-se a disposição de toda e qualquer pessoa, livre de quaisquer ônus ou de cadastro de usuário, quando objetivar fazer consulta local, desde que siga as regras do presente regulamento.
Art. 10. O usuário, ao ingressar nas dependências da biblioteca deverá dirigir-se ao balcão de atendimento e solicitar ao atendente os serviços desejados, bem como deverá deixar seus pertences no guarda-volumes.

§ 1º O guarda-volumes destina-se a guardar os pertences, somente no período em que o usuário esteja utilizando a biblioteca, sendo que seu uso se dará da seguinte forma:
I - O usuário deverá retirar a chave correspondente ao número do compartimento do guarda-volumes no balcão de atendimento, assinando o livro de controle do guarda-volumes;
II - O usuário ao retirar os pertences deverá dirigir-se até o balcão de atendimento e entregar a chave para o atendente, bem como assinar o livro de controle de devolução da chave do guarda-volumes.
§ 2º Caso o usuário perder ou extraviar a chave do guarda-volumes, acarretará em reposição da mesma ou ressarcimento correspondente ao valor da cópia da chave.
§ 3º Quando o usuário fizer consulta local deverá selecionar as obras solicitando, se necessário, o auxílio dos atendentes e/ou do sistema implantado para funcionamento de todos os setores da biblioteca.
§ 4º O usuário, após a consulta local, deverá deixar o material utilizado nas mesas, para a coleta de dados estatísticos e o correto arquivamento efetuado por um funcionário da biblioteca.
§ 5º Os usuários especiais, de que trata o art. 8º deste regulamento, em uso dos serviços da biblioteca, terão atendimento individual.
Art. 11. A Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval dispõe de computadores conectados à internet disponíveis a todos os interessados, independente do cadastro de usuário.
§ 1º Os interessados em utilizar os computadores deverão seguir as seguintes normas:
a) antes de utilizar o computador, o usuário deverá dirigir-se ao balcão de atendimento para retirar a ficha de pesquisa;
b) ao encerrar a utilização do computador, o usuário deverá entregar a ficha de pesquisa devidamente preenchida ao atendente do balcão.
§ 2º Será permitido em cada computador, no máximo, dois usuários sentados, cujo objetivo visa evitar o acúmulo de pessoas, bem como as conversas que perturbam o ambiente.
§ 3º Em caso de necessidade, a biblioteca poderá limitar o tempo de utilização do usuário ao computador.
§ 4º O usuário deverá conservar o padrão da configuração de tela e os ícones estipulado pela biblioteca.
§ 5º É vedado ao usuário acessar sites pornográficos ou afins, bem como fazer download de arquivos e programas.
§ 6º Caso o usuário utilize o computador para jogos, acessar bate-papos (chat) e visitar páginas cujo o conteúdo não seja de interesse educacional, deverá fazer 1 (uma) hora de leitura.
§ 7º A internet deve ser usada, exclusivamente, para fins educacionais.
§ 8º As pastas e os arquivos criados pelos usuários no computador serão excluídos, sem aviso prévio.
§ 9º Qualquer problema encontrado no equipamento que está sendo utilizado, o usuário deverá comunicar um funcionário da biblioteca.
§ 10. Os atendentes estão disponíveis para orientar os usuários nos computadores, porém, não poderão fazer pesquisas, digitações ou acompanhar nas pesquisas as pessoas que tenham dificuldades em utilizar o equipamento.
Art. 12. As visitações programadas por escolas e/ou entidades/grupos, visando conhecer o espaço e funcionamento da biblioteca, fazer aulas de leitura e pesquisa deverão ser agendadas pelo responsável das mesmas, com antecedência.
Art. 13. São deveres dos usuários da biblioteca:
I - devolver o material emprestado na data marcada ou, caso não possa devolver dentro do prazo, fazer a sua renovação;
II - comunicar quando não houver mais interesse pelo material reservado;
III - comunicar qualquer mudança de endereço, telefone e demais informações;
IV - comunicar ao atendente, quando trouxer material particular, para utilizar na biblioteca;
V - em caso de extravio ou danos causados no material emprestado, o usuário estará sujeito às penalidades indicadas no art. 19, deste regulamento;
VI - comunicar imediatamente a eventual perda do material sob sua responsabilidade;
VII - deixar o espaço que utilizou limpo e organizado.
Art. 14. Nas dependências da biblioteca não será permitido:
I - entrar e permanecer no espaço com bolsas, sacolas, pastas ou similares, animais, ou vestimentas inadequadas;
II - beber, comer, fumar e utilizar celulares, bem como, outras atividades que venham a perturbar o ambiente;
III - fazer reuniões de caráter estranho.
Art. 15. Caso não sejam cumpridas as normas deste regulamento, poderão ser tomadas as seguintes medidas:
I - advertência verbal;
II - advertência verbal solicitando que se ausente da biblioteca por tempo determinado ou indeterminado.

SECÃO IV
DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO

Art. 16. A Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval dispõe de empréstimo domiciliar, perante apresentação da carteira do usuário, atualizada.
Parágrafo único. As obras de referência, tais como, enciclopédias, mapas, coleções e outras estipuladas pela biblioteca são emprestadas apenas para consulta local.
Art. 17. O empréstimo domiciliar é possibilitado ao usuário, quando se tratar de:
I - livros da coleção geral: até 3 (três) livros com prazo de devolução de 15 (quinze) dias;
II - revistas: até 3 (três) revistas com prazo de devolução de 3 (três) dias;
III - audiovisuais: até 3 (três) audiovisuais com prazo de devolução de 3 (três) dias;
IV - gibis: até 3 (três) gibis com prazo de devolução de 3 (três) dias;
V - literaturas de vestibular: até 3 (três) livros com prazo de devolução de 15 (quinze) dias.
§ 1º Todas as formas de empréstimo, salvo as revistas e as literaturas de vestibular, poderão ter seu prazo renovado, uma única vez, por igual período, desde que a obra não esteja reservada.
§ 2º Quando a reserva for liberada, o usuário receberá um e-mail gerado pelo sistema ou um funcionário da biblioteca entrará em contato via telefone, permanecendo o material disponível por 48 (quarenta e oito) horas, após a liberação do mesmo pelo sistema.
§ 3º Caso o funcionário da biblioteca não consiga entrar em contato com o usuário por e-mail ou telefone, após as 48 (quarenta e oito) horas dadas pelo sistema, o usuário perde o direito sobre o material reservado.
Art. 18. A renovação do material emprestado poderá ser feita por telefone, on-line ou no balcão de atendimento, uma única vez.
Art. 19. O usuário é o responsável exclusivo pelo material emprestado, inclusive quando ceder a carteira de usuário e a senha, hipótese em que continuará sendo o exclusivo responsável pelo empréstimo dos materiais.
§ 1º No empréstimo será utilizada sacola para transporte e conservação dos materiais.
§ 2º O material emprestado para consulta a domicílio, bem como a sacola, deve ser devolvido na data determinada, nas mesmas condições de conservação em que foi emprestado.
§ 3º A não devolução do material, na data estipulada, implica suspensão de empréstimo ao usuário por dia de atraso.
§ 4º O tempo de suspensão de empréstimo do usuário que trata o §3º deste artigo será a mesma quantidade por dia de atraso.
§ 5º A falta de devolução do material, de que trata o §3º deste artigo, poderá acarretar no bloqueio da carteira de usuário até regularização das pendências.
§ 6º No caso de dano ou extravio de qualquer material emprestado, o usuário terá a obrigação de repor o mesmo, ficando suspenso dos serviços de empréstimo até a efetiva reposição.
§ 7º No caso de dano ou extravio da sacola, o usuário terá a obrigação de repor a mesma, ficando suspenso dos serviços de empréstimo até a efetiva reposição.
§ 8º No caso de não devolução da sacola a carteira do usuário será bloqueada, impossibilitando-o de efetuar empréstimos, até a afetiva devolução ou reposição da mesma.
§ 9. Em qualquer situação que ocorra danificação, extravio ou falta de devolução na data estipulada, o usuário deverá assinar declaração do ocorrido.
Art. 20. Para a cobrança dos materiais a serem devolvidos, que estejam atrasados e/ou situações pendentes, a biblioteca tomará as seguintes providências, conjunta ou isoladamente, junto ao usuário:
I - telefonemas, com histórico de resgate;
II - carta enviada por e-mail;

III - correspondência enviada pelo correio, no endereço fornecido pelo cadastro de usuário.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Todos os usuários que se beneficiarem dos serviços prestados pela Biblioteca Pública Municipal Professora Eliane Costa Durval estarão sujeitos às normas deste Regulamento Interno.
Art. 22. Os casos omissos deste Regulamento Interno serão resolvidos pela Coordenação da Biblioteca e/ou pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos.
Art. 23. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá, RN, 19 de agosto de 2019.

JOSE ARNOR DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:D4610FD6

GABINETE DO PREFEITO
D022 CREDITO ESPECIAL

CNPJ – 04.214.217/0001-55
Rua da Matriz, 200 - Centro
Decreto Nº 022, de 04 de setembro de 2019

Abre Crédito Especial no valor de R$ 477.223,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município, na Lei Orçamentária vigente e através da Lei Municipal Nº 0335/2019 de 02 de setembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Especial no valor de R$ 477.223,00 (quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte e três reais) às dotações especificadas na Tabela I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas na Tabela II deste Decreto.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá/RN, 04 de setembro de 2019

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Constitucional de Jundiá

Tabela I			
ÓRGÃO	**07.002- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
FUNÇÃO	10 – Saúde		
SUB-FUNÇÃO	301 – Atenção Básica		
PROJETO	**1043 – Construção de Academia da Saúde**		
FONTE	12150000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Proveniente do Governo Federal – Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde		
ELEMENTO	44.90.51 – Obras e Instalações	R$	125.000,00
FONTE	12110000 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde		
ELEMENTO	44.90.51 – Obras e Instalações	R$	7.000,00
TOTAL		**R$**	**132.000,00**
ÓRGÃO	**06.001- SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS**		
FUNÇÃO	27 – Desporto e Lazer		
SUB-FUNÇÃO	812 – Desporto Comunitário		
PROJETO	**1087 – Reforma e Modernização do Ginásio Poliesportivo**		
FONTE	15200000 – Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados		
ELEMENTO	44.90.51 – Obras e Instalações	R$	310.000,00
FONTE	10010000 – Recursos Ordinários		
ELEMENTO	44.90.51 – Obras e Instalações	R$	35.223,00
TOTAL		**R$**	**345.223,00**
TOTAL GERAL DE ACRÉSCIMO		**R$**	**477.223,00**
Tabela II			
ÓRGÃO	**08.001- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
FUNÇÃO	16 – Habitação		
SUB-FUNÇÃO	482 – Habitação Urbana		
PROJETO	**1048 – Construção e/ou Ampliação de Unidades Habitacionais**		
FONTE	13120000 – Transferências de Convênios – Assistência Social		
ELEMENTO	44.90.51 – Obras e Instalações	R$	477.223,00
TOTAL		**R$**	**477.223,00**
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		**R$**	**477.223,00**

Jundiá/RN, 04 de setembro de 2019

JOSÉ ARNOR DA SILVA
Prefeito Constitucional de Jundiá

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:E0D3BEEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 180701/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018 - PROCESSO Nº 924001/2018

Extrato do PRIMEIRO TERMO Aditivo de Valor do Contrato nº 180701/2019, firmado em 18/07/2019; **Contratante**: Município de Lagoa d'Anta – Prefeitura – CNPJ nº 08.142.887/0001-64, **Contratado**: B2B GESTAO E SERVICOS LTDA – CNPJ nº 22.842.863/0001-49; **Objeto**: alterar o contrato em 24,94% visando modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos por Lei, uma vez que se trata de EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA TERCEIRIZADA DESTINADA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, TUDO DE ACORDO COM O QUE DETERMINA A LEGISLAÇÃO VIGENTE, tudo em conformidade com a legislação vigente; **Cobertura Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 07.001 - SECRETARIA MUN. DE OBRAS PUB. E SERV. URBANOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS; Ação: 2019- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS; Função: 15 - URBANISMO; Sub-Função:451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA; Programa: 0014 - MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRA ESTRUTURA; Natureza da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta; **Signatários**: pelo **Contratante**, Taianni Lopes Santos e, pelo **Contratado**, Bruno Alves de Lucena.

Lagoa d'Anta/RN, 26 de julho de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:C5B1E131

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO CONVOCATÓRIO DE CIRURGIÃO DENTISTA .

Convocamos a senhora INGRID MACEDO BARBALHO AZEVEDO para se apresentar na Secretaria de Administração do Município, munida dos documentos pessoais da mesma para os procedimentos de efetivação no cargo de Cirurgiã Dentista, junto ao Executivo Municipal, em respeito à continuidade e o interesse do serviço público.

Lagoa de Velhos/RN, 05 de setembro de 2019.

ANDSON SAMARONY FERREIRA SANTOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:EF4A479F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA SESSÃO "DESERTA" DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 – SRP - SERVIÇOS DE REFEIÇÃO E HOSPEDAGEM.

ÀS 09H:00 DO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2019, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA, SITUADA NA AV. DRº. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN, REALIZOU-SE A SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS E AS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO, APRESENTADOS EM RAZÃO DO CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019 - SRP, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAIS E FUTUROS SERVIÇOS DE REFEIÇÃO E HOSPEDAGEM, DESTINADOS A SUPRIR AS DEMANDAS EVENTUAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.PRESENTES O PREGOEIRO, ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS, BEM COMO A EQUIPE DE APOIO PARA PRESTAR APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL NO PROCESSO LICITATÓRIO: JAYZON INÁCIO DO NASCIMENTO E MARIA EDILENE DE MEDEIROS, SOLICITADOS PELO PREGOEIRO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 180/2019, ASSESSORADOS PELA DRª. CAROLINE ARAÚJO FLORÊNCIO DE LIMA - PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN. ABERTA A SESSÃO FOI CONSTATADO QUE NÃO HAVIA NENHUM LICITANTE PRESENTE INTERESSADO A PARTICIPAR DO PRESENTE CERTAME, NEM TÃO POUCO ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO PROTOCOLADO NA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. ASSIM SENDO, O PREGOEIRO DECLAROU A SESSÃO DESERTA.

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS
Pregoeiro

JAYZON INÁCIO DO NASCIMENTO
Equipe de Apoio

MARIA EDILENE DE MEDEIROS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:19FF741E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019 – SRP

ADJUDICAMOS, OS VENCEDORES DO PREGÃO PRESENCIALNº 038/2019, REALIZADO EM 04/09/2019, A SABER:
OBJETO: CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE "MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS; MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOSPÚBLICOS, VIAS, LOGRADOUROS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOSE AINDA SERVIÇOS DE COSTUREIRA, DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN. CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.
JARIANY LARISSE DA SILVA ARAÚJO 06265736450 - CNPJ: 30.860.916/0001-82, SAIU VENCEDOR NOS ITENS: 38, 39; TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 20.416,00 (VINTE MIL, QUATROCENTOS E DEZESSEIS REAIS).

MANOEL GONÇALVES NETO - CNPJ: 34.683.526/0001-35, SAIU VENCEDOR NO ITEM: 2; TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 19.022,08 (DEZENOVE MIL E VINTE E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS).

MARIA BEATRIZ DA SILVA SANTOS - CNPJ: 34.665.353/0001-22, SAIU VENCEDOR NOS ITENS: 40, 41, 42; TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 30.624,00 (TRINTA MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).

RAIMUNDO JOÃO SOARES DOS SANTOS 06786664407 - CNPJ: 33.054.074/0001-60, SAIU VENCEDOR NO ITEM: 1; TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 19.022,08 (DEZENOVE MIL E VINTE E DOIS REAIS E OITO CENTAVOS).

TOMAZ CLEODON DE MEDEIROS JUNIOR - CNPJ: 34.697.999/0001-91, SAIU VENCEDOR NO ITEM: 25; TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 21.105,92 (VINTE E UM MIL, CENTO E CINCO REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

LAGOA NOVA/RN, EM 05 DE SETEMBRO DE 2019

ALDRIN MACEDO DE MEDEIROS
CPF: 020.954.934-35
Pregoeiro

Publicado por:
Aldrin Macedo de Medeiros
Código Identificador:EB0131B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2019 – GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com que consta no Processo nº 3283/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder benefício eventual de auxílio moradia, na forma de Aluguel Social ao Sr. **JOSÉ FABIANO DE SOUZA**, CPF: 013.087.684-43 RG nº 55.846.675-8-SSP/RN, residente a Rua Tabelião José Procópio, 511 – Centro – Lajes/RN, no valor mensal de R$ 300,00 (trezentos reais), para o período de 01/09/2019 à 30/11/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:F5210E02

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA OPERACIONAL Nº 179/2019 – GP

Concede diária operacional ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 660/2015 regulamentada através do Decreto nº 039 de 03 de Junho de 2015 e Decreto nº 035 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder ao Servidor **Raimundo Paulo**, ocupante do Cargo de Motorista, matrícula 0227, **10 (dez) diárias**, no valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais), referentes aos dias 01, 02, 06, 07, 13, 15, 20, 23, 27 e 28/08/2019, com o objetivo de ficar a disposição do Gabinete do Prefeito, atuando como motorista do prefeito em viagem de interesse público e municipalidade.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:D98695C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 274/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder aos Servidores **Orlando Palhares da Silva**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, matrícula 1247, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais); e **Klênia Maria Dantas da Cunha**, ocupante do cargo de Assessora de Planejamento e Finanças, matricula 198, **½ (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), com o objetivo de participarem de **Audiência Técnica – Mudanças no SIAI para o Exercício 2020**, no dia 04 de Setembro de 2019, na cidade de Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:1F9E79BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 275/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Daianna Fernandes de Menezes**, ocupante do cargo de Coordenadora de Programas de Geração de Emprego e Renda, matrícula 265, **1/2 (meia) diária**, no valor de R$ 80,00 (oitenta reais), para participar da **Oficina de Alinhamento para o Programa Acessuas Trabalho,** no dia 06 de Setembro de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:66722BBE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 276/2019 – GP

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte,** no uso das atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº. 034 de 26 de Abril de 2017,

R e s o l v e :

1 – Conceder a Servidora **Valéria de Souza Pegado**, ocupante do Cargo de Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, matrícula 265, **1/2 (meia) diária**, no valor de R$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais), para participar da **Oficina de Alinhamento para o Programa Acessuas Trabalho,** no dia 06 de Setembro de 2019, em Natal/RN.
2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Pague-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:5AAB933F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO AOS INTERESSADOS - EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019 PROCESSO ADMIN. Nº 723/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019
COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019
PROCESSO ADMIN. Nº 723/2019

O Pregoeiro do Municipio de Lajes/RN, torna público que fará realizar no dia **18/09/2019**, na sede da Prefeitura Municipal, às 08hs30min., o recebimento e abertura dos envelopes de "Proposta e Habilitação", através do Pregão Presencial n° 022/2019, **OBJETIVANDO EVENTUAL SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E VEICULAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS INSTITUCIONAIS DO MUNICIPIO DE LAJES/RN**, conforme exigências constantes no **Termo de Referência** do Presente Edital, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, que o Edital estará disponivel no endereço eletrônico: http://www.lajes.rn.gov.br/editais-e-licitacoes a partir do dia

09/09/2019, mas podendo ser consultado por email: cpllajes@hotmail.com, como também na Sala de Licitações da Prefeitura de Lajes, na Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Lajes/RN, no expediente normal, das 08:00 às 13:00, de segunda a sexta-feira, até 24 horas antes do horário marcado para início do certame.

Lajes/RN, 04 de setembro de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:4E816095

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2019 PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019 PROCESSO N° 1878/2019 - GARRA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES DE VEÍCULOS EIRELI - CNPJ: 33.618.111/0001-15.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019
PROCESSO N° 1878/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN, inscrito no CNPJ nº 08.113.466/0001-05.

CONTRATADO:
GARRA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES DE VEÍCULOS EIRELI - CNPJ: 33.618.111/0001-15.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de locação de veículos para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme as especificações e quantidades constantes do termo de referência.

VALOR GLOBAL:
GARRA EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES DE VEÍCULOS EIRELI - CNPJ: 33.618.111/0001-15 de acordo com descrição abaixo:

N°	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	V. UNT	V. TOTAL
23876	Locação de 01 (um) caminhão pipa, com capacidade 9.000 litros, com condutor. As despesas de combustível e de manutenção ficam de responsabilidade da contratada, e com quilometragem de 2.000 quilômetros mês.	Km	8000	**R$ 2,87**	**R$ 22.960,00**
Vinte e dois mil novecentos e sessenta reais					**R$ 22.960,00**

BASE LEGAL: Lei N° 10.520/02 - Pregão Presencial n° 017/2018.

DATA DA ASSINATURA: 30 de agosto de 2019.

VIGÊNCIA FINAL: O Contrato terá uma vigência de 12 (Doze) meses a contar a partir da data da assinatura, eficácia com a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios/FEMURN, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Lajes/RN, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
CPF: 429.198.514.20
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:9FEF1C9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 017/2019, 019/2019 E 021/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019 - PROCESSO ADMIN. Nº 1878/2019

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 017/2019, 019/2019 e 021/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019 - PROCESSO ADMIN. Nº 1878/2019

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 017/2019

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de locação de veículos para atendimento das necessidades da Sec. Mun. de Educação e Cultura; Sec. Mun. de Obras e Serviços Urbanos; e Sec. Mun. de Administração do Município de Lajes/RN, conforme as especificações e quantidades constantes do termo de referência.

O Pregoeiro do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessarem que está convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado: **F & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 22.913.707/0001-21,** para assinar o Contrato de Número 019/2019 referente ao item 23875, **EUDES FELINTO DA SILVA NETO - CNPJ: 33.539.273/0001-68**, para assinar o Contrato de Número 017/2019 referente aos itens 23871 e 23872 e **FARIAS E FARIAS CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 23.200.679/0001-68,** para assinar o Contrato de Número 021/2019 referente ao item 23873. As tomadas das assinaturas ocorrerão na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lajes/RN.

Torna público ainda que no caso de **DESCUMPRIMENTO (NÃO ASSINATURA),** no prazo de 03 (três) dias úteis, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro licitante, caso haja, observada a ordem de classificação, para assinar o Contrato Administrativo, sendo este o novo detentor.

Lajes/RN, 05 de Setembro de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:5E16401E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO - PP 005/2015 - SOFTWARES PARA GESTÃO PÚBLICA

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lajes/RN; e
CONTRATADA: KEILLA TAISE LOPES DE MATOS – ME – CNPJ: 06.050.403/0001-21
OBJETO: Empresa Especializada do ramo de tecnologia da informação para realizar Migração/Conversão, Treinamento e Fornecimento de Licenças de uso de Softwares com referida manutenção e consultoria técnica para a Gestão.

OBJETIVO: Dilação de prazo
DATA DA ASSINATURA: 30 de Agosto de 2019
VIGÊNCIA FINAL: 31/12/2019.
LEGAL na Lei 10.520/02 e por simetria, no Decreto Federal nº 7.892/2013.

Lajes/RN, 30 de Agosto de 2019.

JOSE MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:7D6F9925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO AOS INTERESSADOS - HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 - PROCESSO ADMIN. 543/2019

AVISO AOS INTERESSADOS - HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 - PROCESSO ADMIN. 543/2019

OBJETO: Aquisição Futura e Gradual de Material Elétrico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, componentes da máquina pública do Município de Lajes/RN**.**

O Pregoeiro deu como aberta a sessão pública de realização do pregão, procedendo-se inicialmente ao período de identificação/credenciamento das empresas licitantes e seus respectivos representantes legais. Após análise da documentação, foram credenciadas as seguintes empresas: **01) A R DANTAS EIRELI - CNPJ: 33.842.400/0001-01**, representado neste ato pelo Sr. Antônio Renato Dantas - CPF: 105.766.244-54, **02) KAIO W. R. BEZERRA - EIRELI - ME - CNPJ: 26.308.816/0001-70**, neste ato representado pelo Sr. Kaio Wagner Rodrigues Bezerra - CPF: 106.049.964-97, **03) ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELETRICOS - LTDA - CNPJ: 00.226.324/0001-42,** neste ato representado pelo Sr. Brunno Giordano da Silva Aranha - CPF: 023.359.654-25, **04) JF DA CUNHA SOBRINHO - ME - CNPJ: 24.593.022/0001-70**, neste ato representado pelo Sr. Evaldo Soares de Azevedo Neto - CPF: 029.493.495-28, **05) LUMINOSA, COMERCIO DE MAT. ELETRICO, HIDRAÚLICA E TELEFONIA EIRELI - CNPJ: 70.047.329/0001-93**, representada neste ato pelo Sr. Victor Johnson dos Anjos Pino - CPF: 073.619.704-43 e **06) THAMIRES DANTAS DE OLIVEIRA - CNPJ: 33.348.052/0001-02,** representada neste ato pela Srta.Thamires Dantas de Oliveira - CPF: 093.079.794-99. Dando prosseguimento abriu-se a fase de negociação com as empresas credenciadas, conforme mapa comparativo de lances incerto aos autos. Em seguida deu-se início a fase de análise das propostas e constatou-se os valores constados nas propostas eletrônicas (impressa) e incertas aos autos. Fica registrada em ata que o representante da empresa **JF DA CUNHA SOBRINHO - ME - CNPJ: 24.593.022/0001-70**, neste ato representado pelo Sr. Evaldo Soares de Azevedo Neto, pediu desistências dos seguintes itens: **24039** (CABO FLEX 4,00MM² PECA C/100M), **23982** (CENTRO DE DIST. DE EMB PVC P/6/8), **24068** (DISJUNTOR TRIFASICO 100A TIPO C), **24032** (INTERRUPTOR SIMPLES - SOBREPOR), **24030** (LAMPADA INCANDESCENTE 100W CLARA 220V), **24054** (MARRETA OITAVADA 1000GR 40508/002), **24022** (TOMADA RJ 45C/CX L X), **24024** (HASTE DE TERRA DE ACO-COBRE 5/8"X2,0M), **23999** (DISJUNTOR TRIFASICO 50A TIPO C), e **23998** (DISJUNTOR TRIFASICO 40A TIPO C), sendo habilitado o segundo colocado na seguinte ordem: **KAIO W. R. BEZERRA - EIRELI - ME - CNPJ: 26.308.816/0001-70 - 24039** (CABO FLEX 4,00MM² PECA C/100M), **23982** (CENTRO DE DIST. DE EMB PVC P/6/8), **24068** (DISJUNTOR TRIFASICO 100A TIPO C), **24032** (INTERRUPTOR SIMPLES -SOBREPOR), **24030** (LAMPADA INCANDESCENTE 100W CLARA 220V), **24054** (MARRETA OITAVADA 1000GR 40508/002), **24022** (TOMADA RJ 45C/CX L X), **LUMINOSA, COMERCIO DE MAT. ELETRICO, HIDRAÚLICO E TELEFONIA EIRELI - CNPJ: 70.047.329/0001-93 - 23999** (DISJUNTOR TRIFASICO 50A TIPO C) e **24024** (HASTE DE TERRA DE ACO-COBRE 5/8"X2,0M)**, ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELETRICOS - LTDA - CNPJ: 00.226.324/0001-42 - 23998** (DISJUNTOR TRIFASICO 40A TIPO C). Em seguida passou-se para a fase de **HABILITAÇÃO**, nesta fase após a análise e rubrica da documentação pelos licitantes, Pregoeiro DECLAROU, HABILITADAS, por cumprirem na íntegra o instrumento convocatório. Diante do exposto o Pregoeiro declarou **Vencedora e Adjudicatária** do certame as empresas **02) KAIO W. R. BEZERRA - EIRELI - ME - CNPJ: 26.308.816/0001-70**, com o valor global de R$ 131.800,90 (cento e trinta e um mil oitocentos reais e noventa centavos), **03) ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELETRICOS - LTDA - CNPJ: 00.226.324/0001-42**, com o valor global de R$ 52.921,00 (cinquenta e dois mil novecentos e vinte e um reais) e **05) LUMINOSA, COMERCIO DE MAT. ELETRICO, HIDRAÚLICA E TELEFONIA EIRELI - CNPJ: 70.047.329/0001-93,** com o valor global de R$ 46.434,00(quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e quatro reais). Tudo conforme o mapa de apuração final incerto aos autos, perfazendo um montante global de R$ 231.155,90 (duzentos e trinta e um mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos). Fica registrado em ata que os representantes das empresas **A R DANTAS EIRELI**, o Sr. Antônio Renato Dantas e **THAMIRES DANTAS DE OLIVEIRA e** a Srta.Thamires Dantas de Oliveira ausentaram-se da sessão antes do termino da mesma, sendo devolvidos os envelopes de documentos de habilitação invólucros aos mesmos. Não havendo nenhuma intenção de recurso por partes dos licitantes presentes, o encerramento da Sessão Pública ocorreu às 16h20min. Nada mais havendo, foi lavrada esta Ata, que lida e aprovada, vai assinada pela Pregoeira, Comissão de Apoio de Licitação e pelas empresas licitantes.

Lajes/RN, 05 de Setembro de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:B02E109E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

(PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP)
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Lajes Pintadas/RN torna público a quem interessar que estará realizando no dia 19 de setembro de 2019, às 09:00 horas, na Rua São Francisco, 275, Centro – Lajes Pintadas/RN, a Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019, objetivando o Registro de Preços para a contratação de empresa para aquisição futura e parcelada combustíveis (Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S-10, Etanol e Gasolina Comum), destinados para a frota de veículos Município de Lajes Pintadas/RN. O Edital encontra-se disponível na Rua São Francisco, 275, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira ou através do e-mail: cpl.lp@hotmail.com

Lajes Pintadas/RN, em 05 de setembro de 2019.

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:FA323EC3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO – Pregão Presencial Nº 005/2018 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJES PINTADAS. CONTRATDO(A): MAQ-LAREM MAQUINAS MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 40.938.508/0001-50. OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo contratual, passando a vigora de 02 de setembro de 2019 a 01 de setembro de 2020. DA RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalterado pelo presente Termo Aditivo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Lajes Pintadas/RN, em, 30 de agosto de 2019.

ANTONIA FERREIRA LIMA FURTADO
Prefeita
Contratante e

MARINALDO DE SOUSA CONSERVA,
P/ Contratada.

Publicado por:
Carlos Antonio de Pontes
Código Identificador:CD2DB002

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 450/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), a Servidora **Maria da Conceição de Araújo Oliveira**, CPF nº 721.435.334-20, RG 002.784.107 ITEP/RN, Matrícula 120451-3, **Controladora Geral**, lotada na Controladoria Geral do Município, para custear despesas decorrentes de sua viagem a **Natal/RN**, com objetivo de participar da Audiência Técnica – mudanças do SIAI exercício 2020, no **dia 05 de setembro de 2019**, das 9h às 13h, na Avenida Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis. Tendo como objetivo apresentar as alterações nas ferramentas eletrônicas do SIAI-FISCAL, SIAI-DP e Portal do Gestor e debater as mudanças para minimizar as dificuldades e inconsistências dos dados e informações ao TCE/RN.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 04 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:3D2F5F43

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 451/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Servidor **Sr. Aluísio Dantas Vieira**, **Secretário Municipal de Finanças e Orçamento**, CPF nº 020.648.014-80, RG 1.898.992 SSP/PB, Matrícula 120.424-6, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, para custear despesas decorrentes de sua viagem a **Natal/RN**, com propósito de participar de um curso realizado pelo TCE/RN, para apresentar as alterações que serão promovidas para o exercício 2020 nas ferramentas eletrônicas do TCE (SIAI-FISCAL, SIAI-DP e Portal do Gestor), com o intuito de minimizar as dificuldades e inconsistências dos dados e informações, será neste **dia 05 de setembro de 2019**, das 9h às 13h, na Avenida Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 04 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:800FE446

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 452/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao Servidor **Kylson Kennedy Bandeira**, CPF nº 072.908.824-31, RG 2.530.887 SSP/RN, Matrícula 120404-1, ocupante do cargo de **Contador Municipal**, lotado na Contadoria Municipal, para custear despesas decorrentes de sua viagem a **Natal/RN**, com propósito de participar de um curso realizado pelo TCE/RN, para apresentar as alterações que serão promovidas para o exercício 2020 nas ferramentas eletrônicas do TCE (SIAI-FISCAL, SIAI-DP e Portal do Gestor), com o intuito de minimizar as dificuldades e inconsistências dos dados e informações, será neste **dia 05 de setembro de 2019**, das 9h às 13h, na Avenida Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 04 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:D102446A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 453/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a Servidora **Maria Eliédia da Cunha**, CPF nº 970.666.994-91, RG 1.482.196 SSP/RN, Matrícula 120411-4, Supervisora de Finanças e Orçamento, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, para custear despesas decorrentes de sua viagem a **Natal/RN**, com propósito de participar de um curso realizado pelo TCE/RN, para apresentar as alterações que serão promovidas para o exercício 2020 nas ferramentas eletrônicas do TCE (SIAI-FISCAL, SIAI-DP e Portal do Gestor), com o intuito de minimizar as dificuldades e inconsistências dos dados e informações, será neste **dia 05 de setembro de 2019**, das 9h às 13h, na Avenida Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 04 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:04A1594F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2019 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUÍS EDUARDO BENTO DA SILVA,** no uso de suas atribuições, e De acordo com os atos do Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, Parecer Jurídico e o que fundamenta a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com posteriores alterações) e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório, tendo como vencedoras as empresas**: STEEL EMPRENDIMENTOS E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI ME, CNPJ: 08.787.408/0001-67, vencedor do item: único.** com valor de **R$ 460.000,00 (Quatrocentos e sessenta mil reais).** Objeto: objetivando a contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar-condicionado da Prefeitura Municipal de Maxaranguape**, de acordo com as especificações constantes do termo de referência (ANEXO I), que é parte integrante do edital 013/2019,** e para todos os efeitos previstos em Lei.

Maxaranguape/RN, 05 de setembro de 2019.

LUÍS EDUARDO BENTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rivailton Maria Santana da Paschoa
Código Identificador:A355D34C

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2019 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **LUÍS EDUARDO BENTO DA SILVA,** no uso de suas atribuições, e De acordo com os atos do Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio, Parecer Jurídico e o que fundamenta a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (com posteriores alterações) e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, e com base nas informações constantes do processo de licitação em epígrafe, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório, tendo como vencedoras as empresas**: E C DA SILVA JUNIOR COMERCIO VAREJISTA DE ÁGUA E GÁS, CNPJ: 13.988.229/0001-28, vencedor dos itens: 1 e 2,** com valor de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).** Objeto: objetivando o registro de preços para aquisição de botijões vazios e cargas de gás de cozinha (GLP) de 13kg**, de acordo com as especificações constantes do termo de referência (ANEXO I), que é parte integrante do edital 012/2019,** e para todos os efeitos previstos em Lei.

Maxaranguape/RN, 05 de setembro de 2019.

LUÍS EDUARDO BENTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rivailton Maria Santana da Paschoa
Código Identificador:1AA762EE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 40/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE-RN, NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, NA MELHOR FORMA DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO,

RESOLVE:

Art.1°. NOMEAR PARA EXERCER O RESPECTIVO CARGO EM COMISSÃO: DIEGO FELIPE DA FONSECA BARBOSA– CPF 088.723.714-22 – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE – RN;

Art. 2º. Revogam-se as disposições anteriores.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE. CUMPRA-SE.

LUIZ EDUARDO BENTO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Pedro Eneas do Nascimento Neto
Código Identificador:C5BC0457

SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MAXARANGUAPE
TERMO DE DISPENSA LICITAÇÃO Nº 2019/015

Fica reconhecida e ratificada a dispensa de licitação da despesa abaixo especificada, em observância ao art. 24, II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, conforme art. 38, VI, do referido diploma legal.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em análise da quantidade das águas.
CONTRATADO: CENTRAL HIDROLAB SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 05.980.399/0001-38
VALOR ESTIMATIVO R$: 9.520,00 (nove mil, quinhentos e vinte reais).

Maxaranguape/RN, 02 de setembro 2019.

CHARLES DE SOUTO BEZERRA
Diretor Geral
Serviço Autônomo de Água e Esgoto

*Republicado por Incorreção

Publicado por:
Camila Dayana Ferreira do Nascimento
Código Identificador:BB7ED7BC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2019

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua Projetada, s/n, Loteamento Fonseca, Montanhas/RN, destinado a família carente do Município de Montanhas/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: EDVALDO FRANCISCO
CPF: 914.746.554-91
VALOR GLOBAL: R$ 600,00 (Seiscentos reais).
BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 000156/2019.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05/09/2019 à 31/12/2019.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; **FUNÇÃO:** 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL; **SUB-FUNÇÃO:** 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA; **AÇÃO:** 2061 – Programa de Benefícios Eventuais Lei Nº 006/2013; **NATUREZA:** 3.3.90.36 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA; **FONTE DE RECURSO:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 – Montanhas.

Montanhas/RN, 05 de setembro de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Manuel Gustavo de Araújo Moreira
PELA CONTRATADA: Edvaldo Francisco

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:7147C1AE

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar todas as atividades inerentes à recuperação da cobertura e demais serviços no Ginásio Poliesportivo "O PILAOZÃO" no Município de Montanhas/RN.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
CONTRATADO: NASCIMENTO & SILVA CONSTRUTORA LTDA - ME
CNPJ: 18.538.688/0001-23
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 128.112,58 (Cento e vinte e oito mil cento e doze reais e cinquenta e oito centavos)**.**
BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e Tomada de Preços Nº 002/2019.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05 de setembro de 2019 à 05 de abril de 2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 – Sec. Mun. de Esporte, Turismo e Cultura**; FUNÇÃO:** 27 – DESPORTO E LAZER; **SUB-FUNÇÃO:** 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO; **AÇÃO:** 1045 – Recuperação e Reforma de Quadra Poliesportiva e Simples; **NATUREZA:** 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES; **FONTE DE RECURSO:** 10010000 – Recursos Ordinários; **REGIÃO:** 0001 – Montanhas.

Montanhas/RN, 05 de setembro de 2019.

Assinam pelas partes:

PELA CONTRATANTE: Manuel Gustavo de Araújo Moreira
PELA CONTRATADA: Ademar Pedro do Nascimento

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:F26C901D

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 421/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **EXONERAR** o Senhor **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, do cargo comissionado de **ASSESSOR OPERACIONAL DE EVENTOS,** da Secretaria Municipal Esporte, Turismo e Cultura do município de Montanhas/RN.

ART. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de julho de 2019.

Montanhas/RN, em 12 de agosto de 2019.

MANUEL GUSTAVO DE ARAÚJO MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:476692F1

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000015/2019 – PMM/RN AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000015/2019 – PMM/RN
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 08.354.383/0001-08, por meio da sua **Portaria nº. 007/2019, de 08 de janeiro de 2019**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, destinado ao **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS (MÉDICO HOSPITALAR), PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE SANTA ISABEL, ATRAVÉS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 041/2017-SESAP DE MONTANHAS/RN.** A sessão pública, para recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação, será realizada às **09:00HS** do dia **24 DE SETEMBRO DE 2019**. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN, situada na Rua São Jose, nº. 04, Centro, Montanhas/RN, CEP: 59.198-000, no horário das 08:00hs às 12:00hs (de segunda à sexta-feira), em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitados, bem como através do fone/fax (84) 3240-2210, LICITA FÁCIL (http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/), site da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN (https://montanhas.rn.gov.br/) e email licitacao@montanhas.rn.gov.br.

Montanhas/RN, 05 de setembro de 2019.

EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:94679F74

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

ADJUDICAÇÃO:
Para que a HOMOLOGAÇÃO procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta na, presente Tomada de Preços, efetuamos a ADJUDICAÇÃO ao licitante: **LEONARDO R DA SILVA - ME** - CNPJ: 19.849.465/0001-40, com endereço no Sítio Carrasco, 01, zona rural, Monte Alegre/RN CEP: 59.182-000, Vencedor do certame Tomada de Preços N° 008/2019, num valor global de **R$ 812.669,99 (oitocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos)**, do objeto da Tomada de Preços N° 008/2019, o que tem por finalidade Obras e serviços de Engenharia de reforma da Praça Pedro Alves no Município de Monte Alegre/RN. Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Monte Alegre/RN, 04 de setembro de 2019.

Republicado por incorreção.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:3AD404D8

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Nº 77/2019

Processo de Despesa nº: 312/2019.
Espécie: Inexigibilidade de Licitação. nº 77/2019. Base Legal: Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. Contratado: CAERN. Objeto: Fornecimento de agua potável, ao prédio público e/ou locado, que estejam vinculadas ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente deste município.; Preço Global: R$ 275,00(duzentos e setenta e cinco reais). **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária:	02 .001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE - GABINETE DO PREFEITO
Ação:	2091 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
Função:	14 - DIREITO DA CIDADANIA
Sub-Função:	422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS
Programa:	0614 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	15300000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo
Região:	0001 - Monte Alegre

.Monte Alegre/RN, Em 01/08/2019 por:

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:0C2E19DF

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Nº 76/2019

Processo de Despesa nº: 311/2019.
Espécie: Inexigibilidade de Licitação. nº 76/2019. Base Legal: Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93.Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE. Contratado: Cia Energética do Rio Grande do Norte. Objeto: Contratação de empresa de fornecimento de energia elétrica com o objetivo de atender as necessidades Pertinentes ao fornecimento do prédio público ou sob o seu domínio relacionado ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente deste município.; Preço Global: R$ 1.300,00(um mil e trezentos reais). **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária:	02 .001 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE - GABINETE DO PREFEITO
Ação:	2091 - Manutenção do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente
Função:	14 - DIREITO DA CIDADANIA
Sub-Função:	422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS
Programa:	0614 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇO AO MUNICÍPIO
Natureza da Despesa:	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte de Recurso:	15300000 - Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo
Região:	0001 - Monte Alegre

.Monte Alegre/RN, Em 01/08/2019 por:

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito.

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:464C61E6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº024/ 2019

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL – EDIÇÃO DO SELO UNICEF 2017-2020."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil – Pré-requisito do Resultado Sistêmicos 10- Primeira Infância Valorizada - da edição do Selo Unicef - 2017/2020. Os Indicadores de Qualidade na Educação são uma metodologia de autoavaliação escolar que reúne indicadores educacionais qualitativos de fácil compreensão, concebidos para que toda a comunidade avalie a realidade em que está inserida, identifique prioridades, estabeleça planos de ação, monitore seus resultados e apresente reivindicações e propostas às políticas educacionais.

Com processos participativos, as atividades de diagnóstico escolar, de formação de gestores(as) e equipes escolares, de controle social e de monitoramento de planos de educação e políticas educacionais.
Art. 2° - A 1ª Conferência Municipal dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil– será coordenador pelo Secretario Municipal de Educação Srº. Alexandre Soares Gomes e a Srª Subcoordenadora da Educação Infantil Luzenir de Assis Rocha Lima.

Art. 3° - A 1ª Conferência Municipal dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil – terá abrangência municipal, onde toda a rede de Educação Infantil participará ou pelo menos 20% dos representantes, além de representantes de pais de alunos e demais rede municipal que atende a criança e o adolescente, no dia discutiremos e elaboraremos o plano de ação na metodologia de autoavaliação escolar que é composta por sete dimensões:

• Planejamento institucional;
• Multiplicidade de experiências e linguagens;
• Interações;
• Promoção da saúde;
• Espaços, materiais e mobiliários;
• Formação e condições de trabalho dos (as) professores (as) e demais profissionais;
• Cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social.

§1º - A Conferência será realizada no dia 18 de Setembro de 2019;

§2º - O resultado final desta conferência, será um plano de ação voltado para Educação Infantil do Município e postado na Plataforma do Selo Unicef ;
Art. 4º - As despesas com a organização e realização da 1ª Conferência Municipal dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil– INDIQUE. Serão custeadas com recursos orçamentários e financeiros consignados à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, Estado Do Rio Grande do Norte-RN, aos 02 dias do mês de Setembro de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito de Monte Alegre

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:27AA61DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO PD Nº 19090501-2019

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação de **SEVERINO FERNANDES DE OLIVEIRA – CPF N. 437.161.804-91– NO VALOR DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS)**, referente à: Contratação de Cerimonialista para apresentação do Desfile Cívico em comemoração a Independência do Brasil que acontecera neste Município no dia 08 de Setembro de 2019.**RATIFICO**, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr.Ubiratan Batista da Silva -Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato. Este aviso ficará fixado no mural desta Edilidade por no mínimo 30(trinta) dias a partir desta data.

MONTE DAS GAMELEIRAS - RN, 05 de Setembro de 2019.

JAILTON FELIX DE PONTES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Francisco Toscano Neto
Código Identificador:FA8C1ED2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO – EXTRATO DO PROCESSO PD Nº 19090501-2019

A Comissão Permanente de Licitação do Município de MONTE DAS GAMELEIRAS/RN, em cumprimento à ratificação procedida pelo**Sr**.***Jailton Félix de Pontes – Prefeito Constitucional,***faz publicar

o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:**Objeto:**Contratação de Cerimonialista para apresentação do Desfile Cívico em comemoração a Independência do Brasil que acontecera neste Município no dia 08 de Setembro de 2019.**Contratado:SEVERINO FERNANDES DE OLIVEIRA – CPF N. 437.161.804-91– NO VALOR DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) Fundamento Legal:**art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e ratificada pelo Senhor Prefeito Constitucional. Este aviso ficará fixado no mural desta Edilidade por no mínimo 30(trinta) dias a partir desta data.

MONTE DAS GAMELEIRAS - RN, 05 de setembro de 2019.

UBIRATAN BATISTA DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Francisco Toscano Neto
Código Identificador:52670051

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

Aos quatro dias do mês de setembro, do ano de dois mil e dezenove (04.09.2019), às 08:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura, situada à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23 – Centro, nesta cidade, encontram-se reunidos o Presidente, Membros da CPL, designados pela Portaria nº 144/2019, expedida pela Exº. Sr. Prefeito Municipal. Dando prosseguimento, proceder o julgamento da documentação de Habilitação inerentes ao **Processo Licitatório/Pregão Presencial RP nº 24/2019-CPL/PMNF**, que tem como objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que estabelecem as normas sobre Licitação na Administração Pública. Aberta a sessão, depois de uma análise minuciosa em toda documentação, analisando ainda as considerações dos representantes das empresas: H & G INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, F. E. F. DA SILVA e JB F QUEIROZ OLIVEIRA-ME**;** decide-se pela aceitação da desistência dos itens pretendidos, das empresas, conforme quadro abaixo:

Empresa	Desistência
H & G INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	Do item 33
F. E. F. DA SILVA	Do item 64
JB F QUEIROZ OLIVEIRA-ME	Do item 33

Decide-se também pela INABILITAÇÃO da empresa: JOAO MARIA PEQUENO DO NASCIMENTO / 09.248.291/0001-06 por não atender ao edital nos itens **6.02.2 letras "a, b, d, f" e** 6.02.4.1. Decide-se ainda pela desclassificação dos itens 15 e 87 das propostas das empresas: H & G INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA / 22.772.312/0001-56 e JB F QUEIROZ OLIVEIRA-ME / 15.052.431/0001-79 respectivamente por não atender ao edital no item 6.02.3.3 (não apresentou os licitantes que cotarem os itens de origens animal (carnes, aves, pescados, leite e derivados) deverão declarar através de Declaração Formal que os produtos ofertados terão o Certificado de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura (S.I.F.) ou Certidão expedida pela Secretaria de Estado da Agricultura da Pecuária e da Pesca do Estado do rio Grande do Norte (SEIPOA/RN) ou Certidão expedida pela Secretaria Municipal (SIM) da sede da licitante, os licitantes com sede fora do Estado do Rio Grande do Norte, deverá apresentar documentos equivalentes a unidade federativas a qual pertence.). E pela HABILITAÇÃO das empresas: LAGEADO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME / 08.797.103/0001-36; JB F QUEIROZ OLIVEIRA-ME / 15.052.431/0001-79; ISABELITO GOMES FREIRE / 34.556.444/0001-20; H & G INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA / 22.772.312/0001-56; JOSE GUALBERTO ALVES DE ANDRADE ME / 11.935.699/0001-06; C J DE ARAUJO PESSOA - ME / 29.303.584/0001-56; COMERCIAL BRASIL ALIMENTOS E LIMPEZA - EIRELI – ME / 20.236.902/0001-39; A AZEVEDO DA SILVA EIRELI / 27.008.156/0001-75; MARCELO TAVARES AFONSO FONSECA EIRELI - ME / 16.693.177/0001-50; RIOGRANDENSE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME / 24.114.994/0001-35; F. E. F. DA SILVA / 20.997.600/0001-83; FRUTIFRIOS COMERCIO LTDA / 18.413.636/0001-20, por entender que as mesmas atenderam plenamente aos requisitos Edilícios. Quanto aos itens: 5, 15, 22, 28, 33, 34, 35, 39, 64, 69 e 87, convocamos os interessados a comparecerem a esta Prefeitura (na sala da Comissão Permanente de Licitação) para renegociação dos itens acima mencionados, lembrando que a empresa que não comparecer fica sujeito a adjudicação da proposta, caso não haja interessado no item, caso não haja interposição de recurso fica aprazado para o dia 12/09/2019 as 09h00min a renegociação dos itens. O Pregoeiro e equipe de apoio, no uso de suas atribuições, determinou que o resultado deste julgamento seja publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura e no Diário Oficial da FEMURN - Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, para que surta seus reais e legais efeitos, ficando o processo e suas instruções à disposição dos interessados. Como não havia mais nada a acrescentar, deu-se por encerrada a presente reunião, e o Senhor Presidente mandou lavrar a ATA, que depois de lida e aprovada, vai devidamente assinada por mim _____ **Cássia Maria Gurgel Marinho Fernandes**, Secretário da CPL, Presidente, Membros da CPL, tudo de conformidade com a legislação em vigor.

Nísia Floresta/RN, 04/09/2019.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:2B666E21

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 2019090405
Modalidade de Licitação: 090501 - DI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS (NATAL/BRASÍLIA E BRASÍLIA/NATAL). NO PERIODO DE 08/09/2019 A 11/09/2019.
Contratado e Valor Total Julgado: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ: 10.477.835/0001-90, com o valor total de R$ 7.781,80.
Base legal: Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93.

Olho D'Água do Borges/RN, 05 / 09 / 2019.

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:6EC5BF52

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 de 21 de Janeiro de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ: 10.477.835/0001-90, referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS AÉREAS (NATAL/BRASÍLIA E BRASÍLIA/NATAL). NO PERIODO DE 08/09/2019 A 11/09/2019.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

Olho D'Água do Borges/RN, 05 de Setembro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:232939CC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: 2019090401
Modalidade: 090501-INEXIGIBILIDADE
Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CEPLAME - CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO PARA CAPACITAÇÃO PRESENCIAL, DO CURSO ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS E DESPESA PÚBLICA – TEORIA E ASPECTOS PRÁTICOS - TENDO COMO INSTRUTORA A DRA. MARISE ROCHA, BACHARELA E MESTRA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUAL COORDENADORA DA OUVIDORIA DO TCE - RN, A SER REALIZADO NO DIA 06 DE SETEMBRO DO CORRENTE, NAS DEPENDÊNCIAS DO HOTEL SABINO PALACE, NA CIDADE DE MOSSORÓ - RN, PARA CAPACITAÇÃO DE 3 (TRÊS) SERVIDORES PÚBLICOS DESTE MUNICÍPIO.
Contratado: CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO MUNICIPAL E EMPRESARIAL EIRELI (27.073.834/0001-83)
Valor Total Julgado: R$ 1.890,00
Base legal: Art. 25, inc. II da Lei 8.666/93.

Olho D'Água do Borges/RN, 05 / 09 / 2019.

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:13E51833

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

A Ordenadora de Despesa do Município de Olho D'Água do Borges, no uso de suas atribuições e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO MUNICIPAL E EMPRESARIAL EIRELI (27.073.834/0001-83) a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Olho D'Água do Borges/RN, 05 / 09 / 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:A0BF27A8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 610.2019.

Dispõe sobre a gestão dos bens públicos imóveis do Município de Olho D'Água do Borges, e dá outras providências.

A Senhora Prefeita Municipal de Olho D'Água do Borges, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica deste Município faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei disciplina a gestão dos bens públicos imóveis do Município de Olho D'Água do Borges, em conformidade com o disposto no art. 16 e no art. 19, I, ambos da Constituição Estadual.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, entende-se por:
I - bem público imóvel: todo o bem imóvel pertencente ao Município de Olho D'Água do Borges, ou à pessoa jurídica de direito público que integra a Administração Indireta Municipal;
II - permissão de uso de bem público: o ato administrativo discricionário, unilateral e precário, outorgado de forma gratuita, que assegura à pessoa jurídica de direito privado a utilização privativa de bem público imóvel para a atividade de interesse público que envolva ou não, contraprestação pecuniária de bens ou serviços, por sua conta e risco e por prazo indeterminado;
III - cessão de uso de bem público: o convênio administrativo que assegura a utilização privativa de bem público imóvel, por sua conta e risco e por tempo determinado a:
a) a ente federativo;
b) outro município;
c) outro poder do estado, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública Estadual, Tribunal de Justiça ou outra instituição congênere.
IV - autorização de uso de bem público: o ato administrativo discricionário e unilateral, outorgado de forma gratuita ou onerosa, que assegura à pessoa natural, à pessoa jurídica de direito privado, ou a ente público, a utilização específica de bem público imóvel para atividade de interesse público ou de interesse privado, em caráter transitório e episódico;
V - concessão de direito real de uso: o contrato administrativo, gratuito ou oneroso, por tempo determinado, que institui direito real resolúvel para fins de desenvolvimento socioeconômico;
VII - destinação primária: o uso de bem público reservado à sua finalidade positivada na afetação;
VIII - destinação secundária: o uso de bem público com finalidade distinta da positivada na afetação, mas que não prejudica a realização de sua destinação primária;
IX - utilização normal: o uso de bem público pelo administrado para finalidade compatível com sua destinação primária, sendo dispensado um dos atos ou contratos previstos nos incisos II a VI;
X - utilização privativa: o uso de bem público pelo administrado para atividade de interesse público ou de interesse privado que exclua total ou parcialmente o bem de sua destinação primária, mediante um dos atos ou contratos previstos nos incisos II a VI.

Art. 3º. A gestão dos bens públicos imóveis tem como órgão consultivo e fiscalizador o Conselho de Gestão do Patrimônio Municipal– CGPM, composto pelo:
I - Secretário-Chefe do Gabinete Civil da Prefeita;
II - Secretário de Estado do Planejamento, da Administração e das Finanças;
§ 1º. Compete ao CGPM:
I - emitir de parecer sobre a conveniência e oportunidade na expedição, modificação ou extinção dos atos e contratos referidos nos incisos II e I do art. 2º;
II - recomendar a extinção dos atos e contratos referidos nos incisos II a V do art. 2º por razões de conveniência e oportunidade;
III - propor a regularização da gestão dos bens públicos imóveis, nos termos desta Lei.
§ 2º. A ausência de parecer do CGPE no processo de expedição de ato ou contrato referido nos incisos II a VI do art. 2º configura omissão de formalidade essencial, nos termos do art. 11, II, da Lei Complementar Estadual n.º 303, de 5 de setembro de 2005.
§ 3º. O parecer desfavorável do CGPE no processo de expedição, modificação ou extinção de ato ou contrato referido nos incisos II a V do art. 2º enseja a sua extinção imediata, salvo determinação da Prefeita Municipal em contrário.
§ 4º. A organização e o funcionamento do CGPE deverá ser objeto de regulamento.

Art. 4º. Compete ao Procurador do Município a emissão de parecer sobre a juridicidade da expedição, modificação ou extinção dos atos e contratos referidos nos incisos II a V do art. 2º, antes do pronunciamento do CGPE.

Parágrafo único. A ausência de parecer do Procurador no processo de expedição, modificação ou extinção de ato ou contrato referido nos incisos II a V do art. 2º configura omissão de formalidade essencial, nos termos do art. 11, II, da Lei Complementar Estadual n.º 303, de 5 de setembro de 2005.

CAPÍTULO II
BENS PÚBLICOS IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO

Art. 5º. Os bens públicos imóveis de uso comum do povo são de livre utilização por todos, em igualdade de condições e sem a necessidade de aquiescência da Administração Pública.

Art. 6º. Salvo previsão legal em contrário, a utilização normal do bem público imóvel de uso comum do povo é gratuita.
Parágrafo único. O Município poderá instituir preço público para a utilização normal de bem público imóvel de uso comum do povo, observada a legislação em vigor.

Art. 7º. A utilização do bem público imóvel de uso comum do povo pelo particular que seja realizada em condições excepcionais, geradoras de transtornos aos demais administrados ou de potencial dano ao interesse público, deve ser precedida de autorização de uso de bem público de caráter oneroso.
Parágrafo único. A autorização de uso de bem público de que trata o **caput** deve estabelecer expressamente os deveres e responsabilidades do beneficiário, observada a legislação em vigor.

Art. 8º. O exercício da liberdade de reunião em bens públicos imóveis de uso comum do povo deve ser assegurado pela Administração Pública, sem prejuízo da preservação da ordem pública e da proteção dos direitos fundamentais dos administrados que optaram por não a exercer.

Art. 9º. A utilização privativa de bens públicos imóveis de uso comum do povo somente será admitida quando a atividade for compatível com as destinações secundárias do bem, sem prejuízo de suas destinações primárias.
Parágrafo único. A utilização de que trata o **caput** pode ser viabilizada mediante permissão de uso de bem público, consoante a natureza da atividade.

Art. 10. A utilização privativa de bens públicos imóveis de uso comum do povo que impeça a transitória e episódica utilização normal somente será admitida mediante autorização de uso de público.

CAPÍTULO III
BENS PÚBLICOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Art. 11. Os bens públicos imóveis de uso especial são aqueles empregados para o funcionamento de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, ou afetados ao exercício de uma atividade administrativa específica.
§ 1º. É assegurado a todos o livre acesso aos bens públicos imóveis de uso especial, desde que respeitados os horários e demais condições estabelecidas pela Administração Pública Estadual.
§ 2º. A cobrança de preço público para a utilização normal de bem público imóvel de uso especial será admitida quando este bem for empregado para a prestação de serviços sociais de lazer, cultura ou desporto.
§ 3º. É obrigatória à cobrança de preço público compatível com o mercado para a realização de eventos em bens públicos especialmente designados para essas atividades.

Art. 12. A utilização privativa de parte de bem público imóvel de uso especial por particular será admitida quando não se comprometa o funcionamento do órgão ou entidade, ou prejudique a atividade administrativa à qual esse bem se encontra afetado.
Parágrafo único. A utilização de que trata o **caput** pode ser viabilizada mediante permissão de uso de bem público ou por autorização de uso de bem público, consoante a natureza da atividade.

Art. 13. A Administração Pública Estadual poderá delegar a gestão de bem público imóvel de uso especial por meio de permissão de uso de bem público.
§ 1º. Aplica-se o disposto no **caput** quando se tratar de bem público imóvel dominical a ser afetado ao uso especial após obra realizada pelo concessionário ou permissionário.
§ 2º. A providência prevista no **caput** não será admitida quando envolver de atividade indelegável.
§ 3º. Admite-se a providência prevista no **caput** como acessória de concessão de serviço público, de contrato de gestão ou de termo de parceria.

CAPÍTULO IV
BENS PÚBLICOS IMÓVEIS DOMINICAIS

Art. 14. Os bens públicos imóveis dominicais são aqueles que integram o domínio público do Estado em razão de direito pessoal.

Art. 15. A utilização privativa de bem público imóvel dominical somente será admitida mediante um dos atos ou contratos previstos no art. 2º desta Lei.

CAPÍTULO V
PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL

Art. 16. A permissão de uso de bem público será formalizada mediante ato administrativo da autoridade competente, que deverá estabelecer:
I - a identificação jurídica do permissionário;
II - a obrigatoriedade da comprovação da regularidade fiscal e da qualificação técnico-profissional para a exploração da atividade permitida;
III - a proibição da exploração de qualquer atividade que envolva a contraprestação pecuniária de bens e serviços;
IV - a identificação do bem permitido, bem como a descrição das atividades permitidas;
V - a especificação dos deveres e responsabilidades do permissionário;
VI - a especificação das prerrogativas da Administração Pública Estadual.
§ 1º. No caso de permissão de uso de bem público outorgada por entidade da Administração Pública Indireta Municipal, a formalização deverá ser feita mediante ato administrativo de seu dirigente máximo, observados as leis e atos normativos que disciplinarem os respectivos processos decisórios.
§ 2º. É proibida a permissão de uso de bem público em favor de partido político ou entidade que tenha por objetivo institucional promover convicção religiosa ou política.
§ 3º. É portadora de vício insanável a permissão de uso de bem público que:
I - estabeleça prazo de vigência ou qualquer outro preceito vise, direta ou indiretamente, assegurar os benefícios do equilíbrio econômico-financeiro;
II - preveja direito à indenização em favor do permissionário pela extinção da permissão de uso de bem público por iniciativa da Administração Pública Estadual.

Art. 17. O processo administrativo de outorga de permissão de uso de bem público imóvel observará o disposto nos arts. 80 a 83 da Lei Complementar Estadual n.º 303, de 2005.

Art. 18. É proibida a transferência total ou parcial da permissão de uso de bem público imóvel.

Art. 19. A permissão de uso de bem público poderá ser extinta mediante:
I - revogação, por razões de conveniência e oportunidade;
II - invalidação, por razões de juridicidade;
III - cassação pela prática de ilícito por parte do permissionário que tenha pertinência direta ou indireta com o bem permitido;
IV - extinção do permissionário.
Parágrafo único. Aplica-se a Lei Complementar Estadual 303, de 2005, à extinção de permissão de uso de bem público.

CAPÍTULO VII
AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL

Art. 20. A autorização de uso de bem público será formalizada mediante ato administrativo, que deverá estabelecer:
I - a identificação jurídica do autorizatário;
II - a obrigatoriedade da comprovação da regularidade fiscal e da qualificação técnico-profissional para a exploração da atividade autorizada;
III - a cobrança de preço público caso a atividade envolva a contraprestação pecuniária de bens e serviços;
IV - a identificação do bem autorizado, bem como a descrição das atividades permitidas;
V - a especificação dos deveres e responsabilidades do autorizatário;
VI - a especificação das prerrogativas da Administração Pública Estadual.
§ 1º. É proibida a autorização de uso de bem público em favor de partido político ou entidade que tenha por objetivo institucional promover convicção religiosa ou política.
§ 3º. É portadora de vício insanável a autorização de uso de bem público que:
I - estabeleça preceito que vise a, direta ou indiretamente, assegurar os benefícios do equilíbrio econômico-financeiro;
II - preveja direito à indenização em favor do autorizatário pela extinção da autorização de uso de bem público por iniciativa da Administração Pública Estadual.
§ 4º. A outorga da autorização de uso de bem público que envolva qualquer forma de contraprestação pecuniária de bens e serviços poderá ser gratuita, em caso de comprovação de seu impacto socioeconômico em favor do desenvolvimento do Estado.

Art. 21. O processo administrativo de outorga de autorização de serviço público observará o disposto nos arts. 80 a 83 da Lei Complementar Estadual n.º 303, de 2005.

Art. 22. É proibida a transferência total ou parcial da autorização de uso de bem público imóvel.

Art. 23. A autorização de uso de bem público poderá ser extinta mediante:
I - revogação, por razões de conveniência e oportunidade;
II - invalidação, por razões de juridicidade;
III - cassação pela prática de ilícito por parte do autorizatário que tenha pertinência direta ou indireta com o bem autorizado;
IV - extinção ou morte do autorizatário.
Parágrafo único. Aplica-se a Lei Complementar Estadual 303, de 2005, à extinção de autorização de uso de bem público imóvel.

CAPÍTULO VIII
CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL

Art. 24. A cessão de uso de bem público imóvel será formalizada mediante convênio previsto por decreto, observadas as normas gerais sobre convênios editadas pela União.
§ 1º. É proibida a autorização de uso de bem público em favor de partido político ou entidade que tenha por objetivo institucional promover convicção religiosa ou política.
§ 2º. O convênio de que trata o **caput** não poderá estabelecer:
I - deveres para a Administração Pública Municipal, ressalvados os que se fizerem necessários assegurar a posse do bem cedido em favor do cessionário durante a vigência do convênio.
II - a proibição da denúncia do convênio por qualquer uma das partes convenentes, bem como a instituição de sanção pelo exercício dessa prerrogativa;
III - dever da Administração Pública Municipal de realizar benfeitorias no bem cedido durante a vigência do convênio.
§ 2º. Durante a vigência do convênio, o cessionário deverá realizar as benfeitorias que se fizerem necessárias para a manutenção do bem cedido.
§ 3º. Fica dispensada de processo administrativo concorrencial a cessão de uso de bem público imóvel.

Art. 25. Extingue-se a cessão de uso de bem público mediante:
I - denúncia, a critério de qualquer uma das partes convenentes;
II - invalidação, por razões de juridicidade.

Art. 26. Quando a cessão de uso de bem público envolver a contraprestação pecuniária de bens e serviços, aplica-se ao convênio o disposto para as concessões de uso de bem público que não contrariem o art. 24 e o art. 25 desta Lei.

Art. 27. Aplica-se o disposto no art. 25 desta Lei aos convênios que envolverem a transferência da gestão de bens públicos imóveis entre os Poderes do Estado, bem como entre estes e as Funções Essenciais à Justiça do Estado.

CAPÍTULO IX
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO IMÓVEL

Art. 28. Para a celebração de concessão de direito real de uso, exige-se:
I - projeto da atividade ou empreendimento a ser desenvolvido no bem concedido, bem como a demonstração de seu impacto social, econômico, orçamentário, tributário ou cultural no território do Estado;
II - comprovação de que a atividade ou empreendimento a ser desenvolvido no bem concedido observa as normas ambientais e urbanísticas em vigor;
IIII - realização de audiência pública;
IV - justificativa da concessão de direito real de uso pelo Governador do Estado ou dirigente máximo da autarquia ou fundação pública;
V - autorização legislativa específica.
§ 1º Somente se admite a contratação direta sem licitação de concessão de direito real de uso caso seja comprovada a inviabilidade da competição.
§ 2º A concessão de direito real de uso deverá ser registrada no cartório imobiliário competente.

Art. 29. Desde o início da vigência da concessão de direito real de uso, o concessionário fruirá plenamente do bem concedido para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Art. 30. Resolve-se a concessão de direito real de uso antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao bem concedido destinação diversa da estabelecida no contrato, ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza, resguardado, em qualquer caso, o devido processo legal.

Art. 31. A concessão de direito real de uso, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato *inter vivos*, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 32. As pessoas naturais e as pessoas jurídicas de direito privado que estejam empregando bens públicos imóveis deverão devolver imediatamente o bem explorado à Administração Pública Estadual caso ato ou contrato que tenha admitido a utilização privativa não esteja mais em vigor ou tenha sido realizado sem prazo determinado.
§ 1º. O beneficiário do ato ou contrato de que trata o **caput** não tem direito à indenização pela retomada imediata do bem pela Administração Pública Municipal, nem pelas benfeitorias de qualquer natureza realizadas no bem.
§ 2º. O órgão gestor do bem público imóvel de que trata o **caput** deverá tomar as providências necessárias para retomada imediata do bem, dentro do prazo de três meses, contado da entrada em vigor desta Lei.
§ 3º. A Procuradoria Municipal deverá atuar diretamente na concretização da providência prevista no § 2º.
§ 4º. O disposto nos §§ 2º e 3º aplica-se às entidades da Administração Indireta Estadual, conforme a Lei Complementar Estadual n.º 303, de 05 de setembro de 2005.

§ 5º. Caso a atividade não envolva qualquer a contraprestação pecuniária de bens e serviços, a Administração Pública Municipal poderá celebrar permissão de uso de bem público com o atual possuidor, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 33. Os atos e contratos administrativos com prazo determinado que tenham viabilizado a utilização privativa de bem público imóvel sem a observância aos princípios da isonomia ficam extintos no prazo de seis meses, contado da entrada em vigor desta Lei Complementar.

Art. 34. Caso a utilização de bem público imóvel tenha relevância para matéria de Conselho Municipal, este poderá se manifestar no processo de expedição dos atos e contratos referidos nos incisos II a V do art. 2º, antes do pronunciamento do CGPM.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 01 de janeiro de 2017.

Art. 36. Aplicam-se as normas previstas nesta Lei, no que couberem, às pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública Indireta Municipal.

Palácio Mário Solano de Moura, em Olho D'Água do Borges, 03 de setembro de 2019.

Publique-se e Cumpra-se.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita
CPF: 465.240.614-20

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:367DF007

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N° 048/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP – PROCESSO MOB/RN Nº 118/2019

O Município de Ouro Branco/RN torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 03 de setembro de 2019, às 10:00mim, realizará licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços para possível contratação de pessoa jurídica com competência operacional para prestar serviços de arbitragem esportiva atendendo as competições previstas no Calendário Esportivo Municipal, organizadas ou apoiadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, **com participação exclusiva de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte–EPP e Micro Empreendedores Individuais – MEI.** Os interessados em adquirir os respectivos Edital e anexos dirigirem-se a sede da Prefeitura Municipal, localizada à Rua Manoel Correia, Centro, Ouro Branco/RN, no horário de expediente e/ou informações pelo Telefone: (0xx84) 3477-0053 e/ou pelo e-mail: licitaçõesobrn@gmail.com

Ouro Branco/RN, 05 de setembro de 2019

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Wellington Batista dos Santos
Código Identificador:87329B3F

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 042/2019

Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Branco-RN, e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL do Município de Ouro Branco, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições legais estabelecidas no inciso VI do art. 57 da Lei Orgânica do Município;
Considerando a Lei Municipal nº 837, de 05 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Promoção, Proteção, Defesa e Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear os membros que constituirão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Branco-RN, conforme os seguintes representantes:
I – Representante da Prefeitura Municipal de Ouro Branco-RN:
Kyara Maysa dos Santos Silva – Titular
Igna Mara Dantas de Araújo Dutra – Suplente
II – Representante da Prefeitura Municipal de Ouro Branco-RN:
Maurino Ramos de Araújo Medeiros – Titular
Luciana Silva de Azevedo Lucena – Suplente
III – Representante da Prefeitura Municipal de Ouro Branco-RN:
Meirielle Sousa Santos Lucena – Titular
Mary Jane da Fonseca Romão – Suplente
IV – Representante da Prefeitura Municipal de Ouro Branco-RN:
Reinaldo Lucena de Freitas – Titular
Marliany Pinheiro de Siqueira Santos – Suplente
V – Representante da Pastoral da Catequese da Igreja Católica:
Silmara da Nóbrega Oliveira Farias – Titular
Luanna Elizia Dantas dos Santos Silva de Azevedo – Suplente
VI – Representante do Grupo de Escoteiros Severino Ramos de Oliveira:
Romualdo José de Azevedo Martins – Titular
Priscila Hérmona Almeida Martins – Suplente
VII – Representante da Pastoral Vicentina:
Marilene Lucena de Sousa – Titular
Maria Auxiliadora Figueiredo de Assis Lopes – Suplente
VIII – Representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus:
Mirian Souto de Oliveira – Titular
Wesley Ricardo de Sena Costa – Suplente
Art. 2°. Designar os membros para comporem a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ouro Branco-RN, conforme os seguintes representantes:
I – Presidente: Marilene Lucena de Sousa
II – Vice-Presidente: Kyara Maysa dos Santos Silva
III – Secretária: Silmara da Nóbrega Oliveira Farias
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de junho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se. Dê-se ciência.

Gabinete da Prefeita, Palácio Prefeito José Isaias de Lucena, Ouro Branco – RN, 05 de setembro de 2019, 114º da Fundação e 65º da Emancipação.

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Douglas Medeiros de Araujo
Código Identificador:67E0CBA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - TP 003/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2019
TOMADA DE PREÇO Nº TP 003/2019

ATA DA REUNIÃO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
As nove horas do dia vinte e nove do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, composta pelos servidores: Fabiola de Araújo Morais, Presidente, Antonio Leodécio Batista da Silva e Susy Meirelly da Silva Nunes, membros, reuniram-se para analisar a documentação de habilitação do certame licitatório

na modalidade **Tomada de Preços nº 003/2019**, tipo menor preço, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CERCAMENTO DO TERRENO, ESCAVAÇÃO DE VALAS, TRANSPORTE DE MATERIAL, COMPACTAÇÃO DE MATERIAL E RECOBRIMENTO DE VALAS DO LIXÃO PARA TRANSFORMAR EM ATERRO CONTROLADO PROVISÓRIO, DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN**. A Presidente da CPL declarou aberta a sessão comunicando que seria analisado os documentos de habilitação das empresas **SINAI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI; CONSTRUART CONSTRUÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS – EIRELI; I2 ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – ME; GIRASSOL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME; R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA – ME; RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃOE EIRELI; CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA EPP; SOARES CONSTRUÇÕES & CONSULTORIA LTDA – EPP; EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES & COMERCIO – LTDA; SANTOS E LIMA ENGENHARIA E ARQUITETURA; NUNES CONTRUÇÕES E EDIFICIOS E OBRAS URBANISTICA EIRELI**, **SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA – ME e CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS EIRELI – ME,** que foram apresentados na sessão de realizada no dia 26 de agosto de 2019. Ato continuo a comissão de licitação passou a analisar a documentação de acordo com as exigências do instrumento convocatório. Após analisar a documentação foi constatado que a empresa **EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES & COMERCIO – LTDA,** apresentou a Certidão de Regularidade com o FGTS vencida e deixou de apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com relação a certidão do FGTS vencida a empresa comprovou gozar dos benefícios da LC 123/2006, desta forma caso a mesma fosse declarada vencedora na fase de propostas teria um prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularizar a situação. A CPL constatou ainda que a empresa **I2 ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – ME,** não apresentou o Termo de Abertura e o Termo de Encerramento do Balanço Patrimonial, também verificou que a empresa **SANTOS E LIMA ENGENHARIA E ARQUITETURA,** apresentou a prova de regularidade com a **Fazenda Federal** vencida, porém a empresa comprovou gozar dos benefícios da LC 123/2006, desta forma caso a mesma fosse declarada vencedora na fase de propostas teria um prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularizar a situação. Diante dos fatos a Comissão de Licitação por unanimidade de seus membros, resolveu **INABILITAR** a empresa **EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES & COMERCIO – LTDA,** por descumprir o subitem 6.2.6, quando deixou de apresentar prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT**), ou certidão positiva com efeitos de negativa e a Empresa **I2 ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – ME** por não atender parte do subitem 6.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e devidamente registrados, Termo de Abertura e de Encerramento apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação econômico-financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta, pois a mesma apresentou o Balanço Patrimonial, mais não apresentou os Termos de Abertura e Encerramento do Balanço. Na sequência a comissão por unanimidade **HABILITA** para segunda fase do certame as empresas **1. SINAI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI; 2. CONSTRUART CONSTRUÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS – EIRELI; 3. CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS EIRELI – ME; 4. GIRASSOL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME; 5. R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA – ME; 6. RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃOE EIRELI; 7. CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA EPP; 8. SOARES CONSTRUÇÕES & CONSULTORIA LTDA – EPP; 9. SANTOS E LIMA ENGENHARIA E ARQUITETURA; 10. NUNES CONTRUÇÕES E EDIFICIOS E OBRAS URBANISTICA EIRELI**, **11. SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA – ME,** por terem atendido todas as exigências do instrumento convocatório. Ao final a Presidente da Comissão comunicou que a ata seria publicada na integra no **Dário Oficial do Município – FEMURN** e encaminhada cópia da publicação as empresas participantes do certame e será concedido prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme art. 109, I, letra "a" da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a tratar, após lida e aprovada, vai assinada pela Comissão.

Comissão de Licitação

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da CPL

SUSY MEIRELLY DA SILVA NUNES
Membro da CPL

ANTONIO LEODÉCIO BATISTA DA SILVA
Membro da CPL

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:34765FBC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO - TP 003/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072/2019
TOMADA DE PREÇO Nº TP 003/2019

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação – CPL, da Prefeitura Municipal de Paraú/RN, torna público o resultado de julgamento de Habilitação referente a Tomada de Preços nº 003/2019, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CERCAMENTO DO TERRENO, ESCAVAÇÃO DE VALAS, TRANSPORTE DE MATERIAL, COMPACTAÇÃO DE MATERIAL E RECOBRIMENTO DE VALAS DO LIXÃO PARA TRANSFORMAR EM ATERRO CONTROLADO PROVISÓRIO, DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN.** Foram **INABILITADAS** as seguintes empresas: **EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES & COMERCIO – LTDA,** por descumprir o subitem 6.2.6, quando deixou de apresentar prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT**), ou certidão positiva com efeitos de negativa e a Empresa **I2 ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – ME** por não atender o subitem 6.3.2 quando não apresentou os Termos de Abertura e Encerramento do Balanço Patrimonial. Ficando **HABILITADAS** para segunda fase do certame, as empresas: **1. SINAI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI; 2. CONSTRUART CONSTRUÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS – EIRELI; 3. CONSTRUMAIS – CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS EIRELI – ME; 4. GIRASSOL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI ME; 5. R & N EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SERVIÇOS LTDA – ME; 6. RN CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃOE EIRELI; 7. CONSTRUTORA OLIVEIRA E MELO LTDA EPP; 8. SOARES CONSTRUÇÕES & CONSULTORIA LTDA – EPP; 9. SANTOS E LIMA ENGENHARIA E ARQUITETURA; 10. NUNES CONTRUÇÕES E EDIFICIOS E OBRAS URBANISTICA EIRELI**, **11. SERRA DO LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA – ME**, por terem atendido todas as exigências do instrumento convocatório. Os interessados, querendo, terão vistas dos autos, podendo, eventualmente, interpor recursos, pertinentes a essa fase, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da efetiva publicação deste aviso, conforme art. 109, I, letra "a" da Lei 8.666/93 e que decorrido este prazo, caso não haja interposição de recurso será realizada Sessão de abertura dos envelopes contendo proposta de preço, que estão sob a guarda da Comissão de Licitação, para **Tomada de Preço nº 003/2019, no dia 16 de setembro de 2019 as 09:00 horas** na sala da Comissão de Licitação do município.

Paraú/RN, 03 de setembro de 2019

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da CPL

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:F9497452

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 049/2019-GP

PORTARIA Nº 049/2019-GP 05 DE SETEMBRO DE 2019

Nomeia a Sra. Maria José Medeiros de Paula, para o cargo de Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a **Sra. Maria José Medeiros de Paula,** inscrita no CPF/MF 010.941.914-69, para o cargo de **Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS** a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Paraú – RN, em 05 de setembro de 2019.

MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:AB37901C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃOPROCESSO 5591/2019 PREGÃO PRESENCIAL 45/2019

O Município de Parelhas/RN, através de seu(ua) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, torna público que às**08h:00min (horário local)**do dia**19/08/2019**realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, tendo como objeto: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR E LEITES ESPECIAIS"**, conforme especificações, estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus Anexos. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala de licitações localizada no prédio sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. Mauro Medeiros, nº 97, Bairro Centro, no horário de expediente das 07:00 hs às 13:00 hs, como também no site oficialwww.parelhas.rn.gov.br. Contato:(84) 3471-2522/Ramal 203. E-mail:cplparelhas@hotmail.com.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:DB0C8CC5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 5393/2019 PREGÃO PRESENCIAL 39/2019

Objeto: INSTALAÇÃO E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO

ADJUDICAMOS pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Presencial nº 39/2019 realizada em 22 de agosto de 2019 (quinta-feira), nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$90.336,16, sendo vencedorasa(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

S. M. LEITE & CIA. LTDA - ME- CNPJ: 10.863.094/0001-86, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 ; totalizando o valor de **R$ 90.336,16 (noventa mil, trezentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)**.

PARELHAS/RN, em 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:61944B85

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 5393/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

Objeto: INSTALAÇÃO E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO

HOMOLOGO pelo presente Termo,para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 39/2019 realizada em 22 de agosto de 2019 (quinta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações, no valor total de R$90.336,16, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:.

S. M. LEITE & CIA. LTDA - ME- CNPJ: 10.863.094/0001-86, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 ; totalizando o valor de **R$ 90.336,16 (noventa mil, trezentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)**.

A(s) empresa(s) acima citada(s) está(ão) convocada(s), através de seu representante legal, para assinatura do(a) ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 05 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:30A0E66A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 3041/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRAS PARA PAVIMENTAÇÃO
HOMOLOGO pelo presente Termo,para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 41/2019realizada em 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações, no valor total de R$615.575,00, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:.
A. MEDEIROS DANTAS- CNPJ: 70.146.345/0001-33, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2, 3, 5, 6 ; totalizando o valor de R$ 465.375,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais).
EDILSON J. DE LIMA SEGUNDO ME- CNPJ: 12.999.579/0001-27, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 4 ; totalizando o valor de R$ 150.200,00 (cento e cinquenta mil, duzentos reais).
A(s) empresa(s) acima citada(s) está(ão) convocada(s), através de seu representante legal, para assinatura do(a) ata de registro de preços , no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 05 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:B40488F5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 5300/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019

Objeto: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS PARA EVENTOS
HOMOLOGO pelo presente Termo,para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 37/2019realizada em 19 de agosto de 2019 (segunda-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações, no valor total de R$320.259,00, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:.
FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS- CNPJ: 21.775.163/0001-16, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 8, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20 ; totalizando o valor de R$ 97.350,00 (noventa e sete mil, trezentos e cinquenta reais).
T. D. DE L. MEDEIROS EVENTOS - CNPJ: 03.767.112/0001-60, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 4, 9 ; totalizando o valor de R$ 30.099,00 (trintamil e noventa e nove reais).
ADONIS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA- CNPJ: 70.143.920/0001-44, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 13 ; totalizando o valor de R$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil, duzentos reais).
FABIAN VAGNER DA SILVA MACEDO - ME- CNPJ: 33.975.036/0001-40, saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 12, 14 ; totalizando o valor de R$ 29.610,00 (vinte e nove mil, seiscentos e dez reais).
A(s) empresa(s) acima citada(s) está(ão) convocada(s), através de seu representante legal, para assinatura do(a) ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação do presente termo de homologação.

PARELHAS/RN, 05 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:5F8B383E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 5300/2019 PREGÃO PRESENCIAL 37/2019

Objeto: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS PARA EVENTOS
ADJUDICAMOS pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Presencial nº 37/2019 realizada em 19 de agosto de 2019 (segunda-feira), nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$320.259,00, sendo vencedorasa(s) empresa(s) relacionadas a seguir:
FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS- CNPJ: 21.775.163/0001-16, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 8, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20 ; totalizando o valor de R$ 97.350,00 (noventa e sete mil, trezentos e cinquenta reais).
T. D. DE L. MEDEIROS EVENTOS - CNPJ: 03.767.112/0001-60, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 4, 9 ; totalizando o valor de R$ 30.099,00 (trintamil e noventa e nove reais).
ADONIS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA- CNPJ: 70.143.920/0001-44, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 13 ; totalizando o valor de R$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil, duzentos reais).
FABIAN VAGNER DA SILVA MACEDO - ME- CNPJ: 33.975.036/0001-40, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 12, 14 ; totalizando o valor de R$ 29.610,00 (vinte e nove mil, seiscentos e dez reais).

PARELHAS/RN, em 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:8537579E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO 3041/2019 PREGÃO PRESENCIAL 41/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRAS PARA PAVIMENTAÇÃO

ADJUDICAMOS pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais,a licitação Pregão Presencial nº 41/2019 realizada em 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), nos termos da Lei 10.520/2002 e alterações, no valor total de R$615.575,00, sendo vencedorasa(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

A. MEDEIROS DANTAS- CNPJ: 70.146.345/0001-33, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 2, 3, 5, 6 ; totalizando o valor de R$ 465.375,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais).
EDILSON J. DE LIMA SEGUNDO ME- CNPJ: 12.999.579/0001-27, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 1, 4 ; totalizando o valor de R$ 150.200,00 (cento e cinquenta mil, duzentos reais).

PARELHAS/RN, em 05 de setembro de 2019.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:FD76322F

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 512/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): EVALDO FERNANDES DINIZ			
MATRÍCULA: 120579-0			
DI: 2.675.701			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em NATAL/RN.			
DESTINO: NATAL/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 05/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas (RN), 05 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:1371B9F1

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 513/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): UBIRATAN VAGNE DANTAS			
MATRÍCULA: 120668-0			
DI: 2.079.224			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 05/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 05 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:B9A44E98

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 589/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR (A): VALNELLE FERREIRA SILVA			
MATRÍCULA: 120.863-2			
RG: 1.998.283 SSP/RN.			
CARGO: Procuradora Administrativa			
LOTAÇÃO: Procuradoria Jurídica			
OBJETIVO DA VIAGEM: Tratar de assunto referente à Secretaria Municipal de Saúde.			
DESTINO: Natal/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 05/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	150,00	150,00
Total a pagar			**150,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:12155B44

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 590/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR (A): FRANCICLEIDE MARIA DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120866-7			
CPF: 052.859.654-38			
CARGO: Secretária do Gabinete Civil			
LOTAÇÃO: Secretaria do Gabinete Civil			
OBJETIVO DA VIAGEM: Tratar de assunto referente à Secretaria Municipal de Saúde.			
DESTINO: Natal/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 05/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	150,00	150,00
Total a pagar			**150,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:D455412B

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 591/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Ana Otília Pereira de Souza Diniz			
MATRÍCULA: 120707-5			
RG: 002.097.175 SSP/RN			
CARGO: Secretária Municipal de Saúde.			
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Participar de reunião com uma casa de apoio para resolver assuntos relacionados à Secretaria Municipal de Saúde.			
DESTINO: Natal/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 05/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	150,00	150,00
Total a pagar			**150,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 05 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:A1579E93

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 592/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Rogéria Layanne Caldas Dantas			
MATRÍCULA: 121199-4			
CPF:056.900.384-90			
CARGO: Secretária de Assistência Social e da Habitação			
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Participar da oficina de alinhamento para o ACESSUAS trabalho. .			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 06/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	150,00	150,00
Total a pagar			**150,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas/RN, 05 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:7BD2E406

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 593/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR (A): PAULO ROBERTO VALENTIM			
MATRÍCULA: 120893-4			
RG: 637.577-SSP/RN.			
CARGO: Secretário Municipal			
LOTAÇÃO: Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca.			
OBJETIVO DA VIAGEM: Participar do Seminário Territorial sobre Sistema Municipal de Meio Ambiente-SISMUMA.			
DESTINO: Currais Novos/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 05/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	50,00	50,00
Total a pagar			**50,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 05 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:91F21A7E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE FÉRIAS Nº 001-04/09/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, férias de 30 (trinta) dias**,** ao Servidor abaixo listado, lotado no **GABINETE DO PREFEITO**, a partir de **09/09/2019 a 09/10/2019.**

N	NOME	CPF	FUNÇÃO
1	*Daniel Monteiro da Silva*	*035.537.534-63*	*Assessor Jurídico*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 04 de setembro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:384DAFA1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001.30.08.2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **Exonerar**, **JOSÉ CLAUDIONOR DE ANDRADE**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 025.342.398-80, do cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, da Secretaria Municipal de Administração do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:18DCE3E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002.30.08/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR**, **SÁVIO LÚCIO LOPES BARRETO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 035.939.504-05, do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR EXECUTIVO**, do Gabinete do Prefeito, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 30 de agosto de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:43E6E58E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001.02.09/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **SÁVIO LÚCIO LOPES BARRETO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 035.939.504-05, para o cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, da Secretaria Municipal de Administração, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 02 de setembro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:A0D1BC5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002.02.09.2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **JOSÉ CLAUDIONOR DE ANDRADE**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 025.342.398-80, para o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR EXECUTIVO**, do Gabinete do Prefeito do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 02 de setembro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:480EE0B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 003.02.09/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **GLICERIO EDWIGES DA SILVA JUNIOR**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 014.012.774-70, OAB 11240/RN, para o cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR JURÍDICO ADJUNTO**, do Gabinete do Prefeito de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 02 de setembro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:F47EBF1C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002-03/06/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - NOMEAR, **ELIANE LUCIA DE LIMA**, inscrita no CPF/MF sob o n.º 106.642.484-54, para o cargo de provimento em comissão de**SUB COORDENADORIA DE ALMOXARIFADO**, da**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 03 de junho de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:EBA792D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 002-01/08/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN,no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **GEILTON ROBSON MEIRELES SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 026.723.564-08, para exercer o cargo de provimento em comissão de**SUBCOORDENADORIA DE INFORMÁTICA**, da Secretaria Municipal de Administração do Município de Passagem/RN, em conformidade com a Lei Complementar n.º 015/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passagem/RN, 01 de agosto de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:7AD2B03A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 003.02.01/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 015/2013 de 13 de março de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **JOSÉ FERREIRA SOBRINHO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 429.447.244-87, para exercer **o cargo de Secretário da Junta de Serviço Militar (JSM 092)**, deste Município de Passagem/RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em **02 de janeiro de 2019**, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 02 de janeiro de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:4DC67E64

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 004.31.07/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 015/2013 de 13 de março de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR**, **JOSÉ FERREIRA SOBRINHO**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 429.447.244-87, do cargo de **Secretário da Junta de Serviço Militar (JSM 092),** deste Município de Passagem/RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em 31 de Julho de 2019, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Passagem/RN, 31 de Julho de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:B8778E6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 003-01/08/2019 - GP

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 015/2013 de 13 de março de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, **NOMEAR**,**GEILTON ROBSON MEIRELES SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º 026.723.564-08, para exercer **o cargo de Secretário da Junta de Serviço Militar (JSM 092)**, deste Município de Passagem/RN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em **01 de agosto de 2019**, revogando-se às disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Passagem/RN, 01 de agosto de 2019.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:69D07F5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, inclusive a expedição do Ato Adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO, em favor dos licitantes: POSTO CENTRAL DE COMBUSTÍVEISPARAZINHO LTDA – CNPJ: 11.290.066/0001-80 vencedora do item: 05, e POSTO CENTRAL DE PEDRA GRANDE LTDA – CNPJ: 07.509.062/0001-72vencedora dos itens: 01,02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16.

Assim CONVOQUEM-SE as empresas acima mencionadas para assinatura das atas de registro de preços.

Pedra Grande/RN, 05 de Julho de 2019.

VALDEMIR VALENTIM SOARES BELCHIOR
Prefeito

Republicado por incorreção

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:31BF63AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Decreto 016/2013;
RESOLVE:
Art. 1º - Suspender Benefício Eventual de auxílio moradia, na forma de aluguel social da Sra. **Elaine dos Santos Silva,** CPF: 107.599.914-64 e RG:002.730.874, no valor mensal de R$ 200,00 (duzentos reais) concedido pelo período de 06 (seis) meses, que totaliza R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por motivo de a mesma não ter concretizado o aluguel da casa.
Art. 2º - Esta Portaria torna sem efeito a Portaria Nº 067/2019 a qual concede o Benefício Eventual de Aluguel Social.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta/RN, em 15 de agosto de 2019.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Leonardo Alves Bandeira
Código Identificador:DCBB50D7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°110/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** da comissão permanente de licitação, o **Sr. AÉCIO DORNELLES FERNANDES** portador do **CPF 051.669.124-46 e RG: 2345157** membros da comissão.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Pedra Preta/RN, em 02 de setembro de 2019.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lopes Neto
Código Identificador:CED45362

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
EXTRATO DE RESULTADO TP 001/2019

EXTRATO DE RESULTADO
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019
Tipo "Menor Preço Global"

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedro Avelino/RN, torna público o resultado da licitação modalidade Tomada de Preços n° 001/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PEDRO AVELINO/RN.

EMPRESA VENCEDORA
FARIAS & FARIAS CONSTRUÇÕES LTDA-ME

A empresa acima citada, ficou considerada VENCEDORA da licitação Tomada de Preços nº 001/2019 com proposta no valor global de R$ 189.377,87 (cento e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e sete centavos), ficando aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis para os questionamentos de interessados a partir desta data.

Pedro Avelino/RN, em 05 de setembro de 2019.

CLÉCIO VALDEVINO MOREIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:B6753337

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 66/2019

Decreto nº 66, de 05 de Setembro de 2019.

Institui norma de execução do Código Tributário Municipal – Lei nr. 726/2015 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 3º, § 3º e § 2º, do art. 438 da Lei Municipal nr. 726/2015 – Código Tributário Municipal,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica Alterado para R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais) o valor mínimo, á título de emissão de Certidão de Uso e Ocupação do Solo, fixado no item 5.1 da Tabela III da Lei Municipal nr. 726/2015.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussier Carlos de Souza
Código Identificador:09DB0C14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 046/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 046/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125. SRP. O Pregoeiro do Município de Pendências/RN, CNPJ Nº 08.122.657/0001-33, torna público que irá realizar licitação no dia **18/09/2019 às 09h30min**. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA CONFECÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR, CAMISAS PARA FORMAÇÕES E FARDAMENTO PARA AS BANDAS MARCIAIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS COMO TAMBÉM DA FILARMÔNICA FLOR DE CACTUS, ATENDENDO ASSIM, AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS, ANOS FINAIS E EJA, BEM COMO AOS PROFESSORES, TÉCNICOS DA SECRETARIA E OS COMPONENTES DA BANDA FILARMÔNICA FLOR DE CACTUS. A quem interessar encontra-se a disposição das 07h00min as 13h00min, no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Setor de Licitações**,** Avenida Francisco Rodrigues, 205, Centro, Pendências/RN, o edital na Integra. Mais informações através do numero (84) 3522-2204 ou e-mail: cplpendencias2017@gmail.com

JOÃO LUIZ DA LUZ BEZERRA.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:430AD4B7

GABINETE DO PREFEITO
LICITAÇÃO Nº 024/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – RESCISÃO CONTRATUAL

SETOR DE LICITAÇÕES
LICITAÇÃO Nº 024/2019 – MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2019 – RESCISÃO CONTRATUAL

Aviso de rescisão ao contrato com a empresa CONSTRUTORA RS SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 26.094.503/0001-67, inicialmente vencedora do item 07, referente à LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR A DIESEL, TIPO PIPA, a rescisão deste contrato foi determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, por acordo entre as partes.

Pendências-RN 30.08.2019

FLAUDIVAN MARTINS CABRAL
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:2DC17198

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 264/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **Darimar Anastácio Silvério**, RG nº **1.677.556 – SSP/RN,** matrícula nº **060,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5** (**meia**) diária (s), ao preço unitário de **R$ 60,00 (sessenta reais)** perfazendo a quantia de **R$ 30,00 (trinta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Mossoró/RN**, no dia **04** do **09,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, Francisco Canindé, para submeter-se a consulta especializada em oncologia clínica no Liga Mossoroense de Estudos e Combate ao Câncer,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **03 de setembro de 2019**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:25328571

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 265/2019- SEMSAB

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor **José Ildegarde Dias Junior**, RG nº **2.083.865 – SSP/RN,** matrícula nº **318,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**, ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5** (**meia**) diária (s), ao preço unitário de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)** perfazendo a quantia de **R$ 60,00 (sessenta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Natal/RN**, no(s) dia(s) **04/09,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, Marcos Antonio de Souza até o Hospital Memorial para submeter-se a consulta especializada ortopédica pré operatória,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **03 de setembro de 2019**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:F4225B5B

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
ERRATA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA

Onde lê-se:
Portaria n° 262/2019- SEMSAB
Leia-se:
Portaria nº 263/2019 - SEMSAB

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao servidor, **Alison José Alves da Silva** CPF nº **080.830.484-45 ,** matrícula nº 521**,** ocupante do cargo de **Motorista**, **0,5 (meia**) diária(s), ao preço unitário de **R$ 120,00 (cento e vinte reais)** perfazendo a quantia de **R$ 60,00 (sessenta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO na cidade de **Natal/RN** no (s) dia (s) **03/09 ,** do corrente ano, objetivando **transportar como motorista, Willy Adriel Dias Freitas até a Clínica Ortopédica de Natal para submeter-se a tratamento especializado em pé torto congênito,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **02 de setembro de 2019.**

ANA PEDRINA DE LUCENA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:38D18F4B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 207/2019

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder a Servidora **Carla Dannielle Santos Leite**, CPF nº **066.488.974-30,** matrícula nº **349,** lotada na **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, ocupante do cargo de **ASD-Técnica de Folha de Pagamento**, **0,5 (meia**) diária(s), ao valor unitário de R$ **120,00 (cento e vinte reais)** perfazendo a quantia de R$ **60,00 (sessenta reais)**, para custear despesas com ALIMENTAÇÃO e DESLOCAMENTO na cidade de **Natal/RN**, no dia **05.09** do corrente ano, com objetivo de **participar de audiência técnica para apresentar a gestores mudanças no SIAI para o exercício 2020, promovida pelo TCE/RN no dia 05/09/2019 na Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira,** conforme documentação anexa.

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **03 de setembro de 2019**

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:2A6BCE45

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 208/2019

CONCESSÃO DE DIÁRIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder ao Servidor **Everton Vagner da Silva Freitas**, CPF nº **096.944.884-86,** matrícula nº **484-1,** lotado na **Secretaria Municipal de Planejamento Finanças e Tributação**, ocupante do cargo de **Contador**, **0,5 (meia**) diária(s), ao valor unitário de R$ **120,00 (cento e vinte reais)** perfazendo a quantia de R$ **60,00 (sessenta reais)**, para custear despesas com **ALIMENTAÇÃO** na cidade de **Natal/RN**, no dia **05.09** do corrente ano, com objetivo de **participar de audiência técnica realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, para apresentar as alterações que serão promovidas para o exercício 2020 nas ferramentas eletrônicas utilizadas para o envio de informações jurisdicionais: SIAI Fiscal, SIAI DP e Portal do Gestor, que será realizado na Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Portalegre/RN, **04 de setembro de 2019**

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:1D65F533

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0046/2019 - PMP/RN - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000133/19

DO OBJETO:
O presente instrumento se refere a DESPESAS NECESSÁRIAS PARA AQUISIÇÃO DE BOMBA HIDRÁULICA SUBMERSA TRIFÁSICA PARA A INSTALAÇÃO EM POÇO, COM VISTA A MANTER O SUPRIMENTO DA ÁGUA NA IRRIGAÇÃO DE JARDINAGEM DO MUNICIPIO DE PORTALEGRE-RN.
DA JUSTIFICATIVA:
Considerando o acréscimo da plantação de gramas na praça de multieventos, o que eleva a quantidade de água para a irrigação diária.
Considerando que houve ainda um aumento significativo de outras plantas ornamentais de toda a extenção da praça já mencionado, requerendo desta forma, uma demanda maior de água para irrigação.
Considerando o caráter de urgência, em razão do início de período de seca em nossa região, que requer cuidados diários nestas plantações. sob pena de definhamento e morte por falta de água.
Considerando o exposto, se faz necessário a aquisição de equipamentos ora solicitado para o bom desenvolvimento destas plantas e evitar prejuizo ao patrimônio público.
DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇOS:
O fornecedor é a Pessoa Jurídica F FERNANDES DE MELO, com endereço na R D. PEDRO II,69,PAU DOS FERROS/RN, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.487.928/0001-54**.**
DO VALOR:
O valor é de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
DA BASE LEGAL:
LEI 8.666/93 EM SEU ARTIGO 24, INCISO II.
DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Portalegre/RN, 05 de setembro de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Ordenador de Despesas

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:82DD46CA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/19- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 000133/19

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é DESPESAS NECESSÁRIAS PARA AQUISIÇÃO DE BOMBA HIDRÁULICA SUBMERSA TRIFÁSICA PARA A INSTALAÇÃO EM POÇO, COM VISTA A MANTER O SUPRIMENTO DA ÁGUA NA IRRIGAÇÃO DE JARDINAGEM DO MUNICIPIO DE PORTALEGRE-RN. Com fulcro no artigo 24, inciso II da lei 8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CREDOR: F FERNANDES DE MELO, com endereço na R D. PEDRO II, 69, PAU DOS FERROS/RN, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.487.928/0001-54. VALOR: 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Portalegre/RN, 05 de setembro de 2019.

MANOEL DE FREITAS NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railhes Maciel Barboza Lucena
Código Identificador:A6A0FAC7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05090001/19

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Pureza/RN, CNPJ: 14.918.665/0001-93.
CONTRATADO(A): Casa Nova Tecidos & Aviamentos Ltda - CNPJ. 05.823.100/0001-31

Valor Global: R$ 387,06 (Trezentos e oitenta e sete reais e seis centavos)

OBJETIVO: Aquisição de materiais para realização de oficinas com os grupos de mulheres
integrantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deste município

ORIGEM DOS RECURSOS: PSB
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00 – Material de Consumo
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 24, II.

PUREZA/RN, 05 de setembro de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.

LARISSA IGNEZILA GOMES FONSECA MOURA BEZERRA
Secretaria Municipal de Assistência Social
Contratante

CASA NOVA TECIDOS & AVIAMENTOS LTDA
CNPJ. 05.823.100/0001-31
Contratada

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:486FF9C7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 0031/2019

NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE COORDENADOR DE PESSOAL DO MUNICIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Rafael Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, FRANCISCO BRUNO FERREIRA COSTA, no uso de suas atribuições legais e mediante Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a Sra. **SEFORA AVILA LOPES MAIA**, para o cargo/função de COORDENADOR DE PESSOAL JUNTO A SECRETARIA DE ASSUISTENCIA SOCIAL, deste Município.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, na forma da lei Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Rafael Fernandes/RN, 02 de SETEMBRO de 2019.

FRANCISCO BRUNO FERREIRA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Diogo da Costa Ferreira
Código Identificador:193193A5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Regulamenta a folga compensatória de servidor público municipal em virtude do trabalho realizado no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares do Município de RAFAEL FERNANDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES, RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90 e o teor da Resolução n° 170/2014 do CONANDA relativamente às providências necessárias para a realização do processo de escolha unificado do Conselheiros Tutelares;
Considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal n° 8.868/1994;
Considerando o disposto no art. 98 da Lei Federal n° 9.504/1997;
Considerando que o processo de escolha unificado é um processo eleitoral significativo e contará com o apoio técnico do Tribunal Regional Eleitoral;
Considerando que os servidores municipais trabalharão de forma voluntária na eleição e não receberão nenhuma vantagem pecuniária,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o procedimento para a concessão da folga compensatória de servidor público municipal pelos serviços prestados em virtude de sua participação no processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019.
Art. 2º. Para que o servidor público possa gozar da folga compensatória prevista na legislação eleitoral e municipal, deve ser obedecida a seguinte tramitação:

I - O servidor público deve apresentar requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração conjunta emitida e assinada pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha Unificado;

II - O requerimento a que se refere o inciso anterior deve ser protocolizado em até 30 (trinta) dias, contados da data do processo de escolha unificado;

III - Após a conferência da declaração emitida e verificada a sua conformidade, o Departamento de Recursos Humanos promoverá contato com a Secretaria ou Chefia imediata do servidor público para que, em conjunto, estabeleçam quais as datas serão concedidas as folgas compensatórias;

IV - As datas da folga compensatória serão estabelecidas em ato administrativo do Poder Público baseado na conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal para que não haja prejuízo na continuidade da prestação dos serviços públicos;

V - O servidor público somente estará autorizado ao gozo da folga compensatória após ser comunicado por escrito pelo Departamento de Recursos Humanos através da resposta ao requerimento apresentado. Após a comunicação assinada pelo servidor, o Departamento de Recursos Humanos adotará as providências cabíveis.

Art. 3º. Cada 01 (um) dia trabalhado no processo de escolha unificado, independentemente da quantidade de horas, incluído o dia utilizado para treinamento e atos preparatórios do processo eleitoral, equivale a um período de 02 (dois) dias consecutivos de folga compensatória.
Art. 4°. A folga compensatória não pode ser convertida em retribuição pecuniária, conforme previsto no § 4º do art. 1º da Resolução TSE nº 22.747/2008, expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.
Art. 5°. Os dias de um período da folga compensatória não podem ser fracionados em hipótese alguma e deverão ser gozados em dias consecutivos.
§ 1º As folgas compensatórias adquiridas devem ser gozadas no período máximo de 01 (um) ano, contado do deferimento do requerimento, cabendo ao servidor público apresentar o requerimento no prazo previsto no inciso II, do artigo 2° deste Decreto.
Art. 6°. Fica proibida a Administração Pública do Poder Executivo Municipal:
I - Conceder folga compensatória que termine em vésperas de feriados ou pontos facultativos ou que se inicie logo após os mesmos;

II - Conceder folga compensatória em dia que o servidor público não tenha que cumprir expediente.
Art. 7°. Compete exclusivamente à Administração Municipal tomar as providências quanto à substituição do servidor público em gozo de folga compensatória prevista neste Decreto.

Art. 8°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de RAFAEL FERNANDES. 05 DE SETEMBRO DE 2019

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

FRANCISCO BRUNO FERREIRA COSTA
Prefeito Municipal

MARIA NEIDA FERREEIRA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Anderson Diogo da Costa Ferreira
Código Identificador:8817BBB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº. 0100/2019-GAB

DECRETO Nº. 0100/2019-GAB

"Regulamenta o pregão, na forma presencial e na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns."

.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO-RN, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

CONSIDERANDO que a referida Lei prevê a criação de regulamentos específicos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com vista a operacionalização do

Pregão pela forma presencial, bem como por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, o chamado "*Pregão Eletrônico*"; e

CONSIDERANDO as alterações procedimentais inseridas pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que estabeleceu prerrogativas às empresas de pequeno porte e às microempresas.

DECRETA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o. Para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Rafael Godeiro-RN, qualquer que seja o valor estimado da contratação, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida pela Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, e pelo disposto neste Decreto.
Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.
Art. 2º. A licitação na modalidade do Pregão poderá ser realizada tanto na forma presencial como eletrônica.
Art. 3º. Compete ao Prefeito Municipal:
I - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
II - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e
III - homologar o objeto da licitação.
§1º. A equipe de apoio fixa deverá ser integrada em sua maioria por servidores municipais ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.
Art. 4º. Incumbirá a cada Secretário Municipal, no âmbito de suas atribuições:
I - solicitar a abertura de licitação, oferecendo as justificativas pertinentes acerca da necessidade da contratação, devendo, para tanto, observar às demais exigências contidas neste decreto;
II - assinar o Edital.

Art. 5º. As atribuições do pregoeiro incluem:
I - o credenciamento dos interessados;
II - o recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação;
III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;
IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
V - responder as impugnações dirigidas ao edital;
VI - conduzir a sessão pública do pregão eletrônico na internet, em especial, no que concerne:
a) ao exame das propostas de preços;
b) a classificação dos proponentes;
c) a direção da fase competitiva; e
d) a escolha do lance de menor preço;
VII - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
VIII - verificar e julgar as condições de habilitação;
IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
X - adjudicar o objeto da licitação;
XI - o processamento dos recursos interpostos e encaminhamento à decisão pela autoridade competente; e
XII - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a classificação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação com o vencedor.

Art. 6º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:
I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida em documento escrito denominado "*Requisição de fornecimento de bens ou serviços*";
II - a "*Requisição de fornecimento de bens ou serviços*" deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;
III - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:
a) definir o objeto do certame e o seu valor estimado em planilhas de acordo com os incisos I e II deste artigo;
b) justificar a necessidade da aquisição;
c) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento;
IV - constarão dos autos a motivação de cada um dos atos especificados no inciso anterior e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela Administração.

Art. 7º. A fase externa do Pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em função dos seguintes limites:
a) para bens e serviços de valores estimados em até R$160.000,00 (cento e sessenta mil reais):
1. Diário Oficial do Município; e
2. meio eletrônico, na Internet;
b) para bens e serviços de valores estimados acima de R$160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):
1. Diário Oficial do Município;
2. meio eletrônico, na Internet; e
3. jornal de grande circulação regional;
c) para bens e serviços de valores estimados superiores a R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):
1. Diário Oficial do Município;
2. meio eletrônico, na Internet; e
3. jornal de grande circulação regional ou nacional;
II - do edital e do aviso constarão definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como a designação do local onde será realizada a sessão pública, quando se tratar de pregão na forma presencial, ou, sendo na forma eletrônica, a indicação do correspondente endereço por meio do qual se dará a disputa à distância em sessão pública;
III - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas.
Art. 8º. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

Art. 9º. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão (presencial ou eletrônico).
§ 1º. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
§ 2º. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Art. 10. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, ou via Fax, nos endereços indicados no edital.

Art. 11. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação prevista na Lei Federal nº 8.666/93, relativa à:
I - habilitação jurídica;
II - qualificação técnica;
III - qualificação econômico-financeira;
IV - regularidade fiscal; e
V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III e IV deste artigo poderá ser substituída pelo registro cadastral do Município que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 12. É vedada a exigência de:
I - garantia de proposta;
II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e
III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 13. Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as exigências constantes do respectivo edital e demais condições previstas na legislação geral.

Art. 14. Os atos essenciais do Pregão, na forma presencial ou eletrônica, serão documentados e juntados no respectivo processo licitatório, compreendendo:
I - justificativa da contratação;
II - Requisição de fornecimento de bens ou serviços;
III - planilhas de custo, quando for o caso;
IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;
V - autorização de abertura da licitação;
VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
IX - parecer jurídico;
X - documentação exigida para a habilitação;
XI - ata contendo os seguintes registros:
a) licitantes participantes;
b) propostas apresentadas;
c) lances ofertados na ordem de classificação;
d) aceitabilidade da proposta de preço;
e) habilitação; e
f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII - comprovantes das publicações:
a) do Aviso do Edital;
b) da Homologação e Adjudicação;
c) do extrato do contrato; e
d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.
§ 1o. O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.
§ 2o. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.
§ 3o. A ata será disponibilizada para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

CAPÍTULO II - DO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 15. Realizar-se-á o pregão na forma presencial, quando a disputa, pelo fornecimento de bens ou serviços comuns, se der em sessão pública por meio de propostas de preços escritas e lances verbais, caso em que serão observadas as seguintes condições:
I - no dia, hora, local e endereço designados no edital, para a realização da sessão pública, serão recebidas as propostas e a documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;
II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;
III - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;
IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus
autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;
V - o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, fundamentadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;
VI - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;
VII - o edital fixará o intervalo mínimo entre os lances;
VIII - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;
IX - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;
X - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;
XI - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;
XII - sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base no Sistema de Cadastramento do Município, ou nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;
XIII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;
XIV - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;
XV - nas situações previstas nos incisos X, XI e XIV, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;
XVI - a manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;
XVII - o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;
XVIII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
XIX - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;
XX - como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;
XXI - quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XIV e XV deste artigo;
XXII - se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no inciso XXI;
XXIII - o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, se outro não estiver fixado no edital.

CAPÍTULO III - DO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 16. Realizar-se-á o pregão na forma eletrônica, quando a disputa, pelo fornecimento de bens ou serviços comuns, se der em sessão

pública à distância, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Art. 17. A autoridade competente do Município, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica, deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico.
§ 1o. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
§ 2o. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o Sistema Cadastral do Município.
§ 3o. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
§ 4o. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
§ 5o. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 18. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão de que cuida este artigo:
I - credenciar-se no Sistema de Cadastramento do Município;
II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no Sistema de Cadastro do Município terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 19. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
§ 1º. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.
§ 2º. Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
§ 3º. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
Art. 20. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.
§ 1o. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.
§ 2o. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
§ 3o. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
§ 4o. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.
§ 5o. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
§ 6º. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 21. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
§1º. O edital fixará o intervalo mínimo entre os lances.
§ 2o. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
§ 3o. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
§ 4o. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
§ 5o. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
§ 6o. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
§ 7o. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
§ 8o. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
§ 9o. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
§ 10o. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
§ 11. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
§ 12. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 22. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
§ 1o. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastro do Município.
§ 2o. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sistema de Cadastro do Município, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, poderão ser apresentados via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
§ 3o. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.
§ 4o. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
§ 5o. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subseqüente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.
§ 6o. No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços,

esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.
§ 7o. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 23. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
§ 1o. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
§ 2o. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
§ 3o. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 24. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
§ 1o. Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital.
§ 2o. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
§ 3o. Poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no § 2o ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
§ 4o. O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Itatiba pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
Parágrafo único. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastro do Município.

Art. 26. Aplicam-se, subsidiariamente, para a modalidade de Pregão, as normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rafael Godeiro-RN, **05 de setembro 2019**.

LUDMILA C. A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:BAC02DDC

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
DECRETO Nº.0101/2019-GAB

DECRETO Nº. 0101/2019-GAB

Regulamenta o sistema de registro de preços em conformidade com o disposto nos artigos 15, II, §§ 1° à 6° e 115, da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 11 da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO-RN, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 30 da Constituição Federal 1988, DECRETO Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e DECRETO 9.488/2018. PORTARIA

DECRETA,

Art. 1° O registro de preços para serviços e compras da Administração Direta e Indireta do Município de Rafael Godeiro-RN obedecerá às normas fixadas pelo presente Decreto.

Art. 2° O procedimento do registro de preços destina-se à seleção de preços para registro, os quais poderão ser utilizados pela Administração em contratos futuros para compras ou prestação de serviços.
§ 1° O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
§ 2° No procedimento do registro de preços, serão observadas as formalidades pertinentes à modalidade de concorrência ou pregão, desde a convocação e habilitação dos licitantes até a homologação da licitação.
§ 3° Do Edital de licitação para o registro de preços deverão constar, além de outras, as seguintes condições:
a) quantidades máximas e mínimas que poderão ser adquiridas no período;
b) prazo de validade dos preços registrados;
c) ressalva de que, no prazo de validade, a administração poderá não contratar;
§ 4° No âmbito do procedimento disciplinado por este Decreto, a adjudicação importa o registro de todos os preços classificados.
§ 5° Os preços serão registrados em conformidade com a classificação obtida.
§ 6° A classificação deverá obedecer aos critérios estabelecidos no Edital.

Art. 3° O procedimento de registro de preços será utilizado, quando conveniente, para materiais e gêneros de consumo frequente, que tenham significativa expressão em relação ao consumo total ou que devam ser adquiridos para diversas Secretarias Municipais, bem como para os serviços habituais e necessários ou que possam ser prestados a diversas unidades, observado o disposto neste Decreto.

Art. 4° O Setor de Compras, da Secretaria Municipal Finanças, efetuará o registro de preços para materiais e serviços.
§ 1° O preço registrado pelo Setor de Compras será utilizado obrigatoriamente por todas as unidades municipais.
§ 2° Excetuam-se do disposto no §1º as aquisições ou prestações de serviços nos casos em que a utilização se revelar antieconômica ou naqueles em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.
§ 3° As propostas de compras ou as de contratações de serviços a serem processadas com base no §2º serão justificadas e acompanhadas, conforme o caso, de pesquisas de mercado entre fornecedores identificados ou de demonstração de irregularidades praticadas, com a informação das medidas já adotadas para sua apuração.
§ 4° A verificação de irregularidades e a adoção das medidas para apuração dessas, serão de competência da Secretaria Municipal de Administração.
§ 5° As propostas serão submetidas ao respectivo Secretário para prévia autorização, devendo o Setor de Compras ser comunicado do ocorrido.
Art. 5° A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a

utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.
§ 1° A não-utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos previstos no § 2° do art. 4° deste Decreto.
§ 2° Realizada licitação para aquisição de bens ou prestação de serviço, o beneficiário do registro de preços terá preferência em caso de igualdade de condições.

Art. 6° Os fornecedores que tenham seus preços registrados poderão ser convidados, na ordem de classificação, a firmar as contratações decorrentes do registro de preços, durante o período de sua vigência, observadas as condições fixadas no edital do procedimento e as normas pertinentes.
Parágrafo único. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 1 (um) ano, computadas todas as prorrogações.

Art. 7° O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:
I – Pela Administração, quando:
a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
f) por razões de interesse público, devidamente fundamentado;
II – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.
§ 1° A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.
§ 2° No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.
§ 3° A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 05 (cinco) dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.
§ 4° Será estabelecido, no edital ou no expediente da solicitação de que tratam os incisos I e II, o prazo previsto para a suspensão temporária do preço registrado.
§ 5° Enquanto perdurar a suspensão, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição dos materiais ou gêneros constantes dos registros de preços.
§ 6° Da decisão que a cancelar ou suspender o preço registrado cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis.

Art. 8° Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados de conformidade com as modificações ocorridas.
§ 1° Na hipótese prevista no "caput" deste artigo, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.
§ 2° O disposto no caput deste artigo aplica-se, igualmente, nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes.
§ 3º Excepcionalmente o preço cotado poderá ser registrado com base na variação do IGP (índice), no caso de o prazo entre a data da proposta e o da vigência da ata ultrapassar a 12 (doze) meses, conforme art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192/2001, e art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/93.

Art. 9°. Caberá ao Setor de Compras a prática de atos para controle e administração do registro de preços, que, na medida do possível, será informatizado.

Art. 10. A utilização do preço registrado nos termos deste Regulamento, pelas Secretarias, dependerá sempre de requisição fundamentada ao Setor de Compras, que formalizará a contratação correspondente.

Art. 11. Quando uma ou mais Secretarias tiverem interesse em registrar preços para compras ou serviços, deverão solicitar, justificadamente, ao Setor de Compras, a instauração do competente procedimento.

Parágrafo único. A solicitação de que trata este artigo deverá fazer-se acompanhar de uma perfeita caracterização os bens ou serviços pretendidos, seus padrões de qualidade, bem como de pesquisa de mercado entre fornecedores identificados.

Art. 12. O Setor de Compras fará publicar, trimestralmente, na imprensa oficial do Município, para conhecimento público e orientação da Administração, os preços registrados, devendo constar na publicação, obrigatoriamente:
a) o preço registrado;
b) o prazo de validade do registro;

Art. 13. Aplica-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e, aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados, o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei Federal n° 8.666/93, no que couber.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rafael Godeiro-RN, 05 de setembro de 2019.

LUDMILA C. A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Sanzio Mike Cortez de Medeiros
Código Identificador:25CFBF71

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 05090001/2019 - DISP/AGRIC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 05090001/2019.

ORIGEM.....: Dispensa por Justificativa n.º **057/2019 - DISP/AGRIC**.

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN.

CONTRATADA(O).....: MACIEL GOMES SUASSUNA, CPF N.º **474.657.514-20**.

OBJETO.....: Prestação de serviços na manutenção de poços artesianos com conserto de cataventos nas seguintes comunidades rurais pertencentes ao município de Riacho da Cruz/RN: Cajuais de Baixo; Cajuais de Cima; Santo Antônio; São João; Alto Seco; Corredor; Novo Horizonte; Fechado; Baixa do Arroz; Cabaços.

VALOR TOTAL.....: R$ 6.000,00 (**seis mil reais**).

PROGRAMA DE TRABALHO.....: 141 - 2 . 5001 . 20 . 605 . 6 . 1.19 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

VIGÊNCIA.....: 05/09/2019 a **31/12/2019**.

DATA DA ASSINATURA.....: 05/09/2019.

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:770938DF

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019 – TP

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 004/2019 – TP

Processo Administrativo nº 13080001/2019

1. O Município de Riacho da Cruz/RN, através da Prefeitura de Riacho da Cruz por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que às 08:00 horas do dia 23/09/2019, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço, tipo menor preço global, para **contratação de empresa destinada a execução das obras de construção de 01 (uma) praça no Município de Riacho da Cruz/RN, objeto do Contrato de Repasse n.º 1.056.612-15/2018 e Convênio n.º 869.883/2018 firmado entre a Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN e o Ministério do Turismo**, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura de Riacho da Cruz.

2. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

3. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Camila de Lellis, 285 - Centro, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente e no site: www.riachodacruz.rn.gov.br.

Riacho da Cruz/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ ALAN DA SIVLA FERNANDES
Presidente da CPL

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:A7E3283A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 004/2019 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 004/2019

Dispõe sobre a nulidade da decisão administrativa que deferiu o registro de candidatura da candidata Dalila de Paiva Soares Oliveira, conforme Recomendação N° 001/2019 do Procedimento Administrativo N° 097.2019.000252 da Promotoria de Justiça de Portalegre.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Riacho da Cruz – RN (CMDCA), por meio da Comissão Especial Eleitoral do Processo Unificado de Escolha para membros do Conselho Tutelar de Riacho da Cruz para o quadriênio 2020-2023, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 180/1997, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, e pelo art. 4º, da Resolução nº 118/2019, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONSEC), que lhe confere a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

CONSIDERANDO a Recomendação N° 001/2019 da Promotoria de Justiça de Portalegre, acerca do Procedimento Administrativo n° 097.2019.000252 que trata do acompanhamento do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Riacho da Cruz – RN, no qual se apurou que a candidata Dalila de Paiva Soares Oliveira não preenche o requisito temporal da experiência em atividades voltadas ao público infanto-juvenil, exigido no art. 21, IV, da Lei Municipal n° 180/1997, contrariando, assim, o teor do documento apresentado por ocasião do pedido de registro da candidatura e que foi considerado pela comissão para fins de deferimento;
CONSIDERANDO que em caso de descumprimento da referida Resolução, o Ministério Público poderá apurar a responsabilidade dos agentes respectivos, por efeito do disposto nos arts. 208, caput e § 1°, 212, 213 e 216, todos da Lei n° 8.069/1990, bem como art. 11 e outras disposições da Lei n° 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);
RESOLVE
Declarar nula a decisão administrativa em que se deferiu o registro da candidatura de **Dalila de Paiva Soares Oliveira**, e da decisão na qual esta Comissão declarou a habilitação desta candidata, após a prova de conhecimentos e divulgar os nomes dos candidatos efetivamente habilitados a concorrer o pleito unificado dos membros do Conselho Tutelar.
CANDIDATOS HABILITADOS AO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR
Ana Mônica Oliveira Vieira
Antônia Aparecida Oliveira
Antônia Soares Pereira Paiva
Célia Maria de Miranda
Francisca Itamara Soares Rego
Francisco Mardônio de Sousa
Laís Michelle da Silva Sousa
Manoel do Nascimento Lima
Marcos Felipe Gomes das Chagas
Maria da Conceição de Paiva
Regina Luanna de Paiva Costa
Renata Thays Ribeiro Borges
Romário Nogueira
Shirley Gardenia Ribeiro
Valdenny Paiva Silva

Riacho da Cruz – RN, 05 de setembro de 2019

REGYANA DE PAIVA NUNES
Presidente da CMDCA

Publicado por:
Ciena Maria Paiva Diogenes Rego
Código Identificador:3821F41E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 080/2019- DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB, PARA O BIÊNIO DE 2019 A 2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros **TITULARES** e **SUPLENTES** do Conselho Municipal do **FUNDEB**, para o biênio de 2019 a 2021.

PRESIDENTE: MARIA NILVA DE ARAÚJO
VICE-PRESIDENTE: GENY TEIXEIRA DE LIMA OLIVEIRA

Representantes do Poder Executivo Municipal:
Titular: CARLOS ALBERTO GALDINO FELICIANO JÚNIOR
Suplente: SARA GARDÊNIA DE MEDEIROS BENTO

Representantes do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação:
Titular: GESSICA KELINY XAVIER DE ARAGÃO ALVES FAGUNDES
Suplente: MARIA IVANILDE EDUARDO SANTA ROSA VICTOR
Representantes de Professores da Educação Básica Pública:
Titular: MARIA NILVA DE ARAÚJO
Suplente: MARIA APARECIDA FERREIRA
Representantes de Diretores das Escolas Básica Públicas:
Titular: GENY TEIXEIRA DE LIMA OLIVEIRA
Suplente: IDAMAZIA CARLA FELIPE CATÃO DE MACEDO COSTA
Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas:
Titular: FRANCISCA CICERA XAVIER
Suplente: SANDRA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA
Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica Pública:
Titular: VERONICA SERAFIM MONTEIRO
Titular**:** MARIA GEOVANIA CARDOSO DA SILVA
Suplente: SILVANA ANDRÉ DA SILVA
Suplente: SIMONE CANDIDO DE ARAUJO
Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública:
Titular: ANTONIO LOPES DA SILVA
Suplente: ODAIR MARQUES DOS SANTOS
Representantes de Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado Pela Entidade de Estudantes Secundaristas:
Titular: MARIA DAS DORES DE MEDEIROS
Suplente: FRANCISCO VENICIUS SOARES
Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: PEDRO PAULINO DA SILVA NETO
Suplente**:** SONIA MARIA DA SILVA FERNANDES
Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: CABRINO QUERINO DA SILVA
Suplente**:** JOÃO PAULO EDUARDO SANTA ROSA

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Riachuelo, 05 de setembro de 2019.

MARA LOURDES CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Eduardo Santa Rosa Filho
Código Identificador:1C22C8B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Instituto Técnico – Cientifico de pericia – ITEP/RN - **CNPJ:** 05.067.810/0001-89;
Contratada: Município de Rio do Fogo- **CNPJ:** 01.612.393/0001-57;

Objeto: O Presente Contrato é aquisição, de 200 cédulas de Identidade, sendo adicionadas 100 cédulas destinadas às isenções previstas em lei, e as demais às segundas e terceiras vias, a serem emitidas pela contratada através da realização de Ação, com no dia 10 de setembro de 2019, visando a facilitação da obtenção do documento de identidade pelos cidadãos

Valor Global R$ 6.288,80 (seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos);

Vigência: 04 de setembro de 2019 a 10 de setembro de 2019;
Assinaturas:
Pela contratante: Marcos José Brandão Guimarães- **CPF**: 803.813.081-20 - (Diretor Geral do ITEP);
Pela contratada: Laerte Ney de Paiva Fagundes- **CPF**: 022.831.484-48 - (prefeito municipal);

Rio do Fogo- RN, 04 de setembro de 2019.

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:8B69EEAB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
EXTRATO DE CONTRATO:

CONTRATO Nº: 075/2019 –CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes/RN, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 08.153.819/0001-09, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada a Rua Manoel Nobre, 49, Centro, CEP 59.830-000, Rodolfo Fernandes – RN, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Francisco Wilson de Freitas Rêgo Filho, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 005.958.943-48, RG nº 2.293.550, SSP-PI, residente e domiciliado no Sítio Espera, 6798, zona rural, Município de Rodolfo Fernandes – RN– CONTRATADO: **FRANCIMAR ALVES REGO, brasileiro,** casado, Nutricionista, inscrito no CPF nº 396.336.398-32, Rua Adelino Lucena, 65 , 59830-000, Rodolfo Fernandes/RN, doravante denominado CONTRATADO, que será lotado(a) na **Secretaria Municipal de Saúde,** para o exercício do cargo de **Nutricionista,** com **20 horas semanais** mediante as seguintes cláusulas e condições: Objetivo: O presente contrato tem por finalidade a contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto 37, inciso IX, da Constituição Federal, e autorizado pela Lei Municipal nº 722/2019. Valor: R$ 1.000,00 (um mil reais), mensais. Vigência: O presente contrato terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período. Assinatura: 30 de Agosto de 2019. SIGNATARIOS: Pelo Contratante: FRANCISCO WILSON DE FREITAS RÊGO FILHO, Prefeito Municipal. Pelo Contratado(a): FRANCIMAR ALVES REGO.

Publicado por:
Luiz Kleber Inácio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:EC1BE44D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04090001/19-PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA

A Comissão de Licitação do Município de Ruy Barbosa/RN, nomeada através da PORT. 01/2019, de 02 de Janeiro de 2019, consoante autorização do(a) Sr(a). FRANCISCO FELIPE DA SILVA, Prefeito Municipal, vem abrir o presente processo administrativo para pagamento de custa para vistoria técnica extra da obra do contrato de repasse nº 375.294-73/2011, celebrado entre o município de Ruy Barbosa e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal n 9.648, de 27 de maio de 1998, que permitem tal procedimento, tendo em vista que o valor da compra não ultrapassa os 10% do limite previsto no inciso II, alínea "a", do art. 23, do diploma legal supracitado.

Art. 24 - É dispensável a licitação:

I - OMISSIS

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do Artigo anterior, e pra alienações nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de RUY BARBOSA, atendendo à demanda da(o) Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A escolha da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL se dar pelo o motivo da mesma possuir departamento de engenharia para acompanhamento técnico do desenvolvimento das obras, de maneira a garantir a conformidade da execução dos contratos com os objetivos previamente estabelecidos, haja vista que a CEF é a instituição financeira responsável pelo repasses dos recursos, e a notória especialização dos profissionais no acompanhamento em face as fiscalizações, visto que é norma das entidades.

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no valor total de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), conforme documentos acostados aos autos deste processo.

RUY BARBOSA - RN, 05 de Setembro de 2019.

REGINEIDE MOREIRA BEZERRA
Comissão de Licitação-Presidente

Publicado por:
Maria Nayane Felipe da Silva
Código Identificador:60FCF5C9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04090001/19-EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de RUY BARBOSA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) FRANCISCO FELIPE DA SILVA, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: pagamento de custa para vistoria técnica extra da obra do contrato de repasse nº 375.294-73/2011, celebrado entre o município de Ruy Barbosa e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Favorecido.....: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Valor.....: R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) FRANCISCO FELIPE DA SILVA, Prefeito Municipal.

RUY BARBOSA - RN, 05 de Setembro de 2019.

REGINEIDE MOREIRA BEZERRA
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Maria Nayane Felipe da Silva
Código Identificador:CDAC4523

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05090001/19-PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de RUY BARBOSA, através do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, consoante autorização do(a) Sr(a). FRANCISCO FELIPE DA SILVA, na qualidade de ordenador(a) de despesas, vem abrir o presente processo administrativo para pagamento de taxa para liberação de art do orçamento e fiscalização dos serviços de manutenção de 03 unidades básicas de saúde, localizadas nas comunidades Malhada Grande, Acauã e Gemeleira, zona rural do município de Ruy Barbosa, para assegurar que as atividades ora contratada serão desenvolvidas por profissionais habilitados e qualificados, uma vez que registra a responsabilidade técnica nas obras ou serviços executados
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A inexigibilidade de licitação tem com fundamento o art. 25, caput e parágrafo único do Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente processo administrativo tem por objeto suprir as necessidades do Município de RUY BARBOSA, atendendo à demanda da(o) Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, com fulcro no art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, em obediência ao Princípio da Continuidade do Serviço Público, que por sua vez, viabiliza a contratação em comento, tornando o caso em questão, dentro das exigências requeridas por este dispositivo.

RAZÕES DA ESCOLHA

A escolha recaiu na empresa CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RN/CREA-RN, pois havendo apenas um conselho no ramo, a livre competição que seria auferida pelo o processo, torna-se inviável. Diante disso a inexigibilidade procede, uma vez que as condições para que ela exista, estão contemplado no art. 25, caput da Lei de nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Desta forma, nos termos do art. 25, caput da Lei de nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a licitação é inexigível.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Face ao exposto, a contratação pretendida deve ser realizada com a empresa CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RN/CREA-RN, no valor total de R$ 85,96 (oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), conforme documentos acostados aos autos deste processo.

RUY BARBOSA - RN, 05 de Setembro de 2019.

REGINEIDE MOREIRA BEZERRA
Comissão de Licitação-Presidente

Publicado por:
Maria Nayane Felipe da Silva
Código Identificador:195C6D6F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05090001/19-EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Presidente da Comissão de licitação do Município de RUY BARBOSA, através da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: pagamento de taxa para liberação de art do orçamento e fiscalização dos serviços de manutenção de 03 unidades

básicas de saúde, localizadas nas comunidades Malhada Grande, Acauã e Gemeleira, zona rural do município de Ruy Barbosa, para assegurar que as atividades ora contratada serão desenvolvidas por profissionais habilitados e qualificados, uma vez que registra a responsabilidade técnica nas obras ou serviços executados.

FAVORECIDO.....: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RN/CREA-RN.

VALOR.....: R$ 85,96 (oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo(a) Sr.(a) FRANCISCO FELIPE DA SILVA, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

RUY BARBOSA - RN, 05 de Setembro de 2019.

REGINEIDE MOREIRA BEZERRA
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Maria Nayane Felipe da Silva
Código Identificador:743FD57E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº PP016/2018 SRP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20180066 - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Originada no Processo Licitatório Pregão Presencial 016/2018, Objeto: **Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo cotação, fornecimento, emissão, remarcação e cancelamento, para atendimento às diversas Secretarias, órgãos e setores da Administração Municipal de Ruy Barbosa/RN.** Vigência: 05/12/2018 a 05/12/2019. Empresa(s) vencedora(s): EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA, C.N.P.J. nº 10.477.835/0001-90. O MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA/RN, através do Departamento de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações abaixo:

Empresa: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA; C.N.P.J. nº 10.477.835/0001-90, estabelecida à Av. Prudente de Morais, nº 4283, sl 105, Lagoa Nova, Natal RN.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	RAV - REMUNERAÇÃO DA AGÊNCIA DE VIAGEM	20	UNIDADE	198,00	3.960,00

Ruy Barbosa/RN, 05 de Setembro de 2019.

DANILO RODRIGUES BARRETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Danilo Rodrigues Barreto
Código Identificador:04980393

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04090001/19-TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) empresa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referente à pagamento de custa para vistoria técnica extra da obra do contrato de repasse nº 375.294-73/2011, celebrado entre o município de Ruy Barbosa e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, pelo valor total de R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). REGINEIDE MOREIRA BEZERRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

RUY BARBOSA - RN, 05 de Setembro de 2019.

FRANCISCO FELIPE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Nayane Felipe da Silva
Código Identificador:5187C4DE

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05090001/19--TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

O Ordenador de Despesas da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da empresa CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RN/CREA-RN, visando pagamento de taxa para liberação de art do orçamento e fiscalização dos serviços de manutenção de 03 unidades básicas de saúde, localizadas nas comunidades Malhada Grande, Acauã e Gemeleira, zona rural do município de Ruy Barbosa, para assegurar que as atividades ora contratada serão desenvolvidas por profissionais habilitados e qualificados, uma vez que registra a responsabilidade técnica nas obras ou serviços executados, pelo valor total de R$ 85,96 (oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), vem RATIFICAR a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

RUY BARBOSA - RN, 05 de Setembro de 2019.

FRANCISCO FELIPE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Nayane Felipe da Silva
Código Identificador:2C454F27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE Nº 051/2019 - SMA

Ruy Barbosa, 05 de setembro de 2019.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 001/2013, de 28 de fevereiro de 2013, considerando a necessidade de deslocamento de pessoal para resolução de interesses da Municipalidade,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1/2 (meia) diária no valor total de R$ 160,00 (cento e sessenta reais) para o Senhor Alanderson Leonardo Fernandes Pontes, portador do CPF nº 062.123.534-252 para participar de AUDIENCIA DE COOPERAÇAO E CONCILIAÇAO referente ao processo nº 0808207-32.2019.4.05.8400 AÇAO CIVIL PÚBLICA CÍVEL aprazada para o dia 09 de setembro de 2019 às 14:30 horas, na sala de Audiências da 4ª Vara Federal, Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, Natal/RN

Publique-se e Cumpra-se.

MARIA MARY MÉRCIA FELIPE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danilo Rodrigues Barreto
Código Identificador:FCA077BA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 1821/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, na forma que específica, e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Santa Cruz/RN**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, o crédito adicional suplementar no valor de R$ 298.000,00 (Duzentos e noventa e oito mil reais), mediante a suplementação da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária corrente, permitindo a inclusão ao respectivo projeto/atividade, nova fonte de receita, conforme especificação contida na tabela I anexa.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas na tabela II.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Cruz/RN, 23 de agosto de 2019.

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito Municipal

RELAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER SUPLEMENTADA, QUANTO A FONTE DE RECEITA

Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Tabela I

Unid. Orçamentária	2.141 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Função	23 – Comércio e Serviços
Programa	695 – Turismo
Projeto/Atividade	**2126 – Construção do Teleférico ligando a Matriz ao Complexo Religioso de Santa Rita de Cássia**
Elemento	4.4.90.51 – Obras e Instalações
Valor/R$	R$ 298.000,00
Fonte de Recursos	Vinculada: 19300000 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos
Valor Total R$	298.000,00

RELAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER ANULADA, QUANTO A FONTE DE RECEITA

Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Tabela II

Unid. Orçamentária	2.141 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Função	23 – Comércio e Serviços
Programa	695 – Turismo
Projeto/Atividade	**2126 – Construção do Teleférico ligando a Matriz ao Complexo Religioso de Santa Rita de Cássia**
Elemento	4.4.90.51 – Obras e Instalações
Valor/R$	R$ 298.000,00
Fonte de Recursos	Vinculada: 15100000 – Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União
Valor Total R$	298.000,00

IVANILDO FERREIRA LIMA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:15AB2435

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1290/2019

Portaria de diária nº 1290/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1 (uma) diária ao Sr. **MANOEL THOME DE MACEDO NETO**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 80,00 (oitenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Para transportar paciente até o Pronto Socorro Clovis Sarinho, no dia 31 de Agosto de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:D1D817EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1291/2019

Portaria de diária nº 1291/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade como Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1 Conceder ½ (meia) diária a Sra. **MARCOS ANTONIO DA SILVA** servidor deste município, ocupante do cargo de **TEC. DE ENFERMAGEM, com matrícula Nº 2237**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Parnamirim/RN. Com o objetivo de acompanhar paciente até o Hospital Dioclecio Marques, no dia 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:15C904DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1292/2019

Portaria de diária nº 1292/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Centro de Diálise, no dia 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:3FE60C57

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1293/2019

Portaria de diária nº 1293/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Centro de Diálise, no dia 04 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:E99C0451

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1294/2019

Portaria de diária nº 1294/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Assú/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Centro de Diálise, no dia 06 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:1DA0DA92

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1295/2019

Portaria de diária nº 1295/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de transportar o paciente até o Clinica do Rim, no dia 03 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:70210B1D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1296/2019

Portaria de diária nº 1296/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **JOSÉ RAFAEL TOMAZ DE MEDEIROS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 30,00 (trinta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Caicó/RN. Com o objetivo de transportar o paciente para Clinica do Rim LTDA, no dia 05 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:576D6389

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1297/2019

Portaria de diária nº 1297/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder 1/2 (meia) diária ao Sr. **ERISVAN RODRIGUES DA SILVA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA, com matricula nº 298**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Mossoró/RN. Com o objetivo de transportar paciente até a Maternidade Almeida Castro, no dia 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:59975431

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1298/2019

Portaria de diária nº 1298/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **GILVANILSON RODRIGUES DE MATOS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA.** Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN.Com o objetivo de transportar paciente para procedimentos específicos de Saúde, no dia 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:857817DD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1299/2019

Portaria de diária nº 1299/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **GILVANILSON RODRIGUES DE MATOS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA.** Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN.Com o objetivo de transportar paciente para procedimentos específicos de Saúde, no dia 03 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:D1D05967

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1300/2019

Portaria de diária nº 1300/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **GILVANILSON RODRIGUES DE MATOS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA.** Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN.Com o objetivo de transportar paciente para procedimentos específicos de Saúde, no dia 04 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:6992FD57

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1301/2019

Portaria de diária nº 1301/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **GILVANILSON RODRIGUES DE MATOS**, servidor deste município, ocupante do cargo de

MOTORISTA. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN.Com o objetivo de transportar paciente para procedimentos específicos de Saúde, no dia 05 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:E7CE39D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1302/2019

Portaria de diária nº 1302/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **GILVANILSON RODRIGUES DE MATOS**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA.** Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN.Com o objetivo de transportar paciente para procedimentos específicos de Saúde, no dia 06 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:855B587A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO N° 1241/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO 1241/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RNvem por meio deste**TORNAR SEM EFEITO**a Portaria n.º 1241/2019-Gabinete do Prefeito, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, na Edição n.º 2092 do dia 28 de Agosto de 2019.

Santana do Matos/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:96066CA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO N° 1242/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO 1242/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RNvem por meio deste**TORNAR SEM EFEITO**a Portaria n.º 1242/2019-Gabinete do Prefeito, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, na Edição n.º 2092 do dia 28 de Agosto de 2019.

Santana do Matos/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:D09BF43F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO N° 1243/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO 1243/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RNvem por meio deste**TORNAR SEM EFEITO**a Portaria n.º 1243/2019-Gabinete do Prefeito, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, na Edição n.º 2092 do dia 28 de Agosto de 2019.

Santana do Matos/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:F2E61EE7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO N° 1244/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO 1244/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RNvem por meio deste**TORNAR SEM EFEITO**a Portaria n.º 1244/2019-Gabinete do Prefeito, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, na Edição n.º 2092 do dia 28 de Agosto de 2019.

Santana do Matos/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:2524B20F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO N° 1289/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEM EFEITO 1289/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RNvem por meio deste**TORNAR SEM EFEITO**a Portaria n.º 1289/2019-Gabinete do Prefeito, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, na Edição n.º 2097 do dia 04 de Setembro de 2019.

Santana do Matos/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:60B9F489

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06061/2019 - DISPENSA Nº 028/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1616/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN;
CONTRATADO: F A DA CUNHA TRANSPORTE (CNPJ Nº 14.022.315/0001-44);
OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, para a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 16.635,75 (dezesseis mil seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos);
VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo, inicia no dia 06 de setembro de 2019 e finaliza em 06 de novembro de 2019;
BASE LEGAL: Lei Federal Lei N° 8.666 de 21 de junho de 1993;

Santana do Matos/RN, dia 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:70BE0B05

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06062/2019 - DISPENSA Nº 028/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1616/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN;
CONTRATADO: LEONARDO CARVALHO DE SOUSA 70000411450 (CNPJ Nº 33.596.857/0001-75);
OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, para a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 3.930,00 (três mil novecentos e trinta reais);
VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo, inicia no dia 06 de setembro de 2019 e finaliza em 06 de novembro de 2019;
BASE LEGAL: Lei Federal Lei N° 8.666 de 21 de junho de 1993;

Santana do Matos/RN, dia 05 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:6DEED73C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02093/2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 042/2018 PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 679/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN;
CONTRATADA: LEONARDO COSTA DOS SANTOS ME (CNPJ nº 11.183.984/0001-00);
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSILIOS DOMESTICOS.
VALOR GLOBAL: R$ 26.763,50 (vinte e seis mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos);
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520/2002*;*
VIGÊNCIA: Termo inicial a subscrição e termo final o dia 31 de dezembro de 2019;

Santana do Matos/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:C658101A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONVOCAÇÃO – DISPENSA 041/2019 - REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO MSM/RN N° 2723/2019

Viemos convocar os representantes legais das empresas: **F A DA CUNHA TRANSPORTES - ME** (CNPJ: 14.022.315/0001-44); **JOSEILDO FREITAS DE SOUZA 04823881451** (CNPJ: 19.838.451/0001-20); **JOSE GARIBALDE GUIMARAES - ME** (CNPJ: 30.686.862/0001-80) e **FRANCISCO JAILTON PAZ DE ASSUNCAO 05409354419** (CNPJ: 31.828.655/0001-86), para comparecerem à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, no prazo de até cinco (05) dias da publicação desta, visando a assinatura dos Contratos Administrativos, oriundos da DISPENSA EMERGENCIAL 041/2019, destinados a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR**.

Santana do Matos/RN, 05 de setembro de 2019

Atenciosamente,

GIRLENE MARIA DE VASCONCELOS LEITE
Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:E25242DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO E VÁLVULAS REGULADORAS PARA CILINDROS DE OXIGÊNIO E FLUXÔMETRO

A **Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças do Município de Santana do Matos/ RN**, através do Setor de Compras, torna pública a solicitação de cotação de preços para a **AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO E VÁLVULAS REGULADORAS PARA CILINDROS DE OXIGÊNIO E FLUXÔMETRO** para atender as necessidades da administração municipal, a qual poderá ser fornecida até cinco (03) dias após a publicação desta na imprensa oficial do Município – FEMURN, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, das 07:00 às 13:00 horas, de terça a sábado, ou pelo **e-mail: comprassm17@gmail.com**.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD
1	OXIGÊNIO MEDICINAL 1M³	UND	60
2	OXIGÊNIO MEDICINAL 4M³	UND	36
3	OXIGÊNIO MEDICINAL 10M³	UND	420
4	VÁLVULA REGULADORA PARA CILINDROS DE OXIGÊNIO COM FLUXÔMETRO	UND	15

Santana do Matos/RN em, 04 de Setembro de 2019.

GIRLENE MARIA DE VASCONCELOS LEITE
Sec. de Administração

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:86BC4645

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 0299/2019

PORTARIA Nº 0299/2019 DE 30 DE AGOSTO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Decreto Municipal nº 905 de 04 de Janeiro de 2016, que dispôs sobre a nomeação de 05 (cinco) Conselheiros Tutelares e 05 (cinco) Conselheiros Suplentes para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescentes de acordo com o § 4º do artigo 27 da Lei Municipal nº 335/2004.
Considerando o Edital de Convocação nº 002/2019, na qual dispôs sobre a convocação de suplente para o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescentes da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó – RN
RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, para o cargo de Conselheira Tutelar em caráter provisório do Município de Santana do Seridó – RN.

NOME	CARGO
CLARISSA ELISAMA DE OLIVEIRA	Conselheira Tutelar

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Santana do Seridó - RN, em 30 de agosto de 2019.

HUDSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:215F9002

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO DE DESPESA N° 026/19 - PMSS

PROCESSO N° 05090008/2019 – Gabinete do Prefeito

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN

CONTRATADO: QUEIROZ MEDEIROS & COSTA ADVOGADOS.

OBJETO: Contratação de profissional especializado em atuação na seara do Direito Público, objetivando compelir a União Federal a efetuar os repasses das cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) com base no Produto Bruto da Arrecadação, sem a incidência dos descontos oriundos de incentivos fiscais.

VALOR: 20% (vinte por cento) incidente sobre a diferença do FPM a ser recebida a maior pelo Município a cada mês.

BASE LEGAL: art. 25, II, C/C o art. 13, III. da Lei 8.666/93 e suas alterações.

RECONHECIMENTO: Em 05/09/2019. Raimundo Galdino da Silva Filho – CPF: 403.512.114-20

RATIFICAÇÃO: Em 05/09/2019

HUDSON PEREIRA DE BRITO
CPF N° 155.925.454-87
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:A7D59BD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN

DISPENSA N° 074/19 - PMSS

PROCESSO N° 05080091/2019 – Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN. CNPJ: 08.088.274/0001-13

CONTRATADO: CONSTRUTORA M & SILVA– CNPJ: 29.779.461/0001-96

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação em paralelepípedo da Rua Cândida Maria de Macedo, conforme Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, Planta Baixa, Cronograma Físico Financeiro e Planilha Orçamentária em anexo, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

VALOR GLOBAL: R$ 25.337,41 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos)

BASE LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

RECONHECIMENTO: Em 05/09/2019 - *Hudson Pereira de Brito* - CPF N° 155.925.454-87

RATIFICAÇÃO: Em 05/09/2019

HUDSON PEREIRA DE BRITO
CPF N° 155.925.454-87
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joelaine Carla Alves Dantas
Código Identificador:36ECF821

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 900/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade da devida avaliação e acompanhamento dos contratos firmados entre o Poder Executivo do Município de Santo Antônio e as demais pessoas físicas ou jurídicas;

CONSIDERANDO a observância ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. FRANCINALDO TARQUÍNIO DA SILVA, inscrito no CPF: nº 036.626.714-09 e portador do RG 1.828.095, ocupante do cargo público de **CHEFE DE DIVISÃO DO ALMOXARIFADO**, para exercer as atribuições de **GESTOR DE CONTRATOS** da Administração Geral do Poder Executivo do Município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 01 de Agosto de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:7A254F0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 901/2019 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade da devida avaliação e acompanhamento dos contratos firmados entre o Poder Executivo do Município de Santo Antônio e as demais pessoas físicas ou jurídicas;

CONSIDERANDO a observância ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. IRAMAR ANTONIO DA SILVA, inscrito no CPF: nº 444.622.714-91 e portador do RG 001.047.908-SSP/RN, servidor público municipal, ocupante do cargo público de **COORDENADOR GERAL DO SETOR DE COMPRAS**, para exercer as atribuições de **FISCAL DE CONTRATOS** da Administração Geral do Poder Executivo do Município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antonio/RN, 01 de Agosto de 2019.

JOSIMAR CUSTÓDIO FERREIRA
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:CC87D25B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 016/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2019
PROCESSO Nº. 120207/2019
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), o município de SÃO BENTO DO TRAIRI/RN, com sede à Rua Theodorico Bezerra, 90, Centro, nos termos da Lei n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 012/2019.** Resolve registrar os preços/descontos objetivando futura e eventual aquisição de peças automotivas destinadas à frota deste município de São Bento do Trairi/RN, tendo sido os referidos descontos oferecidos pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi e/ou foram classificada(s) em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA I – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças automotivas, destinados à manutenção da frota de veículos deste município de São Bento do Trairi/RN.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2 – Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os produtos licitados podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo assegurado, no entanto, ás detentoras do registro preferência em igualdade de condições.

2.3 – Ocorrendo qualquer das hipóteses no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, sem que deste fato resulte multa para a administração.

CLAUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1 – A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Transportes e demais órgãos do município, quando for o caso.

Poderá ainda, utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a Promitente Contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

Parágrafo Primeiro: Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Presente Ata, deverão manifestar seu interesse junto a Promitente Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação;

Parágrafo Segundo: Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Promitente Contratante;

Parágrafo Terceiro: As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IV – DOS DESCONTOS
4.1 – A DETENTORA entregará o material objeto do presente registro de preços com base nos seguintes descontos ofertados e registrados:

DETENTORA: I L DE AGUIAR SANTOS - ME
CNPJ: 28.802.384/0001-85

Lote	Descrição	Observações	Percentual %
01	Peças para veículos a gasolina e álcool.	Peças automotivas originais ou genuínas e novas, conforme a marca do veículo.	10%
02	Peças para veículos à Diesel (médio e grande porte)	Peças automotivas originais ou genuínas e novas, conforme a marca do veículo.	08%
03	Peças para máquinas e implementos agrícolas	Peças automotivas originais ou genuínas e novas, conforme a marca do veículo.	08%

4.2 – O valor estimado do presente registro é de R$ 252.000,00 (duzentos cinquenta e dois mil reais) em virtude da necessidade do atendimento na manutenção da frota de veículos deste Município.

4.3 – O valor oriundo do(s) futuro(s) contrato(s) poderá ainda ser alterado observando-se os limites de até 25% (vinte e cinco por cento) previstos em lei (Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93).

4.4 – Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observados os descontos, a originalidade dos produtos ofertados pela detentora no Pregão Presencial Nº 012/2019, que a precedente integra o presente instrumento de compromisso.

4.5 – Havendo alteração na lista/catálogo dos preços das peças e acessórios dos respectivos fabricantes, a detentora deverá fornecer tabela atualizada.

CLÁUSULA V – DO PRAZO DE ENTREGA DO PAGAMENTO E DAS RESPONSABILIDADES:
5.1 – O objeto da presente Ata será solicitado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Transportes através de Ordem de Compras, emitida pelo setor competente sendo entregue no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis prorrogáveis a contar da ordem de compra.

5.2 – Os produtos ora licitados deverão ser entregues nas seguintes condições: peças e acessórios novos, originais e genuínos, conforme a marca do veículo, não sendo admitido, de forma alguma, produtos remanufaturados, recondicionados ou usados.

5.3 – A partir da entrega, o objeto, ou fração do mesmo, será recebido em caráter provisório, devendo ser submetido a controle de qualidade e avaliado sua conformidade com as especificações constantes deste instrumento e seus anexos, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

5.4 – Na hipótese de rejeição do objeto recebido, o mesmo deverá ser recolhido pela detentora no prazo de 72 (setenta e duas) horas da comunicação pela Prefeitura de São Bento do Trairi/RN. Após esse prazo a referida Prefeitura, reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à detentora, com frete e pagar, procedendo-se a sua troca no prazo de 48 horas podendo ainda a Administração proceder ao cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços.

5.5 – Decorridos a devida apreciação dos produtos, e não havendo impugnação por parte da Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, o objeto será tido como recebido em caráter definitivo.

5.6 – O recebimento em caráter definitivo não retira da detentora a responsabilidade sobre o produto oferecido que, se apresentar qualquer irregularidade, será devolvido, sujeitando-se a mesma detentora, ainda, às penalidades previstas neste instrumento e na lei.

5.7 – O pagamento do objeto fornecido será efetuado mediante as disposições contidas no Item 19 (DO CRONOGRAMA FINANCEIRO) do Edital.

5.8 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo do pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizada.

5.9 – Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.10 – Cada fornecimento deverá ser enviado juntamente com a nota fiscal, a qual ficará arquivada na Secretaria Municipal de Finanças.

5.11 - Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo único e exclusivamente da detentora.

5.12 - Da nota fiscal deverá constar o numero da conta corrente do licitante, banco, e numero da agencia para fins de pagamento**.**

5.13 – As notas fiscais deverão ser emitidas separadamente, observando as especificações dos veículos constantes em cada lote.

CLAUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
6.1 - As despesas decorrentes deste instrumento serão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Município. Elemento de despesa "3.3.90.30 – Material de Consumo". Ação 2111 - Manut. das Ativ. da Sec. Municipal de Transportes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES
7.1 - Caso a CONTRATADA deixe de atender a solicitação/notificação da CONTRATANTE, no tocante à regularização da qualidade dos produtos e/ou execução dos serviços, por uma vez, será advertida. Havendo reincidência, será advertida e lhe será imputada uma multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado. Havendo a terceira vez, sem que haja solução, o Contrato de Prestação de Serviços será rescindido e a CONTRATADA será considerada inidônea no âmbito municipal pelo período de 02 (dois) anos.
Por dia de atraso no tocante à regularização acima descrita, à CONTRATADA será imputada uma multa de 1% (um por cento) do valor global contratado, ao dia, limitado a 10 (dez) dias. A partir desse prazo, permanecendo a falha sem justificativa cabível, haverá a rescisão contratual e será imputada uma multa de 10% (dez por cento) do valor total contratado, sendo a CONTRATADA considerada inidônea no âmbito municipal pelo período de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1 – A inexecução total ou parcial na entrega do objeto ensejará no cancelamento da presente Ata, bem como nos casos previstos no art. 78 e 79 da Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores, sem que desse fato decorra multa para a Administração.

CLÁUSULA IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1 – Integram esta Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão Presencial Nº 012/2019, seus anexos, proposta da(s) retro qualificada (s), classificada em 1º lugar no certame supra mencionado.

9.2 – Fica eleito o foro, da Comarca de Santa Cruz/RN, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 10.520/2002 e, subsidiariamente pela Lei 8.666, de 21 de julho de 1993.

Por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, para um só efeito.

São Bento do Trairi/RN, 05 de setembro de 2019.

Pelo Município de São Bento do Trairí/RN	Pelo Detentor do(s) Preço(s) Registrado(s)
JOSÉ ARACLEIDE DE ARAÚJO	***IVIS LEVI DE AGUIAR SANTOS***
Prefeito de São Bento do Trairí/RN	Titular/Empresário
CPF: 664.168.414-87	CPF: 009.176.854-31

Publicado por:
Rafael dos Santos Matias
Código Identificador:B243AE14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO

(CELEBRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

O Município de São Francisco do Oeste/RN convoca as empresas ***F WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI (07.055.280/0001-84), PHOSPODONT LTDA (04.451.626/0001-75), PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA (01.722.296/0001-17), RDF - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (12.305.387/0001-73)*** *e* ***ALPHAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (33.379.154/0001-95),*** *para assinatura da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação instaurada através do Pregão Presencial nº 016/2019.*

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

São Francisco do Oeste/RN, 05 de setembro de 2019

JOÃO PAULO FERREIRA DE MORAES
Pregoeiro

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:E7976BE4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 106/2019

São Francisco do Oeste/RN, 04 de Setembro de 2019.

Dispõe acerca da nomeação dos membros da comissão especial para eleger Letra para Compor o Hino Oficial do Município de São Francisco do Oeste/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE – Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 65, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO A necessidade da criação do Hino com interesse de Manifestar o espírito cívico de amor ao Município de São Francisco do Oeste-RN, reafirmando através da Letra a importância da preservação das suas tradições, religiosidade, suas culturas, belezas naturais, seu povo, origem e sua economia.

RESOLVE:
Art. 1º- Nomear os Membros da Comissão Especial para eleger a letra do Hino Oficial.

Representantes de Professores:
Genisa Lima de Sousa Raulino - CPF: 736. 944. 284-53
Antônia Nilciene da Silva - CPF: 056.453.324-66

Representantes de Escritores:
Antônio Aldair Neto - CPF: 970.579.674-20
Manoel Guilherme de Freitas - CPF: 785.653.324-20

Representantes de Compositores e Cantores:
Júlio Cesar Souza Araújo - CPF: 016.778.174-02
Francisco Herico Soares Maia - CPF:057.123.594-80

Representante dos Estudantes:
Antônia Iara Pereira Silva - CPF: 706.989.234-99

Representantes das Igrejas:
Maria Jose Ferreira Morais - CPF:229.943.004-00
Jaanay de Souza Santos - CPF:127.227.624-47

Representante dos Vereadores:
Cicero Gomes de Freitas - CPF: 229.950.644-68

Presidente: Antônia Nilciene da Silva

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Palácio José Raimundo de Freitas – Gabinete do Prefeito de São Francisco do Oeste/RN, 04 de Setembro de 2019

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:D50F2909

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste convida a população em geral para participar da Audiência Pública que tem como objetivo eleger a letra que irá compor o hino municipal, a ser realizada no próximo dia 10 de Setembro de 2019, às 10:00 horas, no auditório da sede da Prefeitura, Endereço: Rua São Francisco, nº 64 – Centro, São Francisco do Oeste –RN. Será um momento importante onde os Oestenses terão a oportunidade de manifestar o espirito cívico de amor ao município, reafirmado através da letra do hino a importância da preservação das suas tradições, sua religiosidade, a cultura, belezas naturais, seu povo, a origem e sua economia.

LUSIMAR PORFIRIO DA SILVA
Prefeito Municipal

GISELY PORFÍRIO CAVALCANTE
Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Recursos Humanos

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:FB03F2A8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
ERRATA DA PORTARIA DE DIARIAS Nº 141/2019

ERRATA DA PORTARIA DE DIARIAS Nº 141/2019 – PUBLICADA EM 05 DE AGOSTO DE 2019.

ERRATA:

Onde se lê:
"São João do Sabugi/RN, 28 de julho de 2019."
Leia-se:
"São João do Sabugi/RN, 01 de julho de 2019."

MIRIAM DE MEDEIROS ALENCAR
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:33E0241B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA NOMEAÇÃO DE CARGO PÚBLICO DE CARÁTER EFETIVO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS

Interessado(a): CLEOPATRA CARLA ALVES DE MEDEIROS
Assunto: NOMEAÇÃO PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO

PARECER

Trata o presente processo de verificação de documentação exigida para nomeação de cargo público de caráter efetivo dos candidatos aprovados e convocados em concurso público, homologado em 04 de abril de 2016.

Após nova análise realizada pela Comissão instituída pela Portaria nº 032/2019-MSJS, verificou-se que o presente processo está devidamente instruído com os documentos exigidos no Anexo I do Vigésimo Segundo Edital de Convocação publicado no Diário da FEMURN no dia 30/07/2019.

No entanto, em relação ao requisito de não cumulação ilegal de cargos, cabe mencionar que a interessada anexou publicação de portaria do Município de Patos declarando vacância do cargo de Auxiliar de Cozinha.

Sendo assim, e considerando que vacância de cargo público é um instituto que permite o retorno do servidor mediante recondução ao órgão ou entidade de origem durante determinado período de tempo,ressalvamos que a cumulação de cargos deverá ser novamente analisada quando da avaliação de estágio probatório pela Comissão competente.

Desse modo, somos de parecer favorável à devida nomeação do(a) candidato(a) supra citado(a), em conformidade com a Lei Complementar nº 001/2001.

São João do Sabugi/RN, 05 de setembro de 2019.

ALEXANDRE MEDEIROS DOS SANTOS
Membro da Comissão

IVANALDA ALMEIDA DOS SANTOS
Membro da Comissão

MARIA ROSA ARAÚJO DE MEDEIROS
Membro da Comissão

Publicado por:
Maria Rosa Araújo de Medeiros
Código Identificador:130BDE06

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 38/2019-SMA

São José do Campestre/RN, 05 de setembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com a Lei Municipal nº 791 de 01 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 5 (cinco) diárias sem pernoite, ao valor unitário de R$ 50,00 (cinquenta reais), para a Senhora **Mayara Camilla Soares**, ocupante do cargo de Supervisora do Programa Criança Feliz do Município, nos dias 09, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 2019, para se deslocar a cidade de Santa Cruz/RN, quando a mesma participará da Capacitação do Guia da Visita Domiciliar versão revisada e atualizada de Supervisores do Programa Criança Feliz.

Publique-se e Cumpra-se.

FERNANDO FRANCISCO DA CRUZ
Secretário de Administração do Município de São José do Campestre/RN

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:A2DE86BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 009/2019

O Presidente da Comissão de licitação do Município de São Jose do Campestre-RN, em cumprimento da ratificação procedida pelo(a) Gestor(a) da(o) Do Município de São Jose do Campestre-RN, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO.....,.....: Contratação de Assessoria Jurídica especifica para elaboração de projeto de emenda a Lei Orgânica do Municipio de caráter de revisão, em especial, quanto ao processo legislativo; para normatizar o processo administrativo no que tange ao princípio administrativo do devido processo legal; analisar recursos humanos no âmbito da administração; e contribuir com as organizações da sociedade civil, quanto aos marcos legais para interagir com a administração pública, contribuir com os controles das políticas públicas e programas públicos.

FAVORECIDO.....: BORGES E RENOVATO ADVOGADOS S/C – EPP, CNPJ: 06.925.876/0001-25.

VALOR .....: R$ 3.500,00 (TRÊSMIL E QUINHENTOS REAIS) Mensais, perfazendo um valor Total de R$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Art. 25, inciso II, c/c Art 13, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo(a) Sr.(a) Joseilson Borges da Costa, na qualidade de ordenador(a) de despesas.

São Jose do Campestre-RN 05 de setembro de 2019

JOSEILSON BORGES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:F42649D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
PORTARIA Nº 018/2019 – SMED

Dispõe sobre a nomeação do Presidente do Conselho Municipal do Fundeb.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE - RN, usando das atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº 755/2017**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **Ana Claudia da Silva Gomes** como Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - CACS/FUNDEB do município de São José do Campestre – RN, para o biênio 2019/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São José do Campestre – RN, 05 de Setembro de 2019.

ANÔNIMO ROMÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação e Desportos
Port. 008/2019

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:B422DAF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
PORTARIA Nº 019/2019 – SMED

Dispõe sobre a nomeação do Vice -Presidente do Conselho Municipal do Fundeb.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE - RN, usando das atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº 755/2017**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **Albanísia Cardoso da Silva Oliveira** como Vice-Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - CACS/FUNDEB do município de São José do Campestre – RN, para o biênio 2019/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São José do Campestre – RN, 05 de Setembro de 2019.

ANÔNIMO ROMÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação e Desportos
Port. 008/2019

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:1A63D1C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2019 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2018 (PROC. ADMINISTRATIVO MSJS/ RN Nº 1806040108 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018)

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL; OSC: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO E PROTEÇÃO AO IDOSO – API, INSCRITA NO CNPJ Nº 08.253.930/0001-69; OBJETO: aditamento do Termo de Colaboração destinado à execução de projeto de ACOLHIMENTO AO IDOSO; VALOR ANUAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); VIGÊNCIA: 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020; SUBSCRITORES: Maria Dalva Medeiros de Araújo – Prefeita Municipal/ Francisco Assis dos Santos Júnior - Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social/ Rubiano Batista de Araújo- Presidente da API.

***Republicação por incorreção**

São José do Seridó / RN, 29 de julho de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:1DAE19F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2019 REFERÊNCIA: CONTRATO Nº. 067/2017, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, através da Prefeitura Municipal, com sede administrativa na Rua Padre Tertuliano Fernandes, 46 – centro – São Miguel-RN, inscrita no CNPJ 08.355.463/0001-88, neste ato representada pelo Sr. Prefeito José Gaudêncio Diógenes Torquato, portadora da cédula de identidade RG n.º 003.121.782 SSP/RN e inscrita no CPF sob o nº 199.228.684-15, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a empresa BRISANET Serviços de Telecomunicações LTDA, CNPJ/MF nº 04.601.397/0001-28, com sede à Rodovia CE-138, SN, Cidade de Pereiro, Estado do Ceará, neste ato representada pelo Senhor Josivan Fernandes de Queiroz, portador do RG. N.º 97006008936 SSP/RN e CPF N.º 928.996.923-72, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem aditar o contrato supracitado mediante os termos das cláusulas que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.1 O prazo de vigência do contrato nº 067/2017, previsto em sua cláusula décima, fica prorrogado a contar de 23 de agosto de 2019 até 23 de agosto de 2020.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avencadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento e 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

São Miguel-RN, em 23 de agosto de 2018.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeitura Municipal de São Miguel
Prefeito

BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) _____
2) _____

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:878CFCB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 128 - NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE VALORES IMOBILIARIOS.

PORTARIA N° 128/2019

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE VALORES IMOBILIARIOS.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os membros para compor a COMISSÃO MUNICIPAL DE VALORES IMOBILIARIOS.
I - MANUEL PATRICIO DE ASSIS – Secretario Municipal de Administração
II - FERNANDO CASTRO LIMA NETO – Secretario Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano.
III - BELCHIOR ALVES DE MORAIS – Secretario Municipal de Tributos.

IV – AGILDO ANDRÉ DA CAMARA CRUZ – Fiscal de Tributos

V – JOSE HILDO PEREIRA DA SILVA – Coordenador de Cadastros Imobiliário.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na da data de Publicação com seus efeitos retroativos a 02 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrario. De-se ciência aos interessados

São Miguel do Gostoso/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:27AD6D46

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 129 - ARTICULADOR DO SELO UNICEF

PORTARIA N° 129/2019

NOMEIA O ARTICULADOR DO SELO UNICEF, EDIÇÃO 2017 – 2020.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso/RN, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear: GUSTAVO TAVARES DA SILVA – CPF 708.798.474-84, para ARTICULADOR DO Selo UNICEF, Edição 2017 – 2020, do município de São Miguel do Gostoso/RN.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir da data de Publicação com seus efeitos retroativos a 02 de agosto de 2019, revogadas as disposições em contrario. De-se ciência aos interessados

São Miguel do Gostoso/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:6594ADA6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO (ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO) À CONTRATO REFERENTE INEXIGIBILIDADE 055/2017

Extrato do 2º TERMO ADITIVO (acréscimo de quantitativo) à contrato referente Inexigibilidade 055/2017, firmado entre o município de são Paulo do Potengi e a empresa: LABORATÓRIO LAPAC LTDA-ME. Termo aditivo objetiva o acréscimo de valor ao contrato firmado em 18/09/2017 ao qual foi acrescido 25% nos itens que seguem abaixo com valor de R$ 25.908,94 (vinte e cinco mil novecentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, passando o contrato a ter o valor total de R$ 213.859,89 (duzentos e treze mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos) -

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO MUNICIPAL
Prefeito Municipal.

SÃO PAULO DO POTENGI 19 de agosto de 2019.

Publicado por:
João Maria de Luna
Código Identificador:08A60BCA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 290/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR a cessão da servidora IAPONIRA MICHELLE ANTUNES CAMPOS, Matrícula 714, lotada no quadro da Secretaria Municipal da Administração e dos Recursos Humanos, para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte através do Fórum da Comarca de São Paulo do Potengi/RN, com base nos termos do Convênio nº 072/2016 e aditivo.
Art. 2º A cessão da servidora se dará com ônus ao Município, através da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi, pelo período de 1 (um) ano, a contar do dia 04 de abril de 2019.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:29DCA598

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 291/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR a cessão do servidor EDUARDO SILVESTRE LOPES, Matrícula 744, lotado no quadro do Gabinete do Prefeito, para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte através do Fórum da Comarca de São Paulo do Potengi/RN, com base nos termos do Convênio nº 072/2016 e aditivo.
Art. 2º A cessão do servidor se dará com ônus ao Município, através da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi, pelo período de 1 (um) ano, a contar do dia 04 de abril de 2019.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:3F637472

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 292/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º RENOVAR a cessão da servidora MARIA APARECIDA DE BRITO, Matrícula 641, lotada no quadro da Secretaria Municipal de Saúde, para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte através do Fórum da Comarca de São Paulo do Potengi/RN, com base nos termos do Convênio nº 072/2016 e aditivo.
Art. 2º A cessão da servidora se dará com ônus ao Município, através da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi, pelo período de 1 (um) ano, a contar do dia 04 de abril de 2019.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:6FCE201B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 08

PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO
RESULTADO DO PREGÃO 008/2019

A Pregoeira do Município São Pedro/RN torna público que o **Pregão Presencial N.º 008/2019**, objetivando a **contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria e Apoio Técnico junto a Comissão de Licitações na elaboração de editais e serviços correlatos**, realizado no dia **23 de agosto de 2019** às **09:00 (dez)** teve como vencedor a empresa licitante **A L Neto Assessoria e Serviço - CNPJ - 22.578.262/0001-70,** com o valor **mensal** de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, perfazendo o valor **global** de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)** por um **período** de **03 (três) meses**.

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MARCIANA LOPES DE OLIVEIRA
Pregoeira.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:B306A684

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 08

PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO
ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 008/2019

A Pregoeira do Município São Pedro/RN no uso de suas atribuições legais, adjudica o resultado do **Pregão Presencial N.º 008/2019**, objetivando a **contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria e Apoio Técnico junto a Comissão de Licitações na elaboração de editais e serviços correlatos**, realizado no dia **23 de agosto de 2019** às **09:00 (nove)** horas a empresa licitante **A L Neto Assessoria e Serviço - CNPJ - 22.578.262/0001-70** o valor **global** de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).**

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MARCIANA LOPES DE OLIVEIRA.
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:2D4E1181

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 08

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 008/2019

O Prefeito do Município São Pedro/RN no uso de suas atribuições legais, **homologa** o resultado do julgamento da adjudicação exarada pela pregoeira municipal da licitação na modalidade **Pregão Presencial N.º 008/2019**, objetivando a **contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria e Apoio Técnico junto a Comissão de Licitações na elaboração de editais e serviços correlatos,** em **05 de setembro de 2019** o valor **global** de **R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)** a empresa licitante **A L Neto Assessoria e Serviço - CNPJ - 22.578.262/0001-70.**

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:6263BBE2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO 08

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO 008

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro/RN.
CNPJ: 08.079.915/0001-46.
CONTRATADO: A L Neto Assessoria e Serviço.
CNPJ - 22.578.262/0001-70.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria e Apoio Técnico junto a Comissão de Licitações na elaboração de editais e serviços correlatos.
VALOR GLOBAL: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ.
VIGENCIA: 05 de setembro a 05 de dezembro de 2019.

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:18B264C1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 09

PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO
ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO 009/2019

A Pregoeira do Município São Pedro/RN no uso de suas atribuições legais, adjudica o resultado do **Pregão Presencial SRP N.º 009/2019**, objetivando o **registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores para suprir as demandas da frota de veículos do município de São Pedro/RN**, realizado no dia **30 de maio de 2019** às **09:00 (nove)** horas a empresa licitante **Lojão do Volks Peças e Serviços Ltda. - CNPJ - 35.304.898/0003-38** o valor **global** de **R$ 358.019,32 (trezentos e cinquenta e oito mil dezenove reais e trinta e dois centavos).**

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MARCIANA LOPES DE OLIVEIRA.
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:7272AD26

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 009/2019

O Prefeito do Município São Pedro/RN no uso de suas atribuições legais, **homologa** o resultado do julgamento da adjudicação exarada pela pregoeira municipal da licitação na modalidade **Pregão Presencial SRP N.º 009/2019**, objetivando o **registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores para suprir as demandas da frota de veículos do município de São Pedro/RN,** em **05 de setembro de 2019** o valor **global** de **R$ 358.019,32 (trezentos e cinquenta e oito mil dezenove reais e trinta e dois centavos)** a empresa licitante **Lojão do Volks Peças e Serviços Ltda. - CNPJ - 35.304.898/0003-38.**

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:2F2ECBE7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ARP DO PREGÃO 09

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL SRP 009 2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro/RN.
CNPJ: 08.079.915/0001-46.
CONTRATADO/VALOR:
Lojão do Volks Peças e Serviços Ltda.
CNPJ - 35.304.898/0003-38.
R$ 358.019,32 (trezentos e cinquenta e oito mil dezenove reais e trinta e dois centavos).
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de Pneus, Câmaras de Ar e Protetores para suprir as demandas da frota de veículos do município de São Pedro/RN.
3.3.90.300.00 - Material de Consumo.
VIGENCIA: 05 de setembro de 2019 a 05 de setembro de 2020.

São Pedro/RN, em 05 de setembro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
Prefeito.

Publicado por:
Wellington Terto do Nascimento
Código Identificador:376560A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 016/2019

O Município de SÃO TOMÉ/RN – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, por intermédio do Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que o PREGÃO PRESENCIAL, sob o número 016/2019, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA ATENDER AS DEMANDAS JUDICIAIS E AOS PACIENTES EM TRATAMENTO DE RESTRIÇÃO ALIMENTAR,** com data de abertura para às **14h00min do dia 09 de setembro de 2019**, (segunda-feira), está **SUSPENSO**, em razão de questionamentos apresentados, quanto a especificação dos itens. Logo sanado a situação será republicado nova data para reabertura do mesmo.

Sala da Comissão Permanente de Licitações/EQUIPE DE PREGÃO

Município de São Tomé/RN, em, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ JOSIVALDO DA SILVA
Pregoeiro Oficial/Poder Executivo Municipal de São Tomé/RN

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:2044B648

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO Nº 05 (DA VIGÊNCIA CONTRATUAL)

Contrato nº: 20180001

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE-RN (CNPJ: 08.308.470/0001-29).

Contratado: NEXUS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA -ME, (CNPJ: 11.661.215/0001-70)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA, COM SUPORTE TÉCNICO, DISTRIBUÍDOS EM PONTOS DE ACESSO.

Da Vigência: Prorrogação do objeto com vigência de 07 de setembro de 2019 à 07 de janeiro de 2020.

Programa de trabalho: Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas decorrentes da presente licitação, para o exercício corrente serão arcados pela Lei nº 604/2018 de 21 de dezembro de 2018 e da seguinte dotação do orçamento vigente: 04.122.0005.2005 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – Salário Educação; 3.0.00.00.00 – Despesas Correntes; 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.

Base legal: Pregão Presencial nº 012/2017.

Fundamento Legal: Artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, c/c cláusula sexta do contrato nº 20180001.

Ratificação: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

Data da Assinatura: 05 de setembro de 2019

Assinam:

Pela Contratante: Iracema Pereira de Lima Campêlo – **Prefeita Municipal**

Pela Contratada: Cicero Elson da Silva - NEXUS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES LTDA -ME, (CNPJ: 11.661.215/0001-70).

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B4D7A3AD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2018 – CONTRATO N°: 20190050

ORIGEM.....: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018

CONTRATANTE.....: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (CNPJ: 08.308.470/0001-29).

CONTRATADA(O).....: PAULO DE MEDEIROS - ME (CNPJ: 07.133.548/0001-59)

OBJETO.....: O presente Termo Aditivo objetiva alteração contratual no valor de R$ 5.213,75 (cinco mil, duzentos e treze reais e setenta e cinco centavos), com fulcro no § 1º, alínea "b" do Inciso I do Ar. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR ANTERIOR DO CONTRATO.....: R$ 28.122,85 (vinte e oito mil, cento e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos).

VALOR GLOBAL DO CONTRATO APÓS ADITIVO.....: R$ 33.336,60(trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.....: Os recursos orçamentários para o atendimento das despesas decorrentes do presente aditivo, para o exercício corrente serão arcados pela Lei nº 604/2018 de 21 de dezembro de 2018 e da seguinte dotação do orçamento vigente: 123680025.2.013 Manut. da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino; 123680025.2.015 Manut. do Salário Educação; 154510009.2.011 Manut. da Secr. de Obras e Serv. Urbanos. 3.0.00.00.00 – Despesas Correntes / Elementos de Despesa nº 33903000 (Material de Consumo).

FUNDAMENTO LEGAL..: O presente aditivo encontra embasamento legal no § 1º, alínea "b" do Inciso I do Ar. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e Cláusula Décima Quarta do Contrato nº 20190051.

RATIFICAÇÃO.....: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

DATA DA ASSINATURA.....: 03 de setembro de 2019

ASSINAM:

Pelo contratante:
Iracema Pereira de Lima Campêlo – Prefeita Municipal.

Pelo contratado:
Paulo de Medeiros - PAULO DE MEDEIROS - ME (CNPJ: 07.133.548/0001-59)

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F7457826

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05040001/19 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO - Nº 001/2019 RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Senador Elói de Souza/RN, através de seu Presidente da Comissão de Licitação e conforme Parecer da Engenharia, declara que fica desclassificada a proposta da empresa ROSELY IZABELITA DA COSTA ALVES EIRELI ME, inscrita no CNPJ: 26.421.343/0001-13, com valor de 314.211,59 (trezentos e quatorze mil duzentos e onze reais e cinquenta e nove centavos), por não esta de acordo com as exigência do projeto básico e do edital. Diante do Parecer do Setor de Engenharia, fica declarada vencedora da Tomada de Preço nº 001/2019, a empresa: GIRASSOL CONSTRUÇOES E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.570.061/0001-04, ganhando com o valor de R$ 331.236,46 (trezentos e trinta e um mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), cujo objetivo é a Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação em paralelepípedos e construções de Calçadas da Rua projetada trecho 1, na Zona Urbana do município de Senador Elói de Souza/RN, recursos oriundo do Contrato de Repasse – nº 846365/2017/MCIDADES/CAIXA Processo: 2640.1041210-05/2017. O Parecer Técnico do Setor de Engenharia está franqueado aos interessados de segunda a sexta-feira, das 08:00 as 12:00 horas, na sede do Executivo Municipal. A Comissão Permanente concede o prazo para manifestação de recurso conforme orienta o Art. 109 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, tendo o prazo de 5 dias uteis, para interposição de recursos, a partir da sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 05 de setembro de 2019.

EDINILSON DA CUNHA VILELA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Matrícula nº 090154-7

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:FEE430D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DIA 05_09_2019

Rua Santo Antônio, n° 144 – Centro
CNPJ: 08.168.478/0001-37
CEP: 59.168-000

TERMO DE CONTRATO REMANESCENTE PP SRP Nº 003/2018.

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob o n° 08.168.478/0001-37, com sede nesta cidade de Senador Georgino Avelino/RN, Rua Santo Antônio, n° 144, Centro – Senador Georgino Avelino/RN, CEP: 59.168-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a Sra. **STELA BARBOSA DE SENA**, brasileira, solteira, Professora, portadora da cédula de identidade de n° 713.731 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 414.030.534-72, residente e domiciliada à Rua Santa Luzia, nº 15, Carnaúba – Senador Georgino Avelino/RN, CEP: 59.168-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **A.O.S. SOFTWARE LTDA,** CNPJ: 11.385.898/0001-80, com sede a Av. Senador Salgado Filho, n° 1718, d. Tirol Way Office, Sala 906, Tirol – Natal/RN, CEP: 59.022-000, neste ato representado pelo seu procurador o Sr. **RAPHAEL DE ARAÚJO SILVA**, brasileiro, solteiro, operador de sistemas, portador da cédula de identidade de n° 1.919.050 ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob n.º 100.915.017-09, residente e domiciliado a Rua Paracati, n° 2070, bloco 03, apto. 104, Planalto – Natal/RN, CEP: 59.073-100, doravante denominada **CONTRATADA** referente ao **Pregão Presencial SRP nº 003/2018**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto **À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OBJETIVANDO SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA, COMPREENDENDO CONTABILIDADE, LICITAÇÃO, PATRIMÔNIO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO, COMO TAMBÉM SISTEMA INTEGRADO DE ARRECADAÇÃO, DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO,** conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência do **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor do contrato será de **R$ 3.780,00** (três mil, setecentos e oitenta reais), correspondente à **SERVIÇOS,** indicado na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.
02	Prestação de serviços de locação de software de sistema integrado de arrecadação, perante a Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.	Mês	06	R$ 630,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 003/2018**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito

público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O prazo de vigência do contrato será a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato, **vigendo até 31/12/2019**, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, conforme **inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93**.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/Controladoria Geral para o fornecimento do(s) item(ens) objeto deste edital;

6.1.3. Corrigir o(s) serviço(s) que apresentar defeitos ou em desconformidade;

6.1.4. Solicitar a correção do(s) serviço(s) mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/Controladoria Geral;

6.1.5. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução do serviço objeto deste Certame;

6.1.6. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:

a) salários;

b) seguros de acidentes;

c) taxas, impostos e contribuições;

d) frete;

e) indenizações; e

f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/Controladoria Geral;

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/Controladoria Geral ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do serviço não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO;

6.2.4. Efetuar a execução do objeto conforme fixado na Proposta do Licitante;

6.2.5. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.2.7. **Proceder a execução do serviço sem nenhum problema de operacionalização ou dano e de forma plenamente adequada;**

6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 003/2018**;

6.2.9. O(s) serviço(s) deverá(ao) ser solicitado(s) de acordo com o pedido da Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/Controladoria Geral, obedecendo a necessidade do Município;

6.2.10. O Prazo da execução do(s) serviço(s) será **conforme estipulado no Termo de Referência**, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7. À CONTRATADA caberá, ainda:

7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do(s) serviço(s) ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO
AVELINO/Controladoria Geral;

7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do serviço originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.

7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO.

9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO

10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução do(s) serviço(s) caberá a cada Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA

11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos serão advindos do **Orçamento Geral do Município**, conforme especificação a seguir:

ÓRGÃO: 03 – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0301 – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

PROJETO DE ATIVIDADE: 2.008 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40.00 – Serv. Tecnologia Informações/Comunicações – PJ.

SUBELEMENTO: 3.3.90.40.11 – Locação de Softwares.

FONTE DE RECURSO: 10010000 – Recursos Ordinários.

ÓRGÃO: 12 – Secretaria Municipal de Tributação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1201 – Secretaria Municipal de Tributação.

PROJETO DE ATIVIDADE: 2.075 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Tributação e Arrecadação.

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40.00 – Serv. Tecnologia Informações/Comunicações – PJ.

SUBELEMENTO: 3.3.90.40.11 – Locação de Softwares.

FONTE DE RECURSO: 10010000 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;

12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.

12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos iandimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, juntamente com as Notas Fiscais, conforme o caso, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,0001644
365	365	

TX = Percentual da taxa anual = 6%.
12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes A inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no **art. 65 da Lei 8.666/93**, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 003/2018**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS

18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Arez/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, 01 de JULHO de 2019.

Prefeitura Municipal De Senador Georgino Avelino/RN	A.O.S. Software LTDA
STELA BARBOSA DE SENA	***RAPHAEL DE ARAÚJO SILVA***
Prefeita Do Município De Senador Georgino Avelino/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

TESTEMUNHAS:

1. _____
Doc : _____

2. _____
Doc : _____

Publicado por:
Marcos Antonio Sales
Código Identificador:029DF9EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2019 – PROCESSO Nº. 826.004/2019

A Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores torna público que realizará Processo Licitatório para Contratação de empresa especializada em Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras/serviços de Pavimentação a paralelepípedo pelo Método Convencional, Drenagem Superficial e Calçadas, nas Ruas Serra de São Bento, Rua Serrinha, Rua Serra de Luiz Gomes e Rua Serra das Carnaúbas no Bairro Vista da Serra, Zona Urbana no município de Serra Caiada/RN; nos termos do Contrato de Repasse nº 867204/2018/MCIDADES/CAIXA. Conforme projeto e especificações técnicas. Sessão pública: 09h00 horas do dia 24 de Setembro de 2019. Edital na página www.serracaiada.rn.gov.br; Informações cpl.pmsc@gmail.com e pelo telefone (0**84) 3293-0038

Serra Caiada/RN, 05 de Setembro de 2019.

ABRAHÃO ALLAN MIRANDA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Abrahão Allan Miranda da Silva
Código Identificador:DA81867C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 342/2019 - GP.

PORTARIA Nº 342/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** a Sra. **MARIA GESZILANE VICENTE LIRA**, Matrícula nº 489-8, servidor(a) comissionado(a), ocupante do cargo de Coordenador(a) Geral de Tributos, lotado(a) na Secretaria Municipal de Finanças, Tributos e Compras, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 09/09/2019 a 09/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:CBAC04C6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 343/2019 - GP.

PORTARIA Nº 343/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** ao Sr. **CARLOS ELIABE DA SILVA**, Matrícula nº 461-8, servidor comissionado, ocupante do cargo de Coordenador do PAA, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 16/09/2019 a 15/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:E929444F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344/2019 - GP.

PORTARIA Nº 344/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.
RESOLVE:

Art.1º. **CONCEDER** a Sra. **SIMONE BARBOZA DA SILVA**, Matrícula nº 1288-2, servidor(a) comissionado(a), ocupante do cargo de Coordenador(a) Geral de Vigilância Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, trinta (30) dias Férias Regulamentares referente ao Exercício 2018-2019, no período de 19/09/2019 a 18/10/2019, conforme Art. 84 do Regime Jurídico Único do Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:892460E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 063/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 063/2019, de 05 de setembro de 2019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal de Contrato e Gestor do contrato abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO, que cabe à Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN;
Verificar se a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual;
Acompanhar, fiscalizar e atestar o serviço contratadas;
Indicar eventuais glosas das faturas.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) ANDREZA MOREIRA ALVES, matrícula nº 1331, como Gestor de Contrato do Processo Administrativo nº 121.003/2019 vinculado ao Pregão Presencial nº 013/2019 celebrado com as empresas: T DE S C CARVALHO - ME - CNPJ: 14.465.585/0001-20, para confecção de Próteses Odontológicas total ou parcial, para atender as necessidades do Programa Brasil Sorridente deste município de Serra Caiada/RN.
Art. 2º - Revogar a Portaria de Nomeação de Gestor e Fiscal de Contrato nº 024/2019 de 15 de abril de 2019, publicado no DOM em 16/04/2019, Edição nº 1999, código identificador D4E9B2FB.
Art. 3º - Dê ciência aos interessados.
Art. 4º - Autue-se no processo.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:9B003D8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 064/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 064/2019, de 05 de setembro de 2019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal de Contrato e Gestor do contrato abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO, que cabe à Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93,

acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN;
Verificar se a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual;
Acompanhar, fiscalizar e atestar o serviço contratadas;
Indicar eventuais glosas das faturas.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) ANDREZA MOREIRA ALVES, matrícula nº 1331, como Fiscal de Contrato vinculado ao Pregão Presencial nº 039/2018 celebrado com as empresas: JM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI - ME- CNPJ: 26.690.173/0001-72 e ODONTO MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS HO- CNPJ: 27.029.083/0001-06, para aquisição futura e parcelada de materiais e equipamentos odontológicos para atender as necessidades dos serviços de saúde bucal deste município de Serra Caiada/RN.
Art. 2º - Revogar a Portaria de Nomeação de Gestor e Fiscal de Contrato nº 010/2019 de 21 de janeiro de 2019, publicado no DOM em 22/01/2019, Edição nº 1940, código identificador 7968AAB0.
Art. 3º - Dê ciência aos interessados.
Art. 4º - Autue-se no processo.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:3054EFE7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 065/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 065/2019, de 05 de setembro de 2019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal de Contrato e Gestor do contrato abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO, que cabe à Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN;
Verificar se a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual;
Acompanhar, fiscalizar e atestar o serviço contratadas;
Indicar eventuais glosas das faturas.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) ANDREZA MOREIRA ALVES, matrícula nº 1331, como Gestor(a) de Contrato vinculado ao Pregão Presencial nº 028/2019 celebrado com: LIFEFARMA COMERCIAL DISTRIBUIDORA PRODUTOS HOSPITA – CNPJ: 06.281.452/0001-75, para Aquisição de equipamento do tipo ultrassom para fisioterapia; nos termos da proposta de aquisição n° 11597.116000/1180-01, para atender as necessidades das unidades básicas de saúde do município de Serra Caiada/RN.
Art. 2º - Designar a servidora THAISA MICHELE XAVIER PONTES, matrícula nº0707, como Gestor(a) de Contrato Substituto vinculado ao Pregão Presencial nº 028/2019 celebrado com: LIFEFARMA COMERCIAL DISTRIBUIDORA PRODUTOS HOSPITA – CNPJ: 06.281.452/0001-75, para Aquisição de equipamento do tipo ultrassom para fisioterapia; nos termos da proposta de aquisição n° 11597.116000/1180-01, para atender as necessidades das unidades básicas de saúde do município de Serra Caiada/RN.
Art. 3º - Dê ciência aos interessados.
Art. 4º - Autue-se no processo.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:F28427C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 067/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 067/2019, de 05 de setembro de 2019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal de Contrato e Gestor do contrato abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO, que cabe à Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN;
Verificar se a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual;
Acompanhar, fiscalizar e atestar o serviço contratadas;
Indicar eventuais glosas das faturas.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) FRANÇWISSE MARY GOMES DA S. LIRA, matrícula nº 0401, como Gestor(a) de Contrato vinculado ao Pregão Presencial nº 031/2019 celebrado com: GERALDA BORGES DE MEDEIROS - EPP CNPJ: 01.094.823/0001-96, para fornecimento de refeições (lanches) para atendimento das necessidades do município de Serra Caiada/RN.
Art. 2º - Designar a servidora SORAYA MARIA BEZERRA DA C. DE OLIVEIRA, matrícula nº0017, como Gestor(a) de Contrato Substituto vinculado ao Pregão Presencial nº 031/2019 celebrado com: GERALDA BORGES DE MEDEIROS - EPP CNPJ: 01.094.823/0001-96, para fornecimento de refeições (lanches) para atendimento das necessidades do município de Serra Caiada/RN.
Art. 3º - Dê ciência aos interessados.
Art. 4º - Autue-se no processo.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:19F48DB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 068/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 068/2019, de 05 de setembro de 2019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal de Contrato e Gestor do contrato abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO, que cabe à Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN;
Verificar se a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual;
Acompanhar, fiscalizar e atestar o serviço contratadas;
Indicar eventuais glosas das faturas.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) JOÃO MARIA MOREIRA DA SILVA, matrícula nº 1438, como Gestor(a) de Contrato vinculado ao Pregão Presencial nº 032/2019 celebrado com: FRANCISCO CANINDE VIANA DA SILVA- CPF: 038.325.584- 89 e ANDERSON M A DE OLIVEIRA ME- CNPJ: 15.003.806/0001- 00, para prestação de serviços de veiculação de propaganda volante no território deste município de Serra Caiada/RN.
Art. 2º - Designar o(a) servidor(a) FRANÇWISSE MARY GOMES DA S. LIRA, matrícula nº 0401, como Gestor(a) de Contrato Substituto vinculado ao Pregão Presencial nº 032/2019 celebrado com: FRANCISCO CANINDE VIANA DA SILVA- CPF: 038.325.584- 89 e ANDERSON M A DE OLIVEIRA ME- CNPJ: 15.003.806/0001- 00, para prestação de serviços de veiculação de propaganda volante no território deste município de Serra Caiada/RN.
Art. 3º - Dê ciência aos interessados.

Art. 4º - Autue-se no processo.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:ABD61182

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO Nº 069/2019, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO
PORTARIA Nº 069/2019, de 05 de setembro de 2019.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal de Contrato e Gestor do contrato abaixo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO, que cabe à Poder Executivo Municipal, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Serra Caiada/RN;
Verificar se a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual;
Acompanhar, fiscalizar e atestar o serviço contratadas;
Indicar eventuais glosas das faturas.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) DÉBORA DANIELA SILVA DA CRUZ, matrícula nº 1419, como Gestor(a) de Contrato vinculado ao Pregão Presencial nº 033/2019 celebrado com: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA - ME CNPJ: 10.477.835/0001-90, para contratação futura da prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, endosso e entrega de passagens aéreas e demais serviços correlatos em conformidade com as necessidades do município de Serra Caiada/RN.
Art. 2º - Designar o(a) servidor(a) LUCIMARA COSTA DA SILVA, matrícula nº 1026, como Gestor(a) de Contrato Substituto vinculado ao Pregão Presencial nº 033/2019 celebrado com: EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA - ME CNPJ: 10.477.835/0001-90, para contratação futura da prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento, endosso e entrega de passagens aéreas e demais serviços correlatos em conformidade com as necessidades do município de Serra Caiada/RN
Art. 3º - Dê ciência aos interessados.

Art. 4º - Autue-se no processo.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:A544E64B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 045/2019

PORTARIA Nº 045, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). LIVIA KATIANE DE AZEVEDO LIMA no cargo de, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), LIVIA KATIANE DE AZEVEDO LIMA, no cargo de, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO lotado na Secretaria Municipal de Tributação, constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:A939B5D5

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 046/2019

PORTARIA Nº 046, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). AÉCIO INOCENCIO DA SILVA no cargo de, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR O(A) Sr(a), AÉCIO INOCENCIO DA SILVA, no cargo de, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social. Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:EEC55D16

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 047/2019

PORTARIA Nº 047, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). TARCISIO CLEYTON GALVÃO BEZERRA no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ABASTECIMENTO E SANEAMENTO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR O(A) Sr(a), TARCISIO CLEYTON GALVÃO BEZERRA No cargo de, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ABASTECIMENTO E SANEAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Abastecimento E Saneamento, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:32FD694E

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 048/2019

PORTARIA Nº 048, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). MARIA IZAURA LEITE VERAS no cargo de SECRETÁRIA DO GABINETE DA VICE-PREFEITA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR O(A) Sr(a)., MARIA IZAURA LEITE VERAS No cargo de, SECRETÁRIA DO GABINETE DA VICE-PREFEITA lotado na secretaria do Gabinete do(a). Vice-Prefeito(a) Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:E7D535B9

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 049/2019

PORTARIA Nº 049, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEIA a Comissão Permanente de Licitações - CPL, e dá outras providências

O PREFEITO DE SERRA DO MEL, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro integrante, assim fica constituída a presente Comissão Permanente de Licitações - CPL, da Prefeitura Municipal de Serra do Mel, vigente até 31 de dezembro de 2018.

TITULARES
FRANCISCO NILDO DA SILVA – PRESIDENTE (FG4)
DALIANY MARQUES BEZERRA – MEMBRO (CC8)
IRANILSON LOPES DE SOUZA – MEMBRO (FG4)

Art. 2º - NOMEAR, os servidores abaixo relacionados, para integrarem a suplência da Comissão Permanente de Licitações – CPL, da Prefeitura Municipal de Serra do Mel.

SUPLENTES
NEIRIMAR BARBOSA DA SILVA
PAULO HENRIQUE CIRINO
ANTÔNIA EDNALVA DE OLIVEIRA COSTA

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:CA326E53

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 050/2019

PORTARIA Nº 050, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). CRISTINA MEDEIROS DE LIMA no cargo de, COORDENADORA ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), CRISTINA MEDEIROS DE LIMA, no cargo de, COORDENADORA ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ lotado na Secretaria Municipal do Trabalho Habitação e Assistência Social, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:69FE7050

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 051/2019

PORTARIA Nº 051, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). DANÚBIA ALVES MARTINS no cargo COORDENADORA ADMINISTRATIVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), DANÚBIA ALVES MARTINS, no cargo de, COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:CBBF5FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 052/2019

PORTARIA Nº 052, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). CREUSA FRANCIELE FERREIRA DA COSTA, no cargo, COORDENADORA ADMINISTRATIVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), CREUSA FRANCIELE FERREIRA DA COSTA, no cargo de, COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:2A2DEE02

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 053/2019

PORTARIA Nº 053, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). LUZIA ANTONIA DE BRITO, no cargo, COORDENADORA ADMINISTRATIVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), LUZIA ANTONIA DE BRITO no cargo, COORDENADORA ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito.

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:C68C3E72

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 054/2019

PORTARIA Nº 054, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). FRANCISNILTON MOURA no cargo, ASSESSOR JURÍDICO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), FRANCISNILTON MOURA No cargo ASSESSOR JURÍDICO ESPECIALIZADO – ADMINISTRAÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:21A34B42

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 055/2019

PORTARIA Nº 055, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). FERNANDO REGIANALDO NORONHA no cargo, ASSESSOR JURÍDICO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), FERNANDO REGINALDO NORONHA No cargo ASSESSOR JURÍDICO ESPECIALIZADO – SAÚDE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:4A497684

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 056/2019

PORTARIA Nº 056, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). JOSÉ NILSON DA COSTA JUNIOR no cargo, ASSESSOR JURÍDICO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), JOSÉ NILSON DA COSTA JUNIOR no cargo ASSESSOR JURÍDICO ESPECIALIZADO – ASSISTÊNCIA SOCIAL, lotado na Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:8E938869

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 057/2019

PORTARIA Nº 057, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). BRENO PAULA DANTAS no cargo, ASSESSOR JURÍDICO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a), BRENO PAULA DANTAS no cargo ASSESSOR JURÍDICO ESPECIALIZADO – EDUCAÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:FD63BD49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO DECIMO OITAVO ADITAMENTO DE VALOR CONTRATUAL TP 04/2015

Extrato do Decimo Oitavo Aditamento de Valor Contratual TP 04/2015

Decimo Oitavo Aditamento de valor ao contrato administrativo Nº 03200405/15 TP 04/2015. Contrato de execução de obra entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN e a empresa **CONSPLAN CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO IMOBILIARIO LTDA-ME**, o presente termo tem por objeto o aditamento de Valor, para a Contratação de empresa de empresa de engenharia para construção simultânea de três quadras de esportes descobertas localizadas nas Vilas Bahia, Paraíba e Alagoas, no Município de Serra do Mel/RN, de acordo com as especificações citadas na Cláusula Segunda e com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, em regime de execução indireta de empreitada por preço global. - A obra a que se refere à Cláusula Primeira do presente Contrato deverá ter seu valor aditado em **R$ 38.191,01,** conforme demonstrativo apresentado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Saneamento e Abastecimento. Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário.

Serra do Mel-RN, 05 de Setembro de 2019.

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:9960D8E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, ADJUDICO o resultado da licitação modalidade TP de nº 002/2019, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN, cujo** objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA UBS CENTRO DE SAÚDE JOSÉ TEIXEIRA DE SOUSA NO MUNICIPIO DE SERRINHA/RN.** conforme especificações constantes no edital e seus anexos em epígrafe e ata de julgamento, em sessão ocorrida no dia 26 de Agosto de 2019, disponibilizadas nos autos do processo. Isso posto ADJUDICO a Tomada de Preço supramencionada, em favor do licitante abaixo descrito:
H&M CONSTRUÇOES LTDA - EPP
CNPJ – 01.233.506/0001-03

VENCEDORA do item inframencionado:

Pelo valor global R$ 158.269,08 (Cento e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e oito centavos)

Serrinha/RN, 02 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:11672FFF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇAO

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA UBS CENTRO DE SAÚDE JOSÉ TEIXEIRA DE SOUSA NO MUNICIPIO DE SERRINHA/RN.

De acordo com os atos da Comissão Permanente de Licitação - CPL e o que fundamenta a Lei nº 8.666/93 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, cujo o objeto é o **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA UBS CENTRO DE SAÚDE JOSÉ TEIXEIRA DE SOUSA NO MUNICIPIO DE SERRINHA/RN**, usando das atribuições que são conferidas, em função de terem sido cumpridos os ditames inerentes a interposição de recursos decorrente dos atos relacionados com o pleito ora chancelado, HOMOLOGO o presente evento que teve como vencedora a empresa H&M CONSTRUÇOES LTDA , inscrita no CNPJ 01.233.506/0001-03 , onde a mesma atendeu a todos os requisitos do edital e apresentou a melhor proposta, através do melhor preço global e condições constantes na Ata pública e dos autos.

De-se ciência e cumpra-se

Serrinha/RN, 02 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:5AAB603E

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, ADJUDICO o resultado da licitação modalidade TP de nº 003/2019, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN, cujo** objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO CONVENCIONAL COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE SERRINHA/RN.** conforme especificações constantes no edital e seus anexos em epígrafe e ata de julgamento, em sessão ocorrida no dia 26 de Agosto de 2019, disponibilizadas nos autos do processo. Isso posto ADJUDICO a Tomada de Preço supramencionada, em favor do licitante abaixo descrito:
GM CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ – 07.303.933/0001-05

VENCEDORA do item inframencionado:

Pelo valor global R$ 189. 931,98 (Cento e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos).

Serrinha/RN, 02 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:2F611658

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO CONVENCIONAL COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE SERRINHA/RN).

De acordo com os atos da Comissão Permanente de Licitação - CPL e o que fundamenta a Lei nº 8.666/93 e legislação complementar e, ainda de conformidade com o resultado do presente certame, cujo o objeto é o **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO CONVENCIONAL COM DRENAGEM SUPERFICIAL DE DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE SERRINHA/RN**, usando das atribuições que são conferidas, em função de terem sido cumpridos os ditames inerentes a interposição de recursos decorrente dos atos relacionados com o pleito ora chancelado, HOMOLOGO o presente evento que teve como vencedora a empresa GM CONSTRUÇAO LTDA, inscrita no CNPJ 07.303.933/0001-05 , onde a mesma atendeu a todos os requisitos do edital e apresentou a melhor proposta, através do melhor preço global e condições constantes na Ata pública e dos autos.

De-se ciência e cumpra-se

Serrinha/RN, 02 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:9424DB7B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 070/2019 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a exoneração de IZABEL MARTINS DA TRINDADE NETA, do Cargo Comissionado de Controladora e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serrinha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1°. Exonerar a Srª. **IZABEL MARTINS DA TRINDADE NETA,** portadora do RG: 00675802 ITEP/RN, CPF: 655.237.764-91 do cargo de provimento comissionado de Controladora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais ao dia 30 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Serrinha/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:C684FFB0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 071/2019 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a exoneração de LARISSA KEILA SANTOS DE OLIVEIRA, do Cargo Comissionado de Coordenadora de Licitação, Compras e Patrimônio – CLCP, da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças - SEMTRIF e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serrinha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1°. Exonerar a Srª. **LARISSA KEILA SANTOS DE OLIVEIRA,** portadora do RG: 3395224 ITEP/RN, CPF: 116.134.034-37 do cargo de provimento comissionado de Coordenadora de Licitação, Compras e Patrimônio – CLCP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais ao dia 30 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Serrinha/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:6639F2B7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 072/2019 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

Nomeia LARISSA KEILA SANTOS DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo Comissionado de Controladora e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serrinha, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1°. Nomear **LARISSA KEILA SANTOS DE OLIVEIRA,** portadora do RG: 3395224 ITEP/RN, CPF: 116.134.034-37 na função de Controladora do Município - CONTROL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais ao dia 02 de setembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Serrinha/RN, 05 de Setembro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:8BCB83A9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 463, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

Altera dispositivos da Lei n.º 356, de 19 de abril de 2012 que ordena a estrutura organizacional do Sistema Municipal de Educação de Serrinha e dá outras providências.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE, Prefeito do Município de Serrinha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º. O art. 1º, **caput**, Incisos "I"; "II" e "III", da Lei Municipal n.º 356, de 19 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 1º. – O Núcleo Municipal de Educação do Campo Aureliano de Souza é uma divisão administrativa do Sistema Educacional do Município, localizado no Sítio Góis".
"I – Suprimido";
"II - Suprimido";
"III – Suprimido".
Art. 2º. O art. 2º, **caput**, Incisos "I" e "II", da Lei Municipal n.º 356, de 19 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 2º. – O Núcleo Municipal de Educação do Campo Geraldina Maria da Conceição é uma divisão administrativa do Sistema Educacional do Município, localizado no Sítio Nova Aliança".
"I – Suprimido";
"II - Suprimido";
Art. 3º. O art. 3º, **caput**, Inciso "I", da Lei Municipal n.º 356, de 19 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 3º. – O Núcleo Municipal de Educação do Campo Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros é uma divisão administrativa do Sistema Educacional do Município, localizado no Povoado Maretas".
"I – A Unidade Escolar 1º de Abril é uma divisão administrativa do Sistema Educacional do Município, localizada no Sítio Barrentas".
Art. 4º. O art. 4º, **caput**, Incisos "I", "II", "III" e "IV" da Lei Municipal n.º 356, de 19 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Artigo 4º. – O Núcleo Municipal de Educação do Campo Severina Claudino da Silva é uma divisão administrativa do Sistema Educacional do Município, localizada no Sítio Riacho do Bom Pasto".
"I – Suprimido";
"II – A Unidade Educacional Francisco Cardoso da Silva é uma divisão administrativa do Sistema Educacional do Município, localizada no Sítio Jacumirim de Cima";
"III – Suprimido";
"IV – Suprimido";
Art. 5º. O art. 8º, **caput**, serão acrescentados os Incisos "VII", "VIII", "IX", "X", "XI", "XII" e "XIII" da Lei Municipal n.º 356, de 19 de abril de 2019 e passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 8º - Por se encontrarem com atividades paralisadas há mais de dois (02) anos serão extintas as seguintes unidades escolares":
"VII – Unidade Escolar Bom Fim, localizada no Sítio Pimentas";
"VIII – Unidade Educacional Dom Nivaldo Monte, localizada no Sítio Lagoa Seca";
"IX – Unidade Escolar Gabriel Secundo da Rocha, localizada no Sítio Jacumirim dos Secundos";
"X – Unidade Educacional Maria Madalena Pedroza, localizada no Sítio Várzea Grande";
"XI – Unidade Escolar Djalma Marinho, localizada no Sítio Jacumirim dos Limas";
"XII – Unidade Educacional Porfírio Pereira, localizada no Sítio Espinho";

"XIII – Unidade Educacional Dix-Sept Rosado, localizada no sítio Barriguda".
Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se as disposições em contrário.

Serrinha-RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ ANTONIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito de Serrinha

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:E9A18885

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017

Aviso de Edital
Pregão Presencial - SRP nº. 017/2019
Processo nº. 1030/2019
Data da Sessão: 17/09/2019
Horário: 10h00min
Local: Setor de Licitações – Prefeitura de Serrinha/RN
O Município de Serrinha/RN, inscrito no CNPJ nº 08.144.792/0001-80, com endereço na Rua Manoel Joaquim de Souza, 136, Centro, através de seu Prefeito Municipal, José Antônio de Medeiros Clemente, torna público que será realizada a sessão de abertura do Pregão Presencial supramencionado, objetivando o registro de preços, consignado em ata pelo prazo de 12 meses, para eventual contratação de serviço de ultrassonografia e raio x, onde será regido pela Lei n° 10.520/02 e Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/14, Decreto Municipal nº. 003/2019, Decreto Municipal nº. 068/2019 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993 com suas respectivas alterações. O Edital poderá ser solicitado pelo e-mail serrinha.rn.licitacoes@gmail.com e está disponível nos sites:
www.serrinha.rn.gov.br
www.licitafacil.tce.rn.gov.br.

Serrinha/RN, 05/09/2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Nóbrega
Código Identificador:E75C0F5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2019

Aviso de Edital
Pregão Presencial - SRP nº. 015/2019
Processo nº. 1028/2019
Data da Sessão: 17/09/2019
Horário: 14h00min
Local: Setor de Licitações – Prefeitura de Serrinha/RN
O Município de Serrinha/RN, inscrito no CNPJ nº 08.144.792/0001-80, com endereço na Rua Manoel Joaquim de Souza, 136, Centro, através de seu Prefeito Municipal, José Antônio de Medeiros Clemente, torna público que será realizada a sessão de abertura do Pregão Presencial supramencionado, objetivando o registro de preços na contratação de pessoa jurídica para locação de estrutura física, para atender as necessidades do município e suas secretarias nas realizações de palestras e eventos culturais, onde será regido pela Lei n° 10.520/02 e Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/14, Decreto Municipal nº. 003/2019, Decreto Municipal nº. 068/2019 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993 com suas respectivas alterações. O Edital poderá ser solicitado pelo e-mail serrinha.rn.licitacoes@gmail.com e está disponível nos sites:
www.serrinha.rn.gov.br
www.licitafacil.tce.rn.gov.br.

Serrinha/RN, 05/09/2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Nóbrega
Código Identificador:CC00A449

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00019/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00019/2019, que objetiva: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamento de monitoramento destinado a escola Leis Gomes de Oliveira, Serrinha dos Pintos/RN; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: C L DE QUEIROZ - R$ 16.513,34.

Serrinha dos Pintos - RN, 04 de setembro de 2019

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:BFF50A13

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DV00019/2019

'PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00019/2019. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamento de monitoramento destinado a escola Leis Gomes de Oliveira, Serrinha dos Pintos/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação. RATIFICAÇÃO: Prefeita Constitucional, em 04/09/2019.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:880B4C8C

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00020/2019

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00020/2019, que objetiva: Contratação de pessoa física e ou jurídica para o serviço de instalação de equipamentos e monitoramento CFTV destinado a escola municipal Município de Serrinha dos Pintos/RN; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: C L DE QUEIROZ - R$ 8.650,00.

Serrinha dos Pintos - RN, 04 de Setembro de 2019

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:B53A3F71

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DV00020/2019

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00020/2019. OBJETO: Contratação de pessoa física e ou jurídica para o serviço de instalação

de equipamentos e monitorramento CFTV destinado a escola municipal Município de Serrinha dos Pintos/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação. RATIFICAÇÃO: Prefeita Constitucional, em 04/09/2019.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:5901893D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL N° 000010/2019 EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 000010/2019
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sítio Novo/RN – **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO ARTESANAL – **PERÍODO DE VIGÊNCIA:** 12 (DOZE) MESES – **EMPRESA REGISTRADA**: JACOB E MENEZES LDTA ME (CNPJ: 07.039.495/0001-01) – **VALOR GLOBAL:** R$ 291.543,50 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos) - **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 c/c Lei Federal nº 10.520/2002.

Sítio Novo/RN, 04 de agosto de 2019

FRANCISCO EDILSON FERNANDES JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Antonio Carlos Souza Junior
Código Identificador:24360F41

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019

OBJETO: Aquisição de veículo automotor tipo utilitário e equipamentos e material permanente (equipamentos de uso hospitalar, eletrodomésticos, computador, móveis, condicionadores de ar, eletroeletrônicos e outros) para aparelhagem da Unidade de Saúde da Família VI – Sitio Catolé, localizado na Zona Rural de Tangará/RN, conforme as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados através da Portaria nº 011/2019-GP, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, visando à realização do objeto acima em epígrafe, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 09/09/2019 das 08h00min até às 08h59min do dia 19/09/2019. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 19/09/2019, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 19/09/2019. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 09/09/2019, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Tangará, situada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, no horário de 08h00min as 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou solicitado através do e-mail: pmtangara@yahoo.com.br.

Tangará/RN, 05 de setembro de 2019.

WELBERT FRANCISCO BARROS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Welbert Francisco Barros de Oliveira
Código Identificador:059C24B8

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N°687/2019

Lei Municipal n°687/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER DOAÇÃO DE TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tangará/RN**,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:
Art. 1°- Fica o Poder Executivo Municipal de Tangará/RN, autorizado a proceder doação de um imóvel urbano de sua propriedade em favor do Fundo Previdenciário do Município de Tangará- TANGARÁPREV, inscrito sob CNPJ/MF o n°20.913.529/0001-03, com sede na Rua Miguel Barbosa n°548, Centro, Tangará/RN, CEP 59.240-000.
Art. 2° - O imóvel urbano doado refere-se ao Lote Urbano localizado na Rua Assis Lopes, Centro Tangará/RN, com área de 115,24 m² (Cento e quinze metros e vinte e quatro centímetros quadrados), possuindo as seguintes medidas e confrontações, conforme descrito abaixo:
Frente para a Rua Assis Lopes, medindo 17,20 m (dezessete metros e vinte centímetros quadrados);
Fundos para área remanescente da casa da cultura de Tangará, medindo 17,20 m (dezessete metros e vinte centímetros quadrado);
Lado direito, medindo 6,70 m (seis metros e setenta centímetros);
Lado esquerdo para o Clube de Mães, medindo 6,70 m (seis metros e setenta centímetros).
Art. 3°- A doação do imóvel urbano acima descrito tem por objetivo exclusivo a construção da sede do Fundo Previdenciário do Município de Tangará- TANGARÁPREV, compondo assim o acervo patrimonial do TANGARÁPREV.
Art. 4°- As despesas decorrentes de Escrituração Pública correrão por conta do Fundo Previdenciário do Município de Tangará- TANGARÁPREV, inscrito sob o CNPJ/MF sob o n° 20.913.529/0001-03, com sede na Rua Miguel Barbosa n°548, Centro, Tangará/RN, CEP: 59.240-000.
Art. 5°- O prazo para a construção e implantação da sede do Fundo Previdenciário do Município de Tangará, citado no art. 3° desta Lei é de 02 (dois) anos, findo o qual, ou o imóvel retornará, automaticamente, ao patrimônio do Município, sendo obrigatório este gravame na matrícula do imóvel.
Art. 6°- O Imóvel doado não poderá em hipótese alguma ser vendido, trocado, alugado ou utilizado para finalidade diversa a descrita no artigo 3° desta lei, sob pena de retomada automática do imóvel ao patrimônio do Município.
Art. 7°- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8°- Revogam-se as disposições em contrário.

Tangará/RN, 09 de setembro de 2019.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:E98F1D61

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 688 /2019

Lei Municipal nº 688 /2019.

Dispõe sobre o atendimento médico nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), do município de Tangará/RN e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Tangará aprovou a seguinte Lei.
Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Saúde, responsável para assegurar o atendimento médico indiscriminadamente ao Cidadão Tangaraense em todas as Unidades Básicas de Saúde, no território municipal.
Art. 2º - Torna-se obrigatório em cada unidade básica de saúde a fixação de placas ou cartazes em lugar notório para o público, constando individualmente por área, os nomes que integram cada equipe responsável pelo atendimento médico em área, os nomes que integram cada equipe responsável pelo atendimento médico em cada uma das unidades, o seu horário de funcionamento, o nome e número de celular dos agentes comunitários de saúde das respectivas áreas.
$1- A placa ou cartaz terá no mínimo o tamanho de 40x30cm.
Art. 3º - Na ausência do médico responsável por sua área, o usuário pode procurar atendimento fora da sua área domiciliar em qualquer Unidade Básica de Saúde do município e ter o seu atendimento garantido dentro do horário estabelecido, conforme o Art. 2° desta Lei.
Art. 4º - A desobediência desta lei sujeita abertura de sindicância para análise do ocorrido, mas enquanto isso, poderá o secretário municipal de saúde, suspender por tempo determinado qualquer um dos funcionários envolvidos e ao final, comprovando-se o descumprimento a esta Lei, demitir sumariamente por justa causa o funcionário.
Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Tangará/RN, 05 de agosto de 2019.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:886DC7B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 154/2019-GP

PORTARIA N° 154/2019-GP

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN E SUAS SECRETARIAS, EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado de Contratação de Profissionais da Prefeitura Municipal de Tangará/RN e suas Secretarias, em Regime de Designação Temporária, os representantes, a saber:

Adriano César Silva Pinto;
Ana Luiza Ângelo Lamas e Silva;
Maria do Monte Fernandes Silva;
Mayra Allana Pereira da Silva.

Art. 2º - Fica a Presidência a cargo da SEMAD.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tangará/RN, 05 de agosto de 2019.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:70209425

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 – PMT

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 – PMT

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA OS CARGOS/FUNÇÕES DE PROFISSIONAIS EM DIVERSAS ÁREAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, na forma da Constituição Federal, Art. 37, incisos I e II, em datas, locais e horários especificados neste edital, torna público a abertura de inscrições para o Processo Seletivo Simplificado – Edital de Publicação nº 02/2019 – PMT, para contratação por tempo determinado de profissionais para diversos cargos/funções desta prefeitura, em conformidade com as normas e disposições contidas no presente Edital, considerando para tanto:
- O compromisso do município de Tangará na manutenção dos serviços públicos essenciais para a sociedade.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Processo Seletivo Simplificado, de que trata este Edital, é destinada a contratação por tempo determinado de profissionais para exercerem os cargos/funções em diversas áreas da Prefeitura Municipal de Tangará, reconhecida a necessidade excepcional e relevante de interesse Público.

2. A contratação ocorrerá em caráter temporário, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Autorizativa nº 685, de 19 de agosto de 2019, publicado dia 19 de agosto de 2019 em diário oficial dos municípios (FEMURN) bem como nas demais legislações aplicáveis a espécie.

3. De acordo com o interesse público e as necessidades da Prefeitura Municipal da Tangará, os candidatos serão convocados para serem contratados pelo prazo de 02 (dois) anos, prorrogável por mais um período de 02 (dois) anos, a critério da Prefeitura Municipal de Tangará.

4. Não serão contratados, nos termos deste edital, servidores da Administração Direta e Indireta deste Município, da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e contratadas, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 685/2019.

II DOS CARGOS

5. Os cargos, requisitos mínimos, jornada de trabalho, vagas e remuneração, são apresentados na tabela a seguir, podendo ser acrescido de vantagens e adicionais previsto em legislação especifica.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

Nº	CARGO	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	TOTAL DE VAGAS	REMUNERAÇÃO (R$)
01	**Auxiliar de Consultório Odontológico**	**Ensino Médio Completo e Curso Técnico de Auxiliar de Consultório Odontológico ou Auxiliar em Saúde Bucal**	**40**	01	R$ 998,00
01	**Motorista Geral**	**Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação na Categoria B e/ou D.**	**40**	01	R$ 1.100,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Nº	CARGO	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	TOTAL DE VAGAS	REMUNERAÇÃO (R$)
01	**Enfermeiro**	**Curso Superior Completo em Enfermagem, com Registro Profissional no Conselho Competente**	40	01	R$ 1.300,00
01	**Odontólogo**	**Curso Superior Completo em Odontologia e Registro Profissional no Conselho Competente.**	40	01	R$ 2.000,00
01	**Professor de Educação Infantil**	**Licenciatura Plena em Pedagogia**	30	01	R$ 2.298,80
01	**Professor de Ensino Fundamental de Matemática**	**Licenciatura plena em Matemática**	30	01	R$ 2.298,80

6. Os níveis de escolaridades exigidos acima, deverão ser comprovados no momento da inscrição.

7. Os candidatos aprovados serão lotados e convocados de acordo com a necessidade administrativa e técnica, sendo a designação ato discricionária da Administração. O candidato que for convocado e não aceitar a lotação para a qual foi designado perderá direito à sua vaga, sendo convocado o candidato na classificação seguinte.

III DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

8. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado, e a elas serão reservadas as vagas constantes do subitem **5**deste Edital, de acordo com o art. 37, VIII, da Constituição Federal e do Decreto Federal n.º 3.298/99, onde ficam reservados 5% (cinco por cento) do total das vagas de cada cargo para candidatos portadores de deficiência.

9. No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência deverá declarar sua condição na Ficha de Inscrição, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
12 – Após a seleção no Processo Seletivo Simplificado, os candidatos com deficiência selecionados deverão submeter-se à perícia médica, para verificar se a deficiência que apresentam se enquadram no conceito legal e no disposto na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça.

10. A perícia será realizada por Banca Médica especialmente designada pelo Município de Tangará, devendo o laudo ser proferido no prazo máximo de cinco (05) dias contados do respectivo exame.

11. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Processo Seletivo Simplificado, por não enquadramento da deficiência apresentada nos conceitos legais e no da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça pela perícia médica ou por outro motivo, serão preenchidos pelos demais selecionados, observada a ordem de classificação.

IV DAS INSCRIÇÕES

12. As inscrições para o Processo Seletivo Público Simplificado serão realizadas exclusivamente na Sede da Prefeitura Municipal de Tangará situado na Rua Miguel Barbosa, 548, Centro, Tangará/RN no período entre das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 17:00às dos dias **10/09/2019 até o dia 12/09/2019.**

13. No período especificado no subitem 15, os procedimentos para que o candidato se inscreva no Processo Seletivo Público Simplificado são os seguintes:

a) O candidato deverá fazer sua inscrição no local especificado no subitem 15 preenchendo o requerimento de inscrição disponibilizado pela equipe responsável, entregando, ainda, as cópias autenticadas dos documentos pessoais, certificados dos títulos que serão utilizados, bem como, o Currículo*Vitae*e todas as informações curriculares comprobatórias. A entrega dos documentos deverá ser feita pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, no ato da inscrição.
b) Os documentos deverão ser entregues em envelope a ser lacrado na presença do candidato, com seu nome e o cargo que pleiteia.
c) Os documentos pessoais exigidos no ato da inscrição são: Documento de identificação oficial com fotografia atual (RG, CNH, CTPS,...);
Certificado de Reservista (se homem); CPF, título de eleitor e comprovante de situação eleitoral; comprovante de residência; diploma ou certificado de graduação (se exigido para o cargo); Certidão de registro e adimplência do Órgão de Classe (se exigido para o cargo), sendo imprescindíveis as cópias autenticadas dos mesmos no envelope junto aos demais documentos que foram mencionados na alínea "a" deste item.
d) No ato da inscrição, a mesa receptora da documentação poderá autenticar os documentos do candidato quando lhes forem apresentados os originais.
14. Confirmação da inscrição no Processo Seletivo será efetivada mediante a apresentação da documentação exigida nos termos deste Edital com a emissão de recibo de entrega de documentos elencando todos os documentos comprobatórios entregues.

15. No momento da inscrição, o candidato escolherá o cargo ao qual deverá concorrer, considerando os requisitos mínimos dispostos no item 6.

16. O candidato somente poderá concorrer a 01 (um) único cargo.

17. Após a confirmação de inscrição pelo candidato com o recibo de entrega de documentos descrevendo toda a documentação apresentada, a opção pelo cargo não poderá ser alterada.

18. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto do formulário de inscrição, assumindo, portanto, as conseqüências por quais quer informações incompatíveis com seus dados pessoais.

19. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos, certificando-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Uma vez confirmada à inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

20. A inscrição implica o conhecimento e a aceitação expressa das condições estabelecidas neste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

V DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

21. Para comprovação dos títulos serão considerados os certificados, com carga horária, expedidos por instituição devidamente reconhecida pelo MEC.

22. Na avaliação dos títulos apresentados não serão computados aqueles que ultrapassarem o limite máximo de pontos estabelecidos em cada item do Anexo II deste Edital.

23. O documento de comprovação da experiência profissional do candidato deve informar as datas de início e término do trabalho (dia/mês e ano) e especificar a função/atividade desempenhada.
24. Não serão aceitos para efeito de comprovação de tempo de experiência nas funções:
a) Contracheques;
b) Declarações para recebimento de benefícios do INSS;
c) Publicações de aprovação em concurso;
d) Convocações para exame de sanidade física e mental;
e) Declarações de férias ou de aumentos salariais.
25 Os títulos que comprovem participação em cursos terão sua carga horária considerada individualmente.
26. Para efeito de contagem de experiência profissional serão somados os tempos de serviços comprovados nos documentos apresentados.
27. Cada documento será considerado uma única vez e para uma única situação.
28 Não serão considerados como experiência profissional atividades desenvolvidas pelo candidato:

a) Quando estudante;
b) Sob a forma de estágio, residência ou equivalente;
c) Como monitoria estudantil;
d) Decorrentes de bolsa de estudo.

29. Será desconsiderado o documento que não possuir os requisitos exigidos para fins de comprovação, cópia inelegível; ausência de data de expedição e/ou assinatura do declarante ou responsável.

30. Não será aceita documentação incompleta, nem em caráter condicional.

31. Uma vez constatadas irregularidades e/ou falsidades nos documentos, o candidato será eliminado do processo seletivo.

VI DAS DESCRIÇÕES DOS CARGOS

32 O candidato deverá comprovar:
Se Profissional de Nível Superior: Diploma ou Certificado de conclusão de curso para o cargo desejado; Certificados de títulos de pós-graduação; experiência comprovada na área de atuação para o qual pleiteia; e certidão de registro e adimplência junto ao seu órgão de classe (quando a lei o exigir);

33. As atribuições dos cargos são:

NÍVEL MÉDIO	
CARGO	ATRIBUIÇÃO
Auxiliar de Consultório Odontológico	Planejar o trabalho técnico-odontológico em consultórios, clínica e em órgãos públicos de saúde. Prevenir doença bucal participando de programas de promoção á saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executar procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Mobilizar capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas.
Motorista	Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores de acordo com a legislação pertinente. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuar pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente

NÍVEL SUPERIOR	
CARGO	ATRIBUIÇÃO
Enfermeiro (a)	Prestar assistência ao paciente e/ou usuário em clínicas, hospitais, ambulatoriais, postos de saúde e em domicilio, realiza consultas e procedimentos de maior complexidade, prescrevendo ações; implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade.
Odontólogo	Atender e orientar pacientes e executar tratamento odontológico, realizando, entre outras atividades, radiografias e ajuste oclusal, aplicação de anestesia, extração de dentes, tratamento de doenças gengivais e canais, cirurgias bucomaxilofaciais, implantes tratamentos estéticos e de reabilitação oral, confecção de prótese oral e extra-oral; diagnosticar e avaliar pacientes e planejar tratamento; realizar auditorias e perícias odontológicas; administrar local e condições de trabalho, adotando medidas de precaução universal e biosegurança.
Professor de Educação Infantil	*Promover a educação dos (as) alunos (as) da educação infantil; Planejar aulas e atividades escolares; Avaliar processo de ensino-aprendizagem e seus resultados; Registrar práticas escolares de caráter pedagógico; Desenvolver atividades de estudo; Participar das atividades educacionais e comunitárias da escola.*
Professor de Ensino Fundamental Matemática	Promover a Educação dos (as) alunos (as) por intermédio do componente curricular Matemática, no ensino fundamental; Planejar aulas e atividades escolares; Avaliar processo de ensino-aprendizagem e seus resultados; Registrar práticas escolares de caráter pedagógico; Desenvolver atividades de estudo; Participar das atividades educacionais e comunitárias da escola.

VII DO PROCESSO SELETIVO

34. O Processo Seletivo Simplificado será realizado em única etapa:

a) Consiste na Análise Curricular com avaliação de Títulos, que valerá 10,0 (dez) pontos;

35. Serão considerados Cadastro de Reserva os classificados que excederem o total de vagas disponíveis, observando os critérios estabelecidos nos itens deste edital.

36. A comissão do certame analisará os currículos conforme consta no anexo II, tendo o resultado divulgado no Diário Oficial da FEMURN e no Quadro de Avisos da Prefeitura.

VIII DA CLASSIFICAÇÃO

37. O índice ponderado será resultante da média das notas obtidas em documentos comprobatórios anexados, estabelecidos neste edital no subitem 39.

38. Ocorrendo empate na classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato de maior idade.

XIX DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

39. A comissão do processo seletivo divulgará o resultado através dos meios de comunicação local, no quadro de avisos da prefeitura e no diário oficial da FEMURN.

40. O candidato que desejar interpor recurso contra qualquer fase do processo seletivo 002/2019 disporá de 24 horas após sua divulgação oficial. O recurso deverá ser encaminhado em duas vias a COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN E SUAS SECRETARIA, na sede da Prefeitura Municipal de Tangará/RN, Rua Miguel Barbosa, centro, Tangará/RN – CEP 59240-000. O candidato deverá levar preenchida a ficha de recurso que consta no Anexo IV deste edital.

41. A comissão terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do recurso para analisar e emitir decisão.

42. Os candidatos aprovados serão classificados segundo a ordem decrescente da nota final.

43. Será admitido um único recurso administrativo.

44. Não será aceito encaminhamento de novas documentações no ato do recurso. A Prova de Títulos será efetivada exclusivamente a partir dos títulos informados e comprovados no ato da inscrição.

45. Concluída a seleção e divulgado o resultado final, a Prefeita Municipal disponibilizará para fins de homologação e posterior divulgação nos meios em que já fora citado.

46. As datas previstas para os resultados, bem como de todas as demais etapas do Processo Seletivo se encontram no Anexo I deste Edital.

X DA CONTRATAÇÃO

47. Os candidatos aprovados serão convocados para preenchimento das vagas previstas, a critério da administração.

48. No ato da convocação pela prefeitura, seguindo a ordem classificatória, os candidatos deverão assinar um contrato por tempo determinado, de modo que sejam apresentados por estes, os seguintes documentos:

a) Cédula de Identidade (RG);
b) Cadastro de pessoas físicas (CPF);
c) Título de eleitor;
d) Cumprimento das obrigações eleitorais;
e) Reservista (se homem);

f) Identificação do PIS/PASEP;
g) Carteira de Trabalho;
h) Comprovação da escolaridade exigida para o cargo;
i) Exames adimensionais acompanhado do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);
j) Declaração de Vinculo
l) Certidões Negativas (Federal, Estadual e Municipal)

49. Os candidatos convocados terão até cinco dias úteis, a partir da publicação da convocação, para se apresentarem ao setor de recursos humanos da prefeitura municipal e deverão iniciar as atividades no dia indicado no ato do comparecimento.

50. Todas as contratações serão regidas conforme Lei Municipal n° 685/2019 no que se refere aos artigos 3º a 17º.

XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

51. Os resultados do processo seletivo e todos os comunicados relativos a esta seleção estarão disponíveis no site da Prefeitura, no quadro de avisos da mesma, assim como no Diário oficial da FEMURN.
60 As ocorrências não previstas neste Edital serão resolvidas pela COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN E SUAS SECRETARIA.

Tangará/RN, **05 de setembro de 2019.**

ANEXO I
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA PREVISTO	
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	06 de setembro
PERÍODO DE INSCRIÇÃO PRESENCIAL	10 a 12 de setembro
RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DE TÍTULOS	17 de setembro
DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DA SUA HOMOLOGAÇÃO, APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS	24 de setembro
CONTRATAÇÃO	A partir de 25 de setembro

ANEXO II
TÍTULOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO
CARGO/FUNÇÃO: NÍVEL MÉDIO

ESPECIFICAÇÃO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso Nível Médio reconhecido pelo MEC.	1 ponto	1 ponto
Experiência comprovada no cargo, mínima de 1 (um) ano e máxima de 6 (seis) anos.	1 ponto	6 pontos
Cursos de capacitação de no mínimo 40 horas na área do cargo (mínimo 1 e máximo 3).	1 ponto	3 pontos
TOTAL		10 pontos

TÍTULOS E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO
CARGO/FUNÇÃO: NÍVEL SUPERIOR

ESPECIFICAÇÃO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso superior reconhecido pelo MEC.	1 ponto	1 ponto
Experiência comprovada no cargo, mínima de 1 (um) ano e máxima de 6 (seis) anos.	1 ponto	6 pontos
Cursos de capacitação de no mínimo 40 horas na área do cargo (mínimo 1 e máximo 3).	1 ponto	3 pontos
TOTAL		10 pontos

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

EU,_____, CPF nº _____, concorrendo no Processo Seletivo Simplificado para o cargo/função de _____, venho à Comissão de Seleção interpor RECURSO pelos seguintes motivos:

Fundamentação do Recurso_____

Tangará- RN, ____/_____/_____

_____
Assinatura do Recorrente

Espaço Reservado para a Comissão Examinadora de Seleção do Processo Seletivo Simplificado
Decisão e Fundamentação
( ) DEFERIDO
( ) INDEFERIDO

Tangará- RN, ____/_____/_____ _____
Comissão

ANEXO V
TERMO DE DESISTÊNCIA
(Pós-Convocação)

Eu _____, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF, sob o nº _____ residente e domiciliado (a) na (o) _____, nº._____, Bairro:_____Município:_____, declaro junto à Prefeitura Municipal de Tangará que estou desistindo da celebração de Contrato Temporário, mediante Processo Seletivo Simplificado realizado por essa prefeitura.

TANGARÁ- RN, ____/_____/_____

ANEXO VI
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Processo seletivo simplificado

NOME DO CANDIDATO:	Nº DE INSCRIÇÃO:
CPF:	RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:
TELEFONE (S)	EMAIL:
CARGO FUNÇÃO QUE CONCORRE:	
PESSOA COM DEFICIÊNCIA:	
( ) Não ( ) Sim (**Caso afirmativo, preencher e juntar Laudo Médico comprovando a deficiência)**	
OCUPA CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO PÚBLICA?	
( ) Não ( )Sim – Cargo Ocupado: Órgão:	

Declaro junto a Comissão, sob pena da Lei, que possuo habilitação legal exigidas para o Cargo/Função o qual estou concorrendo, que as declarações prestadas e os documentos apresentados são verídicos e de minha inteira responsabilidade.

Tangará/RN, _____/_____/2019.

_____
Assinatura do candidato
Responsável pela Inscrição

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____ CPF: _____
Pessoa com Deficiência ( ) SIM ( ) NÃO
Tangará-RN, ____/_____/ 2019
Declaro junto a Comissão, sob pena da Lei, que possuo habilitação legal exigida a para o Cargo/Função o qual estou concorrendo, que as declarações prestadas e os documentos apresentados são verídicos e de minha inteira responsabilidade.

DOCUMENTOS RECEBIDOS NA INSCRIÇÃO.
CURRÍCULO VITAE
REGISTRO GERAL
CPF
TÍTULO ELEITORAL
CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL
RESERVISTA
DIPLOMA
CÓPIA DA CARTEIRA DE TRABALHO CONTENDO O PIS/PASEP.
DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS
COMPROVANTE DE RESIDENCIA

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:FA86BAC8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155/2019-GP

Portaria nº 155/2019-GP.

Tangará/RN, em 05 de agosto de 2019.

O Prefeito Municipal de Tangará/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

Resolve:

Art. 1°. Exonerar a pedido o servidor **Ivanilson Oliveira da Silva**, portador do CPF/MF n° 038.155.374-44, ocupante do Cargo Comissionado "Chefia de departamento" da Prefeitura Municipal de Tangará/RN,

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE_SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

JORGE EDUARDO DE CARVALHO BEZERRA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Adriano César Silva Pinto
Código Identificador:2778BE81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 070/2019-GP-PMTA

PORTARIA 070/2019-GP-PMTA

A Prefeita Municipal de Tenente Ananias/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Pela Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1. Exonerar o Senhor Francisco Auriélio da Silva da função de Agente de Desenvolvimento local.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Tenente Ananias, 05 de setembro de 2019

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JÁCOME
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:838E5FB0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 071/2019-GP-PMTA

PORTARIA 071/2019-GP-PMTA

A Prefeita Municipal de Tenente Ananias/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Pela Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os Senhores Polyelber de Carvalho Ferreira e Vinicius Wanderlei Alexandre Silva para desempenhar a função de Agentes de Desenvolvimento Local;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

Tenente Ananias 05 de setembro de 2019

LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JÁCOME
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:E64FAAF7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 272/2019 – SMS

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 272/2019 – SMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Tenente Laurentino Cruz/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 03/2017 e suas alterações e Considerando o memorando nº **649/2019** - Secretaria Municipal de Saúde.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária **COM PERNOITE** no valor de R$ 60,00 (sessenta reais) cada, ao servidor **FRANCO RENNY TOMAZ DANTAS** portador do CPF: **044.433.664-82** ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de **SANTA CRUZ**/RN, no (s) dia (s) **27 de Agosto de 2019**, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Tenente Laurentino Cruz/RN, em 05 de Setembro de 2019.

EDILAMAR ABADIA V. F. PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde
CPF nº.297.472.604-68

Publicado por:
Edilamar Abadia Vasconcelos França Pereira
Código Identificador:EC20E2CB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0205/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **MIGUEL ÂNGELO COSTA DO NASCIMENTO**, graduação: 2º Sgt. PM, número: 97.684, matrícula n° 108.165-9, CPF n° 018.808.804-07. O pagamento de **20** (**VINTE**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executadas no Município de Tibau nos dias: **09/08, 10/08, 11/08, 12/08, 15/08, 17/08, 20/08 e 23/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:B8FFDD37

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0206/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **WILSON SIMONAL DA SILVA**, graduação: Cb PM, número: 1.999.276, matrícula n° 162.709-0, CPF n° 771.527.784-34. O pagamento de **04** (**QUATRO**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **08/08 e 07/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:02A9F87B

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0207/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **NERO RAMON CAMPOS COELHO**, graduação: Cb PM, número: 2.001.470, matrícula n° 166.947-8, CPF n° 650.203.163-34. O pagamento de **08** (**OITO**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **07/08, 16/08 e 24/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:C585FBA6

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0208/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **JOÃO BARBOSA LIMA JUNIOR**, graduação: Cb PM, número: 2.001.847, matrícula n° 166.708-4, CPF n° 630.731.703-59. O pagamento de **08** (**OITO**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **08/08, 15/08, 20/08 e 28/08.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:8A15A255

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0209/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **MAXIMILIANO DE OLIVEIRA NASCIMENTO**, graduação: 3º Sgt. PM, número: 2.001.084, matrícula n° 166.920-6, CPF n° 035.936.634-14. O pagamento de **16** (**DEZESSEIS**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **09/08, 10/08, 16/08, 17/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:24DEDECE

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0210/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **ANTONY WILSON MOURA DO NASCIMENTO**, graduação: Cb PM, número: 2.004.618, matrícula n° 175.890-0, CPF n° 949.742.253-91. O pagamento de **04** (**QUATRO**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **12/08 e 28/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:A3FE797E

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0211/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE

DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **DIOGENES JOSÉ DA PAZ LIMA**, graduação: Cb PM, número: 2.004.646, matrícula n° 176.087-4, CPF n° 816.645.324-04. O pagamento de **02** (**DUAS**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **11/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:7F6ABB22

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0212/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CÉSAR AUGUSTO COSTA DE SOUZA**, graduação: Cb PM, número: 2.007.101, matrícula n° 1.926.850, CPF n° 047.530.134-05. O pagamento de **10** (**DEZ**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **03/08, 04/08 e 17/08** .

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:7BC353D3

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0213/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CARLOS RENATO COSTA DA SILVA**, graduação: Cb PM, número: 2.009.415, matrícula n° 202.013-0, CPF n° 620.215.083-15. O pagamento de **04** (**QUATRO**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **08/08 e 16/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:04241755

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0214/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO

PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **WESCLEY ALMEIDA DE SOUZA**, graduação: Cb PM, número: 2.006.151, matrícula n° 194.979-9, CPF n° 050.836.884-76. O pagamento de **07**(**SETE**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **10/08, 15/08 e 20/08**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:380FD824

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0215/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **CLEDINILSON MORAIS DE OLIVEIRA**, graduação: Cb PM, número: 2.001.801, matrícula n° 167.349-1, CPF n° 009.665.694-82. O pagamento de **10** (**DEZ**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **03/08, 04/08 e 09/08.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:31158A17

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0216/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019** que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **EUGÊNIO CÂNDIDO DE ARAÚJO**, graduação: Cb PM, número: 2.004.245, matrícula n° 176.163-3, CPF n° 046.191.034-97. O pagamento de **04** (**QUATRO**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **11/08 e 12/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:D6B780A9

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0217/2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE ACORDO COM O CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE PROPICIEM GARANTIA DA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DA INCOLUMIDADE DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, MEDIANTE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PELOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E INSTITUTO TÉCNICO E CIENTÍFICO DE POLÍCIA, QUANDO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tibau - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **Lei Municipal n° 00468 de 17/01/2019**

que autorizou o Município de Tibau, ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública a serem executadas no Município de Tibau.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao Servidor Estadual da Polícia Militar: **FRANCERLI MACEDO DE AMARAL**, graduação: Cb PM, número: 2.004.643, matrícula n° 176.239-7, CPF n° 012.809.794-96. O pagamento de **02** (**DUAS**) diária(s), referente ao custeio complementar e subsidiário das atividades de Segurança Pública, executada(s) no Município de Tibau no(s) dia(s): **03/08**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, Publique-se e
Cumpra-se em,

Tibau/RN, 06 de agosto de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:B749DBBE

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0218/2019

EXONERAR DO CARGO COMISSIONADO DE CONTROLADOR(A) GERAL DO MUNICÍPIO – CONTROL, DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Tibau - RN**, no uso de suas atribuições e de conformidade com a **Lei Municipal nº 00454 de 26/04/2018** e a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - **EXONERAR** a Sra. **MARIA JOSILEIDE DE SOUZA**, brasileira, maior, capaz, inscrita no Ministério da Fazenda sob o **CPF nº 010.210.374-78** e **Cédula de Identidade nº 2.134.553 - SSP/RN**, do cargo público em comissão de **CONTROLADOR(A) GERAL DO MUNICÍPIO**, lotado(a) na Controladoria Geral do Município - CONTROL.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 02 de setembro de 2019.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:E3CC3306

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO - SEGAP
PORTARIA Nº 0219/2019

NOMEAR PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE CONTROLADOR(A) GERAL DO MUNICÍPIO – CONTROL, DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Tibau - RN**, no uso de suas atribuições e de conformidade com a **Lei Municipal nº 00454 de 26/04/2018** e a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - **NOMEAR** a Sra. **MARIA JOSENEIDE DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileira, maior, capaz, inscrita no Ministério da Fazenda sob o **CPF nº 010.188.014-64** e **Cédula de Identidade nº 001.683.545 - SSP/RN**, para exercer o cargo público em comissão de **CONTROLADOR(A) GERAL DO MUNICÍPIO**, lotado(a) na Controladoria Geral do Município - CONTROL.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 03 de setembro de 2018.

JOSINALDO MARCOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Nazareno de Souza
Código Identificador:25EDCC87

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL
EXTRATO DE QUINTO TERMO ADITIVO - CONTRATO 001/2017-CP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2017

CONTRATANTE:PREFEITURA MUN. DE TIBAU DO SUL/RN - CNPJ: 08.168.775/0001-82.

CONTRATADA:M CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP - CNPJ: 02.823.335/0001-35

OBJETO:O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO O REEQUILÍBRIO ECONOMICO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO, referente à Concorrência Pública nº. 001/2017, cujo objeto foi a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA SANITÁRIA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA no Município de Tibau Do Sul/RN.

VALOR ATUAL DO CONTRATO:R$ 2.985.661,96 (Dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos).

VALOR TOTAL READEQUADO:R$ 3.171.310,13 (Três milhões cento e setenta e um mil, trezentos e dez reais e treze centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 65, Inciso II, alínea "d", § 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

VIGÊNCIA:O presente contrato tem sua vigência prorrogada por 12 (doze) meses, no prazo compreendido entre 02 de agosto de 2019 a 01 de agosto de 2020, podendo ser renovado, com a concordância das partes e atendendo o disposto no Art. 57, Inciso II da Lei nº. 8666/93.

DATA DA ASSINATURA: 02 de agosto de 2019.

Tibau do Sul, 02 de agosto de 2019.

MAVINIER EMANUEL ARAÚJO DE MEDEIROS
Presidente da CPL
PMTS

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:59F5B680

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL
EXTRATO DE CONTRATO SRP 006/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 287/2018.
CONTRATO SRP Nº. 006/2019.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUN. DE TIBAU DO SUL/RN - CNPJ: 08.168.775/0001-82.

CONTRATADA:TÁTICA PROMOÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME**,**inscrita no CNPJ: 05.831.823/0001-82.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS PARA EVENTOS, visando atender às necessidades do Município de Tibau do Sul/RN, conforme especificações constantes noEdital de Pregão Presencial 023/2018-SRP, REFERENTE AO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE SRP N. 022/2018.

VALOR GLOBAL:R$ 450.243,50 (Quatrocentos e cinquenta mil duzentos e quarenta e três reais, e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA INICIAL: 17 de agosto de 2019.
VIGÊNCIA FINAL: 16 de agosto de 2020.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 005/2017.

DATA DA ASSINATURA:15 de agosto de 2019.

Tibau do Sul, 15 de agosto de 2019.

MAVINIER EMANUEL ARAÚJO DE MEDEIROS
Presidente da CPL / PMTS

Publicado por:
Mavinier Emanuel Araújo de Medeiros
Código Identificador:98B8BCB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO
DISPENSA N° 042/2019 – PROC. ADM/ RN N° 1901220088.

EXTRATO DE ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO
DISPENSA N° 042/2019 – PROC. ADM/ RN N° 1901220088.

CONTRATANTE: Município de Timbaúba dos Batistas – RN; CONTRATADA: **EVANILSON ALBERTO DA SILVA08712273473**; OBJETO: **CONTRATAÇÃO DIRETA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA ATENDER O EVENTO CORRIDA DE JEGUES EDIÇÃO 2019**; DATAS DE EXECUÇÃO: 06 E 07 DE SETEMBRO DE 2019; VALOR GLOBAL: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA12. 13.392.2118- Promoção de eventos sócio culturais; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – outros serviços de terceiros – PJ; FONTE: 10010000 – recursos ordinários; SUBSCRITORES: Chilon Batista de Araújo Neto – Pelo Contratante e Evanilson Alberto da Silva Pela Contratada.
.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 05 de setembro de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:E2F5728D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA Nº 042/2019

Ref. Processo Administrativo MTB/ RN nº 1901220088.
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Desportos, Cultura, Esporte, Lazer Turismo e desenvolvimento Econômico.
ASSUNTO: **CONTRATAÇÃO DIRETA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA ATENDER O EVENTO CORRIDA DE JEGUES EDIÇÃO 2019**

TERMO DE DISPENSA Nº 042/2019

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo a locadora **EVANILSON ALBERTO DA SILVA08712273473,** perfazendo a importância global de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais**).
DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 24, II, da Lei n° 8.666/93, a **Contratação direta para Locação de Sistema de iluminação para atender o evento corrida de jegues edição 2019, ficando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para o momento da liquidação/pagamento de despesa** a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da secretaria municipal de desporto, turismo e eventos.
DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Timbaúba dos Batistas/ RN, 05 de setembro de 2019.

CHILON BATISTA DE ARAÚJO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:29EBC020

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 001/2018

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu

custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes clausulas do termo de ajuste de contas:
Aos **07 dias do mês de março** do ano de 2019, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado nos meses de **JANEIRO E FEVEREIRO DO ANO DE 2018**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 173.936,00 (cento e setenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais)**, sendo o pagamento realizado em **duas parcelas de R$ 86.968,00 (oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, referente ao pagamento dos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2018, pagos pela FONTE 01000 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente aos meses de janeiro e fevereiro do ano de 2018
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-Rn, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 07 de março de 2018.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:AF10EBDA

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 002/2018

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.

O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes cláusulas do Termo de Ajuste de Contas:
Aos **09 do mês de abril do ano de 2019**, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **MARÇO DO ANO DE 2018**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de março/2018, pago pela FONTE 01000 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de março/2018

• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-RN, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 09 de abril de 2018.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:0DCA3CE7

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 003/2018

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes cláusulas do Termo de Ajuste de Contas:

Aos **04 do mês de maio do ano de 2019**, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **ABRIL DO ANO DE 2018**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas deste Município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de abril/2018, pago pela FONTE 01000 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de abril/2018
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-RN, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 04 de maio de 2018.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:4301E633

GABINETE DO PREFEITO
TERMOS DE AJUSTE DE CONTAS N° 004/2018

A Administração ao aceitar a realização dos serviços tem obrigatoriamente de realizar a contrapartida que é o devido pagamento. A legalidade do pagamento da despesa não encontra respaldo de forma direta na Lei de Licitação, a obrigação nasce de forma oblíqua conjugando a Lei 8.666/93 e o atual Código Civil.
O Poder Público não pode esquivar-se do pagamento do serviço efetivamente prestado pela Empresa, sustentando pura e simplesmente

a não cobertura do instrumento contratual, posto que a aceitação da prestação do serviço por parte da Administração Pública é incontroverso, sendo assim admitida pela própria Administração Pública a efetivação do serviço fora da cobertura contratual.
Por último, uma vez comprovado que a Administração Pública deve indenizar o particular, o procedimento contábil a ser adotado deve ser o Termo de Ajuste de Contas e a Publicação destes, no qual constará a descrição dos serviços e a quitação, sem ressalvas, pelo prestador destes, conforme preceitua o art. 63, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo esta a forma para se liquidar a despesa relativa ao serviço efetivamente prestado.
O Termo de Ajuste deverá conter a descrição e atestação minuciosa dos serviços prestados sem cobertura contratual válida e a quitação, sem ressalvas a ser dada pelo prestador de serviços.
O artigo 63 da Lei nº 4.320/64, nada mais é do que uma comprovação do direito adquirido pelo particular para que se efetive seu pagamento através de indenização.
Desta forma, proceder-se-á liquidação dos valores devidos, comprovados através de todos os documentos que compõem o procedimento. Esta liquidação, pelo princípio da publicidade, deve ser publicada oficialmente através do Termo de Ajuste de Contas no Diário Oficial para que a sociedade e os órgãos de controle tenham conhecimento da existência da prestação desses serviços e do seu custo e possam exercer a devida fiscalização sobre a sua legalidade e economicidade.
A ausência dessa divulgação representaria afronta ao princípio da publicidade, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93. Somente depois de cumpridos esses requisitos é que o pagamento deverá ser concretizado.
Vejamos as seguintes clausulas do termo de ajuste de contas:
Aos 29 do mês de abril do ano de 2019, na sede da prefeitura Municipal de Umarizal-RN, situada à Avenida Gavião, CEP.: 59.865-000, 19, Gabinete da Prefeita, as partes abaixo qualificadas reuniram-se para firmarem o presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS nas condições que se seguem:
I – Município Umarizal-RN, Órgão Público, representativo do Poder Executivo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Elijane Paiva de Freitas, brasileira, casada, Prefeita, com gabinete situada à Avenida Gavião, 19, CEP.: 59.865-000, Centro, Umarizal-RN.
II – M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA, com CNPJ sob n 10.575.989/0001-15, representada neste ato por Matias de Lima Oliveira, brasileiro, empresário, com sede à rua: Olho D'água dos Borges, 136, Centro, Umarizal-RN.

• **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O Presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem por objetivo a liquidação do valor devido pelo município de Umarizal-RN relativo ao pagamento do serviço prestado no mês de **NOVEMBRO DO ANO DE 2018**, referente ao serviço de coleta de lixo no referido município e limpezas das vias urbanas destes município.
• **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:** O Valor Global do presente TERMO DE AJUSTE CONTAS é de **R$ 86.968,00 (oitenta seis mil, novecentos e sessenta e oito reais)**, valor liquido R$ de 79.575,72 (setenta e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos), referente ao pagamento do mês de novembro/2018, pago pela FONTE 01000 (recurso próprio).
• **CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA:** O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda do presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, importa em total quitação do serviço prestado destacado na Cláusula Primeira, referente ao mês de novembro/2018
• **CLÁUSULA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS tem seu fundamento baseado nas previsões legais dos Artigos 58 a 65 da Lei 4.320/64.
• **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:** As partes elegem nesse ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Umarizal-Rn, com expressa renúncia, por si e seus sucessores.
• **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:** O município de Umarizal-RN, observando o prazo legal, compromete-se a publicar o extrato resumido do presente Termo de Ajuste de Contas, no Diário Oficial do Município ou similar. O presente TERMO DE AJUSTE DE CONTAS elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma para o Município de Umarizal-RN, outra para contratado e uma para constar nos autos do Processo Administrativo.

Assim sendo, estando as PARTES justas e acordadas, assinam o TERMO DE AJUSTE DE CONTAS, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Umarizal/RN, 30 de novembro de 2018.

Prefeitura Municipal De Umarizal/RN	M.A. de Oliveira Construções e Serviços de Limpeza LTDA
ELIJANE PAIVA DE FREITAS	***M.A. DE OLIVEIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA***
Prefeita do Município de Umarizal/RN	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:0705303B

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA-PORTARIA Nº090/2019 DE 22 DE JULHO DE 2019*

ERRATA-PORTARIA Nº090/2019 DE 22 DE JULHO DE 2019*

EMENTE: Dispõe sobre a nomeação Oficial dos membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Umarizal(RN).

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde de Umarizal (RN), para o biênio 2019/2020.

Art. 2° - Nomear os membros abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal de Saúde em consonância ao contido na Resolução nº 453/2012, precisamente as alíneas a,b e c do inciso I da Terceira Diretriz (A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE).

I – ENTIDADES DE USUÁRIOS - 50%

01. Representantes da Igreja Católica:
- Maria das Graças Barbosa (titular) – CPF: 057.044.994-49
- Josefa Benta de Oliveira Silva Neta (suplente) – CPF: 655.409.134-34

02. Representantes das Igrejas Evangélicas:
- José Raimundo Vieira (titular) – CPF: 296.494.554-34
- Jonildo Pessoa de Morais (suplente) – CPF: 026.400.784-02

03. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
- Aurineide Gurgel de Souza (titular) – CPF: 875.001.834-53
- Francisco Célio Medeiros Barbosa (suplente) – CPF: 565.228.194-49

04. Representante do Comércio (Câmara dos Dirigentes Lojistas-CDL)
-Raimundo Oberlândio Costa (titular) – CPF: 027.572.044-67
-Maria Zuleide Cavalcante (suplente) – CPF: 721.447.004-78

II – ENTIDADES DE TRABALHADORES E PRESTADORES DE SAÚDE - 25%

05. Associação dos Agentes Comunitários de Saúde:
- Maria Núbia Cabral de Araújo(titular) – CPF: 851.524.808-25
- Edna Maria Jerônimo de Sousa (suplente) – CPF: 033.182.974-61

06. Representantes da Estratégia de Saúde da Família (ESF)
- Ravel Duarte Belarmino (titular) – CPF: 052.977.864-52

- Bianca Andrade da Costa (suplente) – CPF: 107.103.424-38

II – ENTIDADES DO GOVERNO E PRESTADORES - 25%

07. Representantes da secretaria Municipal de Saúde:
- Pedro Ubiratan de Paiva Souza (titular) – CPF: 837.767.024-00
- Raicia de Oliveira Pinheiro (suplente) – CPF: 945.717.591-34

08. Representantes do Centro de Saúde Dr. Guaracy Onofre – Urgência e Emergência:
- Maria do Socorro Gomes Costa (titular) – CPF: 761.600.094-00
- João Kaique de Oliveira (suplente) – CPF: 084.974.134-99

Art. 3º- Nomeamos a nova diretoria executiva do conselho Municipal de Saúde de Umarizal para o biênio 2019/2020:

- Maria do Socorro Gomes Costa (Presidente) – CPF: 761.600.094-00
- Ana Paula de Sousa (Secretária Executiva) – CPF: 076.339.354-13

Art. 4º- Os membros do Conselho Municipal de Saúde, terão mandato de 02 (dois) anos, sendo certo que pelas atividades desenvolvidas não terão direito a gratificações e rendimentos de qualquer espécie.

Art. 5º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de julho do corrente ano.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, Umarizal-RN, em 22 de julho de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Republicado por incorreção.

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:4215766A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 094/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 094/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de pavimentação a paralelepípedo da Rua Projetada, na Lateral do Ginásio Poliesportivo Wilneran Cabral dos Santos, Upanema/RN.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, I da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 094/2019 – Processo n.º 02.348/2019.
Autorizo em consequência, a contratação dos fornecedores nos termos do disposto no TERMO DE DISPENSA.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:76E91A9A

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2019

Objeto: Contratação de procedimento de anestesia para realização de exame de RM + Angioressonância de crânio na paciente Janiely da Silva Rodrigues.
À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, IV da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 095/2019 – Processo n.º 02.424/2019.
Autorizo em consequência, a contratação dos fornecedores nos termos do disposto no TERMO DE DISPENSA.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 05 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:E773C07D

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 096/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para construção da Mini Praça dos trailers de Upanema/RN.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, I da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 096/2019 – Processo n.º 02.349/2019.
Autorizo em consequência, a contratação dos fornecedores nos termos do disposto no TERMO DE DISPENSA.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:A0682C03

PREGOEIRO
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA, através da **Pregoeira** designada pela portaria n° 004/2019-GPMU, torna público o resultado do **Pregão Presencial nº 045/2019,** conforme descrito:
Objeto: Registro de Preços para Locação de equipamentos, estrutura e suporte para realização das Festividades Culturais do Município de Upanema/RN.

VENCEDORES:

JOÃO MARTINS DE SOUZA NETO - CNPJ: 19.551.081/0001-46, saiu vencedor por ter cotado o menor preço do item: 12; perfazendo o valor de **R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);**

VALERIA ENTRETENIMENTO EIRELI – ME - CNPJ: 20.891.478/0001-66, saiu vencedor por ter cotado o menor preço dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15; perfazendo o valor de **R$ 394.930,00 (trezentos e noventa e quatro mil novecentos e trinta reais);**

Upanema/RN, 05 de Setembro de 2019.

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:FDD75EF9

PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial n.º 046/2019.
Processo n.º 1825/2019.

1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN torna público que às 09hrs00min do dia 20 de Setembro de 2019 (sexta feira), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, para REGISTRO DE PREÇOS, visando a "Aquisição de Material Hospitalar para atender as necessidades da Unidade Mista de Saúde Raimundo Nonato Cândido, ESF's- Estratégias Saúde da Família e NASF- Núcleo de Apoio a Saúde da Família do Município de Upanema/RN", de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN.

2. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

3. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na RUA JOÃO FRANCISCO N.º 90, CENTRO, ou através do email *pregoes.upanema@gmail.com*, a partir da publicação deste Aviso, no horário de 08hrs00min as 12hrs00min.

Upanema/RN, 05 de Setembro de 2019.

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:F8C1BED1

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 094/2019

Processo n.º 02.348/2019
Dispensa de Licitação n.º 094/2019
Interessado: Sec. Mun. de Turismo, Infraestrutura e Des. Urbano.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
O Secretário de Turismo, Infraestrutura e Des. Urbano declara dispensada de licitação, com fundamento no art. 24, I da Lei n. 8.666/93, a despesa referente ao objeto **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de pavimentação a paralelepípedo da Rua Projetada, na Lateral do Ginásio Poliesportivo Wilneran Cabral dos Santos, Upanema/RN"**, em favor do proponente abaixo descrito:

PROPONENTE: JM CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EIRELI - ME - CNPJ: 31.890.755/0001-32. **ITEM: 0016836:** Serviço de pavimentação a paralelepípedo da Rua Projetada na Lateral do Ginásio Poliesportivo do Município de Upanema/RN. **VALOR TOTAL:** R$ 32.062,40 (trinta e dois mil sessenta e dois reais e quarenta centavos).

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E DES. URBANO
FUNÇÃO	15	URBANISMO
SUBFUNÇÃO	451	INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA	0122	INFRAEST. E DES. URBANO
AÇÃO	1018	PAVIMENTAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS
NATUREZA	4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	0100100000	RECURSOS ORDINÁRIOS
REGIÃO	0001	UPANEMA

AMPARO LEGAL: Art. 24, inc. I da Lei Federal nº. 8.666/1993.
"para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente".

JUSTIFICATIVA:
A contratação do objeto acima mencionado através de procedimento de dispensa de licitação, com arrimo legal no inciso I, do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, mostra-se necessário, haja vista que esta Rua é o acesso principal a estação elevatória 02 do sistema de saneamento básico da cidade. Verificamos que o Ordenador de Despesas (Prefeito Municipal) autorizou a realização da presente contratação. Foram preenchidos todos os requisitos para atender ao interesse público, restando demonstrada acima de tudo a vantajosidade da contratação.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2019.

JOSÉ GIOVANNI BEZERRA DE OLIVEIRA
Sec. Mun. de Turismo, Infraestrutura e Desenvolv. Urbano

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:D4275C6D

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 096/2019

Processo n.º 02.349/2019
Dispensa de Licitação n.º 096/2019
Interessado: Sec. Mun. de Turismo, Infraestrutura e Des. Urbano.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
O Secretário de Turismo, Infraestrutura e Des. Urbano declara dispensada de licitação, com fundamento no art. 24, I da Lei n. 8.666/93, a despesa referente ao objeto **"Contratação de empresa especializada em construção civil para construção da Mini Praça dos trailers de Upanema/RN"**, em favor do proponente abaixo descrito:

PROPONENTE: JM CONSTRUÇÕES SERVIÇOS EIRELI - ME - CNPJ: 31.890.755/0001-32. **ITEM: 0016837:** Serviço de construção civil e construção em alvenaria e concreto da Mini Praça dos Trailers do município de Upanema/RN. **VALOR TOTAL:** R$ 32.119,33 (trinta e dois mil cento e dezenove reais e trinta e três centavos).

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E DES. URBANO
FUNÇÃO	15	URBANISMO
SUBFUNÇÃO	451	INFRAESTRUTURA URBANA
PROGRAMA	0122	INFRAEST. E DES. URBANO
AÇÃO	1018	PAVIMENTAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

NATUREZA	4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE	0100100000	RECURSOS ORDINÁRIOS
REGIÃO	0001	UPANEMA

AMPARO LEGAL: Art. 24, inc. I da Lei Federal nº. 8.666/1993.
"para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente".

JUSTIFICATIVA:
A contratação do objeto acima mencionado através de procedimento de dispensa de licitação, com arrimo legal no inciso I, do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, mostra-se necessário, haja vista que o Ministério Público solicitou e afirmou que comerciantes estavam instalados em uma das principais vias de acesso do município, obstruindo o tráfego de veículos e muitas vezes oferecendo risco de acidente a seus clientes, visto que as mesas de acomodação estavam locadas em área também inadequada. Verificamos que o Ordenador de Despesas (Prefeito Municipal) autorizou a realização da presente contratação. Foram preenchidos todos os requisitos para atender ao interesse público, restando demonstrada acima de tudo a vantajosidade da contratação.

Upanema/RN, 03 de setembro de 2019.

JOSÉ GIOVANNI BEZERRA DE OLIVEIRA
Sec. Mun. De Turismo, Infraestrutura E Desenvolv. Urbano

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:1AAEB5EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 095/2019

Processo n.º 02.424/2019
Dispensa de Licitação n.º 095/2019
Interessado: Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
A Secretaria Municipal de Saúde declara dispensada de licitação, com fundamento no art. 24, IV da Lei n. 8.666/93, a despesa referente ao objeto "**Contratação de procedimento de anestesia para realização de exame de RM + Angioressonância de crânio na paciente Janiely da Silva Rodrigues**", em favor dos proponentes abaixo descritos:

01- PROPONENTE: CLINICA DE ANESTESIOLOGIA DE MOSSORO LTDA, CNPJ: 07.275.740/0001-80; **ITEM: 006012 –** anestesia; **VALOR TOTAL: R$ 800,00 (oitocentos reais).**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência integral a população com serviços de Saúde Pública
NATUREZA	3.3.90.39	Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica
FONTE	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

AMPARO LEGAL: Art. 24, inc. IV da Lei Federal nº. 8.666/1993. "Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta)dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;"

JUSTIFICATIVA: A contratação do objeto acima mencionado através de procedimento licitatório, com arrimo legal no inciso IV, do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, mostra-se necessário pela necessidade da paciente, para ser possível a realização de Exame de RM + Angioressonância de crânio na paciente Janiely da Silva Rodrigues – A paciente está internada no Hospital Maternidade Almeida Castro, na UTI, após realização de parto cesáreo com eclampse, rebaixamento de nível de consciência, com seu quadro gravíssimo. Sua família possui renda de 01 salário mínimo, portanto não tem condições financeiras para arcar com esse custo. Verificamos que o Ordenador de Despesas (Prefeito Municipal) autorizou a realização da presente contratação. Foram preenchidos todos os requisitos para atender ao interesse público, restando demonstrada acima de tudo a vantajosidade da contratação.

Upanema/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:BF953294

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DE CONTRATO N° 20190046

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Várzea/RN
CNPJ: 08.168.940/0001-04
CONTRATADA: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA ME
CNPJ – 09.397.355/0001-30
VALOR:R$ 0,00
BASE LEGAL: Artigo 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
VIGÊNCIA: 60 meses

Publicado por:
Ana Paula da Silva Lima Barbosa
Código Identificador:8F4E44C5

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO N°20190046

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 20190046, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL E A EMPRESA ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME.

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN**, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na rua coronel Felipe Jorge, 20, centro, CEP: 59.185-000, Varzea-RN inscrito no CNPJ nº 08.168.940/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Constitucional, Senhor PEDRO SALES BELO DA SILVA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 393.253.264-34 e RG nº 963.662-SSP/RN, residente e domiciliada na Rua Claudino do Rego, 33 – Centro – Várzea/RN, doravante denominada CONTRATANTE, e a **ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com endereço à Tr Sia Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF, neste ato representado pelo Senhor Leonardo Cesar Ladeira, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.106.097 SSP/DF e do CPF nº 505.439.381-15, têm entre si o presente CONTRATO, celebrado com o amparo da Lei n.º 8.666/93 e em decorrência da Dispensa de Licitação nº 022/2019, com base no Inciso II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições seguintes
1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.

1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:
Conforme Termo de Referência em Anexo a este contrato
CLÁUSULA segunda – DAS Alterações
2.1 - Os serviços que compõem o objeto deste contrato poderão ser alterados em função de motivação da CONTRATANTE por meio de redimensionamento mediante celebração de Termo Aditivo. As alterações poderão ser:
2.1.1. Quantitativas – Quando houver mudança nos volumes contratados.
2.1.2. Qualitativas – Quando houver mudança nas especificações dos serviços contratados, desde que não haja descaracterização destes.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO
3.1. Integram este contrato, como se transcrito, naquilo em que não contrariar o presente instrumento, a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA quarta – DA FUNDAMENTAÇÃO
4.1. Este contrato é celebrado por Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, e autorizado por ato administrativo exarado nos autos do processo administrativo nº DISPENSA 022/2019 da CONTRATANTE.
CLÁUSULA quinta – DO REGIME DE EXECUÇÃO
5.1. A execução deste contrato terá como base a quantidade de usuários da Administração, sem dispêndio financeiro por parte desta.
CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
Receber o objeto no prazo e condições preestabelecidas na proposta da CONTRATADA;
Comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços contratados, bem como, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, diligenciando a para que as mesmas sejam plenamente reparadas ou corrigidas;
Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da CONTRATANTE para o cumprimento das rotinas de instalação e manutenção que visem a continuidade da prestação do serviço, desde que tenham sido credenciados pela CONTRATANTE e exclusivamente para atender o objeto contrato;
Acompanhar e fiscalizar os serviços, objeto deste contrato, por meio de representante designado para esse fim, realizando todos os registros que achar necessário;
Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;
Notificar, por escrito, à CONTRATADA eventuais ocorrências, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa antes da aplicação de sanção administrativa ou rescisão do contrato;
Responder pelas consequências de suas ações ou omissões;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
7.1. Atender ao pedido de informações, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE, efetuadas por pessoas ou entidades por ela credenciada, relacionada com o desenvolvimento dos serviços contratados;
7.2. Processar diariamente o sistema, com todo suporte necessários a sua operação e ao armazenamento de seus dados, viabilizando consultas e atualizações pelos usuários;
7.3. Disponibilizar acesso lógico das estações de trabalho de seus usuários ao banco de dados do sistema;
7.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução deste Instrumento responsabilizando- se pelo pagamento de tributos e despesas inerentes aos insumos necessários à prestação dos serviços;
7.5. Responsabilizar-se pela garantia dos serviços objeto deste contrato, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1.990;
7.6. Assumir inteira responsabilidade por danos ou desvios causados ao patrimônio da CONTRATANTE por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, mesmo que fora do exercício de atribuições previstas no contrato;
7.7. Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
7.8. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições firmadas em sua proposta inicial;
7.9. Executar o objeto contratado em conformidade com as condições e prazos estabelecidos na proposta;
7.10. Submeter à aprovação do CONTRATANTE toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal indispensáveis à perfeita execução do Sistema;
7.11. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos e demais encargos inerentes ao objeto deste contrato;
7.12. Cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
7.13. Não transferir, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculadas à contratação;
7.14. Sujeitar-se à fiscalização da CONTRATANTE, no tocante a verificação e certificação das especificações técnicas exigidas, prestando todos os esclarecimentos so1icitados e, atendendo de imediato às reclamações fundamentadas, caso venham a ocorrer;
7.15. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, por intermédio do fiscal designado para acompanhamento do contrato;
7.16. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal do Contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis;
7.17. Entregar, no prazo previsto na proposta o sistema pronto para operar;
7.18. Manter em dia suas obrigações, legais, fiscais sobre o serviço e sociais para com o pessoal envolvido no presente serviço, sob sua responsabilidade;
7.19. A CONTRATADA será responsável por todas as despesas com atualização e melhoria do sistema, bem como por todo serviço necessário à perfeita e completa execução do objeto do presente contrato;
7.20. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7.21. Indicar preposto para representá-la durante a vigência contratual.
7.22. Sujeitar-se à fiscalização do Fiscal do Contrato quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.
CLÁUSULA OITAVA – DO REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO
8.1. Conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE designará formalmente representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e assegurar o perfeito cumprimento do contrato, além de intermediar as tratativas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.
8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante designado serão imediatamente repassadas aos seus superiores para a adoção das medidas que couberem.
CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS
9.1. Em caso de cancelamento ou suspensão dos serviços, no todo ou em parte, por iniciativa das partes, estes serão considerados parcialmente entregues e caberá a notificação formal com 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

10.1. Os níveis de serviço deverão ser acompanhados e registrados pelo fiscal do contrato em instrumento próprio, que servirá de avaliação do serviço para a manutenção do contrato ou no caso de instrução de processo administrativo de rescisão ou de sanção administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO AUTORAL

11.1. A propriedade intelectual e titularidade de direito autoral correlato ao sistema WCompras se darão conforme descrito a seguir:

11.2. A solução de tecnologia da informação desenvolvida pela CONTRATADA para atendimento deste contrato é de propriedade intelectual da CONTRATADA, assim como seus direitos autorais;

11.3. Os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação desenvolvidos pela CONTRATADA a partir de necessidades identificadas pela empresa, e que venham a ser utilizados como ferramenta de apoio ou estrutura de trabalho aos sistemas relacionados com os serviços contratados, sem que sua idealização decorra do disposto nos requisitos do sistema formulados pela CONTRATANTE, desde que sejam dispensáveis para o correto funcionamento e manutenção do sistema e afastada qualquer possibilidade de dependência na gestão e operação do sistema, constituirão propriedade da CONTRATADA;

11.4. De modo semelhante, os programas de computador ou soluções em tecnologia da informação idealizadas e desenvolvidas pela CONTRATADA, anterior ou posterior ao contrato, sem vinculação com os serviços contratados, poderão, a qualquer tempo e mediante requisição formal do CONTRATANTE, serem utilizados na prestação dos serviços, sempre que possam vir a agregar funcionalidades ao objeto principal do contrato, mediante termo de cessão de direito de uso, sem que ocorra qualquer alteração da titularidade original, que prevalecerá como sendo da CONTRATADA;

11.5. A CONTRATADA deve se abster de divulgar ou repassar quaisquer dados e informações dos sistemas dos clientes mantidas sob sua guarda, salvo se expressamente autorizado pelo CONTRATANTE;

11.6. A internalização de soluções não desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser precedida de apresentação de meios comprobatórios de direito e propriedade das soluções, códigos-fonte, etc., devendo ser anexados na documentação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

12.1. A CONTRATADA garante o sigilo e a segurança das informações no âmbito de sua operação dentro dos limites aos quais se restringem os serviços que compõem o objeto deste contrato.

12.2. A CONTRATADA somente fará uso de informações obtidas da CONTRATANTE para finalidades não previstas neste contrato se previamente autorizada de forma expressa pela CONTRATANTE.

12.3. A CONTRATANTE é responsável pela destinação que der as informações fornecidas por meio da execução do objeto deste contrato.

12.4. Este termo contratual, sua respectiva proposta comercial, bem como eventuais aditamentos poderão ser objeto de posterior análise de outros entes da Administração para parâmetro em processos administrativos.

CLÁUSULA décima TERCEIRA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os serviços que compõem o objeto deste contrato serão realizados via internet.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GRATUIDADE DO SISTEMA

14.1. Para a execução deste contrato não serão dispendidos recursos financeiros por parte da CONTRATANTE.

14.2. A CONTRATADA poderá cobrar pelos custos da utilização do sistema dos fornecedores interessados e cadastrados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

15.1.1. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do seu prazo de vigência, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.1.2. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

15.1.3. A existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados; e

15.1.4. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto que venha causar embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

16.1 A CONTRATADA comete infração administrativa nos casos de inexecução total ou parcial dos serviços, de acordo com a sua proposta.

16.2 A CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no caso de descumprimento contratual, às seguintes sanções:

a) **advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE; e

b) **multa** por faltas graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos significativos ao CONTRATANTE, no limite do prejuízo, a ser apurado em processo administrativo próprio.

16.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste contrato, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

16.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.5. O contrato só poderá ser rescindido pelas partes, com comunicação prévia de 60 (sessenta) dias, ou em prazo inferior de comum acordo entre as partes, sem aplicação de sanção administrativa no caso de cumprimento do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

17.1. O presente contrato vigerá a partir da sua data de assinatura, pelo período de 60 meses, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da comarca de Santo Antonio-RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, caberá a CONTRATANTE providenciar, a sua conta, a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na imprensa oficial.

19.2. E, para firmeza e como prova da realização de negócio jurídico bilateral, as partes contratantes e testemunhas assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, depois de lido e aceito, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Várzea-RN, 29 de agosto de 2019.

PEDRO SALES BELO DA SILVA
Prefeito
Contratante

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME
Contratada

DANIEL CORDEIRO DOS SANTOS JUNIOR
Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Paula da Silva Lima Barbosa
Código Identificador:62AA4DF5

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA 022/2019

TERMO DE DISPENSA N° 022/2019
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

I – REFERÊNCIA

1 – CONTRATANTE

O **MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN**, por intermédio da Prefeitura Municipal, CNPJ nº **08.168.940/0001-04**, com sede na Rua Coronel Felipe Jorge, 20, Centro, Várzea-RN CEP: 59.185-000.

2 – CONTRATADA

ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30, com endereço à Tr Sia Trecho 17 Rua 20 Lote 90 Sala, 201 - 2 Pavimento Zona Industrial, CEP: 71.200-256 - Brasília/DF.

3 – OBJETO

Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas.
– PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO:
O prazo de início da operacionalização do sistema será aquele previsto no contrato e na proposta da contratada;
A descrição dos serviços, as características dos módulos, bem como a disponibilidade do sistema, são os discriminados nos documentos integrantes deste termo;
O horário de disponibilidade do WCompras será de 08:00 as 18:00 nos dias úteis. Eventualmente, com solicitação prévia da Administração, poderá o horário ser estendido, desde que registrado e de comum acordo;
A manutenção nos equipamentos e no sistema poderá ser realizada, após formalização da CONTRATANTE, no horário de 19:00 as 07:00;
A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, eventos de parada programada que impactem na disponibilidade do serviço contratado. O CONTRATANTE deverá autorizar formalmente a parada, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência ao evento;
Os serviços serão executados via internet e no endereço da CONTRATADA, onde se encontrará o ambiente operacional do sistema.
As especificidades do sistema deverão ser apresentadas por meio de treinamento, de acordo com a proposta e com posterior relatório a ser elaborado pelo fiscal do contrato e anexado neste processo.

5 – DO PREÇO

O **serviço será executado de forma gratuita** para a Administração, não afastada a possibilidade da CONTRATADA cobrar os custos pela utilização do sistema dos fornecedores, nos termos do art. 5º, inc. III, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

6 - DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não haverá dispêndio financeiro.

II – AMPARO LEGAL

Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

III – DOCUMENTOS INTEGRANTES

a) Plano de Trabalho
b) Projeto Básico
c) Proposta da Contratada

IV – JUSTIFICATIVA

A contratação visa atender a demanda de disponibilização e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores.
A demanda inicial desta Administração é na realização de Pregão, em todas as suas formas, não excluídas outras modalidades a serem oferecidas ou criadas no sistema WCompras.
Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração:

Ausência de dispêndio financeiro;
Aumento da competitividade em suas licitações;
Mais celeridade e eficiência em seus procedimentos;
Controle de documentação e atestado de fornecedores;
Possibilidade de personalização de formulários;
Integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e capacitação e cursos operacionais.

A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores:
A redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação;
A ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil;
O conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico;
A pesquisa, a visualização e o download de editais de forma online;e
A certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos.

No vertente caso, não haverá dispêndio financeiro por parte da Administração, o que, objetivamente, se enquadra na hipótese legal do art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:
[...]
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos na Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Assim, considerando a possibilidade de contratação direta em razão do valor, tendo em vista estar no limite preconizado no inc. II, é possível a contratação por meio de dispensa de licitação, com observância dos requisitos previstos na Lei nº 8.666/1993.

V – RESOLUÇÃO

Presentes os pressupostos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, resolvo considerar **DISPENSÁVEL** a licitação para a contratação dos serviços que constituem o objeto do presente Termo, e encaminhar o processo para a deliberação da autoridade superior para, considerando que nada obste, ratifique-o.

RATIFICAÇÃO:
Nos exatos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, ratifico a dispensa de licitação para a contratação do objeto do Termo de Dispensa nº 022/2019.

Várzea-RN, 23 de agosto de 2019.

PEDRO SALES BELO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ana Paula da Silva Lima Barbosa
Código Identificador:262AE934

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO RESULTADO CHAMADA PUBLICA 001.2019

EXTRATO DE RESULTADO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019

O Presidente da CPL e a equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Vera Cruz/RN, torna público o resultado da Chamada Pública n° 001/2019.

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de Gênenros Alimentícios da Agricultura Familiar/Empreendedor Rual, para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei nª 11.947, de 16/07/2009.

VENCEDORES:
ANTONIO JOAQUIM DA COSTA
MARIA DAS GRAÇAS GUEDES DE OLIVEIRA
JACKSON FERREIRA DA SILVA CAPITULINO
JOSE DANTAS FILHO
JAILSON FERREIRA DA SILVA
LUIS SEVERINO PEREIRA
JOSÉ REINILSON DA SILVA
APAMI – ASSOCIAÇÃO DE PROT. ASSIST. MATERN. INFAN. E MEIO RURAL DE VERA CRUZ
ASSOCIAÇÃO DOS PROTETORES PRONAFIANOS DE BREJINHO

INABILITADO:
ANTONIO CABRAL NETO

Vera Cruz /RN, em 05 de Setembro de 2019.

DAVID PINHEIRO DE LIMA JUNIOR
Presidente

ANAIANE BARBOSA DA SILVA FERNANDES
Equipe de Apoio

THARCISIO DE FRANÇA GOMES
Equipe de Apoio

JOÃO ALVES DE LIMA JUNIOR
Equipe de Apoio

Publicado por:
José Edilson Pinheiro Borges
Código Identificador:FF9FF22F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 696/2019

PORTARIA Nº 696/2019, de 05 de setembro de 2019.

"Concede Ajuda de Custo a pessoa carente do Município".

O Prefeito Municipal de Viçosa, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o disposto na Lei Municipal n.º 219/2017,
Considerando o requerimento expedido em favor de Francisco Leonildes de Oliveira Freitas e analisado pela Secretaria Municipal de Saúde,
Resolve:

Art. 1º Conceder ajuda de custo a Francisco Leonildes de Oliveira Freitas, residente e domiciliado neste município, para custear despesas com procedimento em saúde, por ser uma pessoa carente e não ter condições financeiras de arcar com todas as despesas.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Viçosa/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTONIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:8DA6458C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE ABERTURA DO EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2019

ATA DE ABERTURA DO EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2019

Aos 04 (quatro) dias do mês de setembro de 2019 (dois mil e dezenove), às 14 horas, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Viçosa/RN, Sala de Licitações, localizada na Rua Ozeas Pinto, 140 – Centro, os membros da Comissão de Licitação composta por: 01 – Kleberson Alves dos Santos, Presidente; 02 – Márcio Vagner Tavares da Silva, Membro e 03 – Danilo Max Lopes da Silva, Membro, para abertura da documentação e Projeto de Venda referentes ao Edital de Chamada Pública da Agricultura Familiar n. 001/2019, cujo objeto é a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município de Viçosa/RN, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No horário marcado para a abertura dos envelopes, registrou-se presentes os seguintes proponentes: Aline Conceição Gomes Cavalcante, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 120.056.784-65, Ideuzuíte Gois de Souza Barbosa, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 031.789.464-11, Samuel Faustino de Andrade, inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º 092.950.734-79, Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 19.776.912/0001-88, Tendo em mãos o Envelope "Documentação" e envelope "Projeto de Venda", na abertura dos invólucros, registrou-se a presença dos envelopes dos seguintes proponentes: Aline Conceição Gomes Cavalcante, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 120.056.784-65, Ideuzuíte Gois de Souza Barbosa, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 031.789.464-11, Samuel Faustino de Andrade, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 092.950.734-79, Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 19.776.912/0001-88. A Comissão procedeu à abertura dos envelopes "Documentação" dos proponentes citados acima, e constatou que estão presentes todos os documentos requeridos para todos os proponentes. Logo após, a Comissão procedeu a abertura do envelope "Projeto de Venda" de todos os proponentes presentes momento que constatou, todos estavam em conformidade com o Edital. Desta forma ficam credenciadas para o fornecimento dos itens relacionados na Chamada Pública n.º 001/2019, os seguintes proponentes: 1) Aline Conceição Gomes Cavalcante, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 120.056.784-65, para o fornecimento dos itens: 1, 3, 4, 5, 6, 7. 2) Ideuzuíte Gois de Souza Barbosa, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 031.789.464-11, para o fornecimento dos itens: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. 3) Samuel Faustino de Andrade, inscrito no CPF/CNPJ sob o n.º 092.950.734-79, para fornecimento dos itens: 1, 3, 4, 5, 6, 7. 4) Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, inscrita no CPF/CNPJ sob o n.º 19.776.912/0001-88, para fornecimento dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29. Ao analisar os critérios de priorização das propostas, e de acordo com o Edital e com o artigo 25 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 (atualizado pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015), os projetos de venda habilitados serão priorizados da seguinte forma: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de

projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País. Concluída esta fase, a Comissão encerra os trabalhos, com a lavratura desta ata, após lida e em conformidade, todos os presentes assinam. Esta ata será publicada na íntegra, para conhecimento dos interessados no Diário Oficial dos Município do Rio Grande do Norte, mantido pela FEMURN, onde ficará disponível através do link: http://www.diariomunicipal.com.br/femurn, ou através do site: www.vicosa.rn.gov.br.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Presidente da CPL

MÁRCIO VAGNER TAVARES DA SILVA
Membro da CPL

DANILO MAX LOPES DA SILVA
Membro da CPL

Proponentes Presentes:

COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – COOAFARN
CNPJ n.º 19.776.912/0001-88

SAMUEL FAUSTINO DE ANDRADE
CPF n.º 092.950.734-79

IDELZUÍTE GÓIS DE SOUZA BARBOSA
CPF n.º 031.789.464-11

ALINE CONCEIÇÃO GOMES CAVALCANTE
CPF n.º 120.056.784-65

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:19F93940

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 – AGRICULTURA FAMILIAR

RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 – AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE VIÇOSA/RN, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o resultado da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 destinada à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município de Viçosa/RN, conforme segue:

1) Produtora Aline Conceição Gomes Cavalcante, inscrita no CPF sob o n.º 120.056.784-65, para o fornecimento dos itens: 1, 3, 6, 15, 22, e 28, pelo valor total de R$ 3.663,20 (três mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte centavos);
2) Produtora Ideuzuíte Gois de Souza Barbosa, inscrita no CPF sob o n.º 031.789.464-11, para o fornecimento dos itens: 1, 2, 6, 12, 15, 16, 18 e 21, pelo valor total de R$ 6.231,00 (seis mil, duzentos e trinta e um reais);
3) Samuel Faustino de Andrade, inscrito no CPF sob o n.º 092.950.734-79, para fornecimento dos itens: 1, 7, 8, 21, 24 e 25, pelo valor total de R$ 4.522,80 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta centavos);
4) Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.776.912/0001-88, para fornecimento dos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, pelo valor total de R$ 71.258,10 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).

Viçosa/RN, 05 de setembro ™de 2019.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Presidente da CPL

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:9500010C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 – AGRICULTURA FAMILIAR

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 – AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE VIÇOSA/RN, através do Prefeito Municipal, torna público a HOMOLOGAÇÃO da CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 destinada à aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município de Viçosa/RN, conforme segue: 1) Produtora Aline Conceição Gomes Cavalcante, CPF 120.056.784-65, itens: 1, 3, 6, 15, 22, e 28, valor total de R$ 3.663,20; 2) Produtora Ideuzuíte Gois de Souza Barbosa, CPF 031.789.464-11, itens: 1, 2, 6, 12, 15, 16, 18 e 21, valor total de R$ 6.231,00; 3) Samuel Faustino de Andrade, CPF 092.950.734-79, itens: 1, 7, 8, 21, 24 e 25, valor total de R$ 4.522,80; 4) Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, CNPJ n.º 19.776.912/0001-88, itens: 1 a 22 e 24 a 29, valor total de R$ 71.258,10.

Viçosa/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:EFEA6669

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030901/2019 - DISP

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 030901/2019 - DISP

O Município de Viçosa/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 8.666/93, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 030901/2019 - DISP, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Prestação de serviços na confecção de Corrimão em Inox - Tubo 1.1/2 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo valor de R$ 1.080,00, em favor de JOAB FIRMINO DE OLIVEIRA, CPF Nº: 13.094.585/0001-06, conforme abaixo descrito:

744 - JOAB FIRMINO DE OLIVEIRA, CPF Nº: 13.094.585/0001-06

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	4910 - CORRIMÃO EM INOX - TUBO 1.1/2	UND	3	360,00	1.080,00

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Viçosa/RN, 05/09/2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:A67E926C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030902/2019 - DISP

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 030902/2019 - DISP

O Município de Viçosa/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 8.666/93, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 030902/2019 - DISP, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando a Prestação de serviços na confecção de painel de eucatex destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, pelo valor de R$ 1.330,06, em favor de JOAB FIRMINO DE OLIVEIRA, CPF Nº: 13.094.585/0001-06, conforme abaixo descrito:

744 - JOAB FIRMINO DE OLIVEIRA, CPF Nº: 13.094.585/0001-06

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	4911 - PAINEL EM EUCATEX	M²	7,2	184,73	1.330,06

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Viçosa/RN, 05/09/2019.

ANTÔNIO GOMES DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Ubiraci Nobre Pereira
Código Identificador:B1B25527

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLOR

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO 03090001/19

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI, referente à CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER CADEIRAS DE RODAS, KITS "CIPA" E MALETAS DE URGÊNCIA, OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDEMUNICIPAL NO ÂMBITO DE VILA FLOR/RN.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). ARILENE BARBOSA DE LIRA, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

VILA FLÔR - RN, 03 de Setembro de 2019

IVANIA DA SILVA MARTINS
Prefeita

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:261A1220

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 20190121

CONTRATO Nº.....: 20190121

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03090001/19

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CONTRATADA(O).....: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECER CADEIRAS DE RODAS, KITS "CIPA" E MALETAS DE URGÊNCIA, OS QUAIS SERÃO DESTINADOS AO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDEMUNICIPAL NO ÂMBITO DE VILA FLOR/RN

VALOR TOTAL.....: R$ 7.973,18 (sete mil, novecentos e setenta e três reais e dezoito centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 1002.103010428.2.038 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Classificação econômica 4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente, Subelemento 4.4.90.52.99, no valor de R$ 6.173,18, Exercício 2019 Atividade 1002.103010428.2.038 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS, Classificação econômica 3.3.90.32.00 Material, bem ou serv. p/ dist. gratuita, Subelemento 3.3.90.32.15, no valor de R$ 1.800,00

VIGÊNCIA.....: 03 de Setembro de 2019 a 31 de Dezembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 03 de Setembro de 2019

Publicado por:
Arivan Cavalcante Moreira
Código Identificador:9382911F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 894/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LAURENTINO CRUZ NETO** Mat. 352, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 04 de setembro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 05 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:23BB31FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 895/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 04 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, 05 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:27A3C762

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 896/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro -de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LEONARDO JOSÉ DE MORAIS** Mat. 120, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICO/RN, no dia 04 de setembro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência,tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 05 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:C4AD2F70

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 897/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ ANDRIÊ DE MEDEIROS** Mat. 357, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 04 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 05 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:03CD00C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 898/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.
R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **JOSÉ LEOBERTO DE MORAIS** Mat. 088, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, dia 04 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório

circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 05 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:9A92742B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019

RUA NAPOLEÃO ANTÃO, ARY DE PINHO, CEP 59.370-000
CNPJ 08.097.008/0001-20

LICITAÇÃO N.º 016/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN

MODALIDADE: Pregão

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Prefeito do Município de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os incisos XXI e XXII do art. 4º da Lei n° 10.520/02 e considerando a realização do **Pregão Presencial n° 016/2019** que teve como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN , conforme especificações constantes do Termo de Referência do **Edital nº016/2019, HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos o presente certame e **ADJUDICO** o seu objeto, em favor das empresas

LUMINOZA. COM. DE MAT. ELET. E HID E TELEF. LTDA				70.047.329/0001-93		
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
211	ALÇA EM AÇO PARA CABO MULTIPLEXADO 2 X 16MM	UN	PLP	500.00	1.80	900.00
221	CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO 2 X 16MM ISOLADO	METRO	CMR	6000.00	2.40	14400.00
224	CABO PP 2 X 4MM PEÇA C/ 100M	PÇ	FORTECON	2.00	344.00	688.00
227	CABO PP 3 X 4MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	FORTECON	3.00	500.00	1500.00
231	CAIXA TRIFÁSICA COM LENTE DE ALCANCE	UN	TAF	10.00	280.00	2800.00
246	DIsJUNTOR MONOFASICO 10 AMPERES	UN	SOPRANO	50.00	4.80	240.00
249	DISJUNTOR MONOFASICO 50 AMPERES	UN	SOPRANO	30.00	6.10	183.00
250	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20 AMPERES	UN	SOPRANO	15.00	25.50	382.50
260	FIO SÓLIDO 6MM COM 100M	UN	FORTECON	5.00	225.00	1125.00
264	FOTOCÉLULA SEM BASE	UN	TECNOLINSA	500.00	10.80	5400.00
269	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO E27 70W	UN	AVANT	1000.00	13.00	13000.00
270	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO E40 150W	UN	AVANT	200.00	18.50	3700.00
273	LÂMPADA VAPOR METÁLICA E40 400W	UN	AVANT	70.00	27.40	1918.00
275	LÂMPADA VAPOR METÁLICO E40 250W	UN	AVANT	100.00	25.90	2590.00
Total						48826.50
ELETROCENTER MATERIAL ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO CAICO				24.523.276/0001-12		
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
220	CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO 4 X 16MM ISOLADO	METRO	ALUBAR	1000.00	4.50	4500.00
228	CABO PP 3 X 6MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	ALUBAR	3.00	720.00	2160.00
229	CABO PP 4 X 6MM PEÇA C/ 100M	UN	SIL	2.00	800.00	1600.00
232	CANETA DETECTORA DE TENSÃO - 90 A 1000 V AC	UN	MINIPA	5.00	26.64	133.20
240	CONECTOR APACTINHO VERMELHO	UN	INCESA	100.00	1.50	150.00
243	CONECTOR APACTINHO CINZA	UN	INTELLI	100.00	5.50	550.00
244	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 2 X 16MM	UN	INTELLI	500.00	4.20	2100.00
253	ESCADA DE FIBRA TESOURA E SINGELA - TAM. 2,40 (TESOURA) 5,05 (SINGELA) - MODELO EM ANEXO	UN	BOTAFOGO	1.00	698.80	698.80
254	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA DE ESTÁGIO DE 3,00M FECHADA (10 DEGRAUS) E 4,80M ABERTA (16 DEGRAUS)	UN	BOTAFOGO	2.00	698.80	1397.60
255	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA DE ESTÁGIO DE 4,80M FECHADA (16 DEGRAUS) E 8,40M ABERTA (27 DEGRAUS)	UN	BOTAFOGO	1.00	954.00	954.00
272	LÂMPADA VAPOR MERCURIO E40 250W	UN	OUROLUX	200.00	17.00	3400.00
306	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 20W BIVOLT	UN	EMPALUX	20.00	28.53	570.60
307	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 50W BIVOLT	UN	AVANT	30.00	43.00	1290.00
311	SAPATILHA EM AÇO GALVANIZADO	UN	OLIVO	500.00	2.56	1280.00
2152	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMPERES	UN	OUROLUX	30.00	5.00	150.00
Total						20934.20
J. P. MATERIAL ELETRICO E DE CONSTRUÇAO LTDA -EPP				18.334.420/0001-70		
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
216	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1M	UN	TENCNOLINSA	300.00	12.30	3690.00
217	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1,5M	UN	TENCNOLINSA	100.00	19.49	1949.00
223	CABO PP 2 X 2,5MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	METALFLEX	5.00	197.00	985.00
226	CABO PP 3 X 2,5MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	METALFLEX	3.00	258.00	774.00
230	CAIXA DE MEDIDOR MONOFÁSICO COM LENTE DE ALCANCE	UN	TAF	80.00	150.68	12054.40
274	LÂMPADA VAPOR METÁLICO E27 150W	UN	LUZ SOLLAR	300.00	22.89	6867.00
289	OLHAL FORJADO	UN	KONESUL	300.00	7.28	2184.00
291	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 350 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	OLIVO	300.00	7.25	2175.00
292	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 400 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	OLIVO	200.00	7.40	1480.00
302	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W EXTERNO	UN	TENCNOLINSA	100.00	43.00	4300.00
Total						36458.40

ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA					00.226.324/0001-42	
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
212	BASE PARA FOTOCÉLULA	UN	EXATRON	300.00	3.70	1110.00
214	BOCAL PORCELANA E40 PARA LUMINÁRIA	UN	DECORLUX	50.00	4.80	240.00
218	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 2M	UN	JRC	70.00	50.00	3500.00
219	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 3M	UN	JRC	20.00	77.64	1552.80
236	CHAVETA PARA FITA DE AÇO PERFURADA 19MM X 10M	UN	JANDRIGUES	1000.00	0.50	500.00
241	CONECTOR APACTINHO AZUL	UN	INTELLI	100.00	2.45	245.00
242	CONECTOR APACTINHO AMARELO	UN	INTELLI	100.00	2.40	240.00
261	FITA DE AÇO PERFURADA 19MM X 10M	PÇ	JANDRIGUES	10.00	16.56	165.60
271	LÂMPADA VAPOR MECURIO E40 400W	UN	GLIGHT	200.00	24.00	4800.00
276	LUMINÁRIA FECHADA 250 A 400 BOCAL E40	UN	JRC	50.00	90.00	4500.00
278	LUMINÁRIA TIPO PÉTOLA COM ALOJAMENTO BOCAL E40	UN	OZLI	50.00	223.00	11150.00
285	NÚCLEO PARA 01 PÉTALA	UN	JRC	20.00	59.85	1197.00
286	NÚCLEO PARA 02 PÉTALAS	UN	JRC	30.00	74.85	2245.50
287	NÚCLEO PARA 03 PÉTALAS	UN	JRC	20.00	85.35	1707.00
288	NÚCLEO PARA 04 PÉTALAS	UN	JRC	15.00	104.85	1572.75
290	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 250 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	MILANO	300.00	4.95	1485.00
295	REATOR PARA LÂMPADA MERCURIO 250W EXTERNO	UN	JRC	80.00	44.85	3588.00
297	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR MERCURIO 400W EXTERNO	UN	JRC	100.00	52.46	5246.00
299	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICA 400W EXTERNO	UN	JRC	100.00	54.00	5400.00
303	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	UN	JRC	400.00	32.00	12800.00
304	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICA 150W	UN	JRC	300.00	38.00	11400.00
309	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 200W BIVOLT	UN	DEMILED	10.00	235.00	2350.00
2154	BOTINA PARA ELETRICISTA com elástico lateral encoberto; cabedal: confeccionado em couro vaqueta lisa, espessura de 1,6 a 2,0 mm, resistente a cortes, escoriações, agentes químicos e desgaste em condições normais de uso, forro de gáspea em couro raspa camurça natural; palmilha: em couro natural, espessura mínima de 2,5 mm, costurada através do sistema strobel e palmilha de limpeza antibactericida; alma: em fibra plástica; solado: em poliuretano bidensidade bicolor, (sola preta e entressola cinza)injetado diretamente ao cabedal, com entressola em poliuretano de baixa densidade e sola em poliuretano compacto, antiderrapante; biqueira: polipropileno; contraforte: termoplástico, formato anatômico, com espessura mínima de 1,6 mm; costuras: em linha de nylon fio 30, sendo 4 costuras para união da gáspea com as partes laterais; taloneira: reforçadas; cor: preto.	PAR	CRIVAL	10.00	39.00	390.00
2160	TRAVA QUEDAS PARA CORDA confeccionado em aço inox com duas travas de segurança. possui extensor em fita de poliéster com carga de ruptura superior a 15kn, a fita é costurada com fio sintético de alta resistência em cor contrastante a da fita para facilitar a inspeção. possui um conector com dupla trava de segurança com carga de ruptura de 22kn	UN	FACINTOS	10.00	145.00	1450.00
3024	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICA 150W	UN	JRC	300.00	42.41	12723.00
Total						91557.65
LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA					27.062.419/0001-24	
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
210	ADAPTADOR PORCELANA E27 / E40	UN	DECORLUX	50.00	4.85	242.50
248	DISJUNTOR MONOFASICO 40 AMPERES	UN	LUKMA	30.00	5.50	165.00
252	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 AMPERES	UN	LUKMA	15.00	26.50	397.50
294	PORCA DE OLHAL FORJADO	UN	OLIVO	300.00	7.20	2160.00
3023	LUMINÁRIA ABERTA 70A 150 BOCAL E27	UN	OLIVO	300.00	20.00	6000.00
Total						8965.00
A CASA DO CONSTRUTOR LTDA					21.869.689/0001-65	
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
225	CABO PP 2 X 6MM PEÇA C/ 100M	PÇ	SOBCOM	2.00	499.00	998.00
239	CONE DE SINALIZAÇÃO 70CM	UN	PLASTCOR	50.00	22.00	1100.00
262	FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA COM 70M	UN	WORKER	10.00	7.50	75.00
2158	CAPACETE DE PROTEÇÃO cor branca, capacete de segurança, tipo aba frontal, injetado em polietileno, com nervura no casco e fenda laterais para acoplagem de acessórios; suspensão plástica fixa ao casco através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetada em plástico, regulagem de tamanho através de ajuste simples.	UN	KALA	10.00	8.00	80.00
Total						2253.00
GOLED INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME					32.617.419/0001-83	
Relação dos itens vencidos						
Código	Descrição	UNID	Marca	QUANT.	Preço	Total
213	BOCAL PORCELANA E27 PARA LUMINÁRIA	UN	G20	100.00	1.17	117.00
234	CHAVE DE 2 COMANDOS PARA ILUMINAÇÃO 30W COM DIJUNTOR	UN	Exatron	10.00	138.00	1380.00
235	CHAVE DE 2 COMANDOS PARA ILUMINAÇÃO 60W COM DIJUNTOR	UN	Exatron	10.00	261.40	2614.00
279	LUVA DE PROTEÇÃO EM BORRACHA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 1000A TAM. GG 1000 W	PAR	Orion	2.00	185.00	370.00
308	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 100W BIVOLT	UN	Remanci	10.00	100.00	1000.00
2153	LUVA VAQUETA LISA DE COURO DE ALTA TENSÃO confeccionada em vaqueta lisa de couro bovino macio e flexível com punho de raspa, para proteção das luvas de alta tensão. Tamanho da palma da luva isolante: classe 2. Utilizada em trabalhos com eletricidade. Produto deverá apresentar certificado de aprovação	PAR	Betel	4.00	11.25	45.00
2155	CONJUNTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA RISCO 2 - em tecido 100% algodão com tratamento retardante a chama, atpv 9,9, composto de: calça de cós, com dois bolsos frontais e dois bolsos na traseira com fitas refletivas nas pernas; camisa com gola tipo esporte com botão , abertura frontal, com mangas longas e punhos americanos, fechados por botão, com fitas refletivas na altura dos ombros e costas. Aprovado pelo ministério do trabalho, conforme nr10. Produto deve vir com certificado de aprovação - ca. Uniforme não deve conter nenhuma parte metálica como botões e braguilha. Este produto deve vir com o nome da prefeitura municipal de acari gravado nos bolsos das camisas e calças do lado esquerdo conforme padrão prefeitura municipal de acari na cor branco e o nome do risco aptv 9,9 gravado nos bolsos das camisas e calças do lado direito bordado. Uniforme deve ser na cor cinza e tecido de material leve. Usuário: eletricista	CONJ	Uniformizar	10.00	240.00	2400.00
2156	TALABARTE DE POSICIONAMENTO PARA ELETRICISTA, Em poliamida, com sistema auto-blocante de regulagem em inox e aluminio liga, com protetor de cordas para cantos vivos.	UN	Degomaster	4.00	159.00	636.00
2157	CINTO DE SEGURANCA PARAQUEDISTA – Padrao eletricista, tiras em poliester, regulagem na cintura, pernas e suspensorios, argol em d dorsal para ancoragem, argola em d umbilical para suspensao e resgate , argolas na cintura para posicionamento, protecao ergonomica na regiao lombar e pernas.	UN	Degomaster	4.00	136.00	544.00
2161	MOSQUETÃO EM AÇO OVAL trava: automática sistema; Carga de ruptura: 25KN (2500kg);Dimensões: 110mm X 58mm;Abertura do gatilho: 19mm;Material: Aço carbono de alta resistência; Certificações Internacionais: CE EN 362	UN	Steelflex	20.00	29.84	596.80
Total						9702.80

Valor total da contratação 218697.55 (DUZENTOS E DEZOITO MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)

Ficam as empresas vencedoras intimadas para no prazo estipulado no item 12.1 do Edital do 016/2019/, comparecer a sede da Municipalidade para a assinatura da referida Ata de Registro de Preços – ARP, sob pena de decadência do seu direito.

Dê-se ciência.
Cumpra-se.
Publique-se.

Acari/RN, 03 de Setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:8BEF1B6E

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2019

Rua: Napoleão Antão, nº 100, bairro: Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59.370-000
CNPJ (MF): 08.097.008/0001-20

PROCESSO: 1901174646/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, CNPJ/MF nº 00.226.324/0001-42, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.
CONTRATADA: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **00.226.324/0001-42**, com sede na Av. Independência, nº 6060, Quadra 70, Lote 02, Setor Aeroporto, CEP: 74070-010, Goiânia/GO, representada pelo seu procurador senhor Brunno Giordano da Silva Aranha Filho, portador da Cédula de Identidade nº 5179/0-5, expedida pelo CRC/RN, CPF nº 023.359.654-25.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS
2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO
3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.
CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO
4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.
CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO
5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 91.557,65 (Noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
212	BASE PARA FOTOCÉLULA	UN	EXATRON	300	R$ 3,70	R$ 1.110,00
214	BOCAL PORCELANA E40 PARA LUMINÁRIA	UN	DECORLUX	50	R$ 4,80	R$ 240,00
218	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 2M	UN	JRC	70	R$ 50,00	R$ 3.500,00
219	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 3M	UN	JRC	20	R$ 77,64	R$ 1.552,80
236	CHAVETA PARA FITA DE AÇO PERFURADA 19MM X 10M	UN	JANDRIGUES	1000	R$ 0,50	R$ 500,00
241	CONECTOR APACTINHO AZUL	UN	INTELLI	100	R$ 2,45	R$ 245,00
242	CONECTOR APACTINHO AMARELO	UN	INTELLI	100	R$ 2,40	R$ 240,00
261	FITA DE AÇO PERFURADA 19MM X 10M	PÇ	JANDRIGUES	10	R$ 16,56	R$ 165,60
271	LÂMPADA VAPOR MECURIO E40 400W	UN	GLIGHT	200	R$ 24,00	R$ 4.800,00
276	LUMINÁRIA FECHADA 250 A 400 BOCAL E40	UN	JRC	50	R$ 90,00	R$ 4.500,00
278	LUMINÁRIA TIPO PÉTOLA COM ALOJAMENTO BOCAL E40	UN	OZLI	50	R$ 223,00	R$ 11.150,00
285	NÚCLEO PARA 01 PÉTALA	UN	JRC	20	R$ 59,85	R$ 1.197,00
286	NÚCLEO PARA 02 PÉTALAS	UN	JRC	30	R$ 74,85	R$ 2.245,50
287	NÚCLEO PARA 03 PÉTALAS	UN	JRC	20	R$ 85,35	R$ 1.707,00
288	NÚCLEO PARA 04 PÉTALAS	UN	JRC	15	R$ 104,85	R$ 1.572,75
290	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 250 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	MILANO	300	R$ 4,95	R$ 1.485,00
295	REATOR PARA LÂMPADA MERCURIO 250W EXTERNO	UN	JRC	80	R$ 44,85	R$ 3.588,00
297	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR MERCURIO 400W EXTERNO	UN	JRC	100	R$ 52,46	R$ 5.246,00
299	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICA 400W EXTERNO	UN	JRC	100	R$ 54,00	R$ 5.400,00

303	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W	UN	JRC	400	R$ 32,00	R$ 12.800,00
304	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICA 150W	UN	JRC	300	R$ 38,00	R$ 11.400.00
309	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 200W BIVOLT	UN	DEMILED	10	R$ 235,00	R$ 2350,00
2154	BOTINA PARA ELETRICISTA com elástico lateral encoberto; cabedal: confeccionado em couro vaqueta lisa, espessura de 1,6 a 2,0 mm, resistente a cortes, escoriações, agentes químicos e desgaste em condições normais de uso, forro de gáspea em couro raspa camurça natural; palmilha: em couro natural, espessura mínima de 2,5 mm, costurada através do sistema strobel e palmilha de limpeza antibactericida; alma: em fibra plástica; solado: em poliuretano bidensidade bicolor, (sola preta e entressola cinza)injetado diretamente ao cabedal, com entressola em poliuretano de baixa densidade e sola em poliuretano compacto, antiderrapante; biqueira: polipropileno; contraforte: termoplástico, formato anatômico, com espessura mínima de 1,6 mm; costuras: em linha de nylon fio 30, sendo 4 costuras para união da gáspea com as partes laterais; taloneira: reforçadas; cor: preto.	PAR	CRIVAL	10	R$ 39,00	R$ 390,00
2160	TRAVA QUEDAS PARA CORDA confeccionado em aço inox com duas travas de segurança. possui extensor em fita de poliéster com carga de ruptura superior a 15kn, a fita é costurada com fio sintético de alta resistência em cor contrastante a da fita para facilitar a inspeção. possui um conector com dupla trava de segurança com carga de ruptura de 22kn	UN	FACINTOS	10	R$ 145,00	R$ R$ 1.450,00
3024	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICA 150W	UN	JRC	300	R$ 42,41	R$ 12.723,00
Total						**R$ 91.557,65**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo - Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;

8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;

8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.

9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;

9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;

9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO

10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;

11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,

11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;
11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;
11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:
15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;
15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.
15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.
15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP
CNPJ: .....
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:E176CEB3

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019

PROCESSO: 1901174646/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA LUMINOZA COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO E TELEFONIA EIRELI – EPP CNPJ nº 70.047.329/0001-93, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro,

solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.

CONTRATADA: LUMINOZA COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO E TELEFONIA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **70.047.329/0001-93,** com sede na Av. Prudente de Morais, nº 1790, Barro Vermelho, CEP: 59022-545, Natal/RN, representada pelo seu procurador senhor Valdemário Pinheiro Araújo, portador da Cédula de Identidade nº 2.037.918, expedida pela SSP/RN, CPF nº 011.877.624-07.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS

2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 48.826,50 (Quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
211	ALÇA EM AÇO PARA CABO MULTIPLEXADO 2 X 16MM	UN	PLP	500	R$ 1,80	R$ 900,00
221	CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO 2 X 16MM ISOLADO	METRO	CMR	6000	R$ 2,40	R$ 14.400,00
224	CABO PP 2 X 4MM PEÇA C/ 100M	PÇ	FORTECO N	2	R$ 344,00	R$ 688,00
227	CABO PP 3 X 4MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	FORTECO N	3	R$ 500,00	R$ 1.500,00
231	CAIXA TRIFÁSICA COM LENTE DE ALCANCE	UN	TAF	10	R$ 280,00	R$ 2.800,00
246	DISJUNTOR MONOFASICO 10 AMPERES	UN	SOPRANO	50	R$ 4,80	R$ 240,00
249	DISJUNTOR MONOFASICO 50 AMPERES	UN	SOPRANO	30	R$ 6,10	R$ 183,00
250	DISJUNTOR TRIFÁSICO 20 AMPERES	UN	SOPRANO	15	R$ 25,50	R$ 382,50
260	FIO SÓLIDO 6MM COM 100M	UN	FORTECO N	5	R$ 225,00	R$ 1.125,00
264	FOTOCÉLULA SEM BASE	UN	TECNOLI NSA	500	R$ 10,80	R$ 5.400,00
269	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO E27 70W	UN	AVANT	1000	R$ 13,00	R$ 13.000,00
270	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO E40 150W	UN	AVANT	200	R$ 18,50	R$ 3700.00
273	LÂMPADA VAPOR METÁLICA E40 400W	UN	AVANT	70	R$ 27,40	R$ 1918.00
275	LÂMPADA VAPOR METÁLICO E40 250W	UN	AVANT	100	R$ 25,90	R$ 2590.00
Total						**R$ 48.826,50**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo - Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;

8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;

8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.

9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;

9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;

9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO

10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais Cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;

11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,

11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;

11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:

15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;

15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.

15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;

15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;

15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.

15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, Quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipa

LUMINOZA COMÉRCIO DE MATERIAL
Elétrico, Hidráulico E Telefonia EIRELI - EPP
CNPJ: 70.047.329/0001-93
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:D7D25C53

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2019

PROCESSO: 1901174646/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA ELETROCENTER MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO CAICÓ LTDA, CNPJ nº 24.532.276/0001-12, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.

CONTRATADA: ELETROCENTER MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO CAICÓ LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **24.532.276/0001-12,** com sede na Rua Augusto Monteiro, 519, Centro, Caicó/RN, neste ato representada pelo sócio senhor Francisco Torres Filho, portador da Cédula de Identidade nº 438.972, expedida pela ITCP/RN, CPF nº 241.429.304-78,

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS
2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO
3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO
4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO
5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 20.934,20 (Vinte mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
220	CABO MULTIPLEXADO DE ALUMÍNIO 4 X 16MM ISOLADO	MET RO	ALUBAR	1000.00	R$ 4,50	R$ 4.500,00
228	CABO PP 3 X 6MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	ALUBAR	3.00	R$ 720,00	R$ 2.160,00
229	CABO PP 4 X 6MM PEÇA C/ 100M	UN	SIL	2	R$ 800,00	R$ 1.600,00
232	CANETA DETECTORA DE TENSÃO - 90 A 1000 V AC	UN	MINIPA	5	R$ 26,64	R$ 133,20
240	CONECTOR APACTINHO VERMELHO	UN	INCESA	100	R$ 1,50	R$ 150,00
243	CONECTOR APACTINHO CINZA	UN	INTELLI	100	R$ 5,50	R$ 550,00
244	CONECTOR PERFURANTE PARA CABO 2 X 16MM	UN	INTELLI	500	R$ 4,20	R$ 2.100,00
253	ESCADA DE FIBRA TESOURA E SINGELA - TAM. 2,40 (TESOURA) 5,05 (SINGELA) - MODELO EM ANEXO	UN	BOTAFOGO	1	R$ 698,80	R$ 698.80
254	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA DE ESTÁGIO DE 3,00M FECHADA (10 DEGRAUS) E 4,80M ABERTA (16 DEGRAUS)	UN	BOTAFOGO	2	R$ 698,80	R$ 1.397,60
255	ESCADA EM FIBRA PARA ILUMINAÇÃO PÍBLICA DE ESTÁGIO DE 4,80M FECHADA (16 DEGRAUS) E 8,40M ABERTA (27 DEGRAUS)	UN	BOTAFOGO	1	R$ 954,00	R$ 954.00
272	LÂMPADA VAPOR MERCURIO E40 250W	UN	OUROLUX	200	R$ 17,00	R$ 3.400,00
306	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 20W BIVOLT	UN	EMPALUX	20	R$ 28,53	R$ 570,60
307	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 50W BIVOLT	UN	AVANT	30	R$ 43,00	R$ 1.290,00
311	SAPATILHA EM AÇO GALVANIZADO	UN	OLIVO	500	R$ 2,56	R$ 1.280,00
2152	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMPERES	UN	OUROLUX	30	R$ 5,00	R$ 150,00
TOTAL						**R$ 20.934,20**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS
6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos Termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo - Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de Acordo com a forma convencionada;
8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA Possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;

8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;
8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.
9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;
9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;
9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;
9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;

9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO
10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na Forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.
11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;
11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso, 11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;
11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;

11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:

15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;

15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.

15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.
15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito.
Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS
16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO
17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO
18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

ELETROCENTER MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO CAICÓ LTDA
CNPJ: 24.532.276/0001-12
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:52863E64

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2019

PROCESSO: 1901174646/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA J. P. MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ Nº 18.334.420/0001-70, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.

CONTRATADA: J. P. MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **18.334.420/0001-70,** com sede na Rua Ângelo Varela, nº 1306, Tirol, Natal/RN, CEP: 59015-010, representada pelo administrador senhor João Paulo de Aguiar Tavares, portador da Cédula de Identidade nº 1.627.093, expedida pelo ITEP/RN, CPF nº 751.153.444-91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS
2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO
3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO
4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO
5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 36.458,40 (Trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
216	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1M	UN	TENCNOL INSA	300	R$ 12,30	R$ 3.690,00
217	BRAÇO PARA LUMINÁRIA 1,5M	UN	TENCNOL INSA	100	R$ 19,49	R$ 1.949,00
223	CABO PP 2 X 2,5MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	METALFL EX	5	R$ 197,00	R$ 985,00
226	CABO PP 3 X 2,5MM PEÇA C/ 100 M	PÇ	METALFL EX	3	R$ 258,00	R$ 774,00
230	CAIXA DE MEDIDOR MONOFÁSICO COM LENTE DE ALCANCE	UN	TAF	80	R$ 150,68	R$ 12.054,40
274	LÂMPADA VAPOR METÁLICO E27 150W	UN	LUZ SOLLAR	300	R$ 22,89	R$ 6867.00
289	OLHAL FORJADO	UN	KONESUL	300	R$ 7,28	R$ 2.184,00
291	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 350 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	OLIVO	300	R$ 7,25	R$ 2.175,00
292	PARAFUSO EM FERRO GALVANIZADO, CABEÇA QUADRADA 400 X 16MM COM PORCA E RUELA QUADRADA 5/8	UN	OLIVO	200	R$ 7,40	R$ 1.480,00
302	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W EXTERNO	UN	TENCNOL INSA	100	R$ 43,00	R$ 4.300,00
Total						**R$ 36.458,40**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS
6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo – Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;
8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;
8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;
8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;
8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:
9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.
9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;
9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;
9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;
9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;
9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO
10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.
11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:
11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;
11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;
11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;
11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,
11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;
11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;
11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;
11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;
11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;
11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:
15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;
15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.
15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.
15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO
18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

J. P. MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP
CNPJ: 18.334.420/0001-70
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:CC020A83

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2019

PROCESSO: 1901174646/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, CNPJ Nº 27.062.419/0001-24, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.
CONTRATADA: LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **27.062.419/0001-24,** com sede na Rua Manoel Elpídio, nº 250, bairro Penedo, CEP: 59300-000, representada pelo seu procurador senhor Samid Saullo Alves de Azevedo Mota, portador da Cédula de Identidade nº 002.033.314, expedida pela SSP/RN, CPF nº 013.820.794-19.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS
2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO
3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.
CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO
4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.
CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO
5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 8.965,00 (Oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
210	ADAPTADOR PORCELANA E27 / E40	UN	DECORLU X	50	R$ 4,85	R$ 242,50
248	DISJUNTOR MONOFASICO 40 AMPERES	UN	LUKMA	30	R$ 5,50	R$ 165,00
252	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40 AMPERES	UN	LUKMA	15	R$ 26,50	R$ 397,50
294	PORCA DE OLHAL FORJADO	UN	OLIVO	300	R$ 7,20	R$ 2.160,00
3023	LUMINÁRIA ABERTA 70A 150 BOCAL E27	UN	OLIVO	300	R$ 20,00	R$ 6.000,00
Total						**R$ 8.965.00**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.
CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS
6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo - Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;

8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;

8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.

9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;

9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;

9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO

10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;

11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,

11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;

11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:

15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;

15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.

15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;

15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.
15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

LUMEN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP
CNPJ: 27.062.419/0001-24
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:B5A87964

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019

PROCESSO: 1901174646/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2019
TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA A CASA DO CONSTRUTOR LTDA, CNPJ Nº 21.869.689/0001-65, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.

CONTRATADA: A CASA DO CONSTRUTOR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **21.869.689/0001-65,** com sede na Rua Manoel Theodoro, nº 78, Centro, São José do Seridó/RN, 59378-000, representada pelo administrador senhor Edmilson Alves da Silva Filho, portador da Cédula de Identidade nº 1.570.014, expedida pelo ITEP/RN, CPF nº 873.670.334-68.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS

2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 2.253,00 (Dois mil, duzentos e cinquenta e três reais),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
225	CABO PP 2 X 6MM PEÇA C/ 100M	PÇ	SOBCOM	2	R$ 499,00	R$ 998,00
239	CONE DE SINALIZAÇÃO 70CM	UN	PLASTCOR	50	R$ 22,00	R$ 1.100,00
262	FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA COM 70M	UN	WORKER	10	R$ 7,50	R$ 75,00

2158	CAPACETE DE PROTEÇÃO cor branca, capacete de segurança, tipo aba frontal, injetado em polietileno, com nervura no casco e fenda laterais para acoplagem de acessórios; suspensão plástica fixa ao casco através de quatro pontos de encaixe, carneira e coroa injetada em plástico, regulagem de tamanho através de ajuste simples.	UN	KALA	10	R$ 8,00	R$ 80,00
Total						**R$ 2.253,00**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo - Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;

8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;

8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.

9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;

9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;

9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO

10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;

11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;

11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,

11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;

11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;

11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL
15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:
15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;
15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.
15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.
15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito
CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS
16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO
17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO
18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

A CASA DO CONSTRUTOR LTDA
CNPJ: 21.869.689/0001-65
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:0EA15685

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019

PROCESSO: 1901174646/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2019
TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ACARI/RN E A EMPRESA GOLED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 32.617.419/0001-83, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO E PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, inscrito no CNPJ/MF sob o n° **08.097.008/0001-20,** com sede na Rua Napoleão Antão, 100, Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59370- 000 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **ISAIAS DE MEDEIROS CABRAL**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 859.192, expedida pela SSP/RN, CPF nº 703.523.854-04, residente e domiciliado na Rua Francisco das Chagas Bezerra, nº 250, bairro Ary de Pinho, Acari/RN.
CONTRATADA: GOLED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **32.617.419/0001-83,** com sede na Avenida Guarujá, nº 740, Quadra 34, Lote 30/31, Sala 04, Jardim Atlântico, Goiânia/GO, representada pelo seu procurador senhor Mario Cesar Trigueiro de Azevedo, portador da Cédula de Identidade nº 000.708.851, expedida pela SSP/RN, CPF nº 592.692.004-34.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIPLOMAS LEGAIS
2.1. Firmam o presente instrumento de contrato, sob a égide da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando subsidiariamente a Lei nº 10.520/2002.
CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO
3.1 Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da rede de iluminação e prédios públicos pertencentes ao Município de Acari/RN.
CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A execução dos serviços licitados deverá ser realizada pela contratada na sede da Prefeitura Municipal de Acari/RN, mediante pronto recebimento da ORDEM DE COMPRA e na forma estabelecida no Termo de Referência, que fica sendo parte integrante do presente Contrato independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Pela execução dos serviços o MUNICIPIO CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância global de **R$ 9.702,80 (Nove mil, setecentos e dois reais e oitenta centavos),** nos seguintes termos:

CÓD	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT.	PREÇO	TOTAL
213	BOCAL PORCELANA E27 PARA LUMINÁRIA	UN	G20	100	R$ 1,17	R$ 117,00
234	CHAVE DE 2 COMANDOS PARA ILUMINAÇÃO 30W COM DIJUNTOR	UN	Exatron	10.	R$ 138,00	R$ 1.380,00
235	CHAVE DE 2 COMANDOS PARA ILUMINAÇÃO 60W COM DIJUNTOR	UN	Exatron	10	R$ 261,40	R$ 2.614,00
279	LUVA DE PROTEÇÃO EM BORRACHA ISOLANTE DE ALTA TENSÃO 1000A TAM. GG 1000 W	PAR	Orion	2	R$ 185,00	R$ 370,00
308	REFLETOR HOLOFOTE LED BRANCO FRIO 100W BIVOLT	UN	Remanci	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
2153	LUVA VAQUETA LISA DE COURO DE ALTA TENSÃO confeccionada em vaqueta lisa de couro bovino macio e flexível com punho de raspa, para proteção das luvas de alta tensão. Tamanho da palma da luva isolante: classe 2. Utilizada em trabalhos com eletricidade. Produto deverá apresentar certificado de aprovação	PAR	Betel	4	R$ 11,25	R$ 45,00
2155	CONJUNTO DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA RISCO 2 - em tecido 100% algodão com tratamento retardante a chama, atpv 9,9, composto de: calça de cós, com dois bolsos frontais e dois bolsos na traseira com fitas refletivas nas pernas; camisa com gola tipo esporte com botão , abertura frontal, com mangas longas e punhos americanos, fechados por botão, com fitas refletivas na altura dos ombros e costas. Aprovado pelo ministério do trabalho, conforme nr10. Produto deve vir com certificado de aprovação - ca. Uniforme não deve conter nenhuma parte metálica como botões e braguilha. Este produto deve vir com o nome da prefeitura municipal de acari gravado nos bolsos das camisas e calças do lado esquerdo conforme padrão prefeitura municipal de acari na cor branco e o nome do risco aptv 9,9 gravado nos bolsos das camisas e calças do lado direito bordado. Uniforme deve ser na cor cinza e tecido de material leve. Usuário: eletricista	CONJ	Uniformizar	10	R$ 240,00	R$ 2.400,00
2156	TALABARTE DE POSICIONAMENTO PARA ELETRICISTA, Em poliamida, com sistema auto-blocante de regulagem em inox e aluminio liga, com protetor de cordas para cantos vivos.	UN	Degomaster	4	R$ 159,00	R$ 636,00
2157	CINTO DE SEGURANCA PARAQUEDISTA - Padrao eletricista, tiras em poliester, regulagem na cintura, pernas e suspensorios, argol em d dorsal para ancoragem, argola em d umbilical para suspensao e resgate , argolas na cintura para posicionamento, protecao ergonomica na regiao lombar e pernas.	UN	Degomaster	4	R$ 136,00	R$ 544,00
2161	MOSQUETÃO EM AÇO OVAL trava: automática sistema; Carga de ruptura: 25KN (2500kg);Dimensões: 110mm X 58mm;Abertura do gatilho: 19mm;Material: Aço carbono de alta resistência; Certificações Internacionais: CE EN 362	UN	Steelflex	20	R$ 29,84	R$ 596,80
Total						**R$ 9.702,80**

5.2. O pagamento será efetuado à Contratada observando as regras da Instrução Normativa nº 001/2018 que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos do Município de Acari/RN.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Orçamento Geral do Município de Acari/RN para o exercício do ano de 2019, Elemento de Despesa 339030 – Material de Consumo - Fontes: 1001 e 1620, nas seguintes dotações orçamentárias: 07.15.452.0009.0047.2024 e 07.25.752.0011.0059.1098.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos contratados, dentro das condições pactuadas;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para sua regularização;

8.1.4. Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado, quando houver da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;

8.1.5. Observar para que durante toda vigência do mencionado contrato sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Na execução deste contrato, a CONTRATADA o fará com empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que forem confiados, obrigando-se ainda a:

9.1.1. Cumprir a forma da execução dos serviços consubstanciados no Termo de Referência (Anexo I) do presente Edital.

9.1.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos do contrato administrativo decorrente desta licitação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

9.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento, por escrito, do Município de Acari/RN;

9.1.4. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município Contratante e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações desta;

9.1.5. Pagar regulamente os impostos, taxas e demais contribuições e tributos decorrentes da execução do objeto do instrumento contratual a ser posteriormente firmado;

9.1.6. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência;

9.1.7. Garantir, quando for o caso, a qualidade e eficiência dos serviços pelo prazo não inferior a 05 (cinco) anos, na forma da legislação em vigor;

9.2. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta de preços, os acréscimos ou supressões dos serviços que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério do CONTRATANTE, respeitados os percentuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.3. Por força do § 2º, do art. 32, da Lei 8.666/93, fica a CONTRATADA obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO

10.1. Fazem parte integrante do presente contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e demais peças que constituem o respectivo procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios,

ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores na forma da legislação em vigor, sem prejuízo das multas previstas no Edital do Pregão nº 016/2019 e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.
11.2. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no Município de Acari/RN e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:
11.2.1. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato;
11.2.2. multa de 10% (dez por cento), no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho;
11.2.3. multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o valor mensal do contrato. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante rescinda, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;
11.2.4. multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o valor dos serviços não executados, por dia de atraso,
11.2.5. multa de 10% (dez por cento) no caso do licitante dar causa à rescisão do contrato;
11.2.6. a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;
11.2.7. as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição do Município de Acari/RN, em sua tesouraria – Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;
11.2.8. decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Município de Acari/RN fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;
11.2.9. o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com o Município de Acari/RN enquanto não quitar as multas devidas;
11.2.10. as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. A vigência do contrato administrativo terá por termo inicial a data de sua assinatura e terá o prazo de duração de 12 (doze), podendo ser alterada nos casos previstos pelo Art. 57, inciso I, da Lei n° 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65, da Lei 8.666/93, sempre através de Termos Aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato poderá ser rescindindo, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:
15.1.1. Pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, bem como pela inobservância do Termo de Referência;
15.1.2. Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
15.1.3. Pela lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado.
15.1.4. Pela paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
15.1.5. Pelo desentendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
15.1.6. Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução;
15.1.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pelo CONTRATANTE.
15.2. Havendo interesse de quaisquer das partes signatárias em não mais prosseguir com o presente contrato, poderá este ser rescindido de pleno direito. Neste caso, deverá a parte interessada comunicar dita pretensão ao outro signatário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a seu respeito

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Fica estabelecida que caso venha ocorrer algum fato não previsto no presente contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitando o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria e em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume e no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Acari/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.
E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Acari/RN, 03 de setembro de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

GOLED INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ nº 32.617.419/0001-83
P/Contratada

1ª:.....
CPF:

2ª .....
CPF:

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:4E2A7F4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO ORÇAMENTÁRIO N.º 00009/2019, DE 01 DE JULHO DE 2019

DECRETO ORÇAMENTÁRIO N.º 00009/2019, de 01 de Julho de 2019.

Altera os Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD) do Orçamento do exercício de 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Acari – RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pelos Art. 36 e 37, da Lei Municipal N.º 1.103/2018, de 07 de Junho de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Setor Contábil autorizado a remanejar a importância de R$ 1152447.27 (HUM MILHAO, CENTO E CINQUENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E VINTE E SETE CENTA- VOS), constante do orçamento desta Prefeitura, para reforço das dotações orçamentárias especificadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 2.º Constitui fontes de recursos para cobertura do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II, deste Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Acari – RN, 01 de Julho de 2019.

ISAÍAS DE MEDEIROS CABRAL
Prefeito Municipal

ANEXO I – SUPLEMENTAÇÃO

DATA	UN	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	ELEMENTO	ESFERA	VALOR
01/07/2019	02	04.122.0002.0006.2002	3390480000	FISCAL	2.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390300000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3190130000	FISCAL	45.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390300000	FISCAL	20.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3190130000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390300000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3190130000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390300000	FISCAL	10.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0177.2009	3190130000	SEGURIDADE	15.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390300000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.303.0008.0196.2013	3390320000	SEGURIDADE	20.000,00
01/07/2019	06	10.305.0008.0186.2014	3190110000	SEGURIDADE	12.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0177.2009	3390320000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0197.2010	3190130000	SEGURIDADE	25.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390390000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0197.2010	3190130000	SEGURIDADE	20.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0177.2009	3190130000	SEGURIDADE	20.000,00
01/07/2019	06	10.303.0008.0196.2013	3190110000	SEGURIDADE	5.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390300000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390300000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	4490520000	FISCAL	35.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	4490520000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	4490520000	FISCAL	100.000,00
01/07/2019	07	25.752.0011.0059.1098	3390390000	FISCAL	6.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	4490520000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	35.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3190110000	FISCAL	3.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3390300000	FISCAL	3.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3390300000	FISCAL	3.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190130000	FISCAL	48.000,00
01/07/2019	08	12.365.0013.0204.2029	3190110000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190110000	FISCAL	119.260,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190130000	FISCAL	32.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3390390000	FISCAL	10.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3190110000	FISCAL	2.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3390300000	FISCAL	6.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3390300000	FISCAL	1.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0086.2069	3390390000	FISCAL	10.000,00
01/07/2019	08	12.365.0013.0204.2029	3190110000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	08	12.365.0013.0204.2029	3190110000	FISCAL	30.187,27
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0085.2080	3390390000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3190110000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	09	15.695.0024.0121.2041	3390390000	FISCAL	20.000,00
01/07/2019	11	08.244.0020.0182.2044	3190110000	SEGURIDADE	15.000,00

TOTAL	1.152.447,27

ANEXO II- ANULAÇÃO

DATA	UN	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	ELEMENTO	ESFERA	VALOR
01/07/2019	02	04.122.0002.0006.2002	3190130000	FISCAL	2.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390390000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390390000	FISCAL	45.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390390000	FISCAL	20.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390390000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390390000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390300000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	04	04.122.0004.0013.2006	3390390000	FISCAL	10.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0177.2009	3390920000	SEGURIDADE	15.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0037.2022	3371410000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0032.2020	3190110000	SEGURIDADE	20.000,00
01/07/2019	06	10.305.0008.0186.2014	3190110000	SEGURIDADE	12.000,00
01/07/2019	06	10.305.0008.0186.2014	3390300000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390390000	SEGURIDADE	25.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390300000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0036.2083	3350410000	SEGURIDADE	20.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0197.2010	3390320000	SEGURIDADE	20.000,00
01/07/2019	06	10.303.0008.0196.2013	3190110000	SEGURIDADE	5.000,00
01/07/2019	06	10.302.0008.0043.2007	3390300000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	06	10.301.0008.0197.2010	4490520000	SEGURIDADE	10.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	35.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	07	15.451.0011.0056.1014	4490510000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	100.000,00
01/07/2019	07	25.752.0011.0059.1098	4490520000	FISCAL	6.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390390000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	07	15.451.0010.0038.1073	4490510000	FISCAL	35.000,00
01/07/2019	07	15.452.0009.0047.2024	3390360000	FISCAL	50.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3390470000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3390360000	FISCAL	3.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3190110000	FISCAL	3.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	4490520000	FISCAL	3.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3390390000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190130000	FISCAL	48.000,00
01/07/2019	08	12.366.0014.0072.2031	3190040000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190160000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190110000	FISCAL	119.260,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3390320000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.365.0013.0204.2029	3190130000	FISCAL	32.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3190110000	FISCAL	10.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3390300000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	4490520000	FISCAL	2.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3190110000	FISCAL	6.000,00
01/07/2019	08	12.365.0015.0203.2030	3390300000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3190110000	FISCAL	1.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0086.2069	3390300000	FISCAL	10.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0084.1078	4490520000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	08	12.365.0013.0204.2029	3190130000	FISCAL	30.187,27
01/07/2019	08	12.361.0013.0204.2027	3190090000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0179.2026	3190110000	FISCAL	30.000,00
01/07/2019	08	12.361.0015.0202.2028	3390360000	FISCAL	5.000,00
01/07/2019	09	27.812.0018.0106.1051	4490510000	FISCAL	20.000,00
01/07/2019	10	16.482.0030.0182.1033	4490510000	SEGURIDADE	15.000,00
TOTAL					1.152.447,27

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:FCA7F76C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

Após cumpridas as exigências e condições estipuladas pelo ato convocatório e vencidos os prazos para recursos administrativos, como preceitua disposições constantes da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93 e legislação complementar, de conformidade com o julgamento proferido pela Egregia Comissão Permanente de Licitação e Deliberação desta Administração Superior, ADJUDICO o objeto da presente licitação e os vencedores do Pregão Presencial nº 025/2019, realizada em 28/08/2019, a saber:

Objeto: **AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇO DE MEDICAMENTOS - PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO EMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITARIA - ANVISA.**
DROGARIA EFEGE COMERCIO LTDA - ME - CNPJ: 08.226.870/0001-95 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) :

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (R$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR FINAL (R$)
1	MEDICAMENTOS GENÉRICOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO (CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), MARÇO/2018.	100.000,00	14%	86.000,00
2	MEDICAMENTOS SIMILARES CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO (CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), MARÇO/2018.	20.000,00	17,33%	16.534,00
3	MEDICAMENTOS ÉTICOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO (CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), MARÇO/2018.	180.000,00	6%	169.200,00

Totalizando o valor de R$ 271.734,00 (duzentos e setenta e um mil setecentos e trinta e quatro reais)

Angicos/RN, em 04 de setembro de 2019

TONYZETTE DARLYTON DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:9793E78B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 25/2019 com início 15 de agosto de 2019, realizada em 28 de agosto de 2019 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

DROGARIA EFEGE COMERCIO LTDA - ME - CNPJ: 08.226.870/0001-95 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) :

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (R$)	PERCENTUAL DE DESCONTO	VALOR FINAL (R$)
1	MEDICAMENTOS GENÉRICOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO (CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), MARÇO/2018.	100.000,00	14%	86.000,00
2	MEDICAMENTOS SIMILARES CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO (CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), MARÇO/2018.	20.000,00	17,33%	16.534,00
3	MEDICAMENTOS ÉTICOS CONSTANTES NA TABELA DA LISTA DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – PREÇO FÁBRICA E PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, EMITIDA PELA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO (CMED/SECRETARIA EXECUTIVA/AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), MARÇO/2018.	180.000,00	6%	169.200,00

Totalizando o valor de R$ 271.734,00 (duzentos e setenta e um mil setecentos e trinta e quatro reais)

Angicos/RN, 04 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:CFDB8ACB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 158/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo nº 126 – Centro – Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **MM AVIAMENTOS E MATERIAL SERIGRÁFICO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.018.070/0001-56**, com sede na Av. Cunha da Mota, 49 Centro, CEP: 59600-160, Mossoró/RN, neste ato representada pelo **Sr. FRANCISCO GLAUBÊNIO FELIX DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.953.250 SSP-RN e inscrito no CPF/MJ nº 012.379.304-13, residente e domiciliado na Rua Ricardo Guilherme de Lima, nº 58 - Aeroporto, CEP: 59.000-000, Mossoró/RN, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais referente ao ***Registro de Preços destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando à eventual aquisição de camisas em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal da Educaçãode Baraúna/RN***, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR.**

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º O PRESTADOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) Executar o fornecimento dos produtos obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital;
c) A entrega do produto ocorrerá em **até 03 (três) dias úteis**, contadas do recebimento da Ordem de Compra;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimento dos produtos, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de de fornecimento dos produtos.
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os produtos e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Camisetas brancas em malha pp sublimadas tam: P, M, G E GG.	MM AVIAMENTOS	Und	800	15,55	12.440,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega dos produtos, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03. Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:

a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
13.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
13.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na entrega dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **BENEFICIÁRIO**.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	MM Aviamentos E Material Serigráfico LTDA - ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***FRANCISCO GLAUBÊNIO FELIX DE OLIVEIRA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:35C51D7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO Nº 001/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 158/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo nº 126 – Centro – Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MM AVIAMENTOS E MATERIAL SERIGRÁFICO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.018.070/0001-56**, com sede na Av. Cunha da Mota, 49 Centro, CEP: 59600-160, Mossoró/RN, neste ato representada pelo **Sr. FRANCISCO GLAUBÊNIO FELIX DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1.953.250 SSP-RN e inscrito no CPF/MJ nº 012.379.304-13, residente e domiciliado na Rua Ricardo Guilherme de Lima, nº 58 - Aeroporto, CEP: 59.000-000, Mossoró/RN, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente contrato tem como objeto a ***contratação de Pessoa Jurídica visando à eventual aquisição de camisas em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal da educação de Baraúna/RN***, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	Camisetas brancas em malha pp sublimadas tam: P, M, G E GG.	MM AVIAMENTOS	Und	800	15,55	12.440,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de R$ 12.440,00 (doze mil quatrocentos e quarenta reais), correspondente ao fornecimento do objeto constante da cláusula primeira, indicado na tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 027/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5.1. O prazo de vigência do contrato dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Secretaria Municipal da Educaçãopara a entrega dos produtos, objeto deste edital, quando for o caso;
6.1.3. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na entrega dos produtos objeto deste Certame;
6.1.4. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.1.5. Realizar consulta ao SICAF e ao CADIN, visando apurar a regularidade das condições iniciais de habilitação da empresa, quando da convocação da licitante para assinatura do contrato bem como durante a execução contratual.
6.2. CABERÁ À CONTRATADA:
6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) frete;
e) indenizações; e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Secretaria Municipal da Educação;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal da Educaçãoou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega dos produtos não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna;
6.2.4. Efetuar entrega dos produtos conforme fixado na Proposta do Licitante;
6.2.5. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder a entrega dos produtos sem nenhum problema de operacionalização **ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 027/2019**;
6.2.9. Os produtos deverão ser solicitados de acordo com o pedido da Secretaria Municipal da Educação, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O prazo de entrega dos produtos será de **até 03 (três) dias úteis**, contadas do recebimento da Ordem de Compra; e,
6.2.11. Executar os fornecimento dos produtos obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.
CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS
7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos produtos ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/ Secretaria Municipal da Educação;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a entrega dos produtos originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Baraúna, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Baraúna.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente a entrega dos produtos caberá a cada Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA
11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos serão advindos do **Orçamento Geral do Município**, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORCAMENTARIA	
	02.008 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO	
	2017 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
	2021 MANUT. DAS ATIV. DO SALARIO EDUCACAO - QSE
ELEMENTO DE DESPESA	
	339030 MATERIAL DE CONSUMO
	339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE	
11200000	Transferência do Salário-Educação
11240000	Outras Transferências de Recursos do FNDE
11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

11.1. O referido recurso está consignado no Orçamento Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;

12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.

12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos iandimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;

12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, juntamente com as Notas Fiscais, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;

12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os material(ais) não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:

EM = I x N x VP

Onde:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)
365
I = (6/100)
365
I = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes A inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;

15.2. Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na entrega dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;

d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;

15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;

15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;

15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:

15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;

15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;

15.18.4. Fizer declaração falsa;

15.18.5. Cometer fraude fiscal;

15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;

15.18.8. Apresentar documentação falsa.

15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:

16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA

17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 027/2019**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS

18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	MM Aviamentos E Material Serigráfico LTDA - ME
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***FRANCISCO GLAUBÊNIO FELIX DE OLIVEIRA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:99382F24

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 158/2019

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo nº 126 – Centro – Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra**. **LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JÚNIOR – MEI "RC REPRESENTAÇÕES"**, **CNPJ/MF nº 27.545.583/0001-92**, situada na Rua Antônio Benjamin da Cruz, nº 535 Centro – CEP: 58880-000 – com sede na cidade de Brejo dos Santos/PB, neste ato representada pelo Sr. **PHABULO FELIPE MOREIRA GOUVEIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade de n° 3863694 - SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 094.444.664-77, residente e domiciliado na Rua Alfredo Ferreira da Rocha, nº 193, Mangabeira I – João Pessoa/PB, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais referente ao ***Registro de Preços destinado à contratação de Pessoa Jurídica visando à eventual aquisição de camisas em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal da Educaçãode Baraúna/RN***, cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR.**

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º O PRESTADOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) Executar o fornecimento dos produtos obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital;
c) A entrega do produto ocorrerá em **até 03 (três) dias úteis**, contadas do recebimento da Ordem de Compra;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referentes às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimento dos produtos, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o prestador solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de de fornecimento dos produtos.
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, os produtos e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
2	Camisetas em malha pp, cores diversas sublimadas tam: P, M, G E GG.	RC REPRESENTAÇÕES	Und	800	16,45	13.160,00

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da **Tesouraria**, por meio de crédito em conta bancária do Fornecedor ou cheque nominal, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:
a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega dos produtos, a documentação fiscal equivalente. Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o fornecedor deverá tê-la encaminhado por meio eletrônico ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material, as Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, essenciais a liquidação, com vigência no ato da emissão da nota fiscal;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **FORNECEDOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser entregue os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03. Por ocasião da entrega, o Fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
13.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
13.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na entrega dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da Prefeita Municipal.

Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo **BENEFICIÁRIO**.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Rubens Castilho Diniz Júnior - MEI
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***PHABULO FELIPE MOREIRA GOUVEIA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:B0DBB9C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CONTRATO Nº 002/2019 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 158/2019

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo nº 126 – Centro – Baraúna/RN, CEP: 59.695-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a **Sra. LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de n° 204.106 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 096.424.804-25, residente na Rua PO Velame 5 SN, Zona Rural, Baraúna/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **RUBENS CASTILHO NUNES DINIZ JÚNIOR – MEI "RC REPRESENTAÇÕES"**, **CNPJ/MF nº 27.545.583/0001-92**, situada na Rua Antônio Benjamin da Cruz, nº 535 Centro – CEP: 58880-000 – com sede na cidade de Brejo dos Santos/PB, neste ato representada pelo Sr. **PHABULO FELIPE MOREIRA GOUVEIA**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade de n° 3863694 - SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 094.444.664-77, residente e domiciliado na Rua Alfredo Ferreira da Rocha, nº 193, Mangabeira I – João Pessoa/PB, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. O presente contrato tem como objeto a ***contratação de Pessoa Jurídica visando à eventual aquisição de camisas em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal da educação de Baraúna/RN***, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, indicados na tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNIT (R$)	VALOR TOTAL (R$)
2	Camisetas em malha pp, cores diversas sublimadas tam: P, M, G E GG.	RC REPRESENTAÇÕES	Und	800	16,45	13.160,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO
2. O valor estimado do contrato será de R$ 13.160,00 (treze mil, cento e sessenta reais), correspondente ao fornecimento do objeto constante da cláusula primeira, indicado na tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL
3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 027/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO
4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.
4.2. Não será permitida a subcontratação

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA
5.1. O prazo de vigência do contrato dar-se-á a partir da data de sua assinatura e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
6.1 CABERÁ À CONTRATANTE:
6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Secretaria Municipal da Educaçãopara a entrega dos produtos, objeto deste edital, quando for o caso;
6.1.3. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na entrega dos produtos objeto deste Certame;

6.1.4. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.
6.1.5. Realizar consulta ao SICAF e ao CADIN, visando apurar a regularidade das condições iniciais de habilitação da empresa, quando da convocação da licitante para assinatura do contrato bem como durante a execução contratual.

6.2. CABERÁ À CONTRATADA:

6.2.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como:
a) salários;
b) seguros de acidentes;
c) taxas, impostos e contribuições;
d) frete;
e) indenizações; e
f) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
6.2.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Secretaria Municipal da Educação;
6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal da Educaçãoou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega dos produtos não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Baraúna;
6.2.4. Efetuar entrega dos produtos conforme fixado na Proposta do Licitante;
6.2.5. Comunicar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Baraúna, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
6.2.6. Proceder a entrega dos produtos sem nenhum problema de operacionalização **ou dano e de forma plenamente adequada;**
6.2.8. A obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial SRP nº 027/2019**;
6.2.9. Os produtos deverão ser solicitados de acordo com o pedido da Secretaria Municipal da Educação, obedecendo a necessidade do Município;
6.2.10. O prazo de entrega dos produtos será de **até 03 (três) dias úteis**, contadas do recebimento da Ordem de Compra; e,
6.2.11. Executar os fornecimento dos produtos obedecendo as especificações e cláusulas constantes do Termo de Referência e edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7. À CONTRATADA caberá, ainda:
7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos produtos ainda que acontecido em dependência da Prefeitura Municipal de Baraúna/ Secretaria Municipal da Educação;
7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a entrega dos produtos originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.
7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Prefeitura Municipal de Baraúna, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Prefeitura Municipal de Baraúna.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Baraúna.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Prefeitura Municipal de Baraúna, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO

10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente a entrega dos produtos caberá a cada Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPESA

11. As despesas decorrentes do presente Termo Contratual correrão por conta dos recursos serão advindos do **Orçamento Geral do Município**, conforme especificação a seguir:

UNIDADE ORCAMENTARIA	
	02.008 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
AÇÃO	
	2017 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
	2021 MANUT. DAS ATIV. DO SALARIO EDUCACAO - QSE
ELEMENTO DE DESPESA	
	339030 MATERIAL DE CONSUMO
	339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE	
11200000	Transferência do Salário-Educação
11240000	Outras Transferências de Recursos do FNDE
11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

11.1. O referido recurso está consignado no Orçamento Geral do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao fornecedor;
12.1. Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista, em original ou em fotocópia autenticada.

12.1.1. Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos iandimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
12.1.2. A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
12.1.2.3. Por ocasião da apresentação de faturas. Deverá a contratada entregar à Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, juntamente com as Notas Fiscais, conforme o caso, os seguintes documentos:
a) Comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da Contratada;
b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
c) Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP;
d) Resumo do fechamento-empresa/FGTS;
e) Resumo das informações à Previdência Social constantes do arquivo SEFIP;
f) Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;
g) Protocolo de envio de arquivos;
h) Guia do FGTS e GPS pagas;
12.2. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os material(ais) não estiverem em perfeitas condições de uso ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
12.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.
12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, ser a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)
365
I = (6/100)
365
I = 0,0001644

TX = Percentual da taxa anual = 6%.
12.6. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.7. A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.
12.8. Antes dos pagamentos, a CONTRATANTE, fará consultas referentes A inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO
14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.
14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.
14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES
15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
15.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
15.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na entrega dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 15.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;

15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
15.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;
15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:
15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;
15.18.4. Fizer declaração falsa;
15.18.5. Cometer fraude fiscal;
15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
15.18.8. Apresentar documentação falsa.
15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.
15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 027/2019**, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Baraúna/RN, 05 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Rubens Castilho Diniz Júnior - MEI
LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO	***PHABULO FELIPE MOREIRA GOUVEIA***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:CEF93C6D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2019

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipa de Apoio, referente a licitação Pregão Eletrônico nº 26/2019 com início 01 de julho de 2019, realizada em 16 de julho de 2019 (terça-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

Vencedor(es): **A.N.Q. GONÇALVES JUNIOR ME**						
CNPJ: **20.903.036/0001-92**				E-mail: **J.JLICITACOES@HOTMAIL.COM**	Telefone: **84-988994715**	
Endereço: **RUA FELIPE CAMARÃO , 853 LOJA 01, DOZE ANOS, MOSSORO/RN, CEP: 59603-340**						
Representante: **ANTONIO NEUTON QUEIROZ GONÇALVES JÚNIOR**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
06	4	UNID	IMPRESSORA DE CÓDIGO DE BARRAS. Especificação mínima: que esteja em linha de produção peio fabricante; impressora de código de barras com tecnologia térmica direta; conectáve! a computadores; resolução de 200 DPI; cortador automático de fita; compatível com rolo contínuo e largura de impressão máxima de 104 mm; Suportar Código de Barras EAN 128, suportar sistema operacional Windows em todas as versões 2000/XP/VISTA/7 e GNU-UNUX KERNEL 2.6 ou superior; interface RS232 e USB; voltagem bivolt ou acompanhada de conversor de voltagem compatível com a potência do equipamento fornecido; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	ELGIN	1.445,00	5.780,00
Total:						5.780,00

Vencedor(es): **FOX COMERCIO E SERVICOS LTDA**						
CNPJ: **15.435.299/0001-84**				E-mail: **EDSON.MERIB@FOXCOMERCIAL.NET**	Telefone: **48-30947160**	
Endereço: **AV SALVADOR DI BERNARDI, 720 SALA 101, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC, CEP: 88101-260**						
Representante: **EDSON JOSE MERIB**						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
01	4	UNI	SWITCH - Deve estar em linha de produção pelo fabricante; - Especificações: Switch avançado com gerenciamento inteligente Gigabit de 24 portas com 4 portas de GbE SFP; - Portas: 24 portas 10/100/1000 RJ-45 com negociação automática; 4 portas SFP 1000 Mbps; Suporta um máximo de 24 portas 10/100/1000 com detecção automática e mais 4 portas SFP 1000BASE-X, ou uma combinação; - Memória e processador: MIPS a 500 MHz; 32 MB de flash; Tamanho do buffer de pacotes: 4,1 Mb; SDRAM de 128 MB; - Latência: Latência de 100 Mb: < 5 ps; Latência de 1000 Mb: < 5 ps; - Capacidade de produção: Até 41,7 Mpps; - Capacidade de routing/switching: 56 Gbps; - Características de gestão: IMC - Centro de gerenciamento inteligente; Interface de linha de comando limitada; Navegador Web; SNMP Manager; IEEE 802.3 Ethernet MIB; - Acompanha: 01 Cabo de força 01 Kit para montaqem em rack 01 Cabo do console - Garantia de 12 meses	TP-LINK	975,00	3.900,00
Total:						3.900,00

Vencedor(es): **M.K. DE AZEVEDO ARAÚJO DUTRA DANTAS**						
CNPJ: **21.062.777/0001-50**				E-mail: **alfaeletromoveis.sb@gmail.com**	Telefone: **83-999961984**	
Endereço: **RUA JOAQUIM RIBEIRO, 181 , CENTRO, SÃO BENTO/PB, CEP: 58865-000**						
Representante: **MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
04	4	UNI	LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM UNHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; TIPO PISTOLA MANUAL COM FEIXE DE LUZ BIDIRECIONAL, FONTE DE LUZ LASER 650NM; INDICADOR SONORO DE LEITURA; VELOCIDADE DE LEITURA DE 100 UNHAS POR SEGUNDO, CAPACIDADE DE LER ETIQUETAS DE CÓDIGOS DE BARRAS COM 16CM OU MAIS DE LARGURA; CAPACIDADE DE DECODIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS: UPC/EAN, UPC/EAN COM COMPLEMENTOS, UCC/EAN 128, CÓDIGO 39, CÓDIGO 39 FULL ASCII, CÓDIGO 39 TRIOPTTC, CODIGO 128, CÓDIGO 128 FULL ASCII, CODABAR, INTERCALADO 2 DE 5, DISCRETO 2 DE 5, CÓDIGO 93, MSI, CÓDIGO 11 POSSUIR INTERFACE USB, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	ELGIN	107,00	428,00
Total:						428,00

Vencedor(es): **RAUL MUELLER SCHRAMM 44321074053**						
CNPJ: **33.456.016/0001-62**				E-mail: **raulprodutora@gmail.com**	Telefone: **(55) 32226376**	
Endereço: **AV DOIS DE NOVEMBRO, 1390 , PATRONATO, SANTA MARIA/RS, CEP: 97020-230**						
Representante: **RAUL MUELLER SCHRAMM** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
03	4	UNI	IMPRESSORA LASER (COMUM). Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suportar tamanho de papel a5, a4 carta e oficio; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e	Epson	1.408,75	5.635,00

			rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento garantia de 12 meses.			
Total:						5.635,00

Vencedor(es): **RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA**						
CNPJ: **21.972.444/0001-69**				Email: **rdinformaticabr@gmail.com**	Telefone: **(49) 32770767**	
Endereço: **RUA JOÃO TEOFIÇO DEUCHER, 29 , CENTRO, BOM RETIRO/SC, CEP: 88680-000**						
Representante: **IZABELA DEUCHER PIRES** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
05	14	UNI	COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO). ESPECIFICAÇÃO: MÍNIMA: QUE ESTEJA EM UNHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE 13 OU AMD A10 OU SIMILAR; POSSUIR 1 (UM) DISCO RÍGIDO DE 500 GIGABYTE; MEMÓRIA RAM DE 08 (OITO) GIGABYTES, EM 02 (DOIS) MÓDULOS IDÊNTICOS DE 04 (QUATRO) GIGABYTES CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 2.133 MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODAUDADE DUAL CHANNEL; A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS E DIVULGADOS NO SÍTIO WWW.FORMFACTORS.ORG, ORGANISMO QUE DEFINE OS PADRÕES EXISTENTES; POSSUIR PELO MENOS 01 (UM) SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X16 OU SUPERIOR; POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE; O ADAPATADOR DE VIDEO INTEGRADO DEVERA SER NO MÍNIMO DE 01 (UM) GIGABYTE DE MEMÓRIA, POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR, SUPORTAR MONITOR ESTENDIDO, POSSUIR NO MÍNIMO 02 (DUAS) SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI; UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM; TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO) E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO); MONITOR DE LED 19 POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO j64 BITS); FONTE COMPATÍVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM; GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL; TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES BRANCA, PRETA OU CINZA, E MANTER O MESMO PADRÃO DE COR; TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES.	deutel/acer	1.642,86	23.000,00
Total:						23.000,00

Vencedor(es): **TUCANA ENERGIA RENOVAVEIS LTDA**						
CNPJ: **13.026.145/0001-03**			E-mail: **CONTATO@TUCNASOLAR.COM.BR**		Telefone: **11-50510015**	
Endereço: **RUA NICOLAU ZARVOS, 167 , PARQUE JABAQUARA, SÃO PAULO/SP, CEP: 04356-080**						
Representante: **UMBERTO CAVALLARI** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
07	14	UNI	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR). ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM UNHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; NO-BREAK COM POTÊNCIA NOMINAL DE 1,2 KVA; POTÊNCIA REAL MÍNIMA DE 600W; TENSÃO ENTRADA 115/127/220 VOLTS (EM CORRENTE ALTERNADA) COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA; TENSÃO DE SAÍDA 110/115 OU 220 VOLTS (A SER DEFINIDA PELO SOUCITANTE); ALARMES AUDIOVISUAL; BATERÍA INTERNA SELADA; AUTONOMIA A PLENA CARGA MÍNIMO 15 MINUTOS CONSIDERANDO CONSUMO DE 240 WATS; POSSUIR NO MÍNIMO 06 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO BRASILEIRO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA DE 12 MESES.	RAGTECH	363,57	5.089,98
Total:						5.089,98

Boa Saúde/RN, 05 de setembro de 2019.

MARIA EDICE FRANCISCO E FELIX
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:E81FD882

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 031/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipa de Apoio, referente a licitação Pregão Presencial nº 31/2019 com início 13 de agosto de 2019, realizada em 26 de agosto de 2019 (segunda-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

Vencedor(es): **GASONOR COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**					
CNPJ: **06.004.897/0001-08**				Telefone: 84-3091-7712	
Endereço: **Rua Alcides Jeronimo Freire, 1068, Parque de Exposições, Parnamirim/RN, CEP: 59146-470**					
Representante: **Franklin Douglas Vasconcelos de Amorim** - RG: **0764824058**					
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R$)	Total (R$)
01	1200	M3	OXIGÊNIO MEDICINAL recarga de cilindros fornecidos pela empresa, conforme normas da ABNT e ANVISA, Pureza 99,9%	22,00	26.400,00
02	200	Unid	Oxigênio medicinal portátil de 1 m3, para ambulância.	50,00	10.000,00
03	10	Unid	Regulador de Pressão para Oxigênio Medicinal	550,00	5.500,00
04	10	Unid	Fluxômetro para Válvula Reguladora de Oxigênio	200,00	2.000,00
05	10	Unid	Umidificador de 250 ml	90,00	900,00
06	10	Unid	Mascaras	85,00	850,00
07	10	Unid	Válvula para Cilindro de Oxigênio	240,00	2.400,00
Total:					48.050,00

Boa Saúde/RN, 04 de setembro de 2019.

MARIA EDICE FRANCISCO E FELIX
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:99E5FBAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 030/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do Pregoeiro e Equipa de Apoio, referente a licitação Pregão Eletrônico nº 30/2019 com início 08 de agosto de 2019, realizada em 21 de agosto de 2019 (quarta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

Vencedor(es): **ALESSANDRA NUNES LORDS**						
CNPJ: **03.865.570/0001-32**				E-mail: **megsport@megsport.com.br**	Telefone: **(27)3722-0114**	
Endereço: **RUA SANTA MARIA, 129 LOJA 05, CENTRO, COLATINA/ES, CEP: 29700-200**						
Representante: **ALESSANDRA NUNES LORDS** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
013	20	UND	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara butil, medindo entre 55 e 59cm, pesando entre 350 e 380 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED), ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente.	Magussy	45,00	900,00
032	12	UND	JOGO DE XADREZ: Descrição Tabuleiro 29cm x 29cm. Cor: Preto e branco, Material Plástico, Características Gerais: Jogo de Xadrez com Tabuleiro Magnético Dobráve Contém 33 peças	Art Game	35,00	420,00
042	200	UND	MEDALHA HONRA AO MÉRITO TIPO BRONZE Medalha injetada em liga metálica com círculo central personalizável por decalque e fita. Tamanho de 50mm e centro de 25mm para adesivo e peso de 30gr.Área personalizável: 25 mm.	Rema	3,45	690,00
044	200	UND	MEDALHA HONRA AO MÉRITO TIPO PRATA Medalha injetada em liga metálica com círculo central personalizável por decalque e fita. Tamanho de 55mm e centro de 25mm para adesivo e peso de 16gr. Área personalizável: 25 mm.	Rema	3,39	678,00
053	4	Kit	TATAME DE EVA: Kit COM 12 TAPE MEDIDA TAPETE: 50x50x1cm 10mm de espessura. Cor a definir.	Evamax	90,00	360,00
Total:						3.048,00

Vencedor(es): **ANDRE E. S. SCHILLING**						
CNPJ: **02.441.945/0001-74**				E-mail: **licitacoeandre@gmail.com**	Telefone: **(51)3563-3275**	
Endereço: **AVENIDA CAPIVARA, 1515 , JARDIM BUHLER, IVOTI/RS, CEP: 93900-000**						
Representante: **ANDRE ELIAS STOLBEN SCHILLING** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
040	15	UND	LUVA DE GOLEIRO INFANTIL: Corte tradicional Costura externa Composição 38% Poliuretano,31% Látex, 22% Polietileno e 9% Poliamida, Tamanhos (7 ou 8).	Scalibu	52,49	787,35
Total:						787,35

Vencedor(es): **GOLD COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS, INSTA**						
CNPJ: **29.304.438/0001-45**				E-mail: **goldlicitacoesecomercio@gmail.com**	Telefone: **(61) 3522-2851**	
Endereço: **RUA 05 CHACARA 116 LOTE 1E, 0 EDIFICIO VOGUE SALA 411, VICENTE PIRES, BRASILIA/DF, CEP: 72000-618**						
Representante: **KENIA MARINHO LIMA MORENO** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
08	10	UND	BOLA DE BASQUETE INFANTIL: Tamanho mirim, confeccionada em borracha, câmara butil, medindo entre 72-74cm, pesando entre 450-500 gramas. Miolo removível, matrizada. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Basquete (CBB), ou pela Federação Internacional de Basquete (FIBA) ou por, no mínimo, 1 Federação de basquete nacional	PENALTY	47,99	479,90
09	30	UND	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO ADULTO: Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC e PU, costurada, câmara butil, medindo entre 68-70cm, 410-450 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	PENALTY	59,99	1.799,70
017	15	UND	BOLA DE VÔLEI INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 60-63 cm, pesando entre 240-270 gramas. Com válvula. Gomos com enchimento interno de eva, tornando a bola mais macia e menos contundente. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de Vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	PENALTY	86,77	1.301,55
029	5	UND	KIT FITAS DE MARCAÇÃO DE QUADRA: Fitas ou Faixas Para Marcação De Quadra de areia Fitas de 5 cm em medidas para demarcação de quadra de Vôlei, facilitando visualização na areia, com ilhós e fixadores em ferro. Cor a definir. Nas extremidades/ pontas de cada fita possui ilhós pra passar o gancho ou prego metálico, para montar o formato do retângulo na quadra de areia.	PANGUE	105,96	529,80
038	5	UND	KIT UNIFORMES PARA ÁRBITROS. Kit com três camisas, três calções e três pares meiões, podendo ser nos tamanhos P, M, G, GG ou XG. P: 75 x 53 cm M: 77 x 55 cm 79 x 57 cm GG: 81 x 59 cm XG: 83 x 61 cm. Informações Técnicas Composição 100% Poliéster Tecnologia DRY. Bolso: Sim, dois no tórax Manga Curta Gola Redonda Forro Não Dimensões aproximadas (A x L) calções Composição 100% Poliéster Tecnologia: DRY Bolso Sim, sendo nas duas laterais + 1 na parte de trás Forro. Meiões tamanho padrão. Obs cores da camisa a ser definida pelo solicitante Calções preto Meiões preto.	BM	146,99	734,95
039	10	UND	LUVA DE GOLEIRO ADULTO: Corte tradicional Costura externa Composição: 38% Poliuretano,31% Látex, 22% Polietileno e 9% Poliamida, Tamanhos (9 ou 10).	PENALTY	52,47	524,70
057	25	UND	TROFÉU TIPO PLACA: Placa acrílica incolor medindo 15x20, com 23 cm de altura, sobre uma base de madeira de cor preta. Com aplicação de impressão a laser na placa, com arte do evento a ser definido,	BM	94,81	2.370,25
Total:						7.740,85

Vencedor(es): **ITACA EIRELI**						
CNPJ: **24.845.457/0001-65**				E-mail: **propostas@itaca.eco.br**	Telefone: **(47) 3057-3928**	
Endereço: **RUA LUIZ ALTEMBURG SENIOR, 635 SALA 101, ESCOLA AGRICOLA, BLUMENAU/SC, CEP: 89031-300**						
Representante: **ISMAEL GEOVANI REICHERT** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
045	3	UND	MESA DE TÊNIS: Espessura 15mm Composição Madeira 5mm MDP Dimensões do Produto Montado: 2,74 x 1,52 x 0,76 (Comprimento x largura x altura).	GINASTIC	699,63	2.098,89
Total:						2.098,89

Vencedor(es): **JOZILMA MARIA DE CARVALHO**						
CNPJ: **04.805.345/0001-73**				E-mail: **dodysport@ymail.com**	Telefone: **(84)3272-3429**	

Endereço: **RUA: EDGAR DANTAS , 350 , SANTO REIS, PARNAMIRIM/RN/RN, CEP: 59141-150**

Representante: **JOZILMA MARIA DE CARVALHO** - RG:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
010	20	UND	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL NÚMERO 05: Tamanho infantil, confeccionada em PVC e PU, costurada, câmara butil, medindo entre 64-66cm, 360-390 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	PENALTY	43,90	878,00
026	10	UND	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 01 CHUTEIRA OURO, 13x20cm com base em madeira na cor preta.	JEBS	77,00	770,00
050	12	Par	REDE DE FUTEBOL DE SALÃO/HANDEBOL: Com medidas oficiais, confeccionada em polietileno (nylon), Resistência a raio UV com fio de 5,0mm de espessura, malha de 15x15 cm. Medidas: 3 x 2 x 1 (Largura x Altura x profundidade).	SCALIBU	144,00	1.728,00
052	5	UND	SACO PARA TRANSPORTAR MATERIAL ESPORTIVO: Em nylon 600, alta resistência, com forração interna em tecido sintético, com alças em nylon trançadas, fechamento superior em zíper de poliéster. Medida aproximada: 85cm de altura X 48cm de comprimento X 28cm de largura nas laterais. Com impressão da logomarca do Programa Segundo Tempo (medida aproximada: 20 cm x 27 cm). O arquivo com o logomarca do programa será disponibilizado pelo contratante.	SPITTER	49,00	245,00
058	20	UND	UNIFORME DE JOGO PARA FUTEBOL: confeccionado em poliéster, composto por 16 camisas com pintura em sublimação total, 16 shorts, 16 meiões, 02 camisas para goleiro, 02 shorts para goleiro e 02 pares de meiões para goleiro, com impressão centralizada, medindo 17 cm, conforme modelo da logomarca do Município.	DODY SPORT Fabricante: DODY	680,00	13.600,00
059	20	UND	UNIFORME DE JOGO PARA FUTSAL: confeccionado em poliéster, composto por 10 camisas com pintura em sublimação total, 10 shorts, 10 meiões, 02 camisas para goleiro, 02 shorts para goleiro e 02 pares de meiões para goleiro, com impressão centralizada, medindo 17 cm, conforme modelo da logomarca do município.	DODY	500,00	10.000,00
Total:						27.221,00

Vencedor(es): **LIDIANE NUNES DE OLIVEIRA ZANON 01479478636**

CNPJ: **23.110.090/0001-79** | E-mail: **atendimento@lojasamel.com.br** | Telefone: **(31)3042-2288/99970-7536**

Endereço: **RUA DÉCIO MAGALHÃES, 176 , JARDIM PIRINEUS, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 30285-610**

Representante: **LIDIANE NUNES DE OLIVEIRA ZANON** - RG:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
07	10	UND	BICO PARA BOMBA DE ENCHER BOLA: Confeccionada em metal, tipo agulha, rosqueavel.	Magussy	1,79	17,90
014	20	UND	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTO - TIPO 2: Construída em 11 gomos, aprovada pela FIFA. Oferece maior precisão e máxima durabilidade, além de resistência à água. Gênero: Unissex Indicado para: Jogo Tipo: Futsal Tecnologia: FIFA APPROVED Definição da Tecnologia: Bola profissional de futsal aprovada pela FIFA. Composição: Material: PU. Miolo: Slip System - Removível E Lubrificado Câmara: Airbility. Peso do Produto: 410-440 g Circunferência: 62-64 cm Garantia do Fabricante: Contra Defeito de Fabricação, Origem: Nacional	Trivella	65,89	1.317,80
016	12	UND	BOLA DE HANDEBOL INFANTIL: Tamanho infantil, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 49-51cm, pesando entre 230 e 270 gramas, Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Handebol (CBHB), ou pela Federação Internacional de Handebol (IHF), ou por, no mínimo, 1 Federação Estadual de Handebol nacional.	Trivella	65,99	791,88
018	15	UND	BOLA DE VÔLEI: Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC, costurada, com câmara de butil, medindo entre 65- 67cm, pesando entre 260-280 gramas. Gomos com enchimento de eva, tornando a bola mais macia e menos contundente. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), ou pela Federação Internacional de vôlei (FIVB), ou por no mínimo 1 Federação Estadual de Vôlei nacional.	Trivella	47,49	712,35
019	15	UND	BOLA DE VÔLEI DE AREIA: Matrizada, com 18 gomos, confeccionada com PU, Ultra Fusion; - Alta resistência sem perder a maciez; - Menor absorção de água; - Sem costura; - PVC; - 18 gomos; - Circunferência: 65 - 67 cm; - Peso: 260 - 280g; - Câmara Airbility, atestada pela Confederação Brasileira de Vôlei(CBV).	Magussy	76,98	1.154,70
022	15	Kit	COLETE ESPORTIVO: Confeccionado em tecido 100% poliéster (fio 75/72 texturizado, malha dupla, diâmetro 28, finura 34, solides de cor a fricção de 4 a 5, grau de formação de Pilling até 7.000 ciclos graus 4 a 5), gramatura do tecido: aproximadamente 80 gramas/m2 (mais ou menos 5%). Com elástico lateral recoberto, para ajuste no corpo. Medidas aproximadas: 65cm de altura x 45cm de largura, nas cores: a ser definida. Kit com 16 unidades.	Aziz	149,99	2.249,85
030	12	UND	JOGO DE DAMA: Descrição Tabuleiro: 29cm x 29cm Cor Preto e branco Material Plástico Características Gerais Jogo de Xadrez com Tabuleiro Magnético Dobrável Contém 33 peça.	Pangue	26,15	313,80
036	10	UND	KIT/BOLSA PARA MASSAGISTA: Bolsa para massagista com bolsos internos e externo contendo um isopor e uma garrafa, medidas mínimas de aproximadamente:35x25x15cm, podendo ser nas cores azul ou preto.	Pentagol	86,99	869,90
Total:						7.428,18

Vencedor(es): **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA**

CNPJ: **11.886.312/0001-60** | Email: **mf.comercio@hotmail.com** | Telefone: **(84) 3214-4489**

Endereço: **RUA DOS COLIBRIS, 33 CONJUNTO ALAMEDA POTIGUAR, AMARANTE, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, CEP: 59290-000**

Representante: **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA** - RG:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
01	5	Par	ANTENA DE VÔLEI: O par contendo duas antenas é um equipamento para as partidas de voleibol o espaço de cruzamento no jogo. A Antena Profissional Para Rede De Vôlei é um bastão/vara flexível com 1,80m de comprimento e aproximadamente 10mm, fabricada com fibra de vidro. Pintura Em Esmalte Sintético.	PANGUE	66,40	332,00
02	5	UND	APITO DE MESA: Apito utilizado por mesários em geral. Indicado para o uso profissional ou amador. Decibéis: 105 Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	SCALIBU Fabricante: OXIGÊNIO	17,10	85,50
011	20	UND	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO INFANTIL NÚMERO 04: Tamanho infantil, confeccionada em PVC e PU, costurada, câmara butil, medindo entre 6.2-64cm, 3400-380 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) ou por, no mínimo, 1 Federação estadual de futebol de campo nacional.	MAGUSSY Fabricante: LUSO	49,50	990,00
012	25	UND	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO ADULTO - TIPO 1: Tamanho oficial adulto, confeccionada em PVC, dupla laminação, costurada, 30 gomos, com câmara butil, medindo entre 61-64cm, pesando entre 410-440 gramas. Com válvula. A marca deve ser ou ter sido aprovada pela Confederação Brasileira de Futebol de Salão (CBFS), ou pela Federação Internacional de Futebol (FIFA APROVED) ou pela Liga Nacional de Futsal, no ano vigente.	MAGUSSY Fabricante: LUSO	49,97	1.249,25
027	10	UND	ESTATUETAS INTERCAMBIÁVEIS TIPO 02 CHUTEIRA PRATA, 13x20cm com base em madeira na cor preta.	VITÓRIA	77,75	777,50
031	12	UND	JOGO DE DOMINÓ: Jogo de dominó com 28 peças. Ponto colorido para facilitar a identificação do número. Feito em poliéster. Organizado em uma linda lata de alumínio. Tamanho da lata: 19 cm x 11 cm x 2 cm. Tamanho das peças: 4,7 cm x 2,4 cm x 1 cm.	PANGUE	19,95	239,40
033	15	UND	KIMONO PARA KARATÊ TIPO 2. Confeccionado em Tecidos 100% algodão (Sarja). Cor Branco Pré encolhido em processo industrial. Blusa sem costura nas costas e nos ombros das mangas. Tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta, Calça com elástico e cordão. Gola costura alinhada e com enchimento especial. TAMANHO 14 A 16 ANOS	TORAH	109,98	1.649,70
034	10	UND	KIMONO PARA KARATÊ TIPO 2. Confeccionado em Tecidos 100% algodão (Sarja). Cor Branco Pré encolhido em processo industrial. Blusa sem costura nas costas e nos ombros das mangas. Tecido duplo nas axilas para maior resistência e conforto ao atleta, Calça com elástico e cordão. Gola costura alinhada e com enchimento especial. TAMANHO ADULTO.	TORAH	104,98	1.049,80
037	10	UND	KIT TROFÉUS TIPO 01 Kit de troféus com 03 unidade cada um tendo as seguintes medidas 69cm, 66cm, -60cm de altura, base preta de madeira com 3 cm de altura, 18 cm de largura, acima 4 tubos prata com detalhes dourados nas pontas e 1 estatueta no meio, acima base de madeira com 4 águias nas laterais, com coroa e taça dourada com tampa e alças, com 14cm de largura a partir das alças. Componentes confeccionados em plástico injetado poliestireno, estatueta intercambiável.	VITÓRIA	336,99	3.369,90
041	250	UND	MEDALHA EM ACRÍLICO Medalhas 6cm Em Acrílico 2mm P/ Personalizar 6x6 de acordo com o evento solicitado.	REMA	5,71	1.427,50
043	200	UND	MEDALHA HONRA AO MÉRITO TIPO OURO Medalha injetada em liga metálica com círculo central personalizável por decalque e fita. Tamanho de 50mm e centro de 25mm para adesivo e peso de 30gr.Área personalizável: 25 mm.	CRESPAR	3,10	620,00
049	12	Par	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO: Oficial para trave, medidas oficiais, confeccionada em Polietileno (nylon) de alta densidade, fio 5,0mm, malha 16x16. Medida padrão: 7,55m x 2,44m, modelo tradicional.	PANGUE	274,99	3.299,88
051	6	UND	REDE DE VÔLEI: Com cordas, cabo de aço plastificado. Material polietileno com 4 lonas sintéticas, fio 2,50 mm. Suporte plástico nas pontas superiores que impedem a ação cortante do cabo. Quadro estrutural em corda de nylon 6mm. Medidas 10 m x 1 m. Malha 10 x 10, resistente a raios.	PANGUE	76,93	461,58
054	10	UND	TROFÉU TIPO 01 Troféu 86 cm de altura, com base de cor a definir, com 23 cm de diâmetro e 19 cm de altura, acima convexo dourado, e taça na cor a definir, alças douradas, tampa dourada, taça medindo 40 cm de largura á partir das alças. Estatueta gigante intercambiável. Confeccionado em polímero.	VITÓRIA	229,00	2.290,00
055	10	UND	TROFÉU TIPO 02 Troféu com 57 cm de altura base de cor preta, com 23 cm de diâmetro e 19 cm de altura, acima convexo dourado, taça e	VITÓRIA	174,00	1.740,00

			alças dourada, convexo e tampa convexa de cor preto, taça medindo 40 cm de largura á partir das alças. Confeccionado em polímero.			
056	10	UND	TROFÉU TIPO 03 Troféu com 176 cm de altura, base preta com estatueta fixa, acima dois estágios com 4 colunas, tubos de cor a definir, com coroas e tubos pequenos dourados, quatro águias nas laterais, uma taça de cor a definir e tampa dourada com 40 cm á partir das alças. Estatueta gigante intercambiável. Confeccionado em polímero.	VITÓRIA	699,98	6.999,80
Total:						26.581,81

Vencedor(es): **O. E. PEREIRA BRINQUEDOS**						
CNPJ: **33.966.390/0001-08**				Email: **brinksportoe@gmail.com**	Telefone: **(16)99755-4252**	
Endereço: **RUA GERMANO ZAIANTCHICK, 200 FUNDOS, LARANJEIRAS, TAQUARITINGA/SP, CEP: 15900-000**						
Representante: **OLEGE EDSON PEREIRA** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
05	40	UND	BAMBOLÊ: Aro de plástico, desmontável, aproximadamente 64 cm de diâmetro, de várias cores	SUNSHINE	3,90	156,00
025	15	UND	CORDA DE PULAR INDIVIDUAL C/ MANOPLAS: Com manoplas de madeira, material sisal com 2m cada uma, e 8mm de espessura.	SAMARA	4,34	65,10
028	10	UND	GARRAFA TÉRMICA TIPO BOTIJÃO: com capacidade de 12 Litros, com Torneira, alça embutida para facilitar o transporte. Ideal para conservar líquidos quentes e frios por mais tempo.	GLOBAL SOL	89,97	899,70
035	10	Kit	KIT COLCHONETES: Com 05 unidades Produzido em espuma D33, 100% forrado em Napa e com tratamento anti-ácaro e antialérgico Enchimento Polipropileno Medida 90 x 42 x 2 cm Revestimento Napa	POLLYSTAR	115,00	1.150,00
Total:						2.270,80

Vencedor(es): **SPORTHAUS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI**						
CNPJ: **27.596.969/0001-23**				Email:	Telefone: **(47) 30320787**	
Endereço: **RUA NOVE DE MARÇO, 737 SALA B BOX 71, CENTRO, JOINVILLE/SC, CEP: 89201-400**						
Representante: **CELSO FERREIRA GONÇALVES FILHO** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
03	10	UND	APITO PARA ARBITRAGEM DE PLÁSTICO COM CORDÃO: Grande, de plástico, com cordão. Tamanho grande.	SportHaus	6,12	61,20
04	10	UND	APITO PARA ARBITRO TIPO 1: Apito para os profissionais de esportes, equipes de resgate, barqueiros e de segurança para uso individual, podendo ser utilizado em condições climáticas secas ou molhadas. Podem ser ouvidos por quilômetros com sua performance impecável. Decibéis: 115 Material: Apito Plástico com bico revestido de silicone. Garantia do Fabricante: Contra defeito de fabricação.	SportHaus	5,81	58,10
06	5	UND	BASTÃO DE REVEZAMENTO PARA ATLETISMO Bastão De Revezamento Para Atletismo Kit 8 Unid Dimensões: 30 cm de comprimento x 3 cm de diâmetro Feito em PVC Rígido Anti-chama Produto de Alta qualidade e resistência	SportHaus	67,09	335,45
020	20	UND	BOLA PARA RECREAÇÃO DE BORRACHA: Para iniciação nº 10, nas cores amarela, azul, verde, vermelha, confeccionada em Borracha, medindo aproximadamente 48 e 50 cm, pesando entre 180 e 200 gramas, com válvula removível e lubrificada, superfície texturizada para melhor grip durante o manuseio da criança.	Pista e Campo	21,00	420,00
021	20	UND	BOMBA DE ENCHER BOLA: Confeccionada em polipropileno, transparente, dupla ação ideal para encher bolas, acompanhada com mangueira flexível rosqueável e bico (agulha).	Pista e Campo	13,12	262,40
023	50	UND	CONE MÉDIO: Medindo aproximadamente 20cm, flexível, material composto de PVC, na cor laranja.	SportHaus	3,07	153,50
024	50	UND	CONE TIPO CHAPEU CHINÊS: utilizado para demarcação de solos como campos, quadras, proporcionando ganhos de velocidade e coordenação. Suas cores fortes facilitam a visualização e o teor flexível o torna durável e resistente. Categoria: Profissional e Residencial. Cores: Verde / Azul / Amarelo / Vermelho. Dimensões: 19 x 19 x 5 cm (C x L x A). Material: Polímero Siliconado mais Flexível e Durável	SportHaus	2,37	118,50
046	4	UND	PLACAR DE MESA: Poder Ser Utilizado Em Várias Modalidades Esportivas, Como Tênis De Mesa, Vôlei, Futebol Etc. Confeccionado Em Pvc Rígido, Possui Sistema Articulado Para Facilitar Transporte. Ideal Para Qualquer Partida Especificações: Características: Material: Pvc Rígido, Cor: Preto, Linha Table Tennis, Prático E Leve 7 Sets 31 Pontos, Multi Esporte, Dobrável, Dimensões, Altura: 15 Cm, Comprimento1,80 M, Obs: Tamanho Oficial	SportHaus	140,81	563,24
047	4	UND	PRANCHETA TÁTICA: Contém: 01 Caneta e 23 Imãs, Composição: Metal com acabamento em plástico; Composição Caneta: 100% Plástico Dimensão Aproximada (A x L): 36 x 24 cm Peso Aproximado: Cerca de 525g.	SportHaus	55,34	221,36
048	6	UND	RAQUETES PARA JOGO DE TENIS DE MESA: Kit Tênis De Mesa Com Raquete. Composto por 2 Raquetes E 3 Bolas De Fibra De Acetato. Cor: Madeira, Preto E Vermelha Material Composição: Madeira, Borracha E Fibra De Acetato Conteúdo Da Embalagem: 1 Kit Tênis De Mesa Com 2 Raquetes 3 Bolas Todas.	SportHaus	21,75	130,50
Total:						2.324,25

Vencedor(es): **VVS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI**						
CNPJ: **29.250.204/0001-62**				Email: **lusocomercial@outlook.com.br**	Telefone: **(11)94840-2200**	
Endereço: **RUA DRAUSIO MARCONDES SOUZA, 61 CASA 09, VILA NOSSA SENHORA APARECIDA , SÃO ROQUE/SP, CEP: 18132-190**						
Representante: **JOSÉ MANOEL GONZALEZ** - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
015	15	UND	BOLA DE FUTEBOL DA AREIA: Composição em PVC resistente, com as tecnologias ultra fusion e super soft, miolo slip system e câmara airbility com tecnologia sis em sua capsula, peso do produto entre 420 – 440g, sem costura, com circunferência entre 69–71 cm, com garantia do fabricante contra defeito de fabricação, de origem nacional.	MAGUSSY	66,49	997,35
Total:						997,35

Boa Saúde/RN, 04 de setembro de 2019.

MARIA EDICE FRANCISCO E FELIX
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:8D4DEB7A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
ANÁLISE DA CONTA DO FUNDEB - REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 - 4º BIMESTRE

FUNDO DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO							
ANÁLISE DA CONTA DO FUNDEB							
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 - 4º Bimestre							
MÊS	Receitas Complemento Município e Aplicação	Receitas Recursos do Fundeb	DESPESA MENSAL C/ O FUNDEB	REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES	PERC. APLIC. 60% (*)	OUTRAS DESPESAS C/ ENSINO FUNDAMENTAL	PERC. APLIC. 40% (**)
Janeiro	392,07	773.597,02	733.060,29	564.778,98	73,01	168.281,31	21,75
Fevereiro	552,71	754.453,65	713.363,44	599.562,33	79,47	113.801,11	15,08
Março	456,88	652.780,94	639.350,92	520.525,57	79,74	118.825,35	18,20
Abril	473,39	664.629,54	707.190,32	535.616,91	80,59	171.190,32	25,76
Maio	418,94	752.213,48	821.829,36	556.829,62	74,03	264.999,74	35,23

Junho	44.802,38	645.030,93	711.366,32	565.449,05	87,66	145.917,27	22,62
Julho	113.269,61	652.083,47	718.527,37	563.116,05	86,36	155.411,32	23,83
Agosto	92.873,65	648.072,92	787.988,34	568.423,05	87,71	219.565,29	33,88
TOTAL	253.239,63	5.542.861,95	5.832.676,36	4.474.301,56	80,72	1.357.991,71	24,50
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/STN e Prefeitura Municipal							
(*) - 60% Pagamentos de Professores e Obrigações Patronais							
(**) - 40% Pagamentos de Funcionários de apoio das Escolas da Rede Municipal e Obrigações Patronais							

Cerro Corá(RN), 05 de setembro de 2019

MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:DB0CA3F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

COMISSÃO DE PREGÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 16/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Aos 05/09/2019, após considerar os critérios legais acerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor preço, n.º 16/2019, destinado a Registro de preço, para futura contratação de veículos do tipo VAN com destinos de Coronel João Pessoa/RN a Natal/RN e Coronel João Pessoa a Pau dos Ferros/RN/, Coronel João Pessoa a Alexandria, Coronel João Pessoa a Mossoró/RN. O pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

142 - CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME (19.904.459/0001-48)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	2602 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À NATAL/RN): Descrição: Veículo para transporte de pessoal, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Natal/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens: Saindo no domingo e retornando na segunda. Saindo na Terça e retornando na quarta. Saindo na quinta e retornando na sexta. -Horário das viagens: Saída 12h00mim. Retorno 13h00min do outro dia. -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO - Seguro do veículo: Responsabilidade do CONTRATADO. Com cobertura mínima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais e materiais a terceiros.	MêS	12	12.000,00	144.000,00
2	2603 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À PAU DOS FERROS/RN E ALEXANDRIA/RN) LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À PAU DOS FERROS/RN E ALEXANDRIA/RN): -Descrição: Veículo para transporte de pessoal e carga, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Pau dos Ferros/RN e Alexandria/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens para Pau dos Ferros/RN: Saindo na segunda e retornando na segunda. Saindo na terça e retornando na terça. Saindo na quarta e retornando na quarta. Saindo na quinta e retornando na quinta. -Horário das viagens: Saída 06h00 mim. Retorno 15h00min. -Cronograma de viagens para Alexandria/RN: Saindo na sexta e retornando na sexta. -Horário das viagens: Saída 06h00 mim. Retorno 15h00min. -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO -Seguro do veículo: Responsabilidade do CONTRATADO. Com cobertura mínima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais e materiais a terceiros.	MêS	12	5.500,00	66.000,00
Valor Total					210.000,00

434 - ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO (23.749.956/0001-96)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	3360 - TRANSPORTE DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA À MOSSORÓ) TRANSPORTE DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA À MOSSORÓ) Descrição: Veículo para transporte de pessoal, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Mossoró/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens: Diário ou quando tiver viagem, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde. -Horário das viagens: Saída 05h00mim. Retorno 14h00min - Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. - Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO	UND	870	50,00	43.500,00
Valor Total					43.500,00

Coronel João Pessoa/RN, 05/09/2019

SANDRO PESSOA DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:5B3BF73D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. **ANTÔNIO LOPES FILHO**, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 16/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.
RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
142 - CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME (19.904.459/0001-48)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	2602 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À NATAL/RN): Descrição: Veículo para transporte de pessoal, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Natal/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens: Saindo no domingo e retornando na segunda. Saindo na Terça e retornando na quarta. Saindo na quinta e retornando na sexta. -Horário das viagens: Saída 12h00mim. Retorno 13h00min do outro dia. -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO - Seguro do veículo: Responsabilidade do CONTRATADO. Com cobertura mínima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais e materiais a terceiros.	MÊS	12	12.000,00	144.000,00
2	2603 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À PAU DOS FERROS/RN E ALEXANDRIA/RN) LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À PAU DOS FERROS/RN E ALEXANDRIA/RN): -Descrição: Veículo para transporte de pessoal e carga, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Pau dos Ferros/RN e Alexandria/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens para Pau dos Ferros/RN: Saindo na segunda e retornando na segunda. Saindo na terça e retornando na terça. Saindo na quarta e retornando na quarta. Saindo na quinta e retornando na quinta. -Horário das viagens: Saída 06h00 mim. Retorno 15h00min. -Cronograma de viagens para Alexandria/RN: Saindo na sexta e retornando na sexta. -Horário das viagens: Saída 06h00 mim. Retorno 15h00min. -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO -Seguro do veículo: Responsabilidade do CONTRATADO. Com cobertura mínima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais e materiais a terceiros.	MÊS	12	5.500,00	66.000,00
VALOR TOTAL					**210.000,00**

434 - ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO (23.749.956/0001-96)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
3	3360 - TRANSPORTE DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA À MOSSORÓ) TRANSPORTE DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA À MOSSORÓ) Descrição: Veículo para transporte de pessoal, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Mossoró/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens: Diário ou quando tiver viagem, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde. -Horário das viagens: Saída 05h00mim. Retorno 14h00min -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO	UND	870	50,00	43.500,00
VALOR TOTAL					**43.500,00**

Coronel João Pessoa/RN, 05/09/2019.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:CBA6970D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019-SRP

Aos 05 de Setembro de 2019, o Município de Fernando Pedroza, através da Prefeitura Municipal, com sede à Rua Ver. João Salviano Sobrinho, 45, Centro, CEP: 59.517-000, inscrita no CNPJ nº. 01.612.369/0001-18, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sra. SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO, residente e domiciliado no Município de Fernando Pedroza/RN, nos termos da Lei nº. 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decreto Municipal nº. 012/2013, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2019 - SRP, homologado em 03 de setembro de 2019, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, **SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ sob o n° 11.511.020/0001-43, neste ato representada por seu procurador o Sr. Jose Helio Araujo Dantas, CPF n° 597.561.604-20, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO
1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços visando proposta mais vantajosa para o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de Material de Uso Odontológico, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Fernando Pedroza/RN, conforme descrição abaixo relacionada:

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 134.657,26 (cento e trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte seis centavos)**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID	QTD	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Ácido fosfórico 37%, cor azul-frasco com 10 ml	DFL	FR	100	R$ 3,50	R$ 350,00
2	Abridor de boca com travas	GOLGRAN	UND	10	R$ 102,00	R$ 1.020,00
4	Alavancas curvas direitas	GOLGRAN	UND	50	R$ 16,90	R$ 845,00
5	Alavancas curvas esquerdas	GOLGRAN	UND	50	R$ 16,90	R$ 845,00
6	Alavancas retas	GOLGRAN	UND	50	R$ 16,90	R$ 845,00
7	Amalgama em capsula 01 porção cx c/ 50 und	ADI	CX	50	R$ 49,50	R$ 2.475,00
8	Amalgama em capsula 02 porção cx c/ 50 und	SDI	CX	30	R$ 87,00	R$ 2.610,00
9	Anestésico com vaso citanest cx. c/ 50 und	DLA	CX	100	R$ 64,00	R$ 6.400,00
10	Anestésico com vaso novocol cx. c/ 50 und	SSWHITE	CX	200	R$ 41,00	R$ 8.200,00
11	Anestésico sem vaso mepivacaina cx. c/50 und	DLA	CX	100	R$ 84,00	R$ 8.400,00
12	Anestésico tópico	DFL	UND	150	R$ 6,40	R$ 960,00
14	Anestésico articaina 4% com epinefrina cx. c/ 50 und	DFL	CX	100	R$ 135,00	R$ 13.500,00
16	Agulha gengival descartável 27 curtas, cx. Com 100 Unid.	PROCARE	CX	70	R$ 30,00	R$ 2.100,00
17	Agulha gengival descartável Longa. Cx. Com 100 unid.	PROCARE	CX	50	R$ 30,00	R$ 1.500,00
18	Bandeja inox 29x18x1,5	FLEXINOX	UND	20	R$ 40,00	R$ 800,00
19	Broca Cirúrgica Zecrya	MICRODONT	UND	50	R$ 17,00	R$ 850,00
20	Broca esférica nº 1014	FAVA	UND	36	R$ 1,85	R$ 66,60
21	Broca esférica nº 1016	FAVA	UND	36	R$ 1,85	R$ 66,60
22	Brocas nº 1012 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
23	Brocas nº 1013 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
24	Brocas nº 4138 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
25	Brocas nº1032 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
26	Brocas nº 1033 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
27	Brocas nº 1034 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
28	Brocas nº 1090 c/ 10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
29	Brocas nº 1092 c/ 10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
30	Brocas nº 1093 c/10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
31	Brocas nº 3098 c/ 10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,40	R$ 174,00
36	Brunidor nº 33, fabricado em aço inoxidável	GOLGRAN	UND	36	R$ 5,00	R$ 180,00
37	Cabo de bisturi nº 03	GOLGRAN	UND	12	R$ 7,18	R$ 86,16
42	Caneta de baixa rotação, micromotor e contra ângulo	CALU	UND	5	R$ 640,00	R$ 3.200,00
44	Cimento provisório liquido c/20ml	SSWHITE	UND	50	R$ 9,00	R$ 450,00
46	Colgadura individual inox	TECNODENT	UND	50	R$ 2,90	R$ 145,00
48	Contra ângulo sistema intra	CALU	UND	5	R$ 340,00	R$ 1.700,00
50	Cunha madeira colorida cx c/100 und	PHARMAINOX	UND	50	R$ 7,10	R$ 355,00
51	Cureta tartarectomia trinity nº 00	TRINITY	UND	24	R$ 24,00	R$ 576,00
52	Cureta tartarectomia trinity nº 13-14	TRINITY	UND	24	R$ 24,00	R$ 576,00
54	Cureta tartarectomia trinity nº 17-18	TRINITY	UND	24	R$ 24,00	R$ 576,00
55	Callen com PMCC cx. C/ 4 tb.	SSWHITE	CX	10	R$ 40,00	R$ 400,00
57	Cartela para radiografia 2 pct. c/100 unid.	DALLAS	PCT	10	R$ 8,50	R$ 85,00
58	Cartela para radiografia p/ 1 pct c/ 100unid.	DALLAS	PCT	10	R$ 8,50	R$ 85,00
59	Calcadores Tipo Paiva Kit Sortido	CASSIFLEX	KIT	10	R$ 17,00	R$ 170,00
60	Cimento de hidróxido de cálcio (01 tb. Com 13 g + 01 tb. Com 11 g)	TECHNEW	FR	10	R$ 13,50	R$ 135,00
61	Cimento obturador para canal com Hid. De cálcio-pó 8g e tubo de resina.	DENTSPLY	CX	10	R$ 83,00	R$ 830,00
62	Cimento obturador para canal cx. c/12 grs. (pó) + 10 ml (liq.)	DENTSPLY	CX	10	R$ 71,50	R$ 715,00
63	Cimento Oxido de Zinco (pulpo san) (liquido)Frs. Com 20ml.	SSWHITE	Frs.	10	R$ 11,50	R$ 115,00
65	Cloridrato de Lidocaína 2% s/ vaso cx. C/ 50 und.	DLA	CX	10	R$ 41,50	R$ 415,00
66	Cloridrato de Lidocaína e fenilefrina (Novocol) cx. C/ 50 und.	SSWHITE	CX	50	R$ 41,50	R$ 2.075,00
67	Cloridato de prilocaina 3% e felipressina cx. c/50 unid.	DFL	CX	10	R$ 72,90	R$ 729,00
68	Cone de gutapercha secundário FM (conj.)	DENTSPLY	CX	10	R$ 16,00	R$ 160,00
70	Cone de gutapercha Protaper Universal F4-F5	DENTSPLY	CX	10	R$ 49,00	R$ 490,00
71	Cone de gutapercha Protaper Universal F1-F2-F3	DENTSPLY	CX	10	R$ 49,00	R$ 490,00
72	Cone principal 1ª serie (Conj.)	DENTSPLY	CX	10	R$ 16,00	R$ 160,00
73	Cone principal 2ª serie (conj.)	DENTSPLY	CX	10	R$ 16,00	R$ 160,00
74	Cunha de madeira cx. Com 100 unid	PHARMAINOX	CX	10	R$ 7,00	R$ 70,00
75	Detergente enzimático cx c/ 12 litros	CICLO FARMA	CX	6	R$ 270,00	R$ 1.620,00
76	Disco de polimento para resina pop-on series	3M	CX	10	R$ 90,00	R$ 900,00
78	Escova de Robinson plana branca	PREVEN	UND	500	R$ 0,97	R$ 485,00
83	Espelho odontológico sem cabo Nº 05	PHARMAINOX	UND	100	R$ 2,00	R$ 200,00
84	Evidenciador de placa bacteriana frs. Com 10 ml	BIODINAMICA	UND	36	R$ 5,50	R$ 198,00
85	Fio de sutura 2.0 seda com 24ag 1/2 cx c/24 und	TECHNEW	CX	10	R$ 25,00	R$ 250,00
86	Fio de sutura 3.0 seda com 24ag 1/2 cx c/24 und	TECHNEW	CX	50	R$ 25,00	R$ 1.250,00
87	Fio Dental 100 metros	MEDFIO	UND.	20	R$ 1,50	R$ 30,00
88	Fixador para RX 475 ml	CAITECH	UND	12	R$ 7,50	R$ 90,00
91	Fórceps nº 01	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
92	Fórceps nº 02	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
93	Fórceps nº 04	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
94	Fórceps nº 06	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
95	Fórceps nº 150	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
96	Fórceps nº 151	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
97	Fórceps nº 16	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
98	Fórceps nº 17	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
99	Fórceps nº 18	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
100	Fórceps nº 65	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
101	Fórceps nº 69	GOLGRAN	UND	5	R$ 43,80	R$ 219,00
102	Formocresol frs. Com 20 ml	BIODINAMICA	FR	10	R$ 4,00	R$ 40,00
103	Gorro cirúrgico descartável pct c/ 100 und	BOMPACK	PCT	48	R$ 4,90	R$ 235,20
106	Hidróxido de calcio P.A pó pt. Com 10 grs.	BIODINAMICA	POTE	20	R$ 3,70	R$ 74,00
107	Holembecker	CASSIFLEX	UND	36	R$ 4,30	R$ 154,80
108	Lamparina para uso Odontológico	ORTO CENTRAL	UND	5	R$ 16,60	R$ 83,00
109	Ionômero de Vidro Restaurador Pó	FGM	UND	36	R$ 11,30	R$ 406,80
113	Lâmina de bisturi número 15 - caixa com 100 Und.	SOLIDOR	CX	10	R$ 18,00	R$ 180,00
114	Lençol de borracha cx. Com 26 unid.	MADEITEX	CX	50	R$ 18,00	R$ 900,00
116	Limas endodônticas tipo K primeira série	EURODONTO	CX	20	R$ 10,50	R$ 210,00
117	Limas endodônticas tipo K segunda série	EURODONTO	CX	20	R$ 10,50	R$ 210,00
118	Lubrificante para alta e baixa rotação frs 100ml.	MAQUIRA	FR	20	R$ 11,30	R$ 226,00
119	Material restaurador intermediário (IRM), (Pó) pote Com 38 grs.	IODONTOSUL	POTE	10	R$ 14,00	R$ 140,00
122	Matriz metálica 0.7 mm	IMP. DENTAL	UND	24	R$ 1,30	R$ 31,20

123	Mandril para Discos de Acabamento Pop-on.	MICRODONT	UND	10	R$ 30,00	R$ 300,00
124	Micro motor	CALU	UND	5	R$ 298,00	R$ 1.490,00
126	Óculos de proteção para fotopolimerizador	SS PLUS	UND	10	R$ 7,10	R$ 71,00
130	Osteotomo curvo	CASSIFLEX	UND	5	R$ 60,00	R$ 300,00
131	Osteotomo reto	CASSIFLEX	UND	5	R$ 60,00	R$ 300,00
132	Placa de Vidro para Uso Odontológico	PREVEN	UND	20	R$ 5,00	R$ 100,00
133	Pasta Diamantada para Polimento de Restaurações em Resina	FGM	UND	10	R$ 19,50	R$ 195,00
134	Pasta profilática tb. C/ 90 grs.	MAQUIRA	BISNG	36	R$ 6,90	R$ 248,40
136	Pedra para afiar cureta periodontal	GOLGRAN	UND	12	R$ 29,00	R$ 348,00
137	Película radiográfica adulto periapical cx. Com 150 unid.	KULZER	CX	10	R$ 129,00	R$ 1.290,00
138	Película radiográfica infantil periapical cx. Com 100 unid.	KODAK	CX	10	R$ 140,00	R$ 1.400,00
140	Ponta de papel absorvente primeira série	DENTSPLY	CX	10	R$ 16,00	R$ 160,00
141	Ponta de papel absorvente segunda série	DENTSPLY	CX	10	R$ 16,00	R$ 160,00
142	Ponta diamantada nº 1011 cx c/ 10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,95	R$ 179,50
143	Ponta diamantada nº 1013 cx c/ 10 und	FAVA	CX	10	R$ 17,95	R$ 179,50
144	Ponta diamantada nº 3168 cx c/ 10 und	FAVA	CX	5	R$ 17,95	R$ 89,75
145	Ponta diamantada nº 1035 cx c/ 10 und	FAVA	CX	5	R$ 17,95	R$ 89,75
146	Porta agulha em inox 14 cm	GOLGRAN	UND	5	R$ 20,00	R$ 100,00
147	Porta algodão inox	GOLGRAN	UND	5	R$ 24,00	R$ 120,00
150	Porta matriz	GOLGRAN	UND	5	R$ 17,00	R$ 85,00
151	Pote dappen	PREVEN	UND	5	R$ 2,80	R$ 14,00
152	Pulposan liquido	SSWHITE	UND	50	R$ 11,50	R$ 575,00
155	Removedor de manchas frs. Com 30 ml.	SSWHITE	FR	50	R$ 15,10	R$ 755,00
156	Resina fluida flow A1	MAQUIRA	UND	12	R$ 10,50	R$ 126,00
157	Resina fluida flow A2	MAQUIRA	UND	12	R$ 10,50	R$ 126,00
158	Resina fluida flow A3	MAQUIRA	UND	12	R$ 10,50	R$ 126,00
159	Resina fluida flow A3,5	MAQUIRA	UND	12	R$ 10,50	R$ 126,00
160	Resina fotopolimerizavel Z250 A1	3M	UND	50	R$ 49,00	R$ 2.450,00
161	Resina fotopolimerizavel Z250 A2	3M	UND	50	R$ 49,00	R$ 2.450,00
162	Resina fotopolimerizavel Z250 A3	3M	UND	50	R$ 49,00	R$ 2.450,00
163	Resina fotopolimerizavel Z250 A3,5	3M	UND	50	R$ 49,00	R$ 2.450,00
164	Resina SDI A1	SDI	UND	50	R$ 17,80	R$ 890,00
165	Resina SDI A2	SDI	UND	50	R$ 17,80	R$ 890,00
166	Resina SDI A3	SDI	UND	50	R$ 17,80	R$ 890,00
167	Resina SDI A3,5	SDI	UND	50	R$ 17,80	R$ 890,00
168	Resina SDI B1	SDI	UND	50	R$ 17,80	R$ 890,00
169	Resina SDI B2	SDI	UND	50	R$ 17,80	R$ 890,00
170	Resina SDI B3	SDI	UND	25	R$ 17,80	R$ 445,00
171	Resina fotopolimerizavel Z350	3M	UND	25	R$ 105,00	R$ 2.625,00
173	Seringa Descartavel 10ml	SR	UND	200	R$ 0,30	R$ 60,00
174	Rolete de algodão odontológico pct.com 100 unid.	SS PLUS	PCT	1.000	R$ 1,45	R$ 1.450,00
175	Saca broca universal	GNATUS	UND	10	R$ 14,80	R$ 148,00
176	Seringa de carpule com refluxo	BRASVAL	UND	20	R$ 16,00	R$ 320,00
180	Solução fixadora para radiografia frs. c/ 500 ml	CAITECK	FR	10	R$ 7,50	R$ 75,00
181	Solução hemostática local frs. Com 10 ml(hemostop)	BIODINAMICA	FR	20	R$ 9,80	R$ 196,00
182	Solução reveladora para radiografia frs. Com 500ml	CAITECK	FR	20	R$ 6,90	R$ 138,00
183	Spray para teste de vitalidade pulpar	MAQUIRA	FR	10	R$ 29,00	R$ 290,00
184	Sugador aromático pct. Com 40 unid.	SS PLUS	PCT	200	R$ 3,90	R$ 780,00
185	Taça de Borracha para contra ângulo	MICRODONT	UND	80	R$ 1,00	R$ 80,00
186	Tesoura iris curva 12 cm	GOLGRAN	UND	20	R$ 13,70	R$ 274,00
187	Tesoura iris reta 12 cm	GOLGRAN	UND	20	R$ 13,70	R$ 274,00
188	Tesoura reta 14cm remoção de sutura	CASSIFLEX	UND	20	R$ 24,00	R$ 480,00
189	Lixa de acabamento de resina cx c/ 150 und	IMP. DENTAL	CX	20	R$ 5,90	R$ 118,00
192	Verniz com fluor, 10ml	FGM	FR	15	R$ 14,20	R$ 213,00
193	Verniz cavitário	SS WHITE	UND	50	R$ 8,70	R$ 435,00
195	Luva de Procedimento P cx c/100 und	TOP QUALITY	Cx	500	R$ 15,99	R$ 7.995,00
196	Luva de Procedimento M cx c/100 und	TOP QUALITY	CX	500	R$ 15,99	R$ 7.995,00
198	Motor rotatório para endo com oscilação	DENTSPLY	UND	1	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
199	Babador descartável pct com 100 unidades	SS PLUS	PCT	100	R$ 9,50	R$ 950,00
201	Kit posicionador radiografico adulto/infantil	MAQUIRA	KIT	2	R$ 49,00	R$ 98,00

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IV - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 Preferencialmente os produtos deverão ser entregues no centro de saúde Dra. Fátima Salviano, localizada a Rua Severino Servulo, n° 191, Centro, Fernando Pedroza/RN, exceto quando previamente acordado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE houver a escolha de outro local para entrega, local este escolhido pela CONTRATANTE desde que não firam as normas legais.
4.2 O recebimento do objeto constante do presente Contrato está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**
4.3 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO
5.1 O pagamento será efetuado após apresentação da documentação comprobatória da manutenção da idoneidade do contratado no decorrer da execução do contrato, exigível como condição prévia para a liquidação da despesa, compreendendo:
5.1.1 Solicitação de cobrança, conforme modelo que poderá ser solicitado através do E-mail: pmfp.protocolonf@gmail.com
5.1.2 Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
5.1.3 Certificado de Regularidade do FGTS;
5.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
5.1.5 Certidões probatórias da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

5.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA/RN se compromete a efetuar o pagamento no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da apresentação dos documentos do item 18.1 acompanhado da Nota Fiscal de Compra e devidamente atestada pelo setor competente.
5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
5.4 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
5.5 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular.
5.6 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.
6.2 Os produtos deverão ser fornecidos imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra.
6.3 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.
6.4 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **03 (três) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.
6.5 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.
6.5.1 Uma vez que fique constatada qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmo deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **01 (um) dia** corrido, a contar da data da realização da vistoria.
6.5.2 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **02 (dois) dias úteis** contados a partir da data de entrega dos bens.
6.6 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.
6.7 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;
6.8 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma lei.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES
7.1 A Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMFP no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMFP

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**
7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de compra caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.
7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 A Prefeitura de Fernando Pedroza aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

II - Por iniciativa do Município de Fernando Pedroza, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA X - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA
10.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.
10.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.

CLÁUSULA XI - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
11.1 No fornecimento dos produtos objeto do presente contrato envidará o CONTRATADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:
11.2 Fornecer os produtos, objeto deste instrumento, em prazo não superior ao estipulado na Ordem de Compra. Caso tal fornecimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa;
I Entregar os produtos novos, de acordo com as especificações, prazos de entrega e qualificações exigidas neste termo de referência, inclusive com a marca indicada na proposta;
II Quando não mencionada na especificação do item, a validade/garantia dos produtos no ato da entrega não poderá ter transcorrido 20% (vinte por cento), do prazo de validade;
III Substituir os produtos/materiais que vier a apresentar avaria, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas a contar da notificação que lhe será encaminhada por meio de e-mail ou outro meio que este Órgão julgar conveniente;
IV Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;

V Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes no ato da entrega;
VI O Município de FERNANDO PEDROZA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;
VII Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações deste;
VIII Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93.
11.3 A CONTRATADA se compromete a entregar os produtos, objeto deste contrato, em, no máximo, 03 (três) dias corridos, contados do recebimento de cada ordem de fornecimento a ser emitida pela Secretaria solicitante, conforme ocorrer à necessidade da mesma.
11.4 A entrega de algum objeto deste termo de referência deverá ser realizada de acordo com o especificado na ordem de fornecimento a ser emitida pela Secretaria Municipal de Solicitante, bem como de acordo com todas as especificações constantes no Termo de Referência, independentemente de transcrição, correndo ainda por conta da CONTRATADA o transporte, em geral, o descarregamento, os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e as contribuições de qualquer natureza que se façam necessárias à perfeita execução contratual.
11.5 Por força do § 2º do art. 32, da Lei 8.666/93, fica o CONTRATADO obrigado a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.
11.6 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.7 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
12.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
12.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
12.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
12.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
12.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
12.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
12.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
12.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.
12.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento do fornecimento.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2019 e a proposta da empresa **SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA-EPP** inscrita no **CNPJ: 11.511.020/0001-43** classificada em primeiro lugar nos itens descritos acima, no certame supra numerado.
13.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.
13.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.
13.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de ANGICOS/RN, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Fernando Pedroza/RN, 05 de setembro de 2019

Prefeitura Municipal De Fernando Pedroza
SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
CNPJ nº 01.612.369/0001-18
Contratante

Saude Doctor Comercio LTDA-EPP
JOSE HELIO ARAUJO DANTAS
CNPJ: 11.511.020/0001-43
Contratada

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:E84A0BF4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0105/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de JAÇANÃ - RN, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA**, portador da carteira de identidade RG n° 001.420.686 SSDS-RN, inscrito no CPF sob o n° 996.817.654-00, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Manoel Fernandes da Silva, Nº 219, Centro, Jaçanã-RN, nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, e a empresa **GYORDAN HENRIQUE DA SILVA SOUZA 10933550421**, estabelecida na Rua João Pereira da Silva, Nº 128 C, Centro, Jaçanã-RN, CNPJ n°

32.092.098/0001-40, neste ato representada pelo Sr(a) Gyordan Henrique da Silva Souza, portador da carteira de identidade RG n° 002.958.582 ITEP-RN, inscrito no CPF sob o n° 109.335.504-21, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 3.931 de 19 de setembro de 2001, bem como Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 e, demais normas legais aplicáveis, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019, objetivando a formação de REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O Objeto do presente é a formação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃES, BOLOS E BOLACHAS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS E PROGRAMAS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN - EXCLUSIVO PARA ME/EPP**, no período de validade da Ata do registro de Preços, objetivando o fornecimento de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades das Secretarias da administração pública do município de Jaçanã RN:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	PÃO FRANCÊS – com peso de 30g a 50g. Ingredientes: farinha de trigo especial, sal, reforçador de pão, açúcar, água, fermento biológico, gordura vegetal hidrogenada. Composição: 2,0% de sal; 1,0% de açúcar. 100% farinha de trigo, 4,0% de fermento biológico, 60% de água; 1% gordura vegetal hidrogenada, 1% reforçador de pão. O pão deverá ser novo, uniforme (mesmo tamanho), pesos líquidos de 50g cada, não pode apresentar mofo (pontos pretos, verdes ou rosas). O miolo do pão não pode grudar nos dedos quando comprimido, apresentar bolinhas duras, apresentar matéria estranha ou sujeiras. O pão deve ser produzido no dia da entrega, apresentar miolo poroso e elástico e não deve apresentar casca tostada em excesso e nem casca solta.A embalagem deve ser transparente, fechada, com identificação da composição do produto, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. O pão deve ter validade máxima de 5 dias. O pão não poderá ser embalado quente. Cada embalagem deverá conter no máximo 50 unidades com peso de 30g a 50g cada.	KG	10.000	PANIFICADORA GILTIPAN	6,00	60.000,00
2	PÃO DOCE - 50g, ingredientes farinha de trigo, fermento, sal, açúcar, margarina e água, características adicionais: com cobertura de côco.	KG	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	5,50	11.000,00
3	PÃO P/ CACHORRO QUENTE - com peso de 50g. Ingredientes: farinha de trigo, fermento, sal, margarina e água.	KG	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	5,50	11.000,00
4	BOLO - mistura alimentícia, ingredientes farinha de trigo fermentada, açucar, margarina, leite e ovos	KG	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	10,00	20.000,00
5	BOLO ACHOCOLATADO - mistura alimentícia, ingredientes farinha de trigo fermentada, amido de milho, açucar, margarina, leite, ovos e chocolate em pó.	KG	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	11,00	22.000,00
6	BOLACHA COMUM - ingredientes farinha de trigo, açucar, sal, fermento biológico, amido de milho e margarina	KG	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	8,00	16.000,00
7	BISCOITO COMUM - ingredientes farinha de trigo, açucar, fermento em pó químico, amido de milho e margarina	KG	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	8,00	16.000,00
8	SOLDA PRETA - ingredientes: farinha de trigo, mel de rapadura, erva doce e cravo, pct c/ 12 und	PCT	2.000	PANIFICADORA GILTIPAN	7,50	15.000,00

171.000,00

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não serem contratados pelo Município. Quando contratados serão prestados pela empresa acima identificada, mediante emissão e recebimento pela PROMITENTE FORNECEDORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura.
2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de JAÇANÃ/RN não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3 – Em cada contratação decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 017/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura** (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da **Resolução Nº 032/2016 do TCE/RN,** mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal beneficiada,** encaminhados à **Secretaria Municipal de Finanças e Tributação**, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao **Processo Administrativo N° 0105/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019**.
3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar Secretaria Municipal de Finanças, localizada no endereço do preâmbulo deste Ata, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de JAÇANÃ/RN e conter o número do empenho correspondente.
3.3 - Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:
3.3.1 - Prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;
3.3.2 - Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
3.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.
3.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.5 - O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1 - O fornecimento dos produtos deverá ser feitos de acordo com as necessidades do município, ou seja, de forma parcelada pela empresa vencedora do certame licitatório, mediante recebimento da ordem de compras fornecida por qualquer Secretaria da Administração pública do Município de Jaçanã RN. O Município somente aceitará o bem que estiver em conformidade com as especificações do item descritas na proposta e nas especificações constantes do termo de referência.
4.2 - Caso o bem entregue estiver fora das especificações será devolvido pela secretaria que solicitou a aquisição, mediante Termo de Recusa, sendo que a contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da expedição do termo, para providenciar a troca.
4.3 - A licitante vencedora obriga-se a fornecer os produtos, objeto da presente licitação em bom estado de conservação em no máximo **02 (duas) horas para os pães e (um) dia para o fornecimento de bolos, bolachas, biscoitos e solda** após o recebimento da ordem de compras e deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pelo setor requisitante das 07:00 às 18:00hs, de segunda à sexta-feira.
4.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a reparar, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município
5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
5.1.2 – Aplica a PROMINENTE EXECUTORA penalidades, quando for o caso;
5.1.3 – Prestar toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Finanças;
5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;
5.2 – Da Promitente Executora
5.2.1 - Ressarcir a Prefeitura Municipal de Jaçanã - RN, do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento dos produtos adquiridos, exceto quando isso ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
5.2.2 - Responsabilizar-se por eventuais multas municipais, estaduais e federais decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
5.2.3 - Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função do cumprimento do objeto desta licitação;
5.2.4 - Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;
5.2.5 - Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
5.2.6 - Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
5.2 7 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
5.2.8 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de fornecimento da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.
6.2 – A detentora(or) da presente Ata de Registro de Preços será obrigada(o) a atender todos as ordens de compras solicitadas durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista em contrato para data posterior à do seu vencimento.
6.3 – Todo fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de ordem de compras e/ou Nota de Empenho.
6.4 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Secretarias Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até

que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 017/2019, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.
8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.
8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da(o) Detentora(r) da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.
8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:
9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;
9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.
9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado por todas as secretaria da administração direta do município de Jaçanã/RN.

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão dos contratos e das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação na modalidade Pregão Presencial para formação de Registro de Preços N° 017/2019.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 017/2019 e proposta da empresa **GYORDAN HENRIQUE DA SILVA SOUZA 10933550421**, classificada em 1° lugar no certame supra numerado.
14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelos Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de SANTA CRUZ/RN, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Jaçanã-RN, 02 de Agosto de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

Gyordan Henrique da Silva Souza 10933550421
GYORDAN HENRIQUE DA SILVA SOUZA
Contratada

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:BF7EF085

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0107/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de JAÇANÃ - RN, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA**, portador da carteira de identidade RG n° 001.420.686 SSDS-RN, inscrito no CPF sob o n° 996.817.654-00, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Manoel Fernandes da Silva, Nº 219, Centro, Jaçanã-RN, nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, e a empresa **POSTO DE COMBUSTIVEIS JACANA LTDA**, estabelecida na Rua Francisco de Paula, Nº 336, Centro, Jaçanã-RN, CNPJ n° 24.520.892/0001-10, neste ato representada pelo Sr.(a) José Carlos Silvino, portador da carteira de identidade RG n° 225.668 SSDS-RN, inscrito no CPF sob o n° 096.101.114-91, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 3.931 de 19 de setembro de 2001, bem como Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 e, demais normas legais aplicáveis, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2019, objetivando a formação de REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O Objeto do presente é a formação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GÁS GLP PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ-RN**, no período de validade da Ata do registro de Preços, objetivando o fornecimento de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades das Secretarias da administração pública do município de Jaçanã RN:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	GASOLINA COMUM	LITRO	80.000	BANDEIRA BRANCA	4,89	391.200,00
2	OLEO DIESEL COMUM	LITRO	80.000	BANDEIRA BRANCA	3,88	310.400,00
3	OLEO DIESEL S 10	LITRO	40.000	BANDEIRA BRANCA	3,97	158.800,00
4	Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, composição básica de propano e butano, envasado em botijão com 13 kg, fornecido mediante troca do vasilhame.	UNIDADE	1.300	BRASILGÁS	65,00	84.500,00

944.900,00

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser contratados pelo Município. Quando contratados serão prestados pela empresa acima identificada, mediante emissão e recebimento pela PROMITENTE FORNECEDORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura.
2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de JAÇANÃ/RN não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada contratação decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços N° 018/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura** (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da **Resolução Nº 032/2016 do TCE/RN,** mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal beneficiada,** encaminhados à **Secretaria Municipal de Finanças e Tributação**, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao **Processo Administrativo N° 0107/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019**.
3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar Secretaria Municipal de Finanças, localizada no endereço do preâmbulo deste Ata, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de JAÇANÃ/RN e conter o número do empenho correspondente.
3.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:
3.3.1 – prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;
3.3.2 – prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
3.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

3.4 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.5 – O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1. O fornecimento dos combustíveis e Gás GLP deverá ser feito de acordo com as necessidades do município, ou seja, de forma parcelada na bomba e no estabelecimento da empresa vencedora do certame licitatório, mediante a apresentação, por parte do condutor, de uma "Autorização de Abastecimento de Veículo" e no caso do Gás GLP mediante "Autorização de Compra" fornecida pela Prefeitura Municipal de Jaçanã RN;
4.2. A licitante vencedora somente poderá abastecer os veículos e fornecer o Gás GLP previamente autorizados pela Prefeitura Municipal de Jaçanã/RN,
4.3. A licitante vencedora obriga-se a fornecer ao condutor de cada veículo o comprovante de abastecimento, contendo a quantidade de combustível, a data do abastecimento, a placa do veículo e a quilometragem e a assinatura do motorista;
4.4. As entregas dos produtos deverão ser efetuadas sempre que solicitadas, e não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei;
4.5. O Gás GLP deverá ser entregue em locais indicados pela prefeitura na ordem de compras no prazo de 03 (três) dias uteis após recebimento da ordem de compra emitida por esta Prefeitura;
4.6. A licitante vencedora obriga-se a manter atendimento diário 24(vinte e quatro) horas.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a reparar, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município
5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
5.1.2 – Aplica a PROMINENTE EXECUTORA penalidades, quando for o caso;
5.1.3 – Prestar toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Finanças;

5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Executora
5.2.1. Observar as normas legais a que está sujeita para fornecimento de combustíveis e Gás GLP e apresentar, sempre que solicitado, os documentos que comprovem a procedência do combustível e do Gás GLP;
5.2.2. Manter estoque regular de combustíveis e Gás GLP, de modo a poder atender de imediato as solicitações para abastecimento dos veículos que compõe a frota e dos prédios públicos do Município de Jaçanã RN;
5.2.3. Na falta de gasolina comum, a contratada fornecerá gasolina aditivada pelo mesmo preço da gasolina comum;
5.2.4. Ressarcir a Prefeitura Municipal de Jaçanã - RN, do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento dos produtos adquiridos, exceto quando isso ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
5.2.5. Responsabilizar-se por eventuais multas municipais, estaduais e federais decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
5.2.6. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função do cumprimento do objeto desta licitação;
5.2.7. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;
5.2.8. Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
5.2.9. Exigir de seu pessoal o uso de equipamentos e materiais de segurança necessários à execução do objeto desta licitação, bem como fiscalizar o cumprimento das normas e medidas de segurança;
5.2.10. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
5.2.11. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de fornecimento da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.
6.2 – A detentora(or) da presente Ata de Registro de Preços será obrigada(o) a atender todos as ordens de compras solicitadas durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista em contrato para data posterior à do seu vencimento.
6.3 – Todo fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de ordem de compras e/ou Nota de Empenho.
6.4 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Secretarias Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços N° 018/2019, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.
8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.
8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da(o) Detentora(r) da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.
8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:
9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;
9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.
9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado por todas as secretarias da administração direta do município de Jaçanã/RN.

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão dos contratos e das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação na modalidade Pregão Presencial para formação de Registro de Preços N° 018/2019.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços N° 018/2019 e proposta da empresa **POSTO DE COMBUSTIVEIS JACANA LTDA**, classificada em 1° lugar no certame supra numerado.

14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelos Decretos Municipais nº 008/2007 e 006/2013 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de SANTA CRUZ/RN, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Jaçanã RN, 02 de Agosto de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

Posto De Combustiveis Jacana LTDA
JOSÉ CARLOS SILVINO
Contratada

Testemunhas:

1)_____
2)_____

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:FEAB561D

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0118/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de JAÇANÃ - RN, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA**, portador da carteira de identidade RG n° 001.420.686 SSDS-RN, inscrito no CPF sob o n° 996.817.654-00, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Manoel Fernandes da Silva, Nº 219, Centro, Jaçanã-RN, nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, e a empresa **JERONIMO DA SILVA SALUSTINO 56573316487**, estabelecida na Rua Francisco de Paula, Nº 443, Centro, Jaçanã-RN, CNPJ n° 15.504.218/0001-50, neste ato representada pelo Sr(a) Jeronimo da Silva Salustino, portador da carteira de identidade RG n° 800.793 ITEP-RN, inscrito no CPF sob o n° 565.733.164-87, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 3.931 de 19 de setembro de 2001, bem como Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 e, demais normas legais aplicáveis, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2019, objetivando a formação de REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O Objeto do presente é a formação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS DE VEÍCULOS LEVES, SEMIPESADOS, PESADOS E MÁQUINAS PESADAS, QUE SERÃO EXECUTADOS PARA MANUTENÇAO E CONSERVAÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA – EXCLUSIVO PARA ME/EPP**, no período de validade da Ata do registro de Preços, objetivando o fornecimento de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades das Secretarias da administração pública do município de Jaçanã RN:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Serviço Mecanico geral - Caminhão/Tanque, Marca: M. Benz, Modelo: Atron 2729, Ano: 2013, Placa: OVZ 2466, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	80,00	8.000,00
2	Serviço Mecanico geral - Caminhão/Basqulante, Marca: M. Benz, Modelo: Atron 2729, Ano: 2013, Placa: OWE 0318, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	80,00	8.000,00
3	Serviço Mecanico geral - Caminhão/Basqulante, Marca: M. Benz, Modelo: Atego 1419, Ano: 2013, Placa: OWD 7674, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	100	80,00	8.000,00
4	Serviço Mecanico geral - Camioneta/Ambulância, Marca: Peugeot, Modelo: Partner, Ano: 2012, Placa: OKC 7424, Combustível: Gasolina, Lotado da Secretaria de Saúde.	HORAS	100	53,00	5.300,00
5	Serviço Mecanico geral - Camioneta/Ambulância, Marca: Fiat, Modelo: Doblô, Ano: 2008, Placa: NNK 9956, Combustível: Gasolina, Lotado da Secretaria de Saúde.	HORAS	100	53,00	5.300,00
6	Serviço Mecanico geral - Camioneta/Ambulância, Marca: Fiat, Modelo: Fiorino, Ano: 2018, Placa: QGP 4624, Combustível: Gasolina, Lotado da Secretaria de Saúde.	HORAS	100	53,00	5.300,00
7	Serviço Mecanico geral - Ônibus 60 Lugares, Marca: VW, Modelo: ORE 3, Ano: 2012, Placa: OJX 9236, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	100	85,00	8.500,00
8	Serviço Mecanico geral - Ônibus 60 Lugares, Marca: VW, Modelo: ORE 3, Ano: 2018, Placa: QGT 4F79, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	100	85,00	8.500,00
9	Serviço Mecanico geral - Ônibus 48 Lugares, Marca: VW, Modelo: 15,190, Ano: 2010, Placa: NNZ 2268, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	100	85,00	8.500,00
10	Serviço Mecanico geral - Micro Ônibus 24 Lugares, Marca: Iveco, Modelo: Cityclass, Ano: 2009, Placa: NNR 8499, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	100	85,00	8.500,00
11	Serviço Mecanico geral - Micro Ônibus 24 Lugares, Marca: Marcopolo, Modelo: Volari A6, Ano: 2002, Placa: MYS 8049, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	100	85,00	8.500,00
12	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: FIAT, Modelo: MOBI LIKE, Ano: 2019, Placa: QGX 8G64, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde.	HORAS	100	50,00	5.000,00
13	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: FIAT, Modelo: MOBI LIKE, Ano: 2019, Placa: QGX 8E94, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Assitencia.	HORAS	100	50,00	5.000,00
14	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: VW, Modelo: Gol Trendline, Ano: 2017, Placa: QGQ 5321, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Administração.	HORAS	100	50,00	5.000,00

15	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: VW, Modelo: Gol Trendline, Ano: 2017, Placa: QGQ 5291, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Administração.	HORAS	100	50,00	5.000,00
16	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: Ford, Modelo: Fiesta Flex, Ano: 2013, Placa: OJR 4944, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde (PSF).	HORAS	100	50,00	5.000,00
17	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: Ford, Modelo: Fiesta Flex, Ano: 2012, Placa: OJX 9590, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Assistência Social.	HORAS	100	50,00	5.000,00
18	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: GM, Modelo: Prisma JOY, Ano: 2009, Placa: NNR 4690, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	50,00	5.000,00
19	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: Fiat, Modelo: Fiat Palio WK, Ano: 2013, Placa: OVZ 9777, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Assistência Social (Conselho Tutelar).	HORAS	100	50,00	5.000,00
20	Serviço Mecanico geral - Automovel, Marca: VW, Modelo: Saveiro, Ano: 2015, Placa: QGC 3335, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	50,00	5.000,00
21	Serviço Mecanico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 125 KS, Ano: 2000, Placa: MXI 5052, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Infraestrutura.	HORAS	50	20,00	1.000,00
22	Serviço Mecanico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 150 KS, Ano: 2006, Placa: MXS 2316, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde (PSF).	HORAS	50	20,00	1.000,00
23	Serviço Mecanico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 150 KS, Ano: 2008, Placa: MYK 4134, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde (Vigilância).	HORAS	50	20,00	1.000,00
24	Serviço Mecanico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 150 KS, Ano: 2008, Placa: MYY 4154, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Administração.	HORAS	50	20,00	1.000,00
25	Serviço Mecanico geral - Motoniveladora PAC, Marca: New Holland, Modelo: RG140B, Ano: 2013, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	95,00	9.500,00
26	Serviço Mecanico geral - Pá Carregadeira PAC, Marca: Hyundai, Modelo: HL740, Ano: 2013, Placa: CVP 1014, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	95,00	9.500,00
27	Serviço Mecanico geral - Retroescavadeira, Marca: Caterpillar, Modelo: 416E, Ano: 2013, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	90,00	9.000,00
28	Serviço Mecanico geral - Retroescavadeira, Marca: Case, Modelo: 580M Turbo, Ano: 2013, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	100	90,00	9.000,00
29	Serviço Mecanico geral - Trator Traçado, Marca: New Holland, Modelo: TL75E, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	100	80,00	8.000,00
30	Serviço Mecanico geral - Trator, Marca: New Holland, Modelo: TL75, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	100	80,00	8.000,00
31	Serviço Mecanico geral - Trator, Marca: Valtra, Modelo: 785, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	100	80,00	8.000,00
32	Serviço Elétrico geral - Caminhão/Tanque, Marca: M. Benz, Modelo: Atron 2729, Ano: 2013, Placa: OVZ 2466, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	80,00	4.000,00
33	Serviço Elétrico geral - Caminhão/Basqulante, Marca: M. Benz, Modelo: Atron 2729, Ano: 2013, Placa: OWE 0318, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	80,00	4.000,00
34	Serviço Elétrico geral - Caminhão/Basqulante, Marca: M. Benz, Modelo: Atego 1419, Ano: 2013, Placa: OWD 7674, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	50	80,00	4.000,00
35	Serviço Elétrico geral - Camioneta/Ambulância, Marca: Peugeot, Modelo: Partner, Ano: 2012, Placa: OKC 7424, Combustível: Gasolina, Lotado da Secretaria de Saúde.	HORAS	50	40,00	2.000,00
36	Serviço Elétrico geral - Camioneta/Ambulância, Marca: Fiat, Modelo: Doblô, Ano: 2008, Placa: NNK 9956, Combustível: Gasolina, Lotado da Secretaria de Saúde.	HORAS	50	40,00	2.000,00
37	Serviço Elétrico geral - Camioneta/Ambulância, Marca: Fiat, Modelo: Fiorino, Ano: 2018, Placa: QGP 4624, Combustível: Gasolina, Lotado da Secretaria de Saúde.	HORAS	50	40,00	2.000,00
38	Serviço Elétrico geral - Ônibus 60 Lugares, Marca: VW, Modelo: ORE 3, Ano: 2012, Placa: OJX 9236, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	50	80,00	4.000,00
39	Serviço Elétrico geral - Ônibus 60 Lugares, Marca: VW, Modelo: ORE 3, Ano: 2018, Placa: QGT 4F79, Combustível: Diesel S10, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	50	80,00	4.000,00
40	Serviço Elétrico geral - Ônibus 48 Lugares, Marca: VW, Modelo: 15,190, Ano: 2010, Placa: NNZ 2268, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	50	80,00	4.000,00
41	Serviço Elétrico geral - Micro Ônibus 24 Lugares, Marca: Iveco, Modelo: Cityclass, Ano: 2009, Placa: NNR 8499, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	50	80,00	4.000,00
42	Serviço Elétrico geral - Micro Ônibus 24 Lugares, Marca: Marcopolo, Modelo: Volari A6, Ano: 2002, Placa: MYS 8049, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Educação.	HORAS	50	80,00	4.000,00
43	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: FIAT, Modelo: MOBI LIKE, Ano: 2019, Placa: QGX 8G64, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde.	HORAS	50	50,00	2.500,00
44	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: FIAT, Modelo: MOBI LIKE, Ano: 2019, Placa: QGX 8E94, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Assitencia.	HORAS	50	50,00	2.500,00
45	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: VW, Modelo: Gol Trendline, Ano: 2017, Placa: QGQ 5321, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Administração.	HORAS	50	50,00	2.500,00
46	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: VW, Modelo: Gol Trendline, Ano: 2017, Placa: QGQ 5291, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Administração.	HORAS	50	50,00	2.500,00
47	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: Ford, Modelo: Fiesta Flex, Ano: 2013, Placa: OJR 4944, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde (PSF).	HORAS	50	50,00	2.500,00
48	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: Ford, Modelo: Fiesta Flex, Ano: 2012, Placa: OJX 9590, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Assistência Social.	HORAS	50	50,00	2.500,00
49	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: GM, Modelo: Prisma JOY, Ano: 2009, Placa: NNR 4690, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	50,00	2.500,00
50	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: Fiat, Modelo: Fiat Palio WK, Ano: 2013, Placa: OVZ 9777, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Assistência Social (Conselho Tutelar).	HORAS	50	50,00	2.500,00
51	Serviço Elétrico geral - Automovel, Marca: VW, Modelo: Saveiro, Ano: 2015, Placa: QGC 3335, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	50,00	2.500,00
52	Serviço Elétrico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 125 KS, Ano: 2000, Placa: MXI 5052, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Infraestrutura.	HORAS	25	20,00	500,00
53	Serviço Elétrico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 150 KS, Ano: 2006, Placa: MXS 2316, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde (PSF).	HORAS	25	20,00	500,00
54	Serviço Elétrico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 150 KS, Ano: 2008, Placa: MYK 4134, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Saúde (Vigilância).	HORAS	25	20,00	500,00
55	Serviço Elétrico geral - Motocicleta, Marca: Honda, Modelo: CG 150 KS, Ano: 2008, Placa: MYY 4154, Combustível: Gasolina, Lotado na Secretaria de Administração.	HORAS	25	20,00	500,00
56	Serviço Elétrico geral - Motoniveladora PAC, Marca: New Holland, Modelo: RG140B, Ano: 2013, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	80,00	4.000,00
57	Serviço Elétrico geral - Pá Carregadeira PAC, Marca: Hyundai, Modelo: HL740, Ano: 2013, Placa: CVP 1014, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	80,00	4.000,00
58	Serviço Elétrico geral - Retroescavadeira, Marca: Caterpillar, Modelo: 416E, Ano: 2013, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	80,00	4.000,00
59	Serviço Elétrico geral - Retroescavadeira, Marca: Case, Modelo: 580M Turbo, Ano: 2013, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	50	80,00	4.000,00
60	Serviço Elétrico geral - Trator Traçado, Marca: New Holland, Modelo: TL75E, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	50	80,00	4.000,00
61	Serviço Elétrico geral - Trator, Marca: New Holland, Modelo: TL75, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Vias Urbanas.	HORAS	50	80,00	4.000,00
62	Serviço Elétrico geral - Trator, Marca: Valtra, Modelo: 785, Combustível: Diesel, Lotado na Secretaria de Agricultura.	HORAS	50	80,00	4.000,00

282.900,00

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não serem contratados pelo Município. Quando contratados serão prestados pela empresa acima identificada, mediante emissão e recebimento pela PROMITENTE FORNECEDORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura.
2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de JAÇANÃ/RN não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3 – Em cada contratação decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 020/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura** (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da **Resolução Nº 032/2016 do TCE/RN,** mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal beneficiada,** encaminhados à **Secretaria Municipal de Finanças e Tributação**, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao **Processo Administrativo N° 0118/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019**.
3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar Secretaria Municipal de Finanças, localizada no endereço do preâmbulo deste Ata, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de JAÇANÃ/RN e conter o número do empenho correspondente.
3.3 - Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:
3.3.1 - Prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;
3.3.2 - Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
3.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.
3.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.5 - O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1. O fornecimento dos serviços deverá ser feitos de acordo com as necessidades do município, ou seja, de forma parcelada pela empresa vencedora do certame licitatório, mediante recebimento da ordem de serviços fornecida por qualquer Secretaria da Administração pública do Município de Jaçanã RN;
4.2. A licitante vencedora obriga-se a fornecer os produtos/serviços, objeto da presente licitação em bom estado de conservação em no máximo **02 (dois) dias** após o recebimento da ordem de serviços e deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pelo setor requisitante das 07:00 às 13:00hs, de segunda à sexta-feira.
4.3. As entregas dos serviços deverão ser efetuadas sempre que solicitadas, e não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei;
4.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a reparar, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município
5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
5.1.2 – Aplica a PROMINENTE EXECUTORA penalidades, quando for o caso;
5.1.3 – Prestar toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Finanças;
5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Executora
5.2.1. Ressarcir a Prefeitura Municipal de Jaçanã - RN, do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento dos produtos/serviços adquiridos, exceto quando isso ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
5.2.2. Responsabilizar-se por eventuais multas municipais, estaduais e federais decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
5.2.3. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função do cumprimento do objeto desta licitação;
5.2.4. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;
5.2.5. Fornecer os produtos/serviços de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.2.6. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
5.2 7. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
5.2.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de fornecimento da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.
6.2 – A detentora(or) da presente Ata de Registro de Preços será obrigada(o) a atender todos as ordens de serviços solicitadas durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista em contrato para data posterior à do seu vencimento.
6.3 – Todo fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de ordem de serviços e/ou Nota de Empenho.
6.4 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Secretarias Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 020/2019, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.
8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.
8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da(o) Detentora(r) da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.
8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:
9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;
9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.
9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado por todas as secretarias da administração direta do município de Jaçanã/RN.

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão dos contratos e das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação na modalidade Pregão Presencial para formação de Registro de Preços N° 020/2019.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 020/2019 e proposta da empresa **JERONIMO DA SILVA SALUSTINO 56573316487**, classificada em 1° lugar no certame supra numerado.
14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelos Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de SANTA CRUZ/RN, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Jaçanã RN, 22 de Agosto de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

Jeronimo Da Silva Salustino 56573316487
JERONIMO DA SILVA SALUSTINO
Contratada

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:928857BF

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0113/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de JAÇANÃ - RN, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA**, portador da carteira de identidade RG n° 001.420.686 SSDS-RN, inscrito no CPF sob o n° 996.817.654-00, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Manoel Fernandes da Silva, Nº 219, Centro, Jaçanã-RN, nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, e a empresa **NASCIMENTO DA SILVA SOBRINHO 65509382449**, estabelecida na Rua Francisco de Paula, Nº 563, Centro, Jaçanã-RN, CNPJ n° 31.359.488/0001-71, neste ato representada pelo Sr(a) Nascimento da Silva Sobrinho, portador da carteira de identidade RG n° 943.310 SSP-RN, inscrito no CPF sob o n° 655.093.824-49, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 3.931 de 19 de setembro de 2001, bem como Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 e, demais normas legais aplicáveis, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2019, objetivando a formação de REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O Objeto do presente é a formação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA MUNICIPAL DESTA PREFEITURA – EXCLUSIVO PARA ME/EPP**, no período de validade da Ata do registro de Preços, objetivando o fornecimento de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades das Secretarias da administração pública do município de Jaçanã RN:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Conserto de pneu carro pequeno com ou sem câmara.	Serviço	100	18,00	1.800,00
2	Troca de pneu carro pequeno com ou sem câmara.	Serviço	100	9,00	900,00
3	Conserto de pneu motos.	Serviço	100	7,00	700,00
4	Troca de pneu de motos.	Serviço	100	5,00	500,00
5	Conserto de pneu grande de caminhão.	Serviço	100	24,00	2.400,00
6	Troca de pneu grande de caminhão.	Serviço	100	18,00	1.800,00
7	Conserto de pneu pequeno de caminhão.	Serviço	100	19,00	1.900,00
8	Troca de pneu pequeno de caminhão.	Serviço	100	14,00	1.400,00
9	Conserto de pneu grande de ônibus.	Serviço	100	24,00	2.400,00
10	Troca de pneu grande de ônibus.	Serviço	100	19,00	1.900,00
11	Conserto de pneu pequeno de ônibus.	Serviço	100	19,00	1.900,00
12	Troca de pneu pequeno de ônibus.	Serviço	100	14,00	1.400,00
13	Conserto de pneu grande de trator.	Serviço	100	79,00	7.900,00
14	Troca de pneu grande de trator.	Serviço	100	59,00	5.900,00
15	Conserto de pneu pequeno de trator.	Serviço	100	34,00	3.400,00
16	Troca de pneu pequeno de trator.	Serviço	100	24,00	2.400,00
17	Conserto de pneu grande de retroescavadeira.	Serviço	100	89,00	8.900,00
18	Troca de pneu grande de retroescavadeira.	Serviço	100	64,00	6.400,00
19	Conserto de pneu pequeno de retroescavadeira.	Serviço	100	42,00	4.200,00
20	Troca de pneu pequeno de retroescavadeira.	Serviço	100	25,00	2.500,00
21	Conserto de pneu grande de patrol ou pá carregadeira.	Serviço	100	90,00	9.000,00
22	Troca de pneu grande de patrol ou pá carregadeira.	Serviço	100	79,00	7.900,00

77.500,00

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não serem contratados pelo Município. Quando contratados serão prestados pela empresa acima identificada, mediante emissão e recebimento pela PROMITENTE FORNECEDORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura.
2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de JAÇANÃ/RN não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3 – Em cada contratação decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 019/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura** (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da **Resolução Nº 032/2016 do TCE/RN,** mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal beneficiada,** encaminhados à **Secretaria Municipal de Finanças e Tributação**, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao **Processo Administrativo N° 0113/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019**.
3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar Secretaria Municipal de Finanças, localizada no endereço do preâmbulo deste Ata, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de JAÇANÃ/RN e conter o número do empenho correspondente.
3.3 - Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:
3.3.1 - Prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;
3.3.2 - Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
3.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.
3.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.5 - O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1. O fornecimento dos serviços deverá ser feitos de acordo com as necessidades do município, ou seja, de forma parcelada pela empresa vencedora do certame licitatório, mediante recebimento da ordem de serviços fornecida por qualquer Secretaria da Administração pública do Município de Jaçanã RN;
4.2. A licitante vencedora obriga-se a fornecer os produtos/serviços, objeto da presente licitação em bom estado de conservação em no máximo **02 (dois) dias** após o recebimento da ordem de serviços e deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pelo setor requisitante das 07:00 às 13:00hs, de segunda à sexta-feira.
4.3. As entregas dos serviços deverão ser efetuadas sempre que solicitadas, e não serão tolerados atrasos sem justificativa prévia e por escrito, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei;
4.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a reparar, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município
5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
5.1.2 – Aplica a PROMINENTE EXECUTORA penalidades, quando for o caso;
5.1.3 – Prestar toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Finanças;
5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Executora
5.2.1. Ressarcir a Prefeitura Municipal de Jaçanã - RN, do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento dos produtos/serviços adquiridos, exceto quando isso ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
5.2.2. Responsabilizar-se por eventuais multas municipais, estaduais e federais decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
5.2.3. Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função do cumprimento do objeto desta licitação;
5.2.4. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;
5.2.5. Fornecer os produtos/serviços de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
5.2.6. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
5.2 7. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
5.2.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de fornecimento da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.
6.2 – A detentora(or) da presente Ata de Registro de Preços será obrigada(o) a atender todos as ordens de serviços solicitadas durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista em contrato para data posterior à do seu vencimento.
6.3 – Todo fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de ordem de serviços e/ou Nota de Empenho.
6.4 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Secretarias Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 019/2019, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.
8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.
8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da(o) Detentora(r) da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.
8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:
9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;
9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;
9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.
9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado por todas as secretarias da administração direta do município de Jaçanã/RN.

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão dos contratos e das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação na modalidade Pregão Presencial para formação de Registro de Preços N° 019/2019.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 019/2019 e proposta da empresa **NASCIMENTO DA SILVA SOBRINHO 65509382449**, classificada em 1° lugar no certame supra numerado.
14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelos Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de SANTA CRUZ/RN, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Jaçanã RN, 22 de Agosto de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

Nascimento Da Silva Sobrinho 65509382449
NASCIMENTO DA SILVA SOBRINHO
Contratada

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:3361AE34

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0104/2019 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de JAÇANÃ - RN, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA**, portador da carteira de identidade RG n° 001.420.686 SSDS-RN, inscrito no CPF sob o n° 996.817.654-00, brasileiro, funcionário público, residente e domiciliado à Rua Manoel Fernandes da Silva, Nº 219, Centro, Jaçanã-RN, nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, e a empresa **SM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP**, estabelecida na Av. Jornalista Assis Chateaubriand, Nº 4755, Galpão 07 A, Distrito Industrial, Campina Grande-PB, CNPJ n° 28.442.118/0001-99, neste ato representada pelo Sr(a) Wendel Gutemberg dos Santos Barbosa, portador da carteira de identidade RG n° 3.325.104 SSP-PB, inscrito no CPF sob o n° 075.579.174-64, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005 e 3.931 de 19 de setembro de 2001, bem como Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 e, demais normas legais aplicáveis, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019, objetivando a formação de REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, nas condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – O Objeto do presente é a formação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS E PROGRAMAS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN - EXCLUSIVO PARA ME/EPP**, no período de validade da Ata do registro de Preços, objetivando o fornecimento de forma parcelada, com vistas ao atendimento das necessidades das Secretarias da administração pública do município de Jaçanã RN:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ACHOCOLATADO EM PO	KG	800	CHOCOMIL	10,25	8.200,00
2	ACHOCOLATADO EM PO SEM LACTOSE	KG	200	ITALAC	18,50	3.700,00
3	AÇUCAR COMUM	KG	4500	NORDESTE	2,81	12.645,00
4	ADOÇANTE EM LÍQUIDO FRASCO C/ 200ML A BASE DE STEVIA	FRASCO	150	ZERO CAL	4,45	667,50
5	ALMONDEGA BOVINA AO MOLHO EMBALAGEM 420 G	LATA	500	ODERISCH	5,70	2.850,00
6	AMIDO DE MILHO	KG	500	KIMIMO	9,80	4.900,00
7	ARROZ BRANCO	KG	3000	NO PONTO	3,35	10.050,00
8	ARROZ PARBOILIZADO	KG	3000	KIKA	3,35	10.050,00
9	ARROZ INTEGRAL	KG	1000	CAMIL	4,20	4.200,00
10	BEBIDA LÁCTEA	LITRO	5000	BAT GUT	3,60	18.000,00
11	BISCOITO CREAM CRACKER C/ 400 GR	PACOTE	5000	VITAMASSA	3,15	15.750,00
12	BISCOITO MARIA C/ 400 GR	PACOTE	5000	VITAMASSA	3,20	16.000,00
13	BISCOITO SEM LACTOSE	PACOTE	600	VITAMASSA	3,90	2.340,00
14	BISCOITO INTEGRAL	PACOTE	600	VITAMASSA	3,20	1.920,00
15	BOLACHA COMUM	KG	600	3 DE MAIO	9,10	5.460,00
16	CAFÉ MOIDO	KG	2000	AURORA	21,00	42.000,00
17	CALDO DE GALINHA CAIXA COM 24 CAIXINHA COM 2 CUBOS	CAIXA	300	KITANO	9,50	2.850,00
18	CALDO DE CARNE CAIXA COM 24 CAIXINHA COM 2 CUBOS	CAIXA	300	KITANO	9,50	2.850,00
19	CANJIQUINHA	KG	400	CORINGA	20,30	8.120,00
20	CHÁ DE VARIOS SABORES CAIXA COM 10 ENVELOPE INDIVIDUAL	CAIXA	600	MARATA	2,75	1.650,00
21	CHARQUE BOVINA DIANTEIRA: preparado a partir de matérias - primas sãs. Validade mínima de 03 meses. Acondicionado em embalagem industrial a vácuo c/ 5kg, contendo descrição das características do produto como classificação e marca, data de fabricação, data de validade e peso líquido.	KG	1500	FRIBOI	25,98	38.970,00
22	CHOCOLATE GRANULADO EMBALAGEM 200G	PACOTE	200	DORI	4,40	880,00
23	COCO RALADO EMBALAGEM 200G	PACOTE	300	BOM COCO	4,55	1.365,00
24	COLORAL	KG	300	SÃO MARCOS	6,98	2.094,00
25	COMINHO	KG	200	SÃO MARCOS	9,40	1.880,00
26	CREME DE LEITE CAIXA C/ 200 G	CAIXA	1000	ITALAC	2,55	2.550,00
27	DOCE DE LATA C/ 600 G	LATA	500	DEMEL	4,10	2.050,00
28	ERVILHA LATA C/ 190 G	LATA	900	ODERISCH	1,98	1.782,00
29	FARINHA DE ARROZ 280 G	PACOTE	300	FORTLON	5,80	1.740,00
30	FARINHA DE AVEIA CAIXA 200 G	CAIXA	450	YOKI	4,15	1.867,50
31	FARINHA DE MANDIOCA	KG	1500	BEZERRA	3,85	5.775,00
32	FARINHA DE TRIGO C/ FERMENTO	KG	900	ROSA BRANCA	3,65	3.285,00
33	FARINHA DE TRIGO S/ FERMENTO	KG	400	BRANDINI	3,55	1.420,00
34	FARINHA LACTEA C/ 200 G	PACOTE	200	MARATA	5,48	1.096,00
35	FEIJÃO BRANCO	KG	1500	PARARI	4,97	7.455,00
36	FEIJÃO CARIOCA	KG	2500	PARARI	5,85	14.625,00
37	FEIJÃO PRETO	KG	1500	CHINES	6,10	9.150,00
38	FIAMBRE DE CARNE BOVINA EMBALAGEM 320 G	LATA	500	KITUT	4,70	2.350,00
39	FLOCOS DE MILHO	KG	3500	MARATA	2,95	10.325,00
40	GELATINA EM PÓ, SABORES VARIADOS CAIXA COM 30G	CAIXA	300	SOL	1,70	510,00
41	IOGURTE NATURAL 180 G	POTE	400	CARIRI	4,30	1.720,00
42	LEITE CONDENSADO 395 G	UNIDADE	900	ITALAC	4,50	4.050,00
43	LEITE DE COCO DE 1000ML	LITRO	400	KICOCO	4,98	1.992,00
44	LEITE EM PO DESNATADO C/ 450G	LATA	200	ITALAC	15,95	3.190,00
45	LEITE EM PÓ INTEGRAL	KG	2000	ITALAC	25,80	51.600,00
46	LEITE EM PÓ SEM LACTOSE	LATA	500	NINHO	29,00	14.500,00
47	MACARRÃO ESPAGUETE	KG	2500	AURORA	3,98	9.950,00
48	MACARRÃO INTEGRAL	KG	500	VITARELA	6,55	3.275,00
49	MACARRÃO PARAFUSO	KG	500	BRANDINI	6,10	3.050,00
50	MARGARINA	KG	1500	VITARELA	7,90	11.850,00
51	MILHO VERDE C/ 190 G	LATA	1000	ODERISCH	1,98	1.980,00
52	MISTURA P/ BOLO C/ 400 G	PACOTE	1000	ITALAC	4,99	4.990,00
53	MOLHO DE TOMATE CONCENTRADO	KG	400	MARATA	4,95	1.980,00
54	MUNGUZÁ C/ 500 G	PACOTE	1000	DUKAMPO	2,49	2.490,00
55	ÓLEO DE SOJA C/ 900 ML	LATA	1300	SINHA	4,65	6.045,00
56	OREGANO 100 G	PACOTE	100	KITANO	3,95	395,00
57	OVOS DE GRANJA, bom para o consumo humano, tamanho médio, em embalagem c/ 30 unid.	BANDEIJA	900	GREAT VALUE	12,40	11.160,00
58	POLPA DE FRUTA SABOR ABACAXI	KG	500	NATURELE	9,70	4.850,00
59	POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA	KG	500	NATURELE	7,80	3.900,00
60	POLPA DE FRUTA SABOR CAJU	KG	500	NATURELE	7,80	3.900,00

61	POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA	KG	500	NATURELE	8,45	4.225,00
62	POLPA DE FRUTA SABOR GRAVIOLA	KG	500	NATURELE	10,24	5.120,00
63	POLPA DE FRUTA SABOR MARACUJÁ	KG	500	NATURELE	10,40	5.200,00
64	POLPA DE FRUTA SABOR UVA	KG	500	NATURELE	10,95	5.475,00
65	PROTEÍNA DE SOJA PACOTE COM 400 G	PCT	900	CEREALI	3,65	3.285,00
66	QUEIJO RALADO EMBALAGEM 100G	PACOTE	200	MINEIRINHO	2,90	580,00
67	RAPADURA COMUM PRETA COM 50 UND. DE 300 GR	FARDO	100	NORDESTINHA	58,00	5.800,00
68	ROSQUINHA SABOR LEITE 400 G	PACOTE	400	VITAMASSA	3,90	1.560,00
69	ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE 400 G	PACOTE	400	VITAMASSA	3,90	1.560,00
70	ROSQUINHA SABOR COCO 400 G	PACOTE	400	VITAMASSA	3,90	1.560,00
71	SAL IODADO	KG	950	VENEZA	0,95	902,50
72	SARDINHA LATA C/ 132 G	LATA	1500	PALMEIRA	3,20	4.800,00
73	TEMPERO PACOTE COM 12X5 G	PACOTE	500	SAZON	3,80	1.900,00
74	VINAGRE C/ 1 LT	LITRO	400	SÃO MARCOS	2,98	1.192,00

475.398,50

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não serem contratados pelo Município. Quando contratados serão prestados pela empresa acima identificada, mediante emissão e recebimento pela PROMITENTE FORNECEDORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura.
2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de JAÇANÃ/RN não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3 – Em cada contratação decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 016/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado conforme **o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura** (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da **Resolução Nº 032/2016 do TCE/RN,** mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal beneficiada,** encaminhados à **Secretaria Municipal de Finanças e Tributação**, acompanhado das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista, fazendo menção ao **Processo Administrativo N° 0104/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019**.
3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar Secretaria Municipal de Finanças, localizada no endereço do preâmbulo deste Ata, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de JAÇANÃ/RN e conter o número do empenho correspondente.
3.3 - Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) ou serviços entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:
3.3.1 - Prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;
3.3.2 - Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;
3.3.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.
3.4 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.5 - O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1 - O fornecimento dos produtos deverá ser feitos de acordo com as necessidades do município, ou seja, de forma parcelada pela empresa vencedora do certame licitatório, mediante recebimento da ordem de compras fornecida por qualquer Secretaria da Administração pública do Município de Jaçanã RN. O Município somente aceitará o bem que estiver em conformidade com as especificações do item descritas na proposta e nas especificações constantes do termo de referência.
4.2 - Caso o bem entregue estiver fora das especificações será devolvido pela secretaria que solicitou a aquisição, mediante Termo de Recusa, sendo que a contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias, contados da data da expedição do termo, para providenciar a troca.
4.3 - A licitante vencedora obriga-se a fornecer os produtos, objeto da presente licitação em bom estado de conservação em no máximo **03 (três) dias** após o recebimento da ordem de compras e deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pelo setor requisitante das 07:00 às 13:00hs, de segunda à sexta-feira.
4.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a reparar, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município
5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;
5.1.2 – Aplica a PROMINENTE EXECUTORA penalidades, quando for o caso;
5.1.3 – Prestar toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal na Secretaria Municipal de Finanças;
5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Executora
5.2.1 - Ressarcir a Prefeitura Municipal de Jaçanã - RN, do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento dos produtos adquiridos, exceto quando isso ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
5.2.2 - Responsabilizar-se por eventuais multas municipais, estaduais e federais decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;
5.2.3 - Manter absoluto sigilo com referência a assuntos de que tome conhecimento, em função do cumprimento do objeto desta licitação;
5.2.4 - Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;
5.2.5 - Fornecer os produtos de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
5.2.6 - Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
5.2 7 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.
5.2.8 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de fornecimento da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.
6.2 – A detentora(or) da presente Ata de Registro de Preços será obrigada(o) a atender todos as ordens de compras solicitadas durante a vigência desta Ata, mesmo que a execução deles decorrentes estiver prevista em contrato para data posterior à do seu vencimento.
6.3 – Todo fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de ordem de compras e/ou Nota de Empenho.
6.4 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Secretarias Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 016/2019, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.
8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.
8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da(o) Detentora(r) da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.
8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:
9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;
9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;
9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;
9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.
9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado por todas as secretaria da administração direta do município de Jaçanã/RN.

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão dos contratos e das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação na modalidade Pregão Presencial para formação de Registro de Preços N° 016/2019.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 016/2019 e proposta da empresa **SM DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP**, classificada em 1° lugar no certame supra numerado.
14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelos Decretos Municipais Nº 008/2007 e 006/2013 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de SANTA CRUZ/RN, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Jaçanã-RN, 02 de Agosto de 2019.

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

SM Distribuidora De Alimentos EIRELI - EPP
WENDEL GUTEMBERG DOS SANTOS BARBOSA
Contratada

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:A243E53C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.326/2019.

Gabinete Civil

DECRETO Nº 1.326 , DE 02 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 8.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 02 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**8.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**8.000,00**
	2017 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	8.000,00
Anexo II (Redução)					**8.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**8.000,00**
	2019 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB				**8.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	8.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:3DBC5AAB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.327/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.327 , DE 02 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 02 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**30.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	1020 CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12150000	0001	30.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:3D608A84

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.328/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.328 , DE 02 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 02 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**2.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**2.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	2.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:D35FA0D1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.329/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.329 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 2.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.000,00**
10 .031 FUNDO	**MUNICIPAL DE SAÚDE**				**2.000,00**
	2017 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	2.000,00
Anexo II (Redução)					**2.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.000,00**
	2019 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12140000	0001	2.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:ED50F859

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.330/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.330 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.000,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.000,00**
	2013 FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BÁSICA E DE VAL. DOS PROF. DA EDUC. - FUNDEB 40%				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11130000	0001	1.000,00
Anexo II (Redução)					**1.000,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.000,00**
	2013 FUNCIONAMENTO DO FUNDO DE MAN. E DES. DA EDUC. BÁSICA E DE VAL. DOS PROF. DA EDUC. - FUNDEB 40%				**1.000,00**
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11130000	0001	1.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:72120ECC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.331/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.331 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 60.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**60.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**60.000,00**
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	60.000,00
Anexo II (Redução)					**60.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**60.000,00**
	1015 CONSTRUÇÃO, REF. E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**60.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12150000	0001	60.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:A7013FAD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.332/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.332 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	2076 FUNCIONAMENTO DO TETO FINANCEIRO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12140000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**30.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	2019 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB				**30.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	30.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:B9E2D6FE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.333/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.333 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**20.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**20.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**20.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**20.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	20.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:7A6CD1CA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.334/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.334 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**3.000,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**3.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**3.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	3.000,00
Anexo II (Redução)					**3.000,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**3.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	3.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:F2C467CF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.335/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.335 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 70.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**70.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**70.000,00**
	2022 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	50.000,00
	2019 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	20.000,00
Anexo II (Redução)					**70.000,00**
10 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**70.000,00**
	1066 CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	12110000	0001	20.000,00
	2018 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - FB				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15200000	0001	15.000,00
	1052 CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E				**20.000,00**

	TRATAMENTO D'ÁGUA				
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	20.000,00
	1016 CONSTRUÇÃO, REF. E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	15.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:E13CD0DC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.336/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.336 , DE 03 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais)às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 03 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**10.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**10.000,00**
	2023 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA- FB				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12140000	0001	10.000,00
Anexo II (Redução)					**10.000,00**
10 .031 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**10.000,00**
	2019 FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB				**10.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	12140000	0001	10.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:27B3F317

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.337/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.337 , DE 04 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O GABINETE CIVIL, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 04 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**20.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**20.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	20.000,00

Anexo II (Redução)					**20.000,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**20.000,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**20.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÃES PATRONAIS	10010000	0001	20.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:1B105799

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.338/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.338 , DE 04 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 4.000,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 04 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.000,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**4.000,00**
	2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				**4.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	4.000,00
Anexo II (Redução)					**4.000,00**
08 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**4.000,00**
	2072 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - MAIS EDUCAÇÃO - PNAE				**4.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.000,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:098A02DF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.339/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.339 , DE 04 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 400,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 04 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**400,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**400,00**
	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**400,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	400,00
Anexo II (Redução)					**400,00**
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**400,00**

	2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO				**400,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	400,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:64EB23CF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.340/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.340 , DE 04 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 400,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 04 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**400,00**
12 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**400,00**
	2045 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				**400,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	400,00
Anexo II (Redução)					**400,00**
12 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**400,00**
	1042 RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DA MATA CILIAR DO RIO PIRANHAS				**400,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	400,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:0C3555AF

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.341/2019.

Gabinete Civil
DECRETO Nº 1.341 , DE 04 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 120,00 , para os fins que especifica e dá outras providências.

O **GABINETE CIVIL**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jardim de Piranhas/RN, 04 de setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**120,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**120,00**
	2038 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				**120,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	120,00
Anexo II (Redução)					**120,00**
11 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					**120,00**
	1032 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS				**120,00**

		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	120,00

Publicado por:
Elisama Alves Pereira
Código Identificador:3BD98FFE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Pregão Presencial N.º 029/2019

1.O Município de José da Penha/RN, tendo em vista a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão N.º 029/2019, destinado contratação de serviços de acolhimento, encaminhamento, orientação, facilitação e acompanhamento de doentes encaminhados para natal, a fim de submeterem a consultas e/ou exames de média e alta complexidade, não oferecidos no município, considerando os critérios legais, resolve **ADJUDICAR** o mesmo em favor de:
559 - MARIA JUSSILENE PEREIRA BESSA SILVA (852.731.634-04)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	3028 - SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO DE PACIENTES EM NATAL - RN COTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, ENCAMINHAMENTO, ORIENTAÇÃO, FACILITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE DOENTES ENCAMINHADOS PARA NATAL, AFIM DE SUBMETEREM A CONSULTAS E/OU EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, NÃO OFERECIDOS NO MUNICÍPIO.	MÊS		12	2.410,00	28.920,00
Total (R$):						**28.920,00**

José da Penha/RN, 04/09/2019.

FABIANO FERREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:896AE953

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO 014-2019

Decreto nº. 014/2019.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento corrente, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Lagoa d´Anta/RN, no uso de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Orçamentária Anual do exercício corrente:
D e c r e t a:
Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Municipal do ano corrente crédito adicional suplementar no valor de R$ 894.000,00 (Oitocentos e noventa e quarto mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias; conforme ação/natureza/fonte especificadas na tabela I em anexo.
Art. 2º - Servirá como fontes de anulação para o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, a anulação parcial de dotações especificadas na tabela II em anexo, conforme previsão legal no artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Lagoa d'Anta/RN, 5 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

ANEXO I – DECRETO Nº. 014/2019

Descrição das Dotações Suplementadas (Acréscimo)

Unidade	Projeto	Dotação	Valor/R$
01.001 – Gabinete do Prefeito	2002 –Manutenção das ações do Gabinete do Prefeito	339030 – Material de Consumo	R$ 15.000,00
		339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 10.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 50.000,00
		Fonte: 10010000	
01.001– Gabinete do Prefeito	2186 – Manutenção das Ações da Controladoria Municipal	339030 – Material de Consumo	R$ 5.000,00
		339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 3.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 2.000,00
		Fonte: 10010000	

02.001 – Secretaria de Administração	2028 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração	339030 – Material de Consumo	R$ 15.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 45.000,00
		Fonte: 10010000	
04.001 – Secretaria Municipal de Agricultura	2022 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Agricultura	339030 – Material de Consumo	R$ 25.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 15.000,00
		Fonte: 10010000	
06.001 – Secretaria Municipal de Educação	2004 – Manutenção do Ensino Fundamental	339030 – Material de Consumo	R$ 40.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00
		Fonte: 11110000	
	2005 – Manutenção de Programa de Alimentação Escolar – PNAE Fundamental	339030 – Material de Consumo	R$ 20.000,00
		Fonte: 11220000	
	2009 – Manutenção das Atividades do Salário Educação – Ensino Fundamental	339030 – Material de Consumo	R$ 10.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 40.000,00
		Fonte: 11200000	
	2010 – Manutenção do Ensino Infantil	339030 – Material de Consumo	R$ 30.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 15.000,00
		Fonte: 11110000	
	2024 – Manutenção do Programa Transporte Escolar – PNATE – Ensino Fundamental	339030 – Material de Consumo	R$ 5.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 6.000,00
		Fonte: 11230000	
	2054 – Manutenção das Atividades do Ensino Médio	339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 20.000,00
		Fonte: 11110000	
	2185 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação	339030 – Material de Consumo	R$ 15.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 25.000,00
		Fonte: 11110000	
	2210 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE – Creche/Pré -escolar	339030 – Material de Consumo	R$ 10.000,00
		Fonte: 11220000	
	2211 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE - EJA	339030 – Material de Consumo	R$ 3.000,00
		Fonte: 11220000	
	2213 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE – Mais Educação	339030 – Material de Consumo	R$ 20.000,00
		Fonte: 11220000	
	2214 – Manutenção das Atividades do Salário Educação – Ensino Infantil	339030 – Material de Consumo	R$ 5.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00
		Fonte: 11110000	
	2223 – Manutenção do Programa Transporte Escolar – PNATE – Ensino Médio	339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 10.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 25.000,00
		Fonte: 11230000	
07.001 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos	2019 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos	339030 – Material de Consumo	R$ 50.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 30.000,00
		Fonte: 10010000	
13.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	2014 – Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	339030 – Material de Consumo	R$ 5.000,00
		339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 3.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 2.000,00
		Fonte: 10010000	
15.001 – Fundo Municipal de Saúde	2030 – Manutenção das Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS	339030 – Material de Consumo	R$ 20.000,00
		Fonte: 12140000	
	2032 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde Bucal - PSB	339030 – Material de Consumo	R$ 30.000,00
		Fonte: 12140000	
	2033 – Manutenção das Atividades da Assistência Ambulatorial e Hospitalar - MAC	339030 – Material de Consumo	R$ 40.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 30.000,00
		Fonte: 12140000	
	2035 – Manutenção das Atividades da Assistência Farmacêutica	339030 – Material de Consumo	R$ 15.000,00
		Fonte: 12140000	
	2037 – Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental	339030 – Material de Consumo	R$ 5.000,00
		Fonte: 12140000	
	2173 – Manutenção das Atividades do FMS	339030 – Material de Consumo	R$ 30.000,00
		339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R$ 5.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 30.000,00
		Fonte: 12110000	
	2233 – Manutenção do Programa da Atenção Básica – PAB FIXO	339030 – Material de Consumo	R$ 40.000,00
		339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 15.000,00
		Fonte: 12140000	
	2240 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	339030 – Material de Consumo	R$ 30.000,00
		Fonte: 12140000	
Total	-	-	R$ 894.000,00

Gabinete da Prefeita, Lagoa d'Anta/RN, 05 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

ANEXO II – DECRETO Nº. 014/2019
Descrição das Dotações Anuladas (Redução)

Unidade	Projeto	Dotação	Valor/R$
06.001–Secretaria Municipal de Educação	1006 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade de Ensino Fundamental	449051 – Obras e Instalações – Fonte: 11110000	R$ 524.000,00
	1005 – Construção/ Ampliação e Reforma de Quadras Escolares - Ensino Fundamental	449051 – Obras e Instalações – Fonte: 11130000	R$ 100.000,00
	2168 – Manutenção das Atividades do FUNDEB 40% - Ensino Fundamental	449052 – Equipamentos e Material Permanente – Fonte: 11130000	R$ 190.000,00
07.001– Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos	1009 – Construção, Reforma e Ampliação de Prédios Públicos	449051 – Obras e Instalações Fonte: 15100000	R$ 30.000,00
	1046 – Ampliação do Sistema de Saneamento Básico	449051 – Obras e Instalações Fonte: 15100000	R$ 30.000,00
	1617 – Manutenção e Melhoramento de Estradas	449051 – Obras e Instalações Fonte: 15100000	R$ 20.000,00
Total	-	-	R$ 894.000,00

Gabinete da Prefeita, Lagoa d'Anta/RN, 05 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:CFFF1533

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
LISTA DE EXIGIBILIDADES AGOSTO 2019

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE OURO BRANCO						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Lista de Exigibilidades						Exercício: **2019**
Competência: 08/2019 - Lista Clas.Pagto : Unid.Gestora: (13-001-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE OURO BRANCO)						
Clas.Valor: (Obrigação de baixo valor) Clas.Fonte: (Vinculado) Fonte: (Recursos vinculados ao RPPS - Plano						
Previdenciário - Poder E)						
Lista Classificatória Credor: UG(13.001-OBPREV) - (Obrigação de baixo valor) - (Vinculado) - (14100131-Recursos vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Poder E)						
Processo Administrativo	Contrato/Ata Administrativo	Procedimento Licitatório	Parcela	Data Vencimento	Credor	
					CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
Doc Cobrança	Data Autuação	Data Atesto	Vlr Liquidação	Data Pagto	Vlr Pagamento	Quebra Ordem (Data Publicação)
20/2019	2/2019	Dispensa		05/08/2019	14.813.501/0001-00	MATIAS E LEITÃO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP
NF	29/07/2019	29/07/2019	850,00	31/07/2019		850,00
3985_28/06/2019						
22/2019		Dispensa		05/08/2019	40.998.734/0001-26	TOPDOWN CONSULTORIA LTDA
NF	29/07/2019	30/07/2019	950,00	31/07/2019		950,00
7765_29/07/2019						
17/2019		Dispensa		05/08/2019	40.998.734/0001-26	TOPDOWN CONSULTORIA LTDA
NF	29/07/2019	30/07/2019	780,00	31/07/2019		780,00
7764_29/07/2019						

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:E0AE6B24

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
LISTA DE EXIGIBILIDADES AGOSTO 2 2019

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE OURO BRANCO					Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Lista de Exigibilidades					Exercício: **2019**	
Competência: 08/2019 - Lista Clas.Pagto : Unid.Gestora: (13-001-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUN. DE OURO BRANCO)						
Clas.Valor: (Obrigação demais valores) Clas.Fonte: (Vinculado) Fonte: (Recursos vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Poder E)						
Lista Classificatória Credor: UG(13.001-OBPREV) - (Obrigação demais valores) - (Vinculado) - (14100131-Recursos vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário - Poder E)						
Processo Administrativo	Contrato/Ata Administrativo	Procedimento Licitatório	Parcela	Data Vencimento	Credor	
					CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
Doc Cobrança	Data Autuação	Data Atesto	Vlr Liquidação	Data Pagto	Vlr Pagamento	Quebra Ordem (Data Publicação)
18/2019	1/2019	Inexigibilidade		08/08/2019	05.975.779/0001-84	R.F SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME
NF 511_09/07/2019	09/07/2019	09/07/2019	600,00	10/07/2019	600,00	
18/2019	1/2019	Inexigibilidade		08/09/2019	05.975.779/0001-84	R.F SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME
NF 518_08/08/2019	08/08/2019	09/08/2019	900,00	09/08/2019	900,00	

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:C1CE7EA6

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 1.013/2019

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº 1.013/2019			
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		**CNPJ:**	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – RN		**19.598.909/0001-11**	
NOME DO SERVIDOR:		**SEXO:**	**MATRÍCULA:**
IVA GILDA DE SOUTO QUEIROZ		**FEMININO**	**083**
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	**CPF:**	**PIS/PASEP:**	
1.173.000 – **SSP/RN**	732.459.924-91	1.705.750.299-9	
FILIAÇÃO:		**DATA DE NASCIMENTO:**	
RITA MARIA DE SOUTO		20/10/1958	
VICENTE PAULO NETO			
ENDEREÇO:			
RUA FRANCISCO JUSTINO DE MORAIS, Nº 255, CENTRO			
CARGO EFETIVO:			
GARI			
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:			
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura			
DATA DE ADMISSÃO:		**DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO**	
26/06/1997		**.....**	
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREEDIDO NESTA CERTIDÃO:			

26/06/1997 a 31/12/2018

FONTE DE INFORMAÇÃO:

ARQUIVO MUNICIPAL/BANCO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO RN

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:

PERÍODO DE 26/06/1997 a 30/11/2013 – Trazido do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL REGIDO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) para aproveitamento no Município de Ouro Branco/RN, pelo RPPS – OURO BRANCOPREV. *A partir de 01/12/2013 a 31/12/2018* a destinação da contribuição da servidora se deu ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – OUROBRANCOPREV – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N º 851 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

COMETÊNCIA	VALOR
12/2013	R$ 949,20
01/2014	R$ 1013,60
02/2014	R$ 1013,60
03/2014	R$ 1013,60
04/2014	R$ 1013,60
05/2014	R$ 1013,60
06/2014	R$ 1013,60
07/2014	R$ 1351,47
08/2014	R$ 1013,60
09/2014	R$ 1013,60
10/2014	R$ 1013,60
11/2014	R$ 1013,60
12/2014	R$ 1013,60
01/2015	R$ 1103,20
02/2015	R$ 1103,20
03/2015	R$ 1103,20
04/2015	R$ 1103,20
05/2015	R$ 1103,20
06/2015	R$ 1103,20
07/2015	R$ 1470,20
08/2015	R$ 1103,20
09/2015	R$ 1103,20
10/2015	R$ 1103,20
11/2015	R$ 1103,20
12/2015	R$ 1103,20
01/2016	R$ 1232,00
02/2016	R$ 1232,00
03/2016	R$ 1232,00
04/2016	R$ 1232,00
05/2016	R$ 1232,00
06/2016	R$ 1232,00
07/2016	R$ 1642,67
08/2016	R$ 1232,00
09/2016	R$ 1232,00
10/2016	R$ 1232,00
11/2016	R$ 1232,00
12/2016	R$ 1232,00
01/2017	R$ 1311,80
02/2017	R$ 1311,80
03/2017	R$ 1311,80
04/2017	R$ 1499,20
05/2017	R$ 1499,20
06/2017	R$ 1499,20
07/2017	R$ 1998,93
08/2017	R$ 1499,20
09/2017	R$ 1499,20
10/2017	R$ 1499,20
11/2017	R$ 1499,20
12/2017	R$ 1499,20
01/2018	R$ 1526,40
02/2018	R$ 1574,10
03/2018	R$ 1574,10
04/2018	R$ 2098,80
05/2018	R$ 1574,10
06/2018	R$ 1574,10
07/2018	R$ 1574,10
08/2018	R$ 1574,10
09/2018	R$ 1574,10
10/2018	R$ 1574,10
11/2018	R$ 1574,10
12/2018	R$ 1574,10

COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Período compreendido nesta informação: 01/12/2013 a 31/12/2018

ANO	TEMPO BRUTO	FALTAS	LICENÇAS	LICENÇA SEM VENCIMENTOS	SUSPENÇÕES	DISPONIBI-LIDADE	OUTRAS	TEMPO LÍQUIDO
2013	31							31
2014	365							365
2015	365							365
2016	366							366
2017	365							365
2018	365							365

TOTAL = 1.857 Dias Trabalhados

Demonstrativo de tempo de serviço prestado em Anos, Meses e Dias (União, Estados, Municípios e Empresas Privadas)

Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN (contrato)	03	11	10
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN (estatuário – antes do OURO BRANCOPREV)	16	05	05
TOTAL	**7.435 Dias Trabalhados**		

CARGOS EM COMISSÃO E/OU FUNÇÃO GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	PERÍODO		FUNDAMENTO LEGAL		
	DE	A	ATO	Nº	DATA
-	-	-	-	-	-

Não ocupou cargo em comissão e/ou função gratificada.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NOME: Iva Gilda de Souto Queiroz
CARGO: GARI
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
A servidora ingressou no serviço público em 26 de Junho de 1997, de acordo com termo de posse anexo, por ter sido aprovada em concurso público, conforme a Lei nº 377/97, com edital publicado no DOE de 16 de abril de 1997 e art. 37 II da CRFB, tendo sido enquadrado no cargo de Gari em 11 de janeiro de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 02, de 31 de Dezembro de 2009. Percebendo as seguintes vantagens Gratificação adicional quinquenal num total de 05 no percentual de 5% (cinco por cento) cada Insalubridade em grau máximo no percuntual de 40% (quarenta por cento)
CERTIFICO, em face do apurado, que a interessada conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo contribuição de 9.292 dias (nove mil, duzentos e noventa e dois) correspondente a 25 (vinte e cinco) anos; 05 (cinco) meses; 09 (nove) dias. **CERTIFICO, que a Lei Ordinária Municipal nº** 851, de 13 de dezembro de 2013, sendo sancionada e publicada por meio do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/femurn, edição n.º 1060, ano IV, de 26 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, passando a ser responsável pela concessão de benefícios previdenciários a seus servidores efetivos a partir do dia 01 de Dezembro de 2013, em respeito ao que dispõe o artigo 2º A da Portaria MPS/GM nº 402, de 10 de Dezembro de 2008, acrescentado pela portaria MPS nº 21, de 14 de Janeiro de 2014. Certifico que a referida norma assegura aos servidores do Município de Ouro Branco/RN, aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsória, e pensão por morte, como aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social, na forma da contagem recíproca, conforme a Lei Ordinária Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, com alteração dada pela Lei Ordinária Federal n.º 6.864, de 01 de dezembro de 1980. **CERTIFICO que** a data de início do vínculo constante no contrato deu-se em 01/02/1993, consoante cópia anexa, existe contribuição arrecadada e recolhida do servidor e repassada para o RGPS atinente à competência Novembro de 2013.

Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras.	**Visto do Dirigente do Órgão**
Ouro Branco/RN, 02 de Janeiro 2019.	**Ouro Branco/RN, 02 de Janeiro 2019.**
ALCIONE DA COSTA ROCHA	***EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA***
Diretora Financeira do Ouro Branco - PREV	Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOB/GP n.º 084/2018	Portaria PMOBGP n.º 2262015

UNIDADE GESTORA DO RPPS
HOMOLOGO, a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem com a verdade.
Ouro Branco/RN, 02 de Janeiro de 2019.
EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA
Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOBGP n.º 2262015

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:DABDD963

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 1.014/2019

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº 1.014/2019			
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		**CNPJ:**	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – RN		**19.598.909/0001-11**	
NOME DO SERVIDOR:		**SEXO:**	**MATRÍCULA:**
FRANCISCO SILVA DE ARAÚJO		**MASCULINO**	**050**
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	**CPF:**	**PIS/PASEP:**	
455.782 – **SSP/RN**	473.895.324-91	121.146.441-72	
FILIAÇÃO:		**DATA DE NASCIMENTO:**	
ADALGISA SILVA DE ARAÚJO		26.09.1953	
ANTÔNIO PEDRO DE ARAÚJO			
ENDEREÇO:			
RUA PROFESSOR LUIS CIRILO, Nº 270, CENTRO			
CARGO EFETIVO:			
GUARDA MUNICIAL			
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:			
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura			
DATA DE ADMISSÃO:		**DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO**	
26/06/1997		**.....**	
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREEDIDO NESTA CERTIDÃO:			
01/12/2013 a 31/03/2019			
FONTE DE INFORMAÇÃO:			
ARQUIVO MUNICIPAL/BANCO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO RN			
DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO			
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: PERÍODO DE 26/06/1997 a 30/11/2013 - Trazido do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL REGIDO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) para aproveitamento no Município de Ouro Branco/RN, pelo RPPS – OURO BRANCOPREV. *A partir de 01/12/2013 a 31/03/2019* a destinação da contribuição da servidora se deu ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – OUROBRANCOPREV – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N º 851 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.			

COMETÊNCIA	**VALOR**
12/2013	**R$ 949,20**
01/2014	**R$ 1013,60**
02/2014	**R$ 1351,47**
03/2014	**R$ 1013,60**
04/2014	**R$ 1013,60**
05/2014	**R$ 1013,60**
06/2014	**R$ 1013,60**
07/2014	**R$ 1013,60**
08/2014	**R$ 1013,60**
09/2014	**R$ 1013,60**
10/2014	**R$ 1013,60**
11/2014	**R$ 1013,60**
12/2014	**R$ 1013,60**
01/2015	**R$ 1090,40**
02/2015	**R$ 1470,93**
03/2015	**R$ 1103,20**
04/2015	**R$ 1103,20**
05/2015	**R$ 1103,20**
06/2015	**R$ 1103,20**
07/2015	**R$ 1103,20**
08/2015	**R$ 1103,20**
09/2015	**R$ 1103,20**
10/2015	**R$ 1103,20**

11/2015	**R$ 1103,20**
12/2015	**R$ 1103,20**
01/2016	**R$ 1232,00**
02/2016	**R$ 1642,67**
03/2016	**R$ 1232,00**
04/2016	**R$ 1232,00**
05/2016	**R$ 1232,00**
06/2016	**R$ 1232,00**
07/2016	**R$ 1232,00**
08/2016	**R$ 1232,00**
09/2016	**R$ 1232,00**
10/2016	**R$ 1232,00**
11/2016	**R$ 1232,00**
12/2016	**R$ 1232,00**
01/2017	**R$ 1311,80**
02/2017	**R$ 1311,80**
03/2017	**R$ 1311,80**
04/2017	**R$ 1311,80**
05/2017	**R$ 1311,80**
06/2017	**R$ 1311,80**
07/2017	**R$ 1311,80**
08/2017	**R$ 1311,80**
09/2017	**R$ 1311,80**
10/2017	**R$ 1311,80**
11/2017	**R$ 1311,80**
12/2017	**R$1311,80**
01/2018	**R$ 1335,60**
02/2018	**R$ 1780,80**
03/2018	**R$ 1335,60**
04/2018	**R$ 1335,60**
05/2018	**R$ 1335,60**
06/2018	**R$ 1335,60**
07/2018	**R$ 1335,60**
08/2018	**R$ 1335,60**
09/2018	**R$ 1335,60**
10/2018	**R$ 1335,60**
11/2018	**R$ 1335,60**
12/2018	**R$ 1335,60**
01/2019	**R$ 1397,20**
02/2019	**R$ 1862,93**
03/2019	**R$ 1397,20**

COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Período compreendido nesta informação: 26/06/1997 a 31/03/2019

ANO	TEMPO BRUTO	FALTAS	LICENÇAS	LICENÇA SEM VENCIMENTOS	SUSPENÇÕES	DISPONIBI-LIDADE	OUTRAS	TEMPO LÍQUIDO
2013	31							365
2014	365							365
2015	365							365
2016	366							366
2017	365							365
2018	365							365
2019	90							90

TOTAL = 1.947 Dias Trabalhados

Demonstrativo de tempo de serviço prestado a outros órgãos públicos ou privado (União, Estados, Municípios e Empresas Privadas)

Órgão/Empresa	Anos	Meses	Dias
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	2	6	8
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN/Contrato	3	1	26
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN/Estatutário (Antes IPOB-RN)	16	5	5

TOTAL = 8.069 Dias Trabalhados

CARGOS EM COMISSÃO E/OU FUNÇÃO GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	PERÍODO		FUNDAMENTO LEGAL		
	DE	A	ATO	Nº	DATA
-	-	-	-	-	-

Não ocupou cargo em comissão e/ou função gratificada.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NOME: Francisco Silva de Araújo

CARGO: Guarda Municipal

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

O servidor ingressou no serviço público em 26 de Junho de 1997, de acordo com termo de posse anexo, por ter sido aprovado em concurso público, conforme a Lei nº 377/97, com edital publicado no DOE de 16 de abril de 1997 e art. 37 II da CRFB, tendo sido enquadrado no cargo de Guarda Municipal em 11 de janeiro de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 02, de 31 de Dezembro de 2009.
Percebendo as seguintes vantagens Gratificação adicional quinquenal num total de 04 no percentual de 5% (cinco por cento) cada Adicional Noturno de 20% (vinte por cento)

CERTIFICO, em face do apurado, que a interessada conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo contribuição de 10.016 dias (dez mil e dezesseis) correspondente a 27 (vinte e sete) anos; 5 (cinco) meses; 2 (dois) dias.
CERTIFICO, que a Lei Ordinária Municipal nº 851, de 13 de dezembro de 2013, sendo sancionada e publicada por meio do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/femurn, edição n.º 1060, ano IV, de 26 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, passando a ser responsável pela concessão de benefícios previdenciários a seus servidores efetivos a partir do dia 01 de Dezembro de 2013, em respeito ao que dispõe o artigo 2º A da Portaria MPS/GM nº 402, de 10 de Dezembro de 2008, acrescentado pela portaria MPS nº 21, de 14 de Janeiro de 2014.
Certifico que a referida norma assegura aos servidores do Município de Ouro Branco/RN, aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsória, e pensão por morte, como aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social, na forma da contagem recíproca, conforme a Lei Ordinária Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, com alteração dada pela Lei Ordinária Federal n.º 6.864, de 01 de dezembro de 1980.
CERTIFICO que a data de início do vínculo constante no contrato deu-se em 05/11/1993, consoante cópia anexa, existe contribuição arrecadada e recolhida do servidor e repassada para o RGPS atinente à competências anteriores como pode ser observado em Certidão de Tempo de Contribuição do INSS **que instrui o processo de concessão do benefício.**

Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras.	**Visto do Dirigente do Órgão**
Ouro Branco/RN, 10 de Maio 2019	**Ouro Branco/RN, 10 de Maio 2019**
ALCIONE DA COSTA ROCHA	***EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA***
Diretora Financeira do Ouro Branco - PREV	Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOB/GP n.º 084/2018	Portaria PMOBGP n.º 2262015

UNIDADE GESTORA DO RPPS HOMOLOGO, a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem com a verdade.

Ouro Branco/RN, 10 de Maio de 2019.

EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA

Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOBGP n.º 2262015

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:48E5B38A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 1.015/2019

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº 1.015/2019			
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		**CNPJ:**	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – RN		**19.598.909/0001-11**	
NOME DO SERVIDOR:		**SEXO:**	**MATRÍCULA:**
LUIZ NUNES DE ARAUJO NETO		**MASCULINO**	**112**
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	**CPF:**	**PIS/PASEP:**	
1.173.000 **SSP/RN**	875.282.404-78	1.705.750. 333-2	
FILIAÇÃO:		**DATA DE NASCIMENTO:**	
MARIA DE LOURDES DA SILVA ARAUJO		24/02/1973	
LUIZ NUNES DE ARAUJO FILHO			
AVENIDA JOSÉ DA PENHA, CENTRO			
CARGO EFETIVO:			
GUARDA MUNICIPAL			
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:			
Secretaria Municipal de Assistencia Social			
DATA DE ADMISSÃO:		**DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO**	
26/06/1997		**.....**	
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREEDIDO NESTA CERTIDÃO:			
01/12/2013 a 31/05/2019			
FONTE DE INFORMAÇÃO:			
ARQUIVO MUNICIPAL/BANCO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO RN			
DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO			
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: PERÍODO DE 01/02/1993 a 30/11/2013 - Trazido do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL REGIDO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) para aproveitamento no Município de Ouro Branco/RN, pelo RPPS – OURO BRANCOPREV. *A partir de 01/12/2013 a 31/05/2019* a destinação da contribuição da servidora se deu ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – OUROBRANCOPREV – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N º 851 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.			
COMETÊNCIA		**VALOR**	
12/2013		**R$ 813,60**	
01/2014		**R$ 832,60**	
02/2014		**R$ 868,80**	
03/2014		**R$ 868,80**	
04/2014		**R$ 868,80**	
05/2014		**R$ 868,80**	
06/2014		**R$ 868,80**	
07/2014		**R$ 868,80**	
08/2014		**R$ 868,80**	
09/2014		**R$ 868,80**	
10/2014		**R$ 868,80**	
11/2014		**R$ 868,80**	
12/2014		**R$ 868,80**	
01/2015		**R$ 1260,80**	
02/2015		**R$ 945,60**	
03/2015		**R$ 945,60**	
04/2015		**R$ 945,60**	
05/2015		**R$ 945,60**	
06/2015		**R$ 945,60**	
07/2015		**R$ 945,60**	
08/2015		**R$ 945,60**	
09/2015		**R$ 945,60**	
10/2015		**R$ 945,60**	
11/2015		**R$ 945,60**	
12/2015		**R$ 945,60**	
01/2016		**R$ 1408,00**	
02/2016		**R$ 1056,00**	
03/2016		**R$ 1056,00**	
04/2016		**R$ 1056,00**	
05/2016		**R$ 1056,00**	
06/2016		**R$ 1056,00**	
07/2016		**R$ 1056,00**	
08/2016		**R$ 1056,00**	
09/2016		**R$ 1056,00**	
10/2016		**R$ 1056,00**	
11/2016		**R$ 1056,00**	
12/2016		**R$ 1056,00**	
01/2017		**R$ 1124,40**	
02/2017		**R$ 1499,20**	
03/2017		**R$ 1124,40**	
04/2017		**R$ 1124,40**	
05/2017		**R$ 1124,40**	
06/2017		**R$ 1124,40**	
07/2017		**R$ 1124,40**	
08/2017		**R$ 1124,40**	
09/2017		**R$ 1124,40**	

10/2017	**R$ 1124,40**
11/2017	**R$ 1124,40**
12/2017	**R$ 1124,40**
01/2018	**R$ 1144,80**
02/2018	**R$ 1144,80**
03/2018	**R$ 1144,80**
04/2018	**R$ 1144,80**
05/2018	**R$ 1144,80**
06/2018	**R$ 1144,80**
07/2018	**R$ 1144,80**
08/2018	**R$ 1144,80**
09/2018	**R$ 1144,80**
10/2018	**R$ 1144,80**
11/2018	**R$ 1144,80**
12/2018	**R$ 1144,80**
01/2019	**R$ 1144,80**
02/2019	**R$ 1144,80**
03/2019	**R$ 1144,80**
04/2019	**R$ 1144,80**
05/2019	**R$ 1144,80**

COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Período compreendido nesta informação: 01/12/2013 a 31/05/2019

ANO	TEMPO BRUTO	FALTAS	LICENÇAS	LICENÇA SEM VENCIMENTOS	SUSPENÇÕES	DISPONIBILIDADE	OUTRAS	TEMPO LÍQUIDO
2013	**31**							**31**
2014	**365**							**365**
2015	**365**							**365**
2016	**366**							**366**
2017	**365**							**365**
2018	**365**							**365**
2019	**151**							**151**

TOTAL = 2.008 Dias Trabalhados

Demonstrativo de tempo de serviço prestado a outros órgãos públicos ou privado
(União, Estados, Municípios e Empresas Privadas)

Órgão/Empresa	Anos	Meses	Dias
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN/Contrato	**03**	**11**	**10**
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN/Concurso	**16**	**05**	**17**

TOTAL = 7.447 Dias Trabalhados

CARGOS EM COMISSÃO E/OU FUNÇÃO GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	PERÍODO		FUNDAMENTO LEGAL		
	DE	A	ATO	Nº	DATA
-	-	-	-	-	-

Não ocupou cargo em comissão e/ou função gratificada.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NOME: LUIZ NUNES DE ARAUJO NETO

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais

O servidor ingressou no serviço público em 26 de Junho de 1997, de acordo com termo de posse anexo, por ter sido aprovada em concurso público, conforme a Lei nº 377/97, com edital publicado no DOE de 16 de abril de 1997 e art. 37 II da CRFB, tendo sido enquadrado no cargo de GUARDA MUNICIPAL **em 11 de janeiro de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 02, de 31 de Dezembro de 2009.**
Percebendo as seguintes vantagens
Gratificação adicional quinquenal num total de 04 no percentual de 5% (cinco por cento)

CERTIFICO, em face do apurado, que o interessado conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo contribuição de 9.455 dias (nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) correspondentes a 25 (vinte e cinco) anos; 10 (dez) meses; 19 (dezenove) dias.
CERTIFICO, que a Lei Ordinária Municipal nº 851, de 13 de dezembro de 2013, sendo sancionada e publicada por meio do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/femurn, edição n.º 1060, ano IV, de 26 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, passando a ser responsável pela concessão de benefícios previdenciários a seus servidores efetivos a partir do dia 01 de Dezembro de 2013, em respeito ao que dispõe o artigo 2º A da Portaria MPS/GM nº 402, de 10 de Dezembro de 2008, acrescentado pela portaria MPS nº 21, de 14 de Janeiro de 2014.
Certifico que a referida norma assegura aos servidores do Município de Ouro Branco/RN, aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsória, e pensão por morte, como aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social, na forma da contagem recíproca, conforme a Lei Ordinária Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, com alteração dada pela Lei Ordinária Federal n.º 6.864, de 01 de dezembro de 1980.
CERTIFICO que a data de início do vínculo constante no contrato deu-se em 01/02/1993, consoante cópia anexa, existe contribuição arrecadada e recolhida do servidor e repassada para o RGPS atinente à competência Novembro de 2013.

Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras.	**Visto do Dirigente do Órgão**
Ouro Branco/RN, 03 de Junho **2019**	**Ouro Branco/RN, 03 de** Junho **2019**
ALCIONE DA COSTA ROCHA	***EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA***
Diretora Financeira do Ouro Branco - PREV	Presidente do Ouro Branco – PREV
Portaria PMOB/GP n.º 084/2018	Portaria PMOBGP n.º 2262015

UNIDADE GESTORA DO RPPS

HOMOLOGO, a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem com a verdade.

Ouro Branco/RN, 03 de Junho **de 2019.**

EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA

Presidente do Ouro Branco – PREV

Portaria PMOBGP n.º 2262015

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:40C82BA7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 1.016/2019

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº 1.016/2019		
ÓRGÃO EXPEDIDOR:	**CNPJ:**	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – RN	**19.598.909/0001-11**	
NOME DO SERVIDOR:	**SEXO:**	**MATRÍCULA:**
RITA DE CASSIA MEDEIROS DA	**FEMININO**	134

COSTA		
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	**CPF:**	**PIS/PASEP:**
898.401 **SSP/RN**	512.042.664-68	1.705.750.275-1
FILIAÇÃO:		**DATA DE NASCIMENTO:**
MARIA LIBANIA DE MEDEIROS		18/09/1963
PEDRO ALEXANDRE DA COSTA		
SÍTIO TIMBAUBA, ZONA RURAL, OURO BRANCO/RN		
CARGO EFETIVO:		
ASG		
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:		
Secretaria Municipal de Educação		
DATA DE ADMISSÃO:		**DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO**
26/06/1997		**.....**

PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREEDIDO NESTA CERTIDÃO:

01/12/2013 a 30/06/2019

FONTE DE INFORMAÇÃO:

ARQUIVO MUNICIPAL/BANCO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO RN

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO:

PERÍODO DE 01/04/1993 a 30/11/2013 - Trazido do REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL REGIDO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) para aproveitamento no Município de Ouro Branco/RN, pelo RPPS – OURO BRANCOPREV. *A partir de 01/12/2013 a 30/06/2019* a destinação da contribuição da servidora se deu ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – OUROBRANCOPREV – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N º 851 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

COMETÊNCIA	VALOR
12/2013	R$ 779,70
01/2014	R$ 932,71
02/2014	R$ 1110,13
03/2014	R$ 832,60
04/2014	R$ 832,60
07/2016	R$ 1012,00
08/2016	R$ 1012,00
09/2016	R$ 1012,00
10/2016	R$ 1012,00
11/2016	R$ 1012,00
12/2016	R$ 1012,00
01/2017	R$ 1124,40
02/2017	R$ 1499,20
03/2017	R$ 1124,40
04/2017	R$ 1124,40
05/2017	R$ 1124,40
06/2017	R$ 1124,40
07/2017	R$ 1124,40
08/2017	R$ 1124,40
09/2017	R$ 1124,40
10/2017	R$ 1124,40
11/2017	R$ 1124,40
12/2017	R$ 1124,40
01/2018	R$ 1144,80
02/2018	R$ 1144,80
03/2018	R$ 1144,80
04/2018	R$ 1144,80
05/2018	R$ 1144,80
06/2018	R$ 1144,80
07/2018	R$ 1144,80
08/2018	R$ 1144,80
09/2018	R$ 1144,80
10/2018	R$ 1144,80
11/2018	R$ 1144,80
12/2018	R$ 1526,40
01/2019	R$ 1144,80
02/2019	R$ 1144,80
03/2019	R$ 1144,80
04/2019	R$ 1144,80
05/2019	R$ 1144,80
06/2019	R$ 1197,60

COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Período compreendido nesta informação: 01/12/2013 a 30/06/2019

ANO	TEMPO BRUTO	FALTAS	LICENÇAS	LICENÇA SEM VENCIMENTOS	SUSPENÇÕES	DISPONIBI-LIDADE	OUTRAS	TEMPO LÍQUIDO
2013	31							31
2014	365							365
2015	365							365
2016	366							366
2017	365							365
2018	365							365
2019	183							183

TOTAL = 2.040 Dias Trabalhados

Demonstrativo de tempo de serviço prestado a outros órgãos públicos ou privado (União, Estados, Municípios e Empresas Privadas)

Órgão/Empresa	Anos	Meses	Dias
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN/Contrato	**03**	**09**	**10**
Prefeitura Municipal de Ouro Branco RN (estatuário – antes do OURO BRANCOPREV)	**16**	**05**	**05**

TOTAL = 7. 375 Dias Trabalhados

CARGOS EM COMISSÃO E/OU FUNÇÃO GRATIFICADAS

DENOMINAÇÃO	PERÍODO		FUNDAMENTO LEGAL		
	DE	A	ATO	Nº	DATA
-	-	-	-	-	-

Não ocupou cargo em comissão e/ou função gratificada.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
NOME: RITA DE CASSIA MEDEIROS DA COSTA
CARGO: ASG
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
A servidora ingressou no serviço público em 26 de Junho de 1997, de acordo com termo de posse anexo, por ter sido aprovada em concurso público, conforme a Lei nº 377/97, com edital publicado no DOE de 16 de abril de 1997 e art. 37 II da CRFB, tendo sido enquadrado no cargo de ASG **em 11 de janeiro de 2010, pela Lei Complementar Municipal nº 02, de 31 de Dezembro de 2009. Percebendo as seguintes vantagens Gratificação adicional quinquenal num total de 04 no percentual de 5% (cinco por cento)**
CERTIFICO, em face do apurado, que a interessada conta, de efetivo exercício prestado neste Órgão, o tempo contribuição de 9.415 dias (nove mil, quatrocentos e quinze) dias correspondentes a 25 (vinte e cinco) anos; 10 (dez) meses. **CERTIFICO, que a Lei Ordinária Municipal nº** 851, de 13 de dezembro de 2013, sendo sancionada e publicada por meio do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/femurn, edição n.º 1060, ano IV, de 26 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, passando a ser responsável pela concessão de benefícios previdenciários a seus servidores efetivos a partir do dia 01 de Dezembro de 2013, em respeito ao que dispõe o artigo 2º A da Portaria MPS/GM nº 402, de 10 de Dezembro de 2008, acrescentado pela portaria MPS nº 21, de 14 de Janeiro de 2014. Certifico que a referida norma assegura aos servidores do Município de Ouro Branco/RN, aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsória, e pensão por morte, como aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social, na forma da contagem recíproca, conforme a Lei Ordinária Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, com alteração dada pela Lei Ordinária Federal n.º 6.864, de 01 de dezembro de 1980. **CERTIFICO que** a data de início do vínculo constante no contrato deu-se em 01/04/1993, consoante cópia anexa, existe contribuição arrecadada e recolhida do servidor e repassada para o RGPS atinente à competência Novembro de 2013.

Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras.	**Visto do Dirigente do Órgão**
Ouro Branco/RN, 03 de Julho 2019.	**Ouro Branco/RN, 03 de Julho 2019.**
ALCIONE DA COSTA ROCHA	***EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA***
Diretora Financeira do Ouro Branco - PREV	Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOB/GP n.º 084/2018	Portaria PMOBGP n.º 2262015

UNIDADE GESTORA DO RPPS
HOMOLOGO, a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem com a verdade.
Ouro Branco/RN, 03 de Julho de 2019.
EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA
Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOBGP n.º 2262015

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:7197C78F

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Nº 1.017/2019

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Nº 1.017/2019			
ÓRGÃO EXPEDIDOR:		**CNPJ:**	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO - RN		**19.598.909/0001-11**	
NOME DO SERVIDOR:		**SEXO:**	**MATRÍCULA:**
MARIA ANUNCIADA DE SOUZA SANTOS		**FEMININO**	**114**
RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:	**CPF:**	**PIS/PASEP:**	
370.136 SSP RN 2ª VIA	288.929.684-91	1.700.500.603-6	
FILIAÇÃO:		**DATA DE NASCIMENTO:**	
FRANCISCO INÁCIO DE SOUZA		25/06/1959	
JUSTINA LUCENA DE SOUZA			
ENDEREÇO:			
RUA JOSÉ DA PENHA, 175 , CENTRO. OURO BRANCO RN. CEP 59.347-000			
CARGO EFETIVO:			
PROFESSORA			
ÓRGÃO DE LOTAÇÃO:			
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
DATA DE ADMISSÃO:		**DATA DE EXONERAÇÃO/DEMISSÃO/APOSENTADORIA**	
29 DE FEVEREIRO DE 1980		**01/11/2014**	
PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO COMPREEDIDO NESTA CERTIDÃO:			
01/12/2013 a 31/10/2014			
FONTE DE INFORMAÇÃO:			
ARQUIVO MUNICIPAL/BANCO DE DADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO RN/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL.			
DESTINAÇÃO DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: **PERÍODO DE 01/12/2013 a 31/10/2014 - para aproveitamento no REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL REGIDO PELO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). O período de 01/12/2013 a 31/10/2014 a contribuição do servidor se deu ao REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – OUROBRANCOPREV – INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N º 851 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.**			

COMPETÊNCIA	**VALOR**
12/2013	**R$ 2.374,41**
01/2014	**R$ 2.565,15**
02/2014	**R$ 2.278,68**
03/2014	**R$ 2.565,15**
04/2014	**R$ 2.944,47**
05/2014	**R$ 2.565,15**
06/2014	**R$ 2.565,15**
07/2014	**R$ 2.565,15**
08/2014	**R$ 2.565,15**
09/2014	**R$ 2.565,15**
10/2014	**R$ 2.565,15**

COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Período compreendido nesta informação: 01/12/2013 a 31/10/2014

ANO	TEMPO BRUTO	FALTAS	LICENÇAS	LICENÇA SEM VENCIMENTOS	SUSPENÇÕES	DISPONIBILIDADE	OUTRAS	TEMPO LÍQUIDO
2013	31							31
2014	303							303

TOTAL = 334 dias de trabalho

Demonstrativo de tempo de serviço prestado a outros órgãos públicos ou privado (União, Estados, Municípios e Empresas Privadas)

Órgãos	anos	dias	anos	dias

Conta com .....anos.....meses.....dias de serviços.					
CARGOS EM COMISSÃO E/OU FUNÇÃO GRATIFICADAS					
DENOMINAÇÃO	**PERÍODO**		**FUNDAMENTO LEGAL**		
	DE	**A**	**ATO**	**Nº**	**DATA**
Conta com .....anos.....meses.....dias de serviços.					

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
NOME: MARIA ANUNCIADA DE SOUZA SANTOS	
CARGO: PROFESSORA	
CARGA HORÁRIA: 30 horas semanais	
A servidora foi nomeada em 29 de FEVEREIRO de 1980, através do Decreto Executivo Nº 108/80 em virtude de ter sido aprovada em Concurso Público, conforme ato homologatório datado de 24 de Fevereiro de 1980, tomando posse no cargo de Professora em 01 de Março de 1980. Todavia, a partir de 01 de Novembro de 2014 foi concedido o benefício de Aposentadoria por idade e tempo de contribuição pelo Instituto de Previdência do Município de Ouro Branco (OUROBRANCOPREV) através da portaria 002 de 31 de Outubro de 2014. Percebendo as seguintes vantagens Gratificação adicional quinquenal de 30% (trinta por cento) Titularidade Judicial de R$ 81,93	
CERTIFICO, em face do apurado, que o interessado conta, com o tempo contribuição de 334 dias (trezentos e trinta e quatro dias) neste órgão previdenciário. **CERTIFICO, que a Lei Ordinária Municipal nº** 851, de 13 de dezembro de 2013, sendo sancionada e publicada por meio do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.com.br/femurn, edição n.º 1060, ano IV, de 26 de dezembro de 2013, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, passando a ser responsável pela concessão de benefícios previdenciários a seus servidores efetivos a partir do dia 01 de Dezembro de 2013, em respeito ao que dispõe o artigo 2º A da Portaria MPS/GM nº 402, de 10 de Dezembro de 2008, acrescentado pela portaria MPS nº 21, de 14 de Janeiro de 2014. Certifico que a referida norma assegura aos servidores do Município de Ouro Branco/RN, aposentadorias voluntárias, por invalidez e compulsória, e pensão por morte, como aproveitamento de tempo de contribuição para o Regime Geral de Previdência Social ou para outro Regime Próprio de Previdência Social, na forma da contagem recíproca, conforme a Lei Ordinária Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, com alteração dada pela Lei Ordinária Federal n.º 6.864, de 01 de dezembro de 1980. **CERTIFICO que** a data de início do vínculo constante no termo de posse deu-se em 01/03/1980, existe contribuição arrecadada e recolhida do servidor e repassada para o RGPS atinente à competência Novembro de 2013. **CERTIFICO a servidora averbou o período de contribuição compreendido entre 01/12/1988 a 30/11/2013, ou seja, 25 anos, no Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Ouro Branco RN, para aproveitamento em Benefício de Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, que se deu em 01/11/2014 através da Portaria 002/2014.** **CERTIFICO que o período compreendido de 01/12/2013 a 31/10/2014 laborado junto a Prefeitura Municipal de Ouro BrancoRN,** inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob n.º 08.095.473/0001-21, NÃO fora objeto de desaverbação junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), não tendo sido utilizado o referido período no cômputo contributivo mínimo necessário à obtenção da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição obtida junto ao Regime Próprio de Previdência do Município de Ouro Branco.	
Lavrei a Certidão que não contém emendas nem rasuras.	**Visto do Dirigente do Órgão**
Ouro Branco/RN 26/08/2019.	**Ouro Branco/RN, 26/08/2019.**
ALCIONE DA COSTA ROCHA	***EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA***
Diretora Financeira do Ouro Branco - PREV	Presidente do OURO BRANCO – PREV
Portaria PMOB/GP n.º 084/2018	Portaria PMOBGP n.º 2262015
UNIDADE GESTORA DO RPPS	
HOMOLOGO, a presente Certidão de Tempo de Contribuição e declaro que as informações nela constantes correspondem com a verdade.	
Ouro Branco/RN, 26 de Agosto de 2019.	
EDNILDA DA SILVA OLIVEIRA	
Presidente do OURO BRANCO – PREV	
Portaria PMOBGP n.º 2262015	

Publicado por:
Ednilda da Silva Oliveira
Código Identificador:8C1EE13E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 74

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 74

Processo nº6696/2019

Pelo presente termo fica declarada a dispensa de licitação, de acordo com especificações contidas na solicitação do setor requisitante, conforme documentações anexas aos autos e informações abaixo:
• Certidão negativas da contratada, devidamente validadas na data do parecer técnico;
• Declaração de saldo de existência orçamentária;
• Dotação orçamentária;
• Fonte de recurso;
• Declaração de adequação orçamentária e financeira.
OBJETO: Congresso de capacitação para profissionais que atuam no segmento de licitações e contratos, no cenário das Compras Governamentais. Pregoeiros, Presidentes de CPL`s, Assessores jurídicos, contábeis, inclusive os fornecedores
JUSTIFICATIVA
2.1 – A referida contratação justifica-se pelo Decreto Federal 5.707/06, no qual diz respeito de como implementar a capacitação continuada e permanente do servidor. Neste caso, convém afirmar que o plano anual de capacitação é documento elementar e fundamental para o desenvolvimento da política pública de valorização do servidor enquanto elemento essencial á prestação de serviços adequados á sociedade. 2.2 – A forma ideal para tal contratação deve seguir as orientações da Decisão 439/98 – TCU, que leciona no sentido de contratar cursos abertos ou in company por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 inciso II c.c. Art., 13 inciso VI, ambos da Lei 8.666/93. 2.3 – Desse modo, cada servidor que esteja atuando como pregoeiro, membro de comissão de licitação, fiscal ou gestor de contrato, membro de comissão de processo administrativo disciplinar, membro de comissão de recebimento de material ou de obra, cada um na sua respectiva área de atuação, ao perceber a necessidade de aperfeiçoar-se na área respectiva, deve informar seu gestor fazendo constar sua necessidade, indicando qual é o melhor curso ou treinamento e solicitando sua inscrição. 2.4 – Por todas estas razões entende-se como fundamental a contratação em apreço.
FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

Vencedor(es): **CEPLAME CENTRO ESP EM PLAN E ADM MUN E EMP EIRELI**						
CNPJ: **27.073.834/0001-83**				Email: **alvescontabilidadeconsultoria@hotmail.com**	Telefone:	
Endereço: **AV ALBERTO MARANHÃO, 1505 PRIMEIRO ANDAR SALA 102, CENTRO, MOSSORÓ/RN, CEP: 59600-195**						
Representante: - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	1,00	Unid	LICITAR- I CONGRESSO INTERESTADUAL PARA GESTORES, EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS EM		1.040,00	1.040,00

			LICITAÇÕES E CONTRATOS.			
Total:						1.040,00

VALOR: R$ 1.040,00(um mil e quarenta reais)

Parelhas/RN, 04 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Cleonice Borges
Código Identificador:0DC6E7A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 74

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO Nº 6696/2019
INEXIGIBILIDADE Nº 74/2019
RATIFICO a decisão da Comissão Permanente de Licitação, referente à INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos do Art. 25, II, da Lei federal 8.666/93 da lei nº 8.666/93 e alterações, conforme dados abaixo:
OBJETO: Congresso de capacitação para profissionais que atuam no segmento de licitações e contratos, no cenário das Compras Governamentais. Pregoeiros, Presidentes de CPL`s, Assessores jurídicos, contábeis, inclusive os fornecedores
JUSTIFICATIVA
2.1 – A referida contratação justifica-se pelo Decreto Federal 5.707/06, no qual diz respeito de como implementar a capacitação continuada e permanente do servidor. Neste caso, convém afirmar que o plano anual de capacitação é documento elementar e fundamental para o desenvolvimento da política pública de valorização do servidor enquanto elemento essencial á prestação de serviços adequados á sociedade. 2.2 – A forma ideal para tal contratação deve seguir as orientações da Decisão 439/98 – TCU, que leciona no sentido de contratar cursos abertos ou in company por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25 inciso II c.c. Art., 13 inciso VI, ambos da Lei 8.666/93. 2.3 – Desse modo, cada servidor que esteja atuando como pregoeiro, membro de comissão de licitação, fiscal ou gestor de contrato, membro de comissão de processo administrativo disciplinar, membro de comissão de recebimento de material ou de obra, cada um na sua respectiva área de atuação, ao perceber a necessidade de aperfeiçoar-se na área respectiva, deve informar seu gestor fazendo constar sua necessidade, indicando qual é o melhor curso ou treinamento e solicitando sua inscrição. 2.4 – Por todas estas razões entende-se como fundamental a contratação em apreço.

FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

Vencedor(es): **CEPLAME CENTRO ESP EM PLAN E ADM MUN E EMP EIRELI**						
CNPJ: **27.073.834/0001-83**				Email:**alvescontabilidadeconsultoria@hotmail.com**	Telefone:	
Endereço: **AV ALBERTO MARANHÃO, 1505 PRIMEIRO ANDAR SALA 102, CENTRO, MOSSORÓ/RN, CEP: 59600-195**						
Representante: - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	1,00	Unid	LICITAR- I CONGRESSO INTERESTADUAL PARA GESTORES, EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS.		1.040,00	1.040,00
Total:						1.040,00

VALOR: R$ 1.040,00(um mil e quarenta reais)

Parelhas/RN, 04 de setembro de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Cleonice Borges
Código Identificador:992E1562

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 75

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA Nº 75

Processo nº6481/2019

Pelo presente termo fica declarada a dispensa de licitação, de acordo com especificações contidas na solicitação do setor requisitante, conforme documentações anexas aos autos e informações abaixo:

• Certidão negativas da contratada, devidamente validadas na data do parecer técnico;
• Declaração de saldo de existência orçamentária;
• Dotação orçamentária;
• Fonte de recurso;
• Declaração de adequação orçamentária e financeira.

OBJETO:SERVIÇO DE ACABAMENTO DE GESSO E ESTUQUE

JUSTIFICATIVA

ESSA SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO TORNA-SE IMPRENSCIDÍVEL PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DOS POSTOS DE SAÚDE DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, NO OBJETIVO DE MELHORIA NOS ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DO SUS. O MATERIAL GESSO SERÁ UTILIZADO PARA REFAZER O TETO DO POSTO DE SAÚDE DOS QUINTOS QUE CAIU COM A CHUVA E COM ISSO INVIABILIZOU OS ATENDIMENTOS NA UNIDADE; E PARA COLOCAÇÃO DE DIVISÓRIAS NO IMÓVEL LOCADO PELA SECRETARIA DE SAÚDE ONDE FUNCIONARÁ O PONTO DE APOIO DOS POSTOS DA ZONA RURAL NA ZONA URBANA. A DIVISÃO NECESSITA SER FEITA PARA ATENDIMENTO MÉDICO; DA ENFERMAGEM; PODENDO TAMBÉM HAVER O FUNCIONAMENTO DE OUTROS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA COMO O NASF. APESAR DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA SER ITINERANTE E ATENDER SEUS USUÁRIOS NAS COMUNIDADES RURAIS, FAZ-SE NECESSÁRIA A EXISTÊNCIA DE UM PONTO DE APOIO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI Nº. 8.66693 FONTE DE RECURSOS: 12140001 - ATENÇÃO BÁSICA: (PAB/PMAQ)

FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

Vencedor(es): **DINARTE JOSE DE LIMA - ME**						
CNPJ: **34.652.561/0001-97**				Email:	Telefone: **(84) 9 9848-3592**	
Endereço: **RUA DANIEL GOMES OLIVEIRA , 55 , MARIA TERCEIRA - CONJUNTO COAB, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**						
Representante: - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	80,00	M ²	PLACA DE GESSO LISA PARA TETO 65CM X 65CM		18,50	1.480,00
Total:						1.480,00

Vencedor(es): **JUCIMARIO OLIVEIRA DOS SANTOS - ME**						
CNPJ: **34.652.459/0001-91**				Email:	Telefone: **(84) 9 9936-9954**	
Endereço: **RUA JARDIM DO SERIDO , 11 , MARIA TERCEIRA , PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**						
Representante: - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	80,00	M ²	PLACA DE GESSO LISA PARA TETO 65CM X 65CM		18,50	1.480,00
00002	130,00	M²	PLACA DE GESSO LISO PARA DIVISÓRIA 75CM X 50CM		47,00	6.110,00
Total:						7.590,00

VALOR: R$ 7.590,00(sete mil, quinhentos e noventa reais)

Parelhas/RN, 05 de setembro de 2019.

ANA OTILIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária De Saúde

Publicado por:
Francisca Cleonice Borges
Código Identificador:871A3D38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 75

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 6481/2019
DISPENSA Nº 75/2019

RATIFICO a decisão da Comissão Permanente de Licitação, referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos do Art. 24, II, da Lei federal 8.666/93 da lei nº 8.666/93 e alterações, conforme dados abaixo:

OBJETO:SERVIÇO DE ACABAMENTO DE GESSO E ESTUQUE

FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

Vencedor(es): **DINARTE JOSE DE LIMA - ME**						
CNPJ: **34.652.561/0001-97**				Email:	Telefone: **(84) 9 9848-3592**	
Endereço: **RUA DANIEL GOMES OLIVEIRA , 55 , MARIA TERCEIRA - CONJUNTO COAB, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**						
Representante: - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	80,00	M ²	PLACA DE GESSO LISA PARA TETO 65CM X 65CM		18,50	1.480,00
Total:						1.480,00

Vencedor(es): **JUCIMARIO OLIVEIRA DOS SANTOS - ME**						
CNPJ: **34.652.459/0001-91**				Email:	Telefone: **(84) 9 9936-9954**	
Endereço: **RUA JARDIM DO SERIDO , 11 , MARIA TERCEIRA , PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**						
Representante: - RG:						
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Preço (R$)	Total (R$)
00001	80,00	M ²	PLACA DE GESSO LISA PARA TETO 65CM X 65CM		18,50	1.480,00
00002	130,00	M²	PLACA DE GESSO LISO PARA DIVISÓRIA 75CM X 50CM		47,00	6.110,00
Total:						7.590,00

VALOR: R$ 7.590,00(sete mil, quinhentos e noventa reais)

Parelhas/RN, 05 de setembro de 2019.
.
ANA OTILIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária De Saúde

Publicado por:
Francisca Cleonice Borges
Código Identificador:B63FB5DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 292/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de Créditos Suplementares e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPAL DE PASSAGEM-RN:
Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado no exercício de 2019, a abrir Créditos Suplementares, na Lei nº 283/2018-LOA, em mais 25% (vinte por Cento) do já fixado na respectiva Lei, para atender insuficiência das dotações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Para fazer face a abertura dos créditos suplementares especificados no Artigo 1º desta Lei, serão usadas as anulações parcial e total de dotações orçamentárias disponíveis, de acordo com o Artigo 43, Inciso III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passagem-RN, em 05 de Setembro de 2019.

ANTONIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

AÇÕES QUE SERÃO ATENDIDAS PELO CRÉDITO SUPLEMENTAR
ANEXO - I

Unid. Orçamentária	Gabinete do Prefeito
Projeto/atividade	2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Gabinete do Prefeito
Projeto/atividade	2.007 - Manutenção do conselho Tutelar da Criança e Adolescente
Elementos	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Gabinete do Prefeito
Projeto/atividade	2.005 - Manutenção da Controladoria do Município
Elementos	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/atividade	2.009 - Manutenção da Sec. Município de Administração
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3190.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	3390.14 – Diárias - Civil
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	3390.40 – Serv. Tecnologia Informação/Comunicação PJ
	3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/atividade	2.011 - Contribuição a Assoc.de Munic. AMLAP, CNM, FEMURN
Elementos	33.50.41 - Contribuições
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/atividade	2.014 - Contribuição para formação do PASEP
Elementos	33.90.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/atividade	2.015 – Manutenção dos Serviços Iluminação Publica
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Administração
Projeto/atividade	2.113 – Realização de Concurso público
Elementos	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Finanças
Projeto/atividade	2.017 - Manutenção da Secretaria Município de Finanças
Elementos	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas

	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Mun. de Obras Transporte e Serviços Urbanos
Projeto/atividade	1.018 -Construção e Reconstrução de Pavimentação de Ruas e Avenidas
Elementos	44.90.51 – Obras e Instalações
Unid. Orçamentária	Sec. Mun. de Obras Transporte e Serviços Urbanos
Projeto/atividade	2.018 - Manutenção dos Serviços Urbanos
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Mun. de Obras Transporte e Serviços Urbanos
Projeto/atividade	2.019 - Manutenção dos Serviços Rodoviários
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Mun. de Obras Transporte e Serviços Urbanos
Projeto/atividade	2.029 - Manutenção do Setor de Obras
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	1.034 – Construção e/ou conclusão de Escola de Ensino Infantil CRECHE
Elementos	44.90.51 – Obras e Instalações
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.020 - Manutenção da Sec. Município de Educação
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.021 - Programa Nasc.de Alimentação Escolar/PNAE FUNAMENTAL
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.022 - Manutenção do Ensino Fundamental
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3190.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.026 - Manutenção do Salário Educação - SAE
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52- Equipamento e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.032 - Prog.Nac.Apoio ao Transporte Escolar/PNATE
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.082 - Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE EJA
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.086 - Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE CRECHE
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.088 - Programa Estadual de Transporte Escolar/PETERN
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.027 - Manutenção do Ensino Infantil – PRE-ESCOLAR
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.030 - Manutenção do Ensino Infantil CRECHE
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo

	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.085 - Programa Brasil Carinhoso
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.031 - Programa da Educação de Jovens e Adultos
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporte
Projeto/atividade	2.098 - Programa Nac.de Alimentação Escolar/PNAE PRÉ-ESCOLAR
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
nid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.033 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3190.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3190.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.035 – Manutenção do Ensino Infantil Creche– FUNDEB 40%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.036 – Manutenção do Ensino Infantil Creche– FUNDEB 60%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.037 – Manutenção do EJA – FUNDEB 60%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.053 – Manutenção do EJA – FUNDEB 40%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.083 – Manutenção do Ensino Infantil Pre-escolar – FUNDEB 40%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo de Manut.e Desenvolvimento da Educação Básica Educação
Projeto/atividade	2.084 – Manutenção do Ensino Infantil Pré-escolar – FUNDEB 60%
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Projeto/atividade	2.038 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Projeto/atividade	2.048 – Contribuição a Consórcios de saúde
Elementos	3370.41 - Contribuições
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	1.051– Aquisição de Veículo/Ambulância

Elementos	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	1.052– Construção, Ref,e Ampliação de unidade Básica de Saúde-UBS
Elementos	44.90.51 – Obras e Instalações
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.041– Manutenção Programa Saúde da Família - PSF
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.042 – Fundo Municipal de Saúde
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3190.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.044 – Manut.do Programa de Saúde Bucal - PSB
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.049 – Programa Agente Comunitário de Saúde PCS
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.050 – Manut.do Piso de Atenção Básica - PAB FIXO
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	3390.40 – Serv. Tecnologia Informação/Comunicação PJ
	3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.091 – Programa de Melhoria do acesso da qualidade - PMAQ
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	3390.48 – Outros Aux. Financeiro a Pessoas Físicas
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.092 – Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar -MAC
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	3390.40 – Serv. Tecnologia Informação/Comunicação PJ
	3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.107 – Manut.do NASF Núcleo de Apoio a Saúde da Família
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.051 – Manutenção do Programa Assistência Farmacêutica
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/atividade	2.120 – Manut. Do Prog.de vigilância Epid. e Controle de Doenças
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.054 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3190.94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	3390.40 – Serv. Tecnologia Informação/Comunicação PJ
	3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.061 – Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculos - SCFV
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.067 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	3390.40 – Serv. Tecnologia Informação/Comunicação PJ
	3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.068 – Índice de Gestão Descentralizado IGDBF
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.070 – Piso Básico Fixo -PBF
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.089 – Índice de Gestão Descentralizado do SUAS
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.118 – Programa Primeira Infância – CRIANÇAS FELIZ
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
	4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/atividade	2.119 – Programa Passagem Cidadã Lei nº 264/2017
Elementos	3390.32 – Material, Bem ou serv. Para Distribuição Gratuita
	3390.48 – Outros Aux. Financeiro a Pessoas Físicas
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Agricultura
Projeto/atividade	2.075– Manutenção da Secretaria de Agricultura
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Secretaria Municipal de Agricultura
Projeto/atividade	2.087– Programa de Incentivo a Agricultura Familiar
Elementos	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou serv. Para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Municipal de Cultura, Desporto e Lazer
Projeto/atividade	2.077– Manutenção das Atividades Esportivas
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Municipal de Cultura, Desporto e Lazer
Projeto/atividade	2.078– Manutenção do Parque de Vaquejada

Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Municipal de Cultura, Desporto e Lazer
Projeto/atividade	2.079– Promoção de Eventos Esportivos
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Municipal de Cultura, Desporto e Lazer
Projeto/atividade	2.076– Manutenção das Atividades Culturais
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3191.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Municipal de Cultura, Desporto e Lazer
Projeto/atividade	2.106– Promoção e Eventos Culturais
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ
Unid. Orçamentária	Sec. Munic. Especial meio Ambiente/Urbanismo
Projeto/atividade	2.1081– Manutenção da Sec. Mun.de Meio Ambiente/Urbanismos
Elementos	3190.04 – Contratação por Tempo Determinado
	3190.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas
	3190.13 – Obrigações Sociais
	3390.30 - Material de Consumo
	3390.36 – Outros Serviços de Terceiros/PF
	3390.39 – Outros Serviços de Terceiros/PJ

Passagem/RN, 05 de Setembro de 2019.

ANTONIO DE OLIVEIRA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivana Ferreira Lima
Código Identificador:1D660433

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
ADENDO AO TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019-SRP

Tendo em vista a necessidade de readequação nos quantitativos dos itens constantes no Termo de Referência da Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019-SRP, vimos, mediante este expediente, promover as alterações necessárias especificamente no "item 12", conforme abaixo descrito:

12. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:
12.1. As propostas deverão ser apresentadas conforme itens, especificações, quantidades e preços de referência abaixo relacionados.

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unit. Máximo	Vlr. Total
1 - 0019951 - SACO PLÁSTICO PARA CONGELAMENTO, CAPACIDADE DE 08 LITROS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30x50CM, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	150		
2 - 0019907 - SODA CAUSTICA (HIDRÓXIDO DE SÓDIO) PARA LIMPEZA, SÓLIDA, DE COR BRANCA LEITOSA, SEM ODOR, UNIDADE COM 300 G	Unidade	150		
3 - 0019909 - NAFTALINA (HIDROCARBONETO ODORÍFERO, EXTRAÍDO DO ALCATRÃO DA HULHA), USADA COMO REPELENTE DE TRAÇAS, PACOTE COM 50 G	Pacote	100		
4 - 0019247 - BALDE DE PLÁSTICO RESISTENTE COM TAMPA, COM BORDAS REFORÇADAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS	Unidade	150		
5 - 0019249 - CESTO PARA LIXO EM PLÁSTICO TELADO (LATERAIS VAZADAS), FORMATO CILÍNDRICO, TIPO BANHEIRO, SEM TAMPA, COM CAPACIDADE DE 08 LITROS NO MÍNIMO	Unidade	200		
6 - 0019250 - CESTO PARA LIXO EM PLÁSTICO, COM TAMPA E ALÇAS LATERAIS, COM CAPACIDADE DE 42 LITROS NO MÍNIMO	Unidade	200		
7 - 0019254 - VASSOURA COM CEPA E CERDAS DE PALHA, AMARRAÇÃO COM ARAME, CABO DE MADEIRA RESISTENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20 M	Unidade	200		
8 - 0019913 - VASSOURA COM CERDAS DE PÊLO, BASE EM MADEIRA RESISTENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 30 CM, CABO DE MADEIRA RESISTENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,20 M, A FIXAÇÃO DAS CERDAS À BASE DEVERÁ SER FIRME E RESISTENTE	Unidade	300		
9 - 0019914 - VASSOURA PARA SANITÁRIO COM CERDAS EM NYLON, CABO EM MATERIAL PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 17 CM	Unidade	100		
10 - 0019915 - FILTRO PARA CAFÉ, Nº 103, CAIXA COM 30 UNIDADES	Caixa	100		
11 - 0019917 - GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL CELULOSE, FOLHA SIMPLES DE COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	1.000		
12 - 0019921 - PRENDEDOR DE ROUPAS EM MADEIRA, FORMATO RETANGULAR, MOLA EM ARAME REFORÇADO, MEDINDO	Pacote	300		

APROXIMADAMENTE 08 CM, PACOTE COM 12 UNIDADES				
13 - 0019259 - PILHA ALCALINA, NÃO RECARREGÁVEL, 1.5V, MÉDIA	Unidade	1.000		
14 - 0019260 - PILHA ALCALINA, NÃO RECARREGÁVEL, 1.5V, PEQUENA	Unidade	1.000		
15 - 0019261 - PILHA ALCALINA, NÃO RECARREGÁVEL, 1.5V, PALITO	Unidade	1.000		
16 - 0019264 - COPO DESCARTÁVEL DE POLIESTIRENO PARA ÁGUA, NÃO TÓXICO, NÃO RECICLADO, CAPACIDADE 150 ML, GRAMATURA DE 75 G/CENTO, CX COM 2.500 UNIDADES	Caixa	500		
17 - 0019930 - ESPONJA DE FIBRA SINTÉTICA, DUPLA FACE, PARA LAVAR LOUÇA, MÉDIA ABRASIVIDADE, FORMATO RETANGULAR MEDINDO APROXIMADAMENTE 100X60X20 MM	Unidade	2.500		
18 - 0019932 - LÃ DE AÇO, MÉDIA ABRASIVIDADE, APLICAÇÃO EM LIMPEZA GERAL, ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, EMBALAGEM PLÁSTICA, PACOTE COM 08 UNIDADES	Pacote	2.500		
19 - 0000909 - LUVAS PARA LIMPEZA GERAL, EM BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, REFORÇADA, COM REVESTIMENTO INTERNO, SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPADANTE	Par	1.000		
20 - 0019934 - PANO MULTIUSO COM FUROS ESPECIAIS PARA RETENÇÃO DE SUJEIRA, COM AGENTE ANTI-BACTÉRIAS, PARA LIMPEZA GERAL, LAVÁVEL, DE SECAGEM RÁPIDA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 33X55 CM, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 05 UNIDADES	Pacote	600		
21 - 0019938 - AMACIANTE LÍQUIDO PARA ROUPA A BASE DE LAVANDA, ASPECTO FÍSICO VISCOSO CONCENTRADO, UNIDADE COM 2000 ML, COM TAMPA ABRE E FECHA COM LACRE DE ROSQUEAR	Galão	1.000		
22 - 0019270 - DESODORIZADOR SANITÁRIO (PASTILHA SANITÁRIA), COM SUPORTE PLÁSTICO, BACTERIOSTÁTICO, TABLETE SÓLIDO DE APROXIMADAMENTE 35 G, COMPOSIÇÃO: PARADICLOROBENZENO, QUARTENARIO DE AMONIA, ESSENCIA LAVANDA E CORANTE; EMBALAGEM EM CAIXA INDIVIDUAL	Unidade	1.500		
23 - 0019948 - SACO PLÁSTICO PARA CONGELAMENTO, CAPACIDADE DE 01 LITRO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 16x31CM, PACOTE COM 100 UNIDADES	Pacote	220		
24 - 0019281 - ÁLCOOL E GEL, A BASE DE ÁLCOOL PARA HIGIENIZAÇÃO, A 70%, COM AÇÃO ANTISÉPTICA, SEM ENXAGUÉ, COMPOSIÇÃO: ÁLCOOL ETÍLICO, POLIMERO CARBOXÍLICO, NEUTRALIZANTE, UMECTANTE, CONSERVANTE, QUELANTE E ÁGUA DEIONIZADA. EMBALAGEM COM 01 LITRO	Litro	1.500		
25 - 0019908 - INSETICIDA, SEM ODOR, TIPO SPRAY (AEROSOL), USO DOMÉSTICO, EXTERMINA QUALQUER TIPO DE INSETO CASEIRO, SEM CFC – CLOROFLUORCARBONO, UNIDADE COM 400 ML	Unidade	600		
26 - 0019265 - PANO DE CHÃO, TIPO SACO DUPLO DE ALGODÃO CRU, MEDINDO APROXIMADAMENTE 46X70 CM	Unidade	3.000		
27 - 0019944 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, FOLHA SIMPLES, BRANCO C/ 1.000 FOLHAS	Fardo	1.500		

Desta feita, considerando que as alterações empreendidas implicam na formulação das propostas a serem apresentadas, vimos REAPRAZAR a sessão de recebimento dos envelopes de "Propostas" e "Habilitação" da Licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019-SRP, para o próximo dia 18 de setembro de 2019, às 09h00min, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz. Os documentos pertinentes ao evidenciado processo encontram-se franqueados aos interessados. O Edital encontra-se disponível, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, bem como no Portal de Transparência – Licitações no site: www.santacruz.rn.gov.br.

Santa Cruz/RN, em 05 de setembro de 2019.

Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:B77AA07B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 061/2019 - FMAS - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2019 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2019

CONTRATANTE: Município de São Miguel, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social.
CNPJ Nº 15.579.072/0001-02
REPRESENTANTE: Lourival Dias de Queiroz Júnior

CONTRATADO: Francisca Maria da Silva Pereira 97930830349
CNPJ Nº 27.027.619/0001-46
REPRESENTANTE: Francisca Maria da Silva Pereira

OBJETO: serviços de instalação, reparo e manutenção de ar-condicionado para atender a demanda das secretarias e órgãos pertencentes a administração municipal.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	7987 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	5	226,67	1.133,35
2	7988 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	9	250,00	2.250,00
3	7991 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	20	101,67	2.033,40
4	7992 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	20	110,00	2.200,00
5	7995 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de aparelho de ar condicionado Split, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	15	140,00	2.100,00
6	7997 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	10	96,67	966,70
7	7998 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	10	103,34	1.033,40
8	7989 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	5	276,67	1.383,40
9	7990 - Instalação de aparelho de ar condicionado convencional/Janela de 9.000 a 18.000 Btus	UND	3	253,33	759,99
10	7993 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	5	116,67	583,35
11	7994 - Limpeza de aparelho de ar condicionado convencional/janela 9.000 a 18.000 Btus.	UND	10	110,00	1.100,00
12	7996 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de ar condicionado convencional, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	10	140,00	1.400,00
13	7999 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	10	120,00	1.200,00
VALOR DO CONTRATO					**18.143,54**

As despesas serão consignadas às seguintes dotações orçamentárias: 152 - 4 . 4009 . 8 . 244 . 35 . 2.273 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 185 - 4 . 4009 . 8 . 244 . 35 . 2.275 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e 230 - 4 . 4009 . 8 . 244 . 35 . 2.277 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2019.

LOURIVAL DIAS DE QUEIROZ JÚNIOR
Município de São Miguel/Fundo Municipal de Assistência Social
Contratante

Francisca Maria da Silva Pereira 97930830349
FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA
Contratada

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:CD3D3524

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2019

O Município de São Miguel, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO; SECRTARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, OBRAS E TRANSPORTES; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, com sede na RUA PADRE TERTULIANO FERNANDES, 46, CENTRO, SÃO MIGUEL-RN, INSCRITO NO CNPJ Nº. 08.355.463/0001-88, neste ato representada pelo Sr JOSE GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO, PREFEITO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS nº 023/2019, processo administrativo n.º 03339/2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

REPRESENTANTE	EMPRESA
FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA CPF: 97930830349	FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA 97930830349 CNPJ:27.027.619/0001-46

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Contratação de empresa, por de Ata de Registro de Preços, com vigência por 12 (doze) meses, para eventual e futura contratação dos serviços de instalação, reparo e manutenção de ar-condicionado para atender a demanda das secretarias e órgãos pertencentes a administração municipal.** especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do **edital de Pregão nº 023/2019**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

***Conforme especificações da proposta da Contratada**

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VALIDADE DA ATA E DOS PREÇOS

3.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá validade até de **12 (doze) meses,** contados a partir da sua assinatura, conforme Decreto 3.931/2001.

3.2 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Contratada assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA
DOS VALORES REGISTRADOS

4.1 Os preços ofertados pela empresa vencedora do Certame, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam da proposta da Contratada anexa à presente Ata de Registro de Preços.

4.2 Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços, tais como serviços de frete, tributos, transporte, e outros.

4.3 O MUNICÍPIO de São Miguel não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA
DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

5.2 O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.

5.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará a Contratada visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

5.4 Frustrada a negociação, a Contratada será liberada do compromisso assumido.

5.5 Na hipótese do subitem anterior, a Contratante convocará os demais prestadores, visando igual oportunidade de negociação.

5.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Contratada, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:

I – Liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação dos serviços;

II – Convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação.

5.7 Não havendo êxito nas negociações, a Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA
DA NOTA DE EMPENHO

6.1 Para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas e sem prejuízo do disposto nos Capítulos III e IV da Lei nº 8.666 de 1993, será emitida Nota de Empenho, instrumento hábil para substituir o Contrato, conforme artigo 62 da citada Lei de Licitações.

6.2 Poderátambém, ser emitido instrumento contratual, entre o Município de São Miguel e a empresa responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Fornecedora terá seu registro de preço cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido pela Contratante, sem justificativa aceitável;

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - Tiver presentes razões de interesse público.

7.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Contratante.

7.3 A Fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA OITAVA
DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO

8.1 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que objetive realizar a aquisição do material, no qual o órgão carona possa demonstrar a vantajosidade de aderir à ata, tendo em vista os preços de mercado e os de outras atas em vigor.

8.2 – Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos materiais, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA NONA
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

9.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA 97930830349 (27.027.619/0001-46)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
04/09/2019	1	7987 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	33	226,67	7.480,11
04/09/2019	2	7988 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	36	250,00	9.000,00
04/09/2019	3	7991 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	96	101,67	9.760,32
04/09/2019	4	7992 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	88	110,00	9.680,00
04/09/2019	5	7995 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de aparelho de ar condicionado Split, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	152	140,00	21.280,00
04/09/2019	6	7997 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	81	96,67	7.830,27
04/09/2019	7	7998 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	73	103,34	7.543,82
04/09/2019	8	7989 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	27	276,67	7.470,09
04/09/2019	9	7990 - Instalação de aparelho de ar condicionado	UND	17	253,33	4.306,61

		convencional/Janela de 9.000 a 18.000 Btus				
04/09/2019	10	7993 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	55	116,67	6.416,85
04/09/2019	11	7994 - Limpeza de aparelho de ar condicionado convencional/janela 9.000 a 18.000 Btus.	UND	83	110,00	9.130,00
04/09/2019	12	7996 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de ar condicionado convencional, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	78	140,00	10.920,00
04/09/2019	13	7999 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	70	120,00	8.400,00
VALOR TOTAL REGISTRADO						**R$ 91.676,00**

9.2 CADASTRO DE RESERVA: NÃO HOUVE.

CLÁUSULA DÉCIMA
DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E SECRETARIAS DE ORIGEM

10.1 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: **SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO; SECRTARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, OBRAS E TRANSPORTES; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 É facultado ao Gestor da Ata e ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da vigência desta Ata, a promoção de diligência destinada a esclarecer, sanar dúvidas, fiscalizar quaisquer assuntos inerentes à Ata.

11.2 As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no foro da CIDADE DE São Miguel/RN, com exclusão de qualquer outro.

11.3 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 01 (um) via na presença das testemunhas que também o subscrevem.

São Miguel/RN, 04 DE SETEMBRO DE 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Prefeito

MÁRCIA CRISTINA HOLANDA VIDAL
Secretário Municipal de Saúde

LOURIVAL DIAS DE QUEIROZ JÚNIOR
Fundo Municipal de Assistência Social

LUIS MARCOS ALVES DA COSTA
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

FRANCISCO GLEDSON DE FREITAS
Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Orçamento

WALDÊNCIO PESSOA DE AQUINO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Empresa Registrada

FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA 97930830349
CNPJ:27.027.619/0001-46

TESTEMUNHAS:

1) ANA SAMIRIS LOPES CARLOS - Matrícula nº 131423-8 _____

2) GRAZIELE PEIXOTO DE LIMA - Matrícula nº 131357-6 _____

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:55ED6EB9

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 059/2019 REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2019 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2019

CONTRATANTE: Município de São Miguel.
CNPJ Nº 04.441.785/0001-99
REPRESENTANTE: José Gaudêncio Diógenes Torquato

CONTRATADO: Francisca Maria da Silva Pereira 97930830349
CNPJ Nº 27.027.619/0001-46
REPRESENTANTE: Francisca Maria da Silva Pereira

OBJETO: serviços de instalação, reparo e manutenção de ar-condicionado para atender a demanda das secretarias e órgãos pertencentes a administração municipal.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	7987 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	8	226,67	1.813,36
2	7988 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	7	250,00	1.750,00
3	7991 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	20	101,67	2.033,40
4	7992 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	20	110,00	2.200,00
5	7995 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de aparelho de ar condicionado Split, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	30	140,00	4.200,00
6	7997 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	20	96,67	1.933,40
7	7998 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	20	103,34	2.066,80
8	7989 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	8	276,67	2.213,36
9	7990 - Instalação de aparelho de ar condicionado convencional/Janela de 9.000 a 18.000 Btus	UND	5	253,33	1.266,65
10	7993 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	15	116,67	1.750,05
11	7994 - Limpeza de aparelho de ar condicionado convencional/janela 9.000 a 18.000 Btus.	UND	20	110,00	2.200,00
12	7996 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de ar condicionado convencional, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	15	140,00	2.100,00
13	7999 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	15	120,00	1.800,00
VALOR DO CONTRATO					27.327,02

As despesas serão consignadas às seguintes dotações orçamentárias: 31 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 35 . 2.245 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 671 - 2 . 2002 . 4 . 122 . 35 . 2.297 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e 827 - 2 . 2006 . 15 . 452 . 35 . 2.291 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2019.

JOSÉ GAUDÊNCIO DIÓGENES TORQUATO
Município de São Miguel
Contratante

Francisca Maria da Silva Pereira 97930830349
FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA
Contratada

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:0328C8AF

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 060/2019 - FMS - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2019 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 049/2019

CONTRATANTE: Município de São Miguel, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.
CNPJ Nº 18.880.529/0001-99
REPRESENTANTE: Márcia Cristina Holanda Vidal

CONTRATADO: Francisca Maria da Silva Pereira 97930830349
CNPJ Nº 27.027.619/0001-46
REPRESENTANTE: Francisca Maria da Silva Pereira

OBJETO: serviços de instalação, reparo e manutenção de ar-condicionado para atender a demanda das secretarias e órgãos pertencentes a administração municipal.

Item	**Material/Serviço**	**Unid. medida**	**Quantidade**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
1	7987 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	10	226,67	2.266,70
2	7988 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	10	250,00	2.500,00
3	7991 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	20	101,67	2.033,40
4	7992 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	15	110,00	1.650,00
5	7995 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de aparelho de ar condicionado Split, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	30	140,00	4.200,00
6	7997 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 9.000 Btus	UND	20	96,67	1.933,40
7	7998 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 12.000 Btus	UND	25	103,34	2.588,50
8	7989 - Instalação de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	9	276,67	2.490,03
9	7990 - Instalação de aparelho de ar condicionado convencional/Janela de 9.000 a 18.000 Btus	UND	5	253,33	1.266,65
10	7993 - Higienização e Limpeza de aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	15	116,67	1.750,05
11	7994 - Limpeza de aparelho de ar condicionado convencional/janela 9.000 a 18.000 Btus.	UND	20	110,00	2.200,00
12	7996 - Manutenção corretiva e/ou preventiva de ar condicionado convencional, com fornecimento e substituição de peças danificadas do sistema de refrigeração por peças novas.	UND	20	140,00	2.800,00

13	7999 - Recarga de gás, em aparelho de ar condicionado Split 18.000 Btus	UND	15	120,00	1.800,00
VALOR DO CONTRATO					**29.473,73**

As despesas serão consignadas às seguintes dotações orçamentárias: 384 - 3 . 3008 . 10 . 122 . 35 . 2.280 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e 386 - 3 . 3008 . 10 . 122 . 35 . 2.280 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Prazo de vigência: 31 de dezembro de 2019.

MÁRCIA CRISTINA HOLANDA VIDAL
Município de São Miguel/Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Francisca Maria Da Silva Pereira 97930830349
FRANCISCA MARIA DA SILVA PEREIRA
Contratada

Publicado por:
Erenice Ventura de Oliveira
Código Identificador:8943F034

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP 019/2019

O Pregoeiro torna público, para conhecimento das empresas interessadas que ALTEROU O EDITAL a fim de RETIFICAR do edital o item: ***7.1 .***

ONDE LER:

ITEM	MERCADORIA	MARCA	QUAT	UNIT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	KIT BANHO		200	UND		

LER-SE

ITEM	MERCADORIA	MARCA	QUAT	UNIT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	KIT BANHO (PENTE/ESCOVA/SABONEITEIRA/ PRENDEDOR DE CHUPETA)		200	UND		

Outrossim, com supedâneo no art. 21, §4º, da Lei 8.666/93, informo que não houve alteração na data de recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação dos licitantes outrora designado, pois a alteração realizada não afeta a formulação das propostas.
O Edital e seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitações e no site: www.saomigueldogostoso.rn.gov.br, na Prefeitura Municipal. Tel.: (84) 3263-4181. E-mail: licitacao@saomigueldogostoso.rn.gov.br, no horário de 08:00 as 12:00 horas

São Miguel do Gostoso/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTONIO MARCOS CATARINA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:127123CA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL SRP 019/2019

O Pregoeiro torna público, para conhecimento das empresas interessadas que ALTEROU O EDITAL a fim de RETIFICAR do edital o item: ***7.1 .***

ONDE LER:

ITEM	MERCADORIA	MARCA	QUAT	UNIT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	KIT BANHO		200	UND		

LER-SE

ITEM	MERCADORIA	MARCA	QUAT	UNIT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	KIT BANHO (PENTE/ESCOVA/SABONEITEIRA/ PRENDEDOR DE CHUPETA)		200	UND		

Outrossim, com supedâneo no art. 21, §4º, da Lei 8.666/93, informo que não houve alteração na data de recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação dos licitantes outrora designado, pois a alteração realizada não afeta a formulação das propostas.
O Edital e seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitações e no site: www.saomigueldogostoso.rn.gov.br, na Prefeitura Municipal. Tel.: (84) 3263-4181. E-mail: licitacao@saomigueldogostoso.rn.gov.br, no horário de 08:00 as 12:00 horas

São Miguel do Gostoso/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTONIO MARCOS CATARINA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Gercinaldo Farias dos Anjos
Código Identificador:AA5D4123

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO ULTRA

Rua Santo Antônio, n° 144 – Centro
CNPJ: 08.168.478/0001-37
CEP: 59.168-000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ/MF n. 08.168.478/0001-37, com sede nesta cidade de Senador Georgino Avelino/RN, Rua Santo Antônio, n° 144, Centro – Senador Georgino Avelino/RN, CEP: 59.168-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal a Sra. **STELA BARBOSA DE SENA**, brasileira, solteira, Professora, portadora da cédula de identidade de n° 713.731 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF sob n.º 414.030.534-72, residente e domiciliada à Rua Santa Luzia, nº 15, Carnaúba – Senador Georgino Avelino/RN, CEP: 59.168-000, nesta cidade, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, cujo objetivo fora a formalização de **REGISTRO DE PREÇO,** realizada no dia **27/08/2019**, processada nos termos do Processo Administrativo nº. 29030001/19, a qual se constitui em **documento vinculativo** e **obrigacional** às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93 e as cláusulas e condições seguintes:
Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente à **REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PARA O MUNICÍPIO DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO**, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular, via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O **PRESTADOR** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva ordem de compra/serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;
b) O objeto desta licitação deverá ser fornecido de forma gradual, de acordo com as necessidades da Prefeita Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra/serviço, nos quantitativos desejados.

b.1 - O Prazo de execução será de **forma imediata**, contados da assinatura da ata de registro de preços.
c) fornecer o serviço conforme especificação e preço registrados na presente ARP;
d) realizar o serviço solicitado no respectivo endereço do órgão participante da presente ARP;
e) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** referentes às condições firmadas na presente ARP;
f) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
g) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

h) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
i) pagar, pontualmente, aos prestadores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao serviço realizado, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
j) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará por um período de **12 (doze) meses**, ou seja, até o dia **28/08/2020**, podendo o prestador solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação do serviço.
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade, o prestador e as especificações do serviço licitado, registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: ULTRALIFE SOLUÇÕES MEDICAS EIRELI ME.	
ENDEREÇO: Avenida Mônica Dantas, N° 11, Sala 01, centro – Macaíba/RN, CEP: 59.280-000.	
CNPJ: 26.951.794/0001-62	
TELEFONE: (84) 99912-0652	**E-MAIL: costalpf@gmail.com**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD. POR MÊS	QUANT. ANUAL (TOTAL)	VALOR UNITÁRIO DO EXAME
01	**ULTRA-SONOGRAFIA** DE ARTICULACAO (MÃO/COTOVELO/OMBRO, PE TORNOZELO/JOELHO/COXO/FEMURAL); MAMARIA BILATERAL; DE ABDOMEN TOTAL; DE ABDOMEN SUPERIOR (FIGADO, VESICULA, VIAS BILIARES); DE APARELHO URINARIO/VIAS URINÁRIAS; DE BOLSA ESCROTAL; DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL E VIA TRANSRETAL); OBSTETRICA; PELVICA (GINECOLOGICA); TRANSFONTANELA; TRANSVAGINAL.	EXAME	167	2.004	**R$ 50,00**
02	**ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER UNILATERAL** (TESTICULOS/TRANVAGINAL/TIREOIDE/MAM A, MMII).	EXAME	10	120	**R$ 70,00**
VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 108.600,00 (cento e oito mil e seiscentos reais).					

Art. 7º. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Finanças, por meio de crédito em conta bancária da Contratada ou cheque nominal a CONTRATADA, após a entrega da documentação fiscal, devidamente conferida(s) e atestada(s) pelo setor responsável, desde que a contratada:

a) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, a documentação fiscal equivalente.

Tratando-se de nota fiscal eletrônica, o prestador deverá tê-la encaminhada por meio eletrônico ao Setor de Compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, responsável pela manutenção da guarda dos mesmos em arquivo específico;
b) Tenha entregue ao Setor requisitante, por ocasião da entrega do material/serviço, as certidões de comprovação fiscal com o INSS, FGTS, Tributos Federal, Estadual e Municipal, essenciais a liquidação;
c) indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito.
§ 1º O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.
§ 2º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do **PRESTADOR**, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o prestador e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, no sitio oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na Imprensa Oficial **www.diariomunicipal.com.br/femurn**, inclusive com a íntegra da presente ARP e alterações posteriores.

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do prestador registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. O fornecimento dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão se realizar de forma gradual, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da missão da ordem de compra/serviço, nos quantitativos desejados, DE FORMA IMEDIATA, após a efetiva entrega do documento requisitório.
b) Deverão ser realizados adequadamente, de forma a permitir completa segurança, assim como pronto para serem utilizados.
c) O serviço deverá ser feito na sede do Município, ou em local definido pela Administração Municipal, observado os limites geográficos do Município de Senador Georgino Avelino / RN.
d) As despesas com seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.
Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do produto/serviço deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos produtos/serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.
12.04 – Entrega/realização o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:

a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referencia e a proposta;
a.3 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.4 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no objeto contratual, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;
b) multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso, até o máximo de 9% (nove por cento) sobre o valor total do Contrato;
c) multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do registro por inexecução ou execução irregular;
d) rescisão do registro de preços e suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002.

Parágrafo Primeiro – O prestador estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o
Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente.
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".

Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Quarto – A rescisão do registro de preços e a sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Prestador terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manutenção das condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio prestador, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 15. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 16. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Arez/RN.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

Senador Georgino Avelino / RN, 28 de agosto de 2019.

STELA BARBOSA DE SENA
Prefeita Municipal
Contratante

TEOFILO JOSÉ DA SILVA FARIAS
Procurador
Empresa:
Ultralife Soluções Medicas EIRELI ME
Contratada

TESTEMUNHAS:
1. _____
Doc : _____

2. _____
Doc : _____

Publicado por:
Marcos Antonio Sales
Código Identificador:EED65F12

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 105/2019

DECRETO Nº 105, DE 05 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 328.500,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 328.500,00 (trezentos e vinte e oito mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 05 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**328.500,00**
02 .010 Sec.Mun.Infra-Est.Abast. e Saneamento					**30.000,00**
	2042 Manutenção da Frota de Veículos e Máquinas da Secretaria de Infraestrutura				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	30.000,00
02 .013 Sec.Mun.Agric.Pecuaria e Desev.Economico					**79.500,00**
	2048 Manutenção das Ativ. da Sec. Munic. de Agricultura, Pecuária e Des. Econômico				**55.500,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15300000	0001	55.500,00
	2051 Abastecimento Móvel de Água Potável - População e Prédios Públicos				**24.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	20.000,00
03 .001 Secretaria Municipal de Saúde					**20.000,00**
	2061 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	20.000,00
03 .002 Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel					**110.000,00**
	2075 Manutenção das Atividades da Unidade Mista Dr. Silvio Romero de Lucena				**110.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10010000	0001	110.000,00
04 .001 Secretaria Mun. de Assistência Social					**34.000,00**
	2078 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social				**34.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15300000	0001	34.000,00
04 .002 Fundo Mun.de Assist.Soc de Serra do Mel					**55.000,00**
	2083 Manutenção dos Serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS				**20.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	13110000	0001	20.000,00
	2087 Manutenção das Ações de Assistência a População Carente				**35.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15300000	0001	35.000,00
Anexo II (Redução)					**328.500,00**
02 .004 Secretaria Municipal de Tributação					**5.000,00**
	2010 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Tributação				**5.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	5.000,00
02 .007 Sec.Mun.de Turismo e Meio Ambiente					**6.000,00**
	2035 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente				**1.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	1.500,00
	2037 Manutenção do Programa de Realização de Eventos				**4.500,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	4.500,00
02 .010 Sec.Mun.Infra-Est.Abast. e Saneamento					**29.000,00**
	2038 Manut.das Ativ.da Sec.Mun.de Infra-Estrutura, Abastecimento e Saneamento				**7.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULT., ARTÍST., CIENT., DESP. E OUTROS	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM	10010000	0001	1.000,00

		LOCOMOÇÃO			
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	4.000,00
	2039 Pavimentação, Drenagem, Recapeamento e Conservação de Logradouros Públicos				**2.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	2.000,00
	2040 Construção, Ampliação, Reforma e Conservação de Prédios Públicos				**20.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15300000	0001	20.000,00
02 .013 Sec.Mun.Agric.Pecuaria e Desev.Economico					**55.500,00**
	2050 Perfuração, Instalação e Manutenção de Poços, Adutoras e caixas d'Água				**55.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	27.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15300000	0001	28.000,00
03 .002 Fundo Municipal de Saúde de Serra do Mel					**110.000,00**
	2066 Manutenção dos Agentes Comunitrios de Saúde - ACS				**30.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	30.000,00
	2067 Manutenção da Frota de Veículos das Ações de Saúde da atenção Básica				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	40.000,00
	2069 Assistência Integral a População com Serviços de Saúde Pública				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	10.000,00
	2076 Manutenção da Frota de Veículos das Ações de Saúde de Média e Alta Complexidade				**30.000,00**
		3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10010000	0001	30.000,00
04 .001 Secretaria Mun. de Assistência Social					**4.000,00**
	2078 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social				**4.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	4.000,00
04 .002 Fundo Mun.de Assist.Soc de Serra do Mel					**119.000,00**
	2080 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência				**34.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15300000	0001	29.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15300000	0001	5.000,00
	2081 Manutenção das Ações de Fortalecimento das Associações Comunitárias				**5.000,00**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15300000	0001	5.000,00
	2085 Manutenção das Atividades do Cadastro Único/Programa Bolsa Família				**55.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15300000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13110000	0001	20.000,00
	2087 Manutenção das Ações de Assistência a População Carente				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	10.000,00
	2088 Manutenção das Ações de Custeio de despesas de Outras Entes da Federação				**15.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15300000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15300000	0001	10.000,00

Serra do Mel/RN, 05 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:F0C1942F

